

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**A geopolítica do conhecimento em periódicos científicos internacionais:
a controvérsia entre editoras e editores sobre as questões agrária e camponesa**

Autor: Joaquim Antonildo Pinho Pinheiro

Brasília, 2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**A geopolítica do conhecimento em periódicos científicos internacionais:
a controvérsia entre editoras e editores sobre as questões agrária e camponesa.**

Autor: Joaquim Antonildo Pinho Pinheiro

Tese de Doutorado apresentada
ao Programa de Pós-graduação
em Sociologia da Universidade
de Brasília – UnB como parte
dos requisitos para obtenção do
título de Doutor em Sociologia.

Brasília, junho de 2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Tese de Doutorado

**A geopolítica do conhecimento em periódicos científicos internacionais:
a controvérsia entre editoras e editores sobre as questões agrária e camponesa.**

Autor: Joaquim Antonildo Pinho Pinheiro

Orientado: Doutor Fabrício Monteiro Neves

BANCA:

Profa. Doutora Fernanda Sobral
Profa. Doutora Letícia Maria C. N. Cesarino
Prof. Doutor Marcelo Carvalho Rosa
Prof. Doutor Sérgio Sauer

À memória de Sam Moyo, que me acompanhou na elaboração desta tese como um espírito que alertava para a crítica e o aprofundamento na análise.

Agradecimentos

Uma tese não é somente resultado de um trabalho intelectual individual. Também não é somente o diálogo com quem elaborou teorias ou com pessoas que forneceram informações. Estive nesses quatro anos de trabalho apoiado sobre os ombros de gigantes que me fizeram chegar até aqui e ir além. A essas pessoas quero agradecer.

Ao querido amigo e orientador Fabrício Neves, cuja parceria foi além do diálogo acadêmico e nos fez companheiros de vida.

Ao amigo Sérgio Sauer, pelo diálogo e opiniões em sua casa e no Sebinho.

Ao querido professor Marcelo Rosa, por acolher um *outsider* na sociologia e sugerir o objeto de pesquisa desta tese.

Às professoras Leticia Cesarino e Fernanda Sobral, mulheres e intelectuais de duas gerações que escolhi para compartilhar, em primeira mão, os resultados desta pesquisa.

Às amigas Vanessa Pfeifer e Rosa Amélia. Agradeço a Vanessa pela colaboração em minha entrada na sociologia. Agradeço a Rosa Amélia pela leitura e pelos comentários do manuscrito. Ela era a leitora na qual eu pensava enquanto escrevia esta tese.

Ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UnB, nas pessoas de seu coordenador, professor Edson Farias, e de suas secretárias, Patrícia Borges, Gabriella Carlos, Renata Souto e Michele Silva.

À Biblioteca Central da UnB, nas pessoas de Antonia de Sousa e Maisa Lima, que, durante a escrita da tese, atendiam-me e me incentivavam a começar um novo dia de trabalho.

Às amigas e aos amigos pelo apoio e pelo estímulo.

À minha família, por acreditar na possibilidade de eu dar passos cada vez maiores.

À CAPES, pelo auxílio financeiro que viabilizou minha dedicação exclusiva ao doutorado.

Por fim, e principalmente, agradeço a Emanuela, minha companheira. Um dia, ao retornar para casa cansado e desanimado do trabalho no Governo, ela me disse: faz seu o doutorado e retoma a carreira acadêmica que eu seguro as pontas. Ela segurou as pontas durante todo o curso, principalmente nos dez meses em que eu escrevi a tese.

Lista de abreviaturas e siglas

ANC – African National Congress

AS – The Agrarian South: Journal of Political Economy

BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAMPFIRE – Communal Areas Management Programme for Indigenous Resources

CFU – Commercial Farmers Union

Codesria – Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África

DLC – District Land Committee

ESAP – Economic Structural Adjustment Program

FIAN – Food First Information and Action Network

IDS – Institute of Development Studies

IPS – Institute for Policy Studies

ISA – International Sociological Association

ISS – International Institute of Social Studies

JAC – Journal of Agrarian Change

JPS – Journal of Peasant Studies

KMP – Kilusang Magbubukid ng Pilipinas

LSE – London School of Economics and Political Science

MDC – Movement for Democratic Change

ONG – Organização Não Governamental

PLAAS – Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SAPES – Southern Africa Political and Economic Series

SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas

SMAIAS – Sam Moyo African Institute for Agrarian Studies

TNI – Transnational Institute

ZANLA – Zimbabwe African National Liberation Army

ZANU- PF – Zimbabwe African National Union - Patriotic Front

ZAPU – Zimbabwe African People's Union

ZIDS – Zimbabwe Institute of Development Studies

ZIMPREST – Zimbabwe Programme for Economic and Social Transformation

ZIPRA – Zimbabwe People's Revolutionary Army
TNI – Transnational Institute

ZANLA – Zimbabwe African National Liberation Army

ZANU- PF – Zimbabwe African National Union - Patriotic Front

ZAPU – Zimbabwe African People's Union

ZIDS – Zimbabwe Institute of Development Studies

ZIPRA – Zimbabwe People's Revolutionary Army

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender a geopolítica do conhecimento na controvérsia sobre as questões agrária e camponesa, por meio da análise da produção científica e da atuação de editoras e editores dos periódicos *Journal of Peasant Studies (JPS)*, *Journal of Agrarian Change (JAC)* e *Agrarian South: Journal of Political Economy (AS)*. A geopolítica do conhecimento é analisada a partir da assimetria entre centros e periferias na produção do conhecimento e as controvérsias científicas são abordadas como disputa de posições e interpretações sobre as questões agrária e camponesa. O argumento de pesquisa é que as posições manifestadas por editoras e editores no debate relacionam-se ao lugar geopolítico que estes assumem na observação e interpretação de contextos periféricos. A abordagem da pesquisa é qualitativa e as categorias de análise são a trajetória de editoras e editores, os esquemas de observação e os esquemas de interpretação. O corpus de pesquisa é constituído por artigos e editoriais publicados nos periódicos, entrevistas com editoras, editores, autoras e autores, além de textos publicados em outros meios de divulgação. A pesquisa revela que (1) o fenômeno analisado apresenta flexibilidade interpretativa; (2) o conhecimento produzido sobre as questões agrária e camponesa é contextualizado a partir das realidades de países centrais e periféricos; (3) a retomada da controvérsia é influenciada por fenômenos sociais concretos, especificamente, a reforma da terra no Zimbábue.

Palavras-chave: sociologia da ciência; controvérsia científica; geopolítica do conhecimento; questão agrária; política editorial.

Abstract

The objective of this work is to understand the geopolitics of knowledge in the controversy on agrarian and peasant question, through the analysis of scientific production and the work of editors and editors of the *Journal of Peasant Studies* (JPS), *Journal of Agrarian Change* (JAC) and *Agrarian South: Journal of Political Economy* (AS). The geopolitics of knowledge is analyzed from the asymmetry between center and peripherie in the production of knowledge and the scientific controversies addressed as a dispute of positions and interpretations on agrarian and peasant questions. The research argument is that the positions taken by editors in the debate relate to the geopolitical place they assume in the observation and interpretation of peripheral contexts. The research approach was qualitative and the categories of analysis were the path of editors, observation schemes and interpretation schemes. The corpus of research consisted of articles and editorials published in periodicals, interviews with editors, authors, as well as texts published in other media. The research revealed that (1) the phenomenon analyzed presented interpretive flexibility; (2) the knowledge produced on agrarian and peasant question was contextualized from the realities of central and peripheral countries; (3) the resumption of the controversy was influenced by concrete social phenomena, specifically land reform in Zimbabwe.

Key words: Sociology of science; scientific controversy; geopolitics of knowledge; agrarian question; editorial policy.

Resumé

L'objectif de ce travail est de comprendre la situation géopolitique de la connaissance dans la controverse sur les questions agraires et paysannes à travers l'analyse de la production scientifique et la performance des éditeurs en chef de la revue *Journal of Peasant Studies* (JPS), *Journal of Agrarian Change* (JAC) et *Agrarian South: Journal of Political Economy* (AS). La situation géopolitique de la connaissance est analysée de l'asymétrie entre les centres et les périphéries dans la production des connaissances et des controverses scientifiques abordées comme positions des différents et interprétations des questions agraires et paysannes. L'argument de recherche est que les positions prises par les éditeurs en chef dans le débat portent sur la géopolitique lieu de prendre dans l'observation et l'interprétation des contextes périphériques. L'approche de la recherche a été catégories qualitatives et analytiques ont été la trajectoire des éditeurs, des systèmes d'observation et de systèmes d'interprétation. Le corpus of recherche sont les articles et éditoriaux publiés dans les journaux, des entrevues avec des éditeurs, des auteurs et des textes publiés dans d'autres moyens de diffusion. La recherche a révélé que (1) le phénomène analysé présentait une flexibilité d'interprétation; (2) les connaissances produites sur les questions agraires et paysannes a été contextualisée des réalités des pays centraux et périphériques; (3) la reprise de la controverse a été influencée par des phénomènes sociaux concrets, en particulier la réforme agraire au Zimbabwe.

Mots-clés: Sociologie des sciences; controverse scientifique; géopolitique de la connaissance; question agraire; politique éditoriale.

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo I – Os periódicos no contexto da validação do conhecimento e da comunicação científica	21
1.1. A comunicação científica e a validação de pesquisas pela revisão por pares ..	21
1.1.1. O papel de editoras e de editores	25
1.1.2. O papel de revisoras e revisores.....	28
1.1.3. O que dizem as autoras e os autores	33
1.2. Os periódicos pesquisados.....	38
1.2.1. <i>Journal of Peasant Studies</i> (JPS).....	39
1.2.2. <i>Journal of Agrarian Change</i> (JAC)	43
1.2.3. <i>The Agrarian South: Journal of Political Economy</i> (AS).....	49
1.2.3.3. A atuação de editora e editores.....	60
1.3. Política e poder no processo editorial em periódicos científicos	62
Capítulo II - A controvérsia sobre as questões agrária e camponesa nos periódicos	68
2.1. A controvérsia na ciência em construção	68
2.2. O Programa Empírico do Relativismo (PER) e a análise de controvérsias.....	72
2.3. A trajetória dos editores do <i>core set</i>	75
2.3.1. Terence Byres	76
2.3.2. Henry Bernstein	77
2.3.3. Sam Moyo	81
2.3.4. Saturnino “Jun” Borrás	85
2.4. A disputa de interpretações e posições entre editores de periódicos.....	91
2.4.1. O lançamento	93
2.4.2. O abandono	95
2.4.3. A retomada.....	101
2.5. Controvérsias como disputas de posições e de argumentos	110
Capítulo III - A geopolítica da produção e circulação do conhecimento em periódicos internacionais de estudos agrários	115
3.1. Centro e periferia na produção e divulgação do conhecimento acadêmico ...	115
3.2. A geopolítica da produção e circulação do conhecimento nas ciências sociais	119
3.3. A reforma da terra no Zimbábue	127

3.3.1.	A terra no período colonial no Zimbábue	128
3.3.2.	A independência do Zimbábue e o Acordo de <i>Lancaster House</i>	130
3.3.3.	Reforma da terra baseada no mercado: 1980 a 1996	131
3.3.4.	A transição do Acordo de <i>Lancaster House</i> : de 1992 a 1999.....	133
3.3.5.	<i>Fast Track Land Reform Programme (FTLRP)</i> : de 2000 aos dias atuais	137
3.4.	A geopolítica da produção e circulação do conhecimento nos números especiais do JAC e do JPS	139
3.4.1.	O número especial do JAC	140
3.4.2.	O número especial do JPS	148
3.5.	A participação de autoras e autores da periferia nos números especiais.....	163
3.6.	A geopolítica do conhecimento sobre a reforma da terra no Zimbábue	167
4.	Considerações finais.....	175
5.	Bibliografia.....	182
6.	Anexos.....	192
6.1.	Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – autora e autor... 193	
6.2.	Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – editora e editor. 194	
6.3.	Anexo C – Roteiro de Entrevista – autora e autor..... 195	
6.4.	Anexo D – Roteiro de Entrevista – editora e editor	196
6.5.	Anexo F – Quadro de análise das posições e dos argumentos nos artigos do número especial do JAC sobre o Zimbábue.	198
6.6.	Anexo G – Quadro de análise das posições e dos argumentos nos artigos do número especial do JPS sobre o Zimbábue.	199

Introdução

Este trabalho situa-se no debate que relaciona geopolítica do conhecimento e controvérsias científicas. A geopolítica é abordada pela assimetria entre centros e periferias na produção do conhecimento¹. A controvérsia científica, por sua vez, é abordada como disputa de posições e de interpretações relacionadas à questão agrária e ao campesinato. A conexão entre os temas de pesquisa é a análise da atuação de editores e editoras no processo editorial de periódicos de estudos agrários.

Os três periódicos analisados ocupam posições geopolíticas na produção do conhecimento e publicam trabalhos sobre as questões agrária e camponesa. O primeiro é o *Journal of Peasant Studies* (JPS), criado em 1973, cuja ancoragem institucional atual está no *International Institute of Social Studies* (ISS), na Universidade Erasmus, Haia, Holanda. O segundo é o *Journal of Agrarian Change* (JAC), criado em 2001 e baseado no *School of Oriental and African Studies* (SOAS), Universidade de Londres, Reino Unido. O terceiro, o mais recente dos três periódicos, é o *The Agrarian South: Journal of Political Economy* (AS), criado em 2012, e sua base institucional é o *Sam Moyo African Institute for Agrarian Studies* (SMAIAS), Harare, Zimbábue.

Os critérios de seleção dos periódicos foram: (i) os periódicos participam do debate internacional de estudos agrários, seja por aglutinarem pesquisadoras e pesquisadores de diferentes países que analisam processos agrários, seja por analisarem os contextos de diferentes países e continentes; (ii) o programa de pesquisa marxista é a matriz teórica dos periódicos na análise das questões agrária e camponesa, a partir do qual se define um campo discursivo e argumentativo comum; (iii) são publicações consolidadas e reconhecidas na comunidade acadêmica como meio de comunicação científica sobre as questões agrária e camponesa; (iv) os artigos publicados nos periódicos impactam no debate acadêmico e político sobre a questão agrária e o campesinato; (v) os periódicos selecionados promovem a produção e a circulação de análises e referências teóricas de editoras/editores e autoras/autores; (vi) eles ocupam lugares diferentes na geopolítica do conhecimento a partir

¹ A discussão sobre centro e periferia, sua definição e conceituação, será abordada no decorrer da tese, em específico no Capítulo III, a respeito da geopolítica do conhecimento.

de posições de centros produtores de teoria e periferia fornecedora de dados a serem interpretados; e (vii) duas delas, o JPS e o JAC, possuem fator de impacto relevante, e o terceiro periódico, o AS, lançado há seis anos, busca consolidar-se no campo dos estudos agrários a partir de instituições e países considerados periféricos.

A pesquisa nos periódicos focaliza o *core set*, grupo de editoras e editores do JPS, JAC e AS que está mais intimamente envolvidos no debate. A controvérsia se realiza em torno do *core set*, por meio da elaboração de análises, de proposições que estes indicam na discussão, pelas articulações acadêmicas e políticas que estabelecem.

A controvérsia sobre as questões agrária e camponesa foi lançada, na área de estudos agrários, pelo JPS. O periódico foi pioneiro no debate sobre a questão camponesa no campo acadêmico. Recentemente, o JPS atualizou o debate e abriu-se para a apresentação de novas posições e interpretações. O JAC surgiu da saída de editores-chefes e membros do conselho editorial do JPS para criar o novo periódico, com linha editorial fundada no marxismo clássico. O AS surgiu para publicar trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores de contextos periféricos que tinham dificuldade de publicar em periódicos internacionais. Seu objetivo é promover o diálogo entre autoras e autores que pesquisam a questão agrária no Sul Global.

A controvérsia, nesta tese, foi abordada a partir do debate entre autoras, autores, editoras e editores de periódicos científicos internacionais sobre a questão agrária, os quais assumem distintas posições e fazem diferentes interpretações, que incidirão nas políticas editoriais e, conseqüentemente, no desenrolar da controvérsia.

Uma posição considera que o capitalismo no campo se desenvolve pela industrialização da agricultura, que se subordina, progressivamente, à indústria capitalista como setor produtor de matérias-primas e consumidor de insumos industrializados. Os efeitos desse processo na questão agrária são a substituição da mão de obra de trabalhadoras e trabalhadores por máquinas, o uso de produtos químicos industrializados como insumos na produção agrícola e, mais recentemente, a utilização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), produzidos e controlados por empresas transnacionais. Tais processos resultam na concentração da propriedade fundiária e na perda de terras pelo campesinato, bem como na transformação deste em proletariado rural ou urbano. A posição considera que o desenvolvimento capitalista da agricultura conduz, inexoravelmente, à extinção do campesinato ou a sua permanência como classe social subordinada aos ditames do mercado.

Autoras e autores que se alinham a essa posição, apesar de contraporem-se ao desenvolvimento do capitalismo, reconhecem que a expansão desse sistema no campo é uma etapa para a organização do trabalho na terra e para dinamizar as forças produtivas, bem como para a criação de sociabilidade entre trabalhadoras e trabalhadores necessária à realização de transformações sociais no campo.

Outra posição considera que há resistências ao avanço do capitalismo no campo, entre as quais ressaltam-se as diversas formas de organização social e produtiva que apontam para a reprodução do campesinato. O pressuposto é a luta pela autonomia e pela permanência de populações no campo baseada na produção camponesa, na pequena propriedade da terra ou no uso comum por populações tradicionais (indígenas, pastorialistas, pescadores artesanais, comunidades remanescentes de pessoas escravizadas). O argumento é que há um processo de resistência à expansão capitalista e situações de recampesinização em curso que ocorrem de diversas formas. A posição aglutina investigadoras e investigadores que analisam a luta pela terra como mobilização pela libertação dos camponeses da exploração capitalista. Eles destacam novas perspectivas de reprodução social e econômica em que o campesinato reafirma sua autonomia e busca reproduzir-se a partir do associativismo e da valorização dos modos de vida tradicionais.

Tal posição também é assumida por investigadoras e investigadores que analisam a retomada por populações locais das terras que foram apropriadas por brancos de origem europeia durante o período colonial na África e América Latina. Eles identificam que as populações originárias excluídas de suas terras desenvolvem lutas e formas de resistência de modo a recuperar as terras de seus ancestrais.

O debate entre essas posições e interpretações torna-se controversia nos periódicos quando autoras e autores de uma posição se contrapõem à outra, criando estratégias editoriais e de publicação que visam dar ênfase às suas posições. Esta tese tentou lançar luz a essas estratégias, buscando elencar suas características.

O ponto de partida da controversia ocorre no lançamento do JPS, quando o periódico publica, em seu primeiro número, dois artigos que apresentam argumentos de cada uma das posições no debate. Teodor Shanin, autor de um dos artigos, trata da lógica do camponês e da especificidade deste no sistema capitalista. Eric Hobsbawm é o autor do outro artigo, que

considera o campesinato uma classe que não possui projeto político de transformação social e que está a reboque de outras classes.

A posição pelo abandono da controvérsia sobre as questões agrária e camponesa se dá pelo JAC, lançado em 2001, cujos editores fundadores, Terence Byres e Henry Bernstein, consideram a questão agrária como “uma característica central do atraso econômico” (BYRES, 1991, p. 9). Byres defende que a questão agrária permanece em países pobres e representa um impedimento ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas que são capazes de gerar desenvolvimento econômico. Para ele, a reforma agrária está superada. Bernstein complementa o argumento de Byres e aponta que a luta pela terra deixou de ser o foco para a resolução do problema agrário e que o trabalho assalariado rural é a perspectiva para camponeses transformados em proletários, consequência do aprofundamento da penetração do capitalismo no campo (BERNSTEIN, 2004).

A controvérsia é reaberta por Sam Moyo e o grupo de editores do AS, que retomam o debate sobre a terra a partir da realidade dos países periféricos. Os editores do AS criticam os editores do JAC por considerarem que o desenvolvimento do capitalismo resolveu a questão agrária e consideram tal posição eurocêntrica (YEROS, 2012), pois aponta que o horizonte para o desenvolvimento dos países periféricos é o alcançado pelos países centrais do capitalismo mundial. Os editores do AS informam que a questão agrária é reavivada pela atuação dos movimentos sociais do campo e por acadêmicos que pesquisam em contextos periféricos. Por outro lado, criticam a economia política marxista clássica, por fundamentar o “mito da industrialização” como meio inexorável da transformação social e econômica.

A posição pela retomada da controvérsia ocorre no contexto da independência do Zimbábue, que desencadeou um processo de reforma agrária controverso e terminou por viabilizar a experiência mais recente de redistribuição de terras de colonos brancos de origem europeia para a população negra local que havia sido expropriada pelo colonialismo.

A retomada do debate ocorrerá no JPS em 2011, com um número especial sobre a política de redistribuição de terras a partir da intervenção do governo do Zimbábue. As duas posições na controvérsia são apresentadas por autoras e autores em artigos que convergem com as posições dos editores do JAC e do AS. A reabertura da controvérsia culmina com a fundação do AS, que reforça o debate agrário e as posições assumidas por editoras e editores

na disputa. Tais posições aparecem na política editorial dos periódicos como a existência incontornável da influência geopolítica na produção do conhecimento agrário.

O processo editorial é o mecanismo social fundamental para compreender o fechamento e a abertura da controvérsia, ou, ao menos, as tentativas de efetivá-los. Os editores atuaram como participantes do debate marcando posições, ao mesmo tempo em que selecionaram e comentaram artigos convergentes com estas, como no caso do JAC. Por outro lado, a reabertura da controvérsia ocorreu quando o editor do JPS orientou a publicação das diversas posições em debate, contemplando Moyo e o grupo de pesquisadores a ele alinhados. Em seguida, o AS é lançado para reafirmar a posição de seus editores na controvérsia, assumindo como lugar de produção do conhecimento e objeto de investigação as questões agrária e camponesa nas sociedades periféricas.

O debate entre editoras e editores nos periódicos apresenta relevância na geopolítica da produção do conhecimento, pois “não há observador absoluto nem fenômeno desvinculado da observação” (NEVES, 2009, p. 241). Os fenômenos dependem da perspectiva elaborada pela pesquisadora ou pesquisador a partir da reconstrução da realidade social que realizam (BERGER e LUCKMANN, 2002). Os investigadores posicionam-se a partir de sistemas teóricos. Nesse processo são estruturadas redes de conhecimento que funcionam como mecanismos sociais, restringindo ou possibilitando a participação no debate, por meio de periódicos e coletivos editoriais, a partir de posições assumidas na controvérsia.

Tal cenário sociopolítico e editorial suscitou as seguintes questões de pesquisa: (i) Como ocorre a produção e a circulação do conhecimento sobre a questão agrária no debate entre editoras e editores dos periódicos JPS, JAC e AS? (ii) Quais argumentos caracterizam as posições na controvérsia sobre as questões agrária e camponesa? (iii) Qual a relação da trajetória e das posições acadêmicas dos editores dos periódicos com o fato destes serem do centro ou da periferia da produção científica? Como os contextos sociais interferem no fechamento ou na abertura da controvérsia e evidenciam as diferentes interpretações sobre as questões agrária e camponesa?

Aponto um argumento para orientar a busca de respostas a tais questões. As posições assumidas por editoras e editores no debate sobre as questões agrária e camponesa relacionam-se ao “lugar geopolítico” que estes assumem na observação e interpretação de

contextos, ou seja, o conhecimento que produzem é contextualizado nas realidades de países centrais ou de países periféricos. Assim, também ocorre uma retomada da controvérsia sobre as questões agrária e camponesa a partir de fenômenos sociais concretos que se manifestam no contexto periférico, os quais influenciam as disputas de posições no programa de pesquisa marxista.

O delineamento de questões e do argumento de pesquisa orienta o objetivo geral desta tese, que é compreender a geopolítica do conhecimento sobre as questões agrária e camponesa por meio da análise da produção científica de editoras e editores dos periódicos internacionais JPS, JAC e AS e sua atuação no processo editorial. Os objetivos específicos foram formulados como etapas da investigação: (i) mapear a produção de editoras e de editores dos periódicos JPS, JAC e AS acerca da controvérsia sobre as questões agrária e camponesa e sua relação com a geopolítica da produção e circulação do conhecimento; (ii) identificar os argumentos e os contextos empíricos apresentados por editoras e editores na interpretação das questões agrária e camponesa nos periódicos; (iii) analisar como as posições assumidas por editoras e editores dos periódicos influenciam o conteúdo e seleção de artigos publicados; e (iv) analisar a trajetória dos periódicos e de editoras e editores para compreender como os contextos sociais influenciam posições e interpretações.

Para alcançar os objetivos, realizei a investigação no âmbito da pesquisa qualitativa, ou seja, a partir da estratégia de “‘pousar um olhar’ atento sobre o cenário da pesquisa” (DIETRICH, LOISON, ROUPNEL, 2015, p. 175) para desvendar o significado das práticas dos sujeitos, ricas em pormenores, por meio da descrição e análise.

O *corpus* de pesquisa foi formado pela seleção de textos de editores publicados tanto nos periódicos (editoriais, artigos, resenhas de livros e outros) quanto em outros meios de divulgação que forneceram subsídios para a compreensão dos processos analisados (entrevistas dos editores e autores em jornais e revistas, livros dos editores, de autoras e de autores que participam da controvérsia nos periódicos). Também realizei entrevistas exploratórias com o objetivo de estabelecer interlocução inicial, para a entrada no campo de pesquisa, e compreender o que acontece na prática do processo editorial. Uma dessas entrevistas foi realizada com Eloísa Martín, à época editora do *Current Sociology*, periódico internacional de referência da sociologia. A entrevista fundamentou parte significativa do primeiro capítulo. Posteriormente realizei entrevistas com editores dos três periódicos

pesquisados, um do JPS, dois do JAC e dois do AS. Além disso, entrevistei uma autora e dois autores que publicaram artigos nos três periódicos pesquisados e que apresentaram suas experiências de publicação em periódicos de circulação internacional, inclusive no JPS, no JAC e no AS.

As categorias de análise foram a trajetória de editores de periódicos, esquemas de observação e esquemas de interpretação. A análise de trajetória objetivou descrever a formação de editoras e editores e os reflexos desta nos esquemas de observação, na definição e abordagem dos objetos de pesquisa, e as consequências para a política editorial. A análise dos esquemas de interpretação de editoras, editores, autoras e autores teve como objetivo compreender as referências que orientaram a eleição e o recorte analítico dos objetos de estudo. Tais referências guiaram a seleção de parte do mundo social analisado, a partir de lógicas sociais específicas que condicionam os processos científicos (NEVES, 2009) e que incidem na maneira de produzir e fazer circular conhecimento.

As análises visaram identificar padrões editoriais, temas recorrentes e fases do debate. O exame das informações obtidas foi realizado a partir da indicação de três fases da controvérsia sobre as questões agrária e camponesa nos periódicos, a saber, lançamento, abandono e retomada. Essas três fases orientaram-se pelo que Collins (1981) caracterizou como Programa Empírico do Relativismo, embora alterando parte de seus princípios. Nesta tese busquei ressaltar aquilo que Collins (1981) chamou de flexibilidade interpretativa, quando a controvérsia se instala por meio de distintas interpretações do mesmo fenômeno. Isso ganhou o centro de minha análise. Mas, em adição a tal programa, busquei também mostrar como os esquemas de interpretação e de observação presentes nas diferentes políticas editoriais dos periódicos influenciaram na controvérsia. Nisso reside a originalidade desta tese.

No Capítulo I, apresento o cenário das publicações científicas no qual os periódicos pesquisados se situam. Inicialmente faço uma revisão de bibliografia e uma interseção com dados coletados em entrevistas com editora-chefe, autoras e autores de artigos e editores dos periódicos investigados para possibilitar a compreensão geral do significado dos periódicos e a relevância destes na produção e circulação de conhecimento científico. Apresento o contexto do processo editorial, trabalho realizado por editoras, editores, revisoras e revisores, além de autoras e autores de artigos. Essa parte traz uma interlocução entre o

quadro teórico sobre comunicação científica em periódicos e os dados de pesquisa. Em seguida, abordam-se a origem e o escopo de cada uma dessas publicações, além de mostrar-se como estas realizam o processo editorial.

No Capítulo II, abordo as controvérsias científicas como disputas de interpretação de realidades sociais e políticas. O objetivo é analisar a controvérsia sobre as questões agrária e camponesa delineada a partir das posições de editoras, editores, autoras e autores. Esse capítulo está organizado em quatro partes. A primeira trata do papel das controvérsias na construção do conhecimento científico. A segunda discute o Programa Empírico do Relativismo (PER) como abordagem para análise de controvérsias. A terceira apresenta a trajetória dos editores que compõem o *core set*, o núcleo com os participantes principais da discussão, que definem e decidem o debate, formado pelos editores-chefes dos periódicos e em torno dos quais se articula a controvérsia. A quarta parte analisa a trajetória da controvérsia a partir das posições do *core set*, dos demais membros do conselho editorial, das autoras e dos autores que tomam posição na disputa.

No Capítulo III, apresento uma discussão sobre a relação centro/periferia na produção e divulgação do conhecimento acadêmico. Em seguida, contextualizo o debate sobre a geopolítica do conhecimento, a partir das hierarquias entre centro e periferia e dos conceitos de imperialismo intelectual, mente cativa e dependência acadêmica. Na sequência, apresento a trajetória da reforma da terra no Zimbábue, cuja interpretação está em disputa nos números especiais dos periódicos e relaciona-se à controvérsia sobre as questões agrária e camponesa. Posteriormente, analiso os números especiais dos periódicos como decisões editoriais para lançar temas para a discussão, estimular agendas de pesquisa e aglutinar posições no debate.

A esses capítulos seguem-se conclusões da tese e apontamentos para trabalhos futuros.

Capítulo I – Os periódicos no contexto da validação do conhecimento e da comunicação científica

O conhecimento científico resultante de pesquisas acadêmicas requer divulgação e reconhecimento por outros cientistas e pesquisadores, em particular, e da sociedade em geral. Isso é o que preconizam os preceitos da produção científica. Resultados de pesquisa devem ser informados para a comunidade acadêmica, para serem analisados e reconhecidos como conhecimento válido cientificamente. Assim, a crítica e a confirmação das análises e achados de pesquisa, bem como o reconhecimento da produção acadêmica em geral, devem ser realizados pelos pares com notório saber. É essa comunidade restrita e especializada de saber que confere validação ao conhecimento científico nas disciplinas científicas.

Esse processo encontra-se com o imperativo institucional mertoniano do “comunismo” que orienta as ações e o comportamento dos cientistas e estrutura a ciência como atividade social. Esse imperativo indica que a produção científica é patrimônio da comunidade formada por cientistas, compartilhado por todos os seus membros e não pertencendo a qualquer um em particular (MERTON, 1970). Ziman resume esse processo afirmando que descobertas científicas não existem se permanecerem restritas à autoridade ou à competência literária de sua pesquisadora ou pesquisador. Ela ou ele devem submeter os resultados de pesquisa para “reconhecimento e sua apropriação por toda a comunidade científica” (ZIMAN, 1979, p. 83), por meio de espaços de debate, no qual os periódicos especializados são uma parte do processo. Neste capítulo discuto como a comunicação científica é realizada em periódicos.

1.1. A comunicação científica e a validação de pesquisas pela revisão por pares

O artigo publicado em periódicos científicos é um dos meios mais reconhecidos por cientistas para a comunicação de resultados de pesquisa. Gonsalves, Ramos e Castro (2006) ressaltam que os periódicos científicos registram os avanços do conhecimento e são fontes

de validação por meio do fluxo editorial², que dá credibilidade à comunicação científica. As autoras ressaltam que a credibilidade desses meios de comunicação se dá por “sustentar-se no princípio da validação do mérito e do método científico pela comunidade” e que “somente o que é revisado e aprovado pelos pares deve ser publicado, num processo conhecido como revisão por pares (*peer review*)” (GONSALVES, RAMOS e CASTRO, 2006, p. 165). As autoras destacam ainda que os periódicos têm, como principais características, a periodicidade e o processo de seleção de trabalhos por meio da revisão por pares, da atuação de editoras ou editores que coordenam o processo e da existência de conselho editorial constituído por acadêmicos reconhecidos da área que dão credibilidade ao periódico.

A seguir comentarei as etapas do fluxo editorial realizado em periódicos científicos. Destacarei as características, os atores participantes, seus papéis, bem como as nuances que serão relevantes para analisar como o processo editorial relaciona-se à geopolítica da produção do conhecimento e em debates acadêmicos controversos.

O trabalho de avaliar manuscritos acadêmicos para publicação é demorado. Os principais motivos para essa lentidão são o número crescente de periódicos, o número restrito de revisoras e revisores, o prestígio do periódico e a qualidade da avaliação realizada (ROWLAND, 2002). Há uma vasta e consolidada literatura que trata da comunicação acadêmica, na qual Ziman (1968), Ravetz (19773) e Meadows (1974) são referências clássicas. Não é objetivo deste trabalho apresentar o estado da arte da área. Opto por uma contextualização do que caracterizo como processo editorial para situar a leitora ou leitor nos aspectos principais da revisão de manuscritos para publicação em periódicos científicos, para posteriormente discutir as nuances do trabalho editorial nos periódicos pesquisados.

O processo editorial se baseia em uma instituição pré-moderna: a dádiva³, sugere Martín (2016). Segundo a autora, trata-se de um trabalho no qual não há remuneração dos participantes e que sequer é considerado na avaliação de carreiras acadêmicas, a não ser no

² O fluxo editorial é o conjunto de etapas que compõem a rotina de análise de manuscrito, quais sejam: recebimento de trabalhos para publicação, pré-seleção dos manuscritos, seleção de revisores, encaminhamento e acompanhamento do processo da revisão por pares, rodadas de indicação de ajustes por revisoras/es e alterações e justificativas de autoras/es, aprovação ou rejeição para publicação, revisão final do texto e, finalmente, publicação (GONSALVES, RAMOS e CASTRO. 2006).

³ A autora refere-se à teoria da dádiva, de Marcel Mauss, a qual aponta que o valor dos objetos materiais não se sobrepõe ao valor das relações e ao simbolismo que os envolvem, considerados fundamentais para a vida social.

caso de autora ou autor do manuscrito, para quem a publicação conta como produção científica.

Ela comenta que editoras, editores, revisoras e revisores que avaliam o trabalho de autoras e autores assumem, em suas críticas, imparcialidade e boa-fé para “expandir o conhecimento científico em uma dada área; e eles confiam que receberão esse mesmo tratamento de seus pares quando for sua vez de ser avaliado” (MARTÍN, 2016, p. 696). Embora reconheça que, na revisão por pares, há uma mobilização do capital intelectual de revisoras e revisores, a autora complementa que participantes do processo “esperam e confiam na generosidade de todas as partes para que o sistema funcione” (MARTÍN, 2016, p. 696).

Essa “generosidade” não é um valor científico, nem um procedimento racional, ao menos na perspectiva weberiana, comenta a autora. Ela destaca que o processo editorial ainda assim funciona relativamente bem, além de ser considerado a maneira “mais adequada e um tipo eficiente de revisão por autores, revisores e editores” (MARTÍN, 2016, p. 696). Porém, ela salienta que muitos editores frequentemente reclamam que “é cada vez mais difícil fazer um processo de revisão por pares confiável e produtivo” (MARTÍN, 2016, p. 696). Muitas pessoas que atuam voluntariamente no processo diversas vezes não aceitam colaborar. Durante a pesquisa, foram identificados revisoras e revisores, entre as pessoas entrevistadas, que informaram receber convites para colaborar na revisão de manuscritos para periódicos, mas não aceitam o trabalho em razão de outras atividades e da grande demanda por parte de editoras e editores de periódicos.

As principais etapas do fluxo editorial de um manuscrito desde a recepção até a publicação como artigo foram descritas por Rowland (2002). O trabalho é inicialmente apresentado à editora ou editor, que pode rejeitá-lo ou aceita-lo para análise. Em caso de viabilidade do artigo, a editora ou editor seleciona revisoras e revisores que analisarão o manuscrito. São especialistas da área de conhecimento na qual se enquadra o manuscrito proposto, por isso são considerados pares.

A revisão por pares, na avaliação de trabalhos submetidos a periódicos científicos, é realizada por “duplo-cego”, na qual revisoras e revisores, autoras e autores desconhecem mutuamente suas identidades. O objetivo desse sistema é conferir lisura e imparcialidade na avaliação. Revisoras e revisores indicarão orientações para ajustes dos manuscritos por meio

de pareceres, posteriormente analisados por editoras e editores e encaminhados para autoras e autores. A autora ou autor deve responder ao parecer com alteração do manuscrito ou justificativa para manutenção do que foi inicialmente indicado. Esse processo de sucessivas idas e vindas de pareceres de revisoras e revisores, mediados por editoras e editores e respostas de autoras e autores é o que se convencionou denominar por “rodadas”, que podem acontecer diversas vezes.⁴

As rodadas ocorrem por meio de uma plataforma eletrônica na qual são registrados os comentários e indicações de ajuste, tanto do parecer de revisoras e revisores, quanto da resposta da autora ou autor. Essa etapa é a mais delicada, embora não definitiva, e é concluída quando revisoras e revisores dão parecer final, avaliando se o trabalho é publicável imediatamente, publicável com as alterações e melhorias sugeridas ou não publicável (ROWLAND, 2002). O parecer é então encaminhado à editora ou editor, que poderá aceitá-lo ou não.

A etapa de avaliação dos trabalhos pode levar a inúmeras consequências prejudiciais a autoras e autores e a quem se beneficia direta ou indiretamente do conhecimento gerado pela pesquisa científica (ROWLAND, 2002). Ho *et al.* (2013) destacam que avaliações para publicação em periódicos científicos podem passar pelo “viés” de editoras e editores ou revisoras e revisores. Esses autores ressaltam que editores de periódico podem “não conseguir cumprir os seus papéis e rejeitar artigos sem uma avaliação justa ou aceitar artigos como resultado de viés de seleção” (HO *et al.*, 2013, p. 1). Os autores comentam ainda que os revisores “podem ter tendência para artigos devido a conflitos de interesse” (HO *et al.*, 2013, p. 1).

A área de biomedicina concentra a maior parte das pesquisas sobre revisão por pares em três temas principais (CAMPANARIO, 2002): a análise das diferentes práticas de avaliação realizadas por periódicos específicos, a investigação de membros de equipes editoriais ou revisores em periódicos acadêmicos e, mais recentemente, a investigação de citações para analisar os vieses e a interferência de critérios particulares na revisão pelos pares.

⁴ Os comitês editoriais organizam as ações do processo editorial de maneira adequada a seus membros. A relatada aqui é a identificada nos periódicos internacionais analisados, em que editoras e editores participam ativamente na mediação da relação entre as revisoras e revisores e as autoras e autores.

O exposto acima é um delineamento geral do processo de revisão por pares em periódicos científicos, da relevância desse processo na produção do conhecimento e de algumas pesquisas sobre o tema. No entanto, durante a realização desta investigação, perceberam-se variações no funcionamento e na organização de periódicos, por meio de entrevistas com editoras e editores e análise de editoriais. Comentarei, na sessão a seguir, o papel e a atuação de quem edita e de quem revisa o manuscrito, a partir do caso da *Current Sociology*, periódico oficial da ISA⁵. O caso desse periódico pode auxiliar na compreensão do funcionamento dos mecanismos editoriais de produção e publicação de artigos acadêmicos e de como se estabelecem as relações entre as partes que participam do processo editorial.

O *Current Sociology* é um periódico de tradição reconhecida na sociologia. Nos últimos anos, passou por uma “abertura” em sua política editorial. Segundo a ex-editora Eloísa Martín⁶, duas iniciativas que merecem destaque foram realizadas em sua gestão. A primeira foi aliar a tradição e o renome do periódico a uma maior abertura para a proposição de temas e debates inovadores na sociologia, bem como uma expansão do público leitor para diferentes partes do mundo, para além do que era inicial e majoritariamente restrito ao Reino Unido. A segunda foi a ampliação de sua participação como editora ao intervir ativamente no processo editorial, por meio da mediação entre quem faz a revisão e quem escreve o manuscrito. Com essa perspectiva de trabalho, Martín acredita que “é possível desafiar a lógica da [divisão] geopolítica do conhecimento, sem perder a qualidade, e melhorar as possibilidades de diálogo internacional”⁷.

1.1.1. O papel de editoras e de editores

Há uma grande variabilidade de modos de atuação de editoras e editores nas etapas do processo editorial. Em um extremo está a intervenção em todas as etapas, mediando a relação entre equipe de revisão e autoras e autores de manuscritos. Em outro extremo, a atuação se restringe a tramitar pareceres, acatar o veredito de revisoras e revisores e não

⁵ O *Current Sociology* é um dos periódicos de sociologia mais antigos do mundo. A publicação é de abrangência internacional, revisada por pares, e divulga pesquisas originais e comentários críticos inovadores, tanto sobre debates atuais, quanto sobre novos temas que surgem na disciplina.

⁶ Martín foi editora do *Current Sociology* de 2010 a 2017.

⁷ Comentário realizado em entrevista concedida em 06/12/2016.

interferir nas rodadas de revisão. Esta parte do trabalho discutirá o primeiro caso, pois apresenta as maneiras da editora ou editor de participar do processo editorial de modo proativo, demonstrando a dimensão do poder de intervenção que essa atuação pode assumir no processo editorial.

A revisão de pares por duplo-cego pode ser comparada à metáfora de uma conversa entre pessoas que assumem três papéis: editora ou editor, revisora ou revisor e autora ou autor. As pessoas que assumem as funções de revisão e de autoria só trocam mensagens entre si por intermédio da terceira, a editora ou editor, que regula o conteúdo e a conduta na conversa. O propósito da conversa é apresentar o resultado do consenso alcançado a um público interessado no conteúdo discutido e nos argumentos utilizados. Essa relação com as partes do diálogo confere à mediação da editora ou editor a possibilidade de determinar o que é relevante e o conteúdo das mensagens trocadas.

Assim, é a atuação da editora ou editor que pode estabelecer uma agenda de pesquisa ou abrir um campo de conhecimento, a partir do que esta ou este estabelece como critérios de relevância ou do que opta em publicar, conforme informou Eloísa Martín na entrevista. Ela comentou que a editora ou editor é um pivô no campo acadêmico, pois é a parte do processo editorial que possui amplos poderes de determinar, no início e no final do processo editorial, se o manuscrito submetido possui validade científica e é publicável. A editora ou editor é o “último responsável por tomar decisões se um artigo é publicável e se um parecer de revisão por pares é adequado” (MARTÍN, 2016, p. 697), pois é a pessoa que tem a função principal de selecionar o que será publicado no periódico a partir do interesse e do perfil do público leitor, que geralmente é delimitado por âmbito, escopo e linha editorial do periódico.

Martín (2014) aponta duas características principais do público leitor de um periódico: o direcionamento de temas e o âmbito geográfico. O direcionamento de temas indica se o periódico é orientado para debates generalistas ou específicos. Os periódicos generalistas publicam temas gerais relacionados a uma ou mais disciplinas, como metodologia, teoria, estudos empíricos ou comparativos de interesse geral da área de conhecimento, etc. É o caso do *Current Sociology*. Os periódicos especializados limitam-se a temas, áreas, subcampos, discussões teóricas ou mesmo contextos geográficos específicos, caso dos periódicos pesquisados que se restringem a estudos agrários. O âmbito geográfico (regional, nacional ou internacional) está relacionado à abrangência territorial e,

consequentemente, ao universo idiomático coberto pelo periódico. Alguns periódicos geridos por associações disciplinares têm como público prioritário os membros de sua comunidade de associados. Outros são vinculados a instituições universitárias de renome. As duas formas de ancoragem institucional podem abrigar periódicos regionais, nacionais ou internacionais.

É nesse quadro que a autora ou autor optará por um periódico para submeter seu manuscrito. O contato inicial da autora ou autor com a editora ou editor se dá na submissão do artigo, realizada, em geral, por meio de uma plataforma digital *on line*. A análise inicial pelo comitê editorial ocorre a partir do resumo, por isso a importância deste, para, posteriormente, analisar-se o conteúdo do trabalho. A partir dessa etapa, a editora ou o editor avaliará e tomará a decisão de aceitar ou não o manuscrito para revisão por pares.

A editora ou editor avalia a adequação do manuscrito a âmbito, escopo e linha editorial do periódico. Além disso, considera-se a relevância do trabalho proposto, ou seja, o modo como a autora ou autor apresenta uma arena comum de discussão para estabelecer diálogo com quem irá ler o artigo, tornando-o interessante. Martín salienta que a relevância desenvolvida pela autora ou autor se fundamenta em três aspectos:

1. Uma fundamentação ou um debate abrangente que sirva de linguagem comum para o diálogo entre autores e leitores;
 2. a missão do periódico, por isso deve ter em conta, por exemplo, se está a submeter-se a uma revista especializada ou generalista; e
 3. o público do periódico, que pode ser nacional, regional ou internacional.
- (MARTÍN, 2015, p. 940)

Associada à relevância, está a contextualização, cujo objetivo é informar a leitora ou leitor sobre a realidade social descrita, especialmente para aqueles que não a conhecem e esperam discussão e explicação específicas para poder analisar e contextualizar os dados de pesquisa. A tarefa da autora ou autor é desenvolver esses aspectos com criatividade (MARTÍN, 2014).

De um modo geral, a editora ou editor possui a atribuição de “trabalhar com autores para ajudá-los a comunicar suas análises e reflexões tão efetivamente quanto possível” (MARTÍN, 2016, p. 697). Além disso, a editora ou editor acompanham a revisão por pares

nas rodadas de avaliação, bem como intermediam o diálogo entre revisoras e revisores com autoras e autores por meio de pareceres. Martín comenta que a função de editora ou editor de periódico científico é

criar espaços de diálogo, espaços de interlocução para fora (do periódico), na hora de comunicar para a comunidade acadêmica, mas também para dentro (do periódico) no processo de revisão por pares e no processo de produção do artigo. (comentário de Eloísa Martín, em entrevista concedida em 06/12/2016)

Esse diálogo busca um consenso “forjado não por visões comuns ou interesses sobrepostos, mas por encontrar um caminho onde os desentendimentos possam eventualmente levar a uma produção coletiva de conhecimento” (MARTÍN, 2016, p. 697).

A autora destacou que a editora ou editor devem ater-se aos comentários de revisoras e revisores para que não reflitam o que teriam gostado de ter lido ou escrito. Ela salienta que a editora ou editor devem atuar junto a “revisores quando eles propõem mudanças que não são associadas ao estilo ou ao quadro teórico, para evitar que o autor perca de vista o seu texto original” (MARTÍN, 2016, p. 697).

Os fatores acima indicados orientam o modo de atuação de editoras ou editores para mediar a relação entre as partes no processo editorial e tomar a decisão inicial de aceitar ou não o manuscrito para submissão à revisão por pares. Em caso de rejeição do manuscrito, a editora ou editor envia carta à autora ou autor comunicando a decisão, os motivos, e agradece a submissão do manuscrito. Em caso de aceitação, inicia-se a próxima etapa do processo editorial que é a seleção de revisoras e revisores. A seleção de revisoras e revisores aponta a tarefa de identificar especialistas na área de discussão do manuscrito que tenham disponibilidade de tempo.

1.1.2. O papel de revisoras e revisores

A atribuição de selecionar revisoras e revisores é do comitê editorial. A equipe de revisão deve ter competência para avaliar adequação, relevância e originalidade do manuscrito, além de ler o idioma exigido para o manuscrito ser apresentado, no caso de periódicos internacionais (MARTÍN, 2016). Editoras e editores utilizam diferentes maneiras

de seleção de revisoras e revisores. Nas entrevistas com editores dos periódicos pesquisados, foram elencadas algumas delas, desde a disponibilidade de colegas de local de trabalho até redes mais amplas de especialistas da área dispersos pelo mundo. O tempo para compor a equipe de revisão se passa para a autora ou autor como uma espera.

As revisoras e os revisores “são especialistas nos temas discutidos no manuscrito e atuam nos debates em seus respectivos campos de níveis internacional, regional e local” (MARTÍN, 2016. p. 692), e uma condição para realizar um bom trabalho é afastar-se das próprias crenças e inserir-se na lógica da autora ou autor (MARTÍN, 2016). O parecer elaborado na revisão por pares não se restringe a uma lista de mudanças em um texto que revisoras e revisores elaboram para a autora ou autor realizar. É também uma colaboração para que a autora ou autor aproveite as reflexões sobre o manuscrito ao máximo, apontou Martín na entrevista. A autora ou autor, por sua vez, deve tornar o artigo interessante para a revisora ou revisor (MARTÍN, 2016).

O número de revisoras e revisores depende da complexidade do manuscrito, mas geralmente selecionam-se entre dois ou três membros para compor uma equipe de revisão, informou Martín⁸. Alguns manuscritos demandam mais pessoas, por abordarem temas polêmicos e inovadores. A entrevistada comentou que, se o manuscrito demanda mais trabalho, indica uma revisora ou revisor adicional, pois, no decorrer da revisão por pares, é comum que revisoras e revisores cansem. Além disso, um membro adicional atua como mediador para ser o “voto de minerva” em caso de decisão de revisores que apontem análises divergentes, como considerar o manuscrito “completamente sem sentido” ou que há “esperança para trabalhá-lo”, informou a editora na entrevista.

Em editorial que discute a experiência recente do *Current Sociology*, Martín (2016) comenta que, para garantir a publicação de um artigo relevante e que contemple a diversidade geográfica, tenta compor uma equipe de revisão com diferentes competências. Ela indicou que busca encontrar “pelo menos um revisor que trabalhe ou seja especializado na região analisada” e outro que seja capaz de “avaliar se o exame do manuscrito é adequado para outros contextos ou para o debate internacional”. A editora comenta que a primeira pessoa avalia “a adequação dos dados e a originalidade do argumento em relação às

⁸ Entrevista realizada em 06/12/2016.

publicações locais e regionais sobre o tema” (MARTÍN, 2016, p. 692). Já a segunda, avalia, idealmente, como um especialista no tema em outra parte do mundo. A autora relata que “esta abordagem geopolítica para a revisão por pares nos ajudou a evitar casos de republicação ou apresentação simultânea e plágio” (MARTÍN, 2016, p. 692). Ela destaca que essa perspectiva também incentivou a apresentação de discussões e ideias sobre contextos que não seriam percebidos, mas que poderiam ser proveitosos para os leitores do *Current Sociology* (MARTÍN, 2016, p. 692).

Ainda no editorial, Martín argumenta que a *Current Sociology* busca conscientemente “juntar debates locais e regionais com discussões internacionais”, de modo a contribuir para uma “produção mais rica e cosmopolita na sociedade” (MARTÍN, 2016, p. 692). Segundo a editora, essa abordagem “vai além da simples reprodução de debates do *mainstream* e da aplicação de teorias para a análise dos dados locais” e de “impor um estilo específico de escrita acadêmica que possa limitar ideias e abordagens originais” (MARTÍN, 2016, p. 692).

Com essa estratégia, a editora argumenta que o periódico busca revisores capazes de utilizar a sua *expertise* em seu campo de conhecimento em contextos específicos e colaborar para que autoras e autores possam “desenvolver e expressar ideias da melhor maneira possível em seu manuscrito” (MARTÍN, 2016, p. 692). Ela argumenta que revisoras e revisores devem, portanto, ser mais do que meros detentores de conhecimento: devem ser comprometidos com a produção coletiva do conhecimento, a partir de críticas construtivas e propostas para melhorar o trabalho, mesmo quando sugerem rejeitar o manuscrito (MARTÍN, 2016).

Após formada a equipe de revisão, o manuscrito poderá passar por de uma a cinco rodadas de análise, até que esteja ajustado para publicação, declarou Martín na entrevista. Essas sucessivas idas e vindas requerem trabalho intenso das partes envolvidas e o acompanhamento pela editora ou editor. A troca de mensagens entre revisoras e revisores, autoras e autores é registrada na plataforma *on line* e é monitorada. Martín informou que, na plataforma utilizada pelo *Current Sociology*, há uma área para comentários confidenciais da revisora ou revisor para a editora. Nesses espaços, a equipe de revisão explicita com comentários como “o trabalho é ruim” ou “o autor não entendeu nada”. Ela também comentou que percebe, nos pareceres, quando a revisora ou revisor assume posição mais

“agressiva” e a autora ou autor, posição defensiva. Nesses casos, ela comentou que “o diálogo entre as partes termina por radicalizar-se e com conflito de egos” e que “ninguém ganha com a radicalização”.

De modo a evitar posições extremas, Martín informou que lê o parecer de revisoras e revisores antes de enviar para a autora ou autor. Em casos extremos, ela informou que modifica os pareceres com o objetivo de atenuar a forma de uma avaliação. Por exemplo, uma frase como “o texto está uma porcaria”, é substituída por “o texto precisa de mais trabalho”. A editora informou que seu objetivo não é distorcer a análise da revisora ou revisor, mas “melhorar a etiqueta” do diálogo. Ela resume essa situação afirmando que “em última instância, todos fazem parte da comunidade acadêmica” e que “na mesa de discussão na qual estão a editora, o revisor e o autor, os lugares são permutáveis, sobretudo quando todos estão na situação de trabalho voluntário”⁹.

Autoras e autores devem “estar preparados para receber críticas e defender suas ideias – com argumentos sociológicos claros – se eles discordam das recomendações dos revisores” (MARTÍN, 2016, p. 693). Por isso, “é fundamental entender que a revisão é um processo contínuo em que revisoras e revisores destacam os pontos mais fortes e mais fracos de um manuscrito” (MARTÍN, 2016, p. 693) e que a editora ou editor será mediadora ou mediador do processo e, em última instância, decidirá se o manuscrito será aprovado ou rejeitado.

É interessante analisar a mediação de editora ou editor na avaliação da equipe de revisão. Martín (2016) comenta a situação em que um dos membros da equipe de revisão rejeita o manuscrito e é inflexível em sua decisão, mas os demais membros apresentam posição favorável à aceitação, e a autora ou autor argumentam de modo convincente. Martín (2016) afirma que, em casos como esses, opta por adotar a posição *in dubio, pro reo* e prefere publicar o artigo. Embora ela reconheça que o manuscrito não esteja pronto, prefere que o artigo seja criticado pela comunidade acadêmica por suas deficiências do que perder um artigo inovador, apenas porque não convenceu um membro da equipe de revisão.

A editora ou editor deve ater-se ao fato de que comentários expressos no parecer possam manifestar o que revisoras e revisores gostariam de ler ou escrever (MARTÍN, 2016). Essa expectativa está relacionada à cultura acadêmica construída ao longo da

⁹ Comentário de Eloísa Martín, em entrevista concedida em 06/12/2016.

trajetória intelectual da revisora ou revisor e que, em um ambiente de diálogo entre pares, não poderia ou não deveria existir por meio da sobreposição de culturas (MARTÍN, 2016), e que as “culturas acadêmicas nacionais podem determinar um certo estilo de escrita (do autor) e um certo estilo de crítica (do revisor)” (MARTÍN, 2016, p. 954). Ao invés de estabelecer uma relação de poder, Martín comenta que a tarefa da editora ou editor é “trabalhar para gerar espaços de frutífera inteligibilidade” (MARTÍN, 2016, p. 954). Ela observa que “o consenso é forjado não por visões comuns ou interesses sobrepostos, mas encontrando um caminho onde os desentendimentos possam eventualmente levar a uma produção coletiva de conhecimento” (MARTÍN, 2016, p. 954).

Martín também aponta, na entrevista, que a situação oposta à construção desse consenso ocorre quando revisoras e revisores rejeitam manuscritos por não citarem os textos e autoras ou autores que constituem o corpo teórico estabelecido pelos cânones do campo ou área de conhecimento. Outra situação mencionada é a crítica de revisoras e revisores à escrita em inglês e ao estilo do texto de autoras e autores cuja língua nativa não é o inglês. Tal fato, muitas vezes, provoca o receio de apresentar trabalhos a tais periódicos. Martín informou em entrevista que se trata de negociação na qual a autora ou autor deve desmistificar tais críticas, pois não estão relacionadas à excelência do trabalho. Ela ressalta que, em muitos casos, trata-se de uma questão retórica, de estilo ou de organização do material. A escrita em inglês também será objeto de consideração da autora e do autor entrevistados, como apresentarei adiante na seção do capítulo que analisa as participações destes na revisão por pares.

Em princípio, todo artigo pode ser melhorado, mas o trabalho de revisão não deve prolongar-se indefinidamente, comenta Martín¹⁰. Ela ressalta que a revisão por pares não pode esperar que o manuscrito resolva os problemas da área de conhecimento com o reduzido espaço disponível no periódico.

Por fim, há um ponto em que todas as partes envolvidas concordam que o artigo está ajustado para publicação, informa Martín¹¹. O resultado do trabalho de revisoras ou revisores será um parecer recomendando a publicação ou não. Ela destaca que a aprovação pode ser alcançada mesmo sem a autora ou autor seguir todas as orientações da equipe de

¹⁰ Entrevista concedida em 06/12/2016.

¹¹ Idem.

revisão. Para isso, esta ou este deverá responder a todas as questões indicadas, e, se for o caso, argumentar por que não foram realizados os ajustes indicados.

Eloísa Martín¹² afirma que, às vezes, é necessário rejeitar o artigo na terceira rodada, e que isso é “uma perda para todos”, pois houve uma dedicação de tempo, energia, paciência, etc. Segundo ela, para a autora ou autor, a experiência de rejeição de um manuscrito é desanimadora. Se há muitas rejeições, a autora ou autor questionam-se quanto ao investimento de tempo e esforço intelectual em trabalho que não dá resultado. Martín constata que muitos sequer tentam.

A editora ou editor, na comunicação de rejeição de um manuscrito, devem informar a justificativa da recusa e os erros cometidos pela autora ou autor. Por outro lado, devem sugerir modificações e propor que a autora ou autor submetam o manuscrito novamente ao periódico ou a outros, após ajustá-lo, comenta Martín¹³.

A rejeição de um manuscrito não ocorre somente pelo fato de a autora ou autor apresentar justificativa inconsistente ou por não fazer as correções indicadas pela equipe de revisão. Há outros motivos possíveis, como a equipe de revisão considerar que os ajustes exigidos não poderão ser realizados no prazo da revisão ou as questões apontadas na revisão serem insuperáveis, e, por isso a revisora ou revisor se recusa a continuar o processo em qualquer nova versão (MARTIN, 2016).

Esses aspectos serão retomados na seção deste capítulo a propósito da discussão sobre como os periódicos pesquisados adotam diferentes estratégias para selecionar a equipe de revisão e como atua o comitê editorial na mediação da revisão por pares. A seguir será analisado o processo editorial a partir entrevistas com autora e autores que comentam a experiência de submeter manuscritos a revisão por pares em periódicos internacionais.

1.1.3. O que dizem a autora e os autores

Nesta parte do trabalho apresento a análise das experiências acadêmicas de publicação em periódicos científicos internacionais de uma autora e dois autores¹⁴. As

¹² Idem.

¹³ Entrevista concedida em 06/12/2016.

¹⁴ Em razão do conteúdo dos comentários informados pela entrevistada e entrevistados, será assegurado o sigilo de identidade, conforme acordado e assinado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que orientou a realização da entrevista e a divulgação das informações fornecidas.

perspectivas sobre os processos de validação de conhecimento na revisão por pares, comunicação de resultados de pesquisa e reconhecimento da produção acadêmica por meio de artigos em periódicos científicos, serão abordadas a partir das declarações da autora e de um dos autores entrevistados. O terceiro entrevistado reforçou as perspectivas apresentadas.

A autora e os autores possuem carreira consolidada como professora e professores de universidades (ela é de universidade europeia e eles, de universidades latino-americanas), são da área de estudos agrários e possuem publicações em periódicos de circulação nacional e internacional, entre estes o JPS, o JAC e o AS. Além disso, colaboram como revisora e revisores em periódicos nacionais e internacionais, segundo informaram. Os três comentam sobre a experiência de publicação em periódicos internacionais de um modo geral.

A submissão de um manuscrito a um periódico é o momento de apresentação do resultado de uma produção intelectual específica, seja uma pesquisa científica, seja outro trabalho de natureza acadêmica, informou a autora. Segundo ela, a revisão por pares é o início de uma nova etapa da produção do conhecimento: o diálogo com interlocutoras e interlocutores que não sabe quem são e com os quais não há comunicação direta.

A validação do conhecimento científico em periódicos, na etapa de revisão por pares, é algo diferente da elaboração intelectual da autora ou autor de um trabalho, nas palavras da autora. Trata-se da “construção de um conhecimento comum, porque o artigo transformou-se no resultado de um diálogo com revisores que [as autoras e os autores] não sabem quem são”¹⁵. A revisão, para ela, é um processo de negociação para chegar a um resultado que será publicado, caso o manuscrito seja aprovado. A autora reconhece que é muito comum autoras e autores interpretarem essa relação como uma interferência na autonomia intelectual e rejeitarem as orientações de ajuste. Ela considera que o trabalho evolui em resposta ao diálogo e que a revisão por pares é uma construção conjunta de conhecimento, apesar de o artigo ser uma responsabilidade da autora ou autor¹⁶.

A autora informou que submeteu manuscritos a diversos periódicos para revisão por pares por duplo-cego. Nos pareceres de revisão que recebeu, eram recomendadas novas leituras, alterações no texto do manuscrito, indicação de citação de autoras e autores de

¹⁵ Comentário da autora de artigo entrevistada em 30/06/2017.

¹⁶ Um fato observado em trabalhos da autora entrevistada e em vários artigos analisados nesta pesquisa foi o agradecimento de autoras ou autores às sugestões e ao diálogo que se estabeleceu na revisão.

referência, revisão de conceitos e explicação de argumentos que não estavam claros. Após algumas rodadas, chegava-se ao momento da avaliação final, em que era dado o veredito de aprovação ou rejeição para publicação. Ela informou que trabalha intensivamente no manuscrito a partir das orientações de ajustes dos pareceres e que costuma utilizar todos os comentários para fazer uma boa revisão e aperfeiçoar o manuscrito. É nas rodadas de ajustes que são indicados os comentários mais consistentes, complementou o autor 1, e ressaltou que a equipe de revisão é formada por especialistas da área de conhecimento do trabalho analisado, que fazem considerações mais profundas.

A relação entre os dois lados da revisão pode ser “tensa e não linear”, salientou o autor 1¹⁷. Ele explicou que a mediação se estabelece como uma relação de poder na qual a autora ou autor pode assumir posição de submissão, ao acatar todas as orientações da revisão e alterar substancialmente seu trabalho, ou de autonomia, dialogando com argumentação que justifique posição diferente ou oposta ao ajuste proposto no parecer. Ele ressaltou que a maneira pela qual se participa do diálogo determinará como a relação entre revisoras ou revisores e autora ou autor se desenvolverá nas rodadas de avaliação do manuscrito e as posições na relação de poder durante a análise de artigos por revisoras ou revisores.

O autor 1 comentou uma situação em que percebeu uma “discreta imposição” da posição teórica de uma revisora ou revisor em razão de uma orientação. Segundo ele, o manuscrito apresentava análise sobre governo e Estado a partir do enfoque da ciência política. No parecer, a revisora ou revisor indicou analisar a partir da determinação da estrutura econômica e propôs que se usasse categorias da economia política na análise. O autor 1 respondeu que as questões políticas indicadas não poderiam ser respondidas somente a partir da estrutura econômica e da luta de classes, dimensões que, para ele, não explicavam totalmente o caso estudado. Ele contrapôs o argumento de que para discutir governo e Estado seriam necessários outros argumentos e outras categorias que não estão restritos à economia política, o que foi aceito na revisão.

Esse mesmo autor entrevistado resume que essa foi uma maneira de assumir a posição de autonomia e optar por estabelecer uma relação de diálogo na revisão por pares. Ele resalta que, em periódicos internacionais, de modo mais acentuado, espera-se não somente o ajuste do texto, mas respostas às orientações. Deve-se responder às questões

¹⁷ Entrevista realizada em 21/06/2017.

apontadas no parecer com justificativas de por que são aceitas ou não. Essa é uma maneira de dialogar na revisão por pares de modo linear e horizontal. Ele comentou que em alguns momentos o diálogo se torna fatigante, em razão dos muitos ajustes sugeridos e rodadas já realizadas, e que, às vezes, não tem disposição para argumentar e limita-se a alterar e responder ao que foi indicado no parecer.

Revisoras e revisores podem assumir perfil colaborativo, apontou o autor 1¹⁸. Em um parecer, pode-se indicar que se compreenderam a relevância e o argumento do manuscrito, e, ao mesmo tempo, que o texto não está claro. Assim, propõem-se sugestões de ajuste para melhorar a redação.

A autora relatou duas experiências inusitadas em relação à compatibilidade de pareceres de diferentes membros da equipe de avaliação e sobre a competência teórica de revisoras e revisores. A primeira refere-se a pareceres antagônicos: um que considerava o manuscrito bom e outro que o considerava muito ruim. O editor interveio e comentou que não concordava com o parecer de que o manuscrito estava ruim, solicitando que a autora reescrevesse e reapresentasse o manuscrito. A segunda experiência foi a de que a entrevistada recebeu um parecer que informava que ela não tinha compreendido a obra de dois autores aos quais fazia referência, questionando-se a competência teórica da autora. Esta informou-me que o mesmo manuscrito foi lido pelos mencionados autores citados, que não apresentaram questionamento quanto à exposição dos conceitos e argumentos que eles elaboraram e que ela discutia no manuscrito. O fato causou à autora um desencantamento com o processo de validação do conhecimento por meio da revisão por pares.

A autora comentou a situação que chamou de “autorreferência teórica” na revisão por pares. Um editor de um número especial de um periódico do qual ela participou indicou que a entrevistada citasse em seu manuscrito um conceito que por ele elaborado, em contraposição ao de outro autor que ela comentava no trabalho. A autora caracterizou a situação como uma “política de citação” e uma maneira de o editor, por meio da posição que estava ocupando, impor que fosse citado como um modo de se destacar nos debates acadêmicos. Ela comentou que

¹⁸ Entrevista realizada em 21/06/2017.

a indicação de citações ou referências em um manuscrito é uma maneira [desses autores] se fazerem relevantes no campo a partir de uma citação imposta como uma relação de poder. O revisor condiciona a citação ao autor do manuscrito para que seja aprovado. (Comentário da autora em entrevista realizada em 30/06/2017)

A autora informou que percebe claramente quando revisores buscam atraí-la para a perspectiva teórica deles. A indicação geralmente está associada a um comentário como “considere a minha opinião sobre esse assunto”, complementou¹⁹.

Outro aspecto destacado pela autora e pelo autor 1 é o que caracterizaram como “barreira linguística”. Os dois falam fluentemente inglês e escrevem nesse idioma, no qual submetem a maioria dos trabalhos a periódicos internacionais. Ambos contam que receberam muitos comentários reclamando da qualidade do texto em inglês, mesmo após o texto ser revisado por revisoras ou revisores profissionais nativos de países falantes da língua exigida no periódico. O autor 1 ressaltou a dificuldade de expressão escrita em inglês e complementou que “uma coisa é falar, outra coisa é pensar teoricamente na língua”. Segundo ele, fazer essa tradução requer um esforço maior, pois “o jeito de dizer a mesma ideia [em outro idioma] faz a diferença” na comunicação. Para ele, trata-se não somente de uma barreira instrumental, mas de uma elaboração importante na produção teórica.

Ele comentou que há ideias e contextos apresentados no trabalho que não são familiares a quem faz a revisão do manuscrito e é de outro país. A revisora ou revisor possui dificuldade de compreender a expressão escrita das ideias do autor ou autora, mesmo com uma boa tradução para língua exigida no periódico, pois não é da mesma origem geográfica e não conhece a realidade social e linguística que é objeto do manuscrito. Em razão disso, todo o esforço de tornar o texto claro no idioma para o qual é traduzido poderá não ser suficiente para tornar a argumentação devidamente clara se não houver uma mudança na lógica da construção do texto.

A tradução profissional não funciona satisfatoriamente, pois se a tradutora ou tradutor não possuem familiaridade com o tema, podem traduzir conceitos erroneamente, ressaltou o autor 1²⁰. Ele comentou que a experiência de escrever no idioma nativo e traduzi-lo para a língua exigida no manuscrito não é uma boa alternativa, pois geralmente produz problemas adicionais.

¹⁹ Entrevista realizada em 30/06/2017.

²⁰ Entrevista realizada em 21/06/2017.

Para concluir esta parte do trabalho, destaco o que a autora comentou sobre a relação entre comunicação científica e validação de pesquisas em periódicos. Ela considera que publicar um artigo em um periódico científico não é uma questão de qualidade da pesquisa e comenta que é um “*know how* da prática de escrever na forma que é requerida no *journal*”. A autora também opina que talvez a experiência de escrever vários artigos garanta a aprovação sem tantas observações.

Até aqui contextualizei o que é e como ocorre o processo editorial, a partir do que aponta a literatura e da experiência de editoras e editores, autoras e autores. Isso permite construir uma referência analítica do processo editorial por meio das etapas da revisão. Inicialmente os manuscritos são apresentados à editora ou editor-chefe, que avalia a adequação ao âmbito e escopo do periódico. Posteriormente, esta ou este indica a equipe de revisão, formada por especialistas no tema abordado no manuscrito. O trabalho destes é analisar o artigo e sugerir ajustes. A autora ou autor, por sua vez, modifica o texto ou defende com argumentos a manutenção do que tinha proposto. O processo se conclui com o parecer final de membros da equipe de revisão sendo apresentado à editora ou editor-chefe, que decide pela aceitação ou rejeição do manuscrito.

1.2. Os periódicos pesquisados

A opção por investigar os periódicos JPS, JAC e AS deve-se ao enquadramento destes nas duas abordagens da pesquisa. Em primeiro lugar, esses periódicos possuem artigos e números especiais que retomam a controvérsia clássica do programa de pesquisa marxista²¹ sobre as questões agrária e camponesa. Em segundo, os editores dos periódicos ocupam diferentes posições na geopolítica da produção do conhecimento. Essas abordagens serão temas dos capítulos II e III, respectivamente.

A análise de trajetória dos periódicos visa a compreender os contextos sociais nos quais se deram os lançamentos e as mudanças na linha editorial a partir da atuação de editores, no caso do JPS. Destaco acontecimentos relevantes para entender os cenários

²¹ Utiliza-se a referência de programa de pesquisa como um conjunto de pressupostos teórico-metodológicos que orientam uma agenda de pesquisa a ser implementada (heurística positiva) e os contra-argumentos utilizados em sua defesa para explicar fenômenos e resolver problemas considerados anomalias (heurística negativa), de modo a manter inalterado o núcleo do programa (LAKATOS, 1979).

editoriais nos quais os editores expressaram suas posições. Para isso, é importante ter em mente as discussões anteriores deste capítulo.

A seguir serão apresentados o âmbito e o escopo dos periódicos, seus contextos de criação e a atuação de editores na condução do processo editorial.

1.2.1. *Journal of Peasant Studies* (JPS)

1.2.1.1. Âmbito e escopo

O foco do JPS, como seu título indica, são os estudos e análises sobre o campesinato e a questão agrária. O periódico publica edições anuais com três a quatro números regulares. Alguns números são especiais e abordam temas selecionados pelos editores, considerados relevantes no momento de seu lançamento, ou homenagens a teóricos de referência.

O escopo do JPS é “promover o pensamento crítico sobre as estruturas sociais, instituições, atores e processos de mudança no mundo rural”. Além disso, esse periódico destaca de modo especial “as questões de ‘agência’ de grupos marginalizados nas sociedades agrárias, particularmente a sua autonomia e capacidade de interpretar – e mudar – as suas condições”²². O periódico incentiva contribuições nas ciências sociais que “questionam prescrições do *mainstream*, interrogam ortodoxias por meio de pensamento radical [e] exploram alternativas políticas e teóricas”.

O JPS informa em sua página na internet que recebe variadas contribuições com perspectivas contemporâneas e históricas relacionadas a política, desenvolvimento rural e questões enfrentadas por camponeses, agricultores, trabalhadores rurais, migrantes, indígenas, moradores da floresta, pastores, pescadores e jovens rurais – tanto femininos como masculinos – em diferentes partes do mundo.

²² Âmbito e escopo do JPS. Disponível em:
<<http://www.tandfonline.com/action/journalInformation?show=aimsScope&journalCode=fjps20>>.
Acesso em 22.08.2017

1.2.1.2. Contexto de criação

O JPS é o mais antigo dos periódicos analisados e iniciou uma tradição de debates sobre estudos agrários e campesinato. Participaram de sua fundação renomados pesquisadores, entre eles Teodor Shanin e Terence Byres.

O JPS surgiu nos eventos anuais chamados *Peasant Seminars*, realizados na Universidade de Londres, de 1972 a 1989. Byres (1994) comentou que, nesses 18 anos, foram discutidos muitos trabalhos, posteriormente publicados no JPS, que chegaram a um vasto público por meio de uma ampla rede de discussão, da qual faziam parte pesquisadores de países da Europa Ocidental, América do Norte, Ásia, América Latina e África, além da Austrália. O editor comenta ainda que a sinergia entre os *Peasant Seminars* e o JPS atraiu, pelo conteúdo, uma comunidade intelectual crescente (BYRES, 2001).

Comentando a experiência dos *Peasant Seminars* e do JPS, Byres (2001) ressaltou que a constituição de periódicos de referência requer uma “forte base intelectual, na forma de um seminário que se reúna regularmente e tenha uma comunidade intelectualmente coesa, crítica e argumentativa”. Essa mesma perspectiva, como será comentada posteriormente, orientou o JAC e o AS na realização de eventos de debates.

O periódico foi dirigido por diversos editores que implementaram dinâmicas diferenciadas, correspondendo a fases distintas da política editorial. Destaco três fases editoriais caracterizadas a partir do direcionamento dado pelos editores: fundação, diferenciação e retomada. A fase de fundação correspondeu aos editores Terence Byres (1973 a 2000), Charles Curwen (1973 a 1984), Teodor Shanin (1973 a 1975) e Henry Bernstein (1985 a 2000). A fase de diferenciação teve como editor-chefe Tom Brass (2000 a 2008). Atualmente, o JPS está na fase da retomada, a partir de 2009, com “Jun” Borrás como novo editor-chefe.

O cenário da fundação do JPS se deu em meio aos movimentos de enfrentamento ao anti-imperialismo e aos movimentos pró-socialismo. Dois eventos marcaram essa polarização nos anos 1960 e início dos anos 1970: a guerra vietnamita de libertação nacional contra o imperialismo norte-americano e a Revolução Cultural na China e suas consequências (BERNSTEIN e BYRES, 2001).

No editorial de lançamento do periódico em 1973, destacam-se a grande proporção de camponeses em relação à população mundial, o papel destes na produção de alimentos e

matérias-primas e o fato de constituírem a maioria desprivilegiada e desfavorecida da sociedade. O editorial destaca a importância decisiva que o campesinato pode representar na mudança política, ressaltando que “a transformação de muitas sociedades está intimamente ligada ao campesinato e ao modo como as mudanças sociais, políticas e tecnológicas o afetará” (EDITORIAL STATEMENT, *Journal Peasant Studies*, 1973, s.p.).

O editorial acrescenta que havia poucos estudos sobre camponeses no período de fundação do JPS. A intenção, ao lançar o periódico, foi propiciar um fórum permanente e o foco para o crescente interesse em estudos sobre camponeses em muitos países, por isso os editores esperavam um interesse crescente no periódico e um público leitor.

Tom Brass assume como editor em 2000, iniciando a fase de diferenciação. Essa fase corresponde à renúncia de Byres e Bernstein como editores-chefes e de todo o conselho consultivo do JPS. O motivo da saída foi a divergência com o *publisher*²³ Frank Cass em relação à venda do JPS, de sua propriedade, para a editora Routledge²⁴. Byres foi editor do JPS por 27 anos, desde sua criação, em 1973, até a renúncia como editor-chefe em 2000. Bernstein foi editor do periódico por 15 anos, de 1985 a 2000. Em 2001 os dois ex-editores lançaram o JAC, como se discutirá adiante.

O *publisher* Frank Cass assinou o editorial de apresentação do novo editor-chefe do JPS, e não Byres e Bernstein, como geralmente ocorre na transição entre editores. O *publisher* informou que o novo editor-chefe, Tom Brass, e o conselho que assumia dariam a melhor direção para fazer avançar o periódico e prosseguir sua tradição. Bernstein não publicou trabalhos e Byres publicou somente uma resenha e um obituário no JPS no período em que Brass se manteve na direção.

Brass foi um editor-chefe que publicou grande número de trabalhos no JPS. Na análise das edições do periódico em que ele foi editor-chefe, identifiquei que, em quase todos os números, havia um texto de sua autoria, como artigos, resenhas de livros e obituários. No número 1 da edição 32 do JPS, Brass teve dois artigos publicados.

²³ *Publisher* é o cargo de editoria responsável pela parte gerencial da publicação (impressão, distribuição e venda, *marketing*, etc.). Geralmente não interfere na política editorial do periódico. Apesar disso, no caso de periódicos científicos internacionais, seu poder é grande, pois ele detém o direito de propriedade da publicação, como é o caso de Frank Cass em relação ao JPS.

²⁴ Fato relatado por Cris Kay, editor atual do JAC, em entrevista.

Após nove anos de Tom Brass como editor chefe do JPS, em 2009, um novo *publisher* substituiu Frank Cass e promoveu a troca do editor do periódico. Brass não desejava sair do cargo, informou Carlos Oya em entrevista²⁵. O novo *publisher* consultou autores que publicaram no periódico, entre os quais estavam Byres e Bernstein, sobre a indicação de um novo editor-chefe para o JPS. Após várias consultas, o *publisher* escolheu o nome de Saturnino “Jun” Borrás Jr., professor e pesquisador do ISS (*International Institute of Social Studies*), reconhecido internacionalmente na área de estudos agrários.

Atualmente o JPS está na fase que caracterizo como retomada, a partir de 2009. O editorial do número em que “Jun” Borrás assume como novo editor-chefe analisa a situação do campesinato na atualidade e resalta as diferenças em relação ao momento de lançamento do JPS, na década de 1970. O editorial salienta a ausência de revoluções e rebeliões camponesas armadas e o novo ativismo agrário em que grande parte é “não revolucionária”, mas “radical, desarmada e militante”. O editorial destaca a mudança nas lutas e no alcance da influência política desses movimentos. O novo cenário é de mudança na composição que agregou novos segmentos, como povos indígenas, mulheres e ONGs. Outra característica apontada para o campesinato é a formação de redes transnacionais, coalizões e movimentos. O editorial comenta que tais desenvolvimentos provocaram e inspiraram novas agendas de pesquisa críticas. O editorial é encerrado com um agradecimento a Byres e Bernstein pela colaboração para que o novo comitê editorial reconstruísse a história e o perfil do JPS, afirmando que estes “continuam a ser uma grande inspiração”. A cordialidade será uma característica da relação entre os editores do JPS e do JAC nessa nova fase, com os editores publicando simultaneamente em um e outro periódico.

A fase de retomada incluiu a simbólica participação de editores fundadores como autores de artigos no número especial *Critical perspectives in agrarian change and peasant studies*. “Jun” Borrás convidou Byres, Bernstein e Shanin, além de Cris Kay, editor do JAC já reconhecido na área de estudos agrários, para escreverem artigos. Shanin não publicava no periódico desde sair do conselho editorial na década de 1970.

Outro aspecto relevante do JPS é a abertura para publicação de artigos de editores e autores colaboradores do AS, para os quais o JAC não deu relevância, como será analisado no Capítulo III. O JPS assume uma posição intermediária entre os periódicos JAC e AS,

²⁵ Entrevista realizada em 03/07/2017.

pois, apesar de estar ancorado em uma instituição supostamente do centro, possibilitará espaço para publicação de artigos de autoras e autores da periferia que criticam a referência dos debates a partir da divisão geopolítica centro-periferia na produção e circulação em estudos agrários.

1.2.2. *Journal of Agrarian Change* (JAC)

1.2.2.1. Âmbito e escopo

Um dos editores do JAC, Carlos Oya, destacou, em entrevista, que a economia política agrária demarca a linha editorial do JAC, direcionando-o para abordar relações de classe no campo, distribuições de recursos e debates clássicos do marxismo. Ele salientou ainda que o periódico é interdisciplinar e contempla trabalhos de economia, antropologia, sociologia e outras disciplinas afins às ciências sociais²⁶.

Oya destacou que os trabalhos publicados no JAC não se restringem à economia política marxista. Há publicações de artigos de autoras e autores que não se vinculam somente a essa linha teórica. Ele ressaltou que editoras e editores orientam as autoras e os autores a “fazerem um esforço” para se engajar nos debates que são de interesse do periódico e na sua abordagem teórica.

Byres (2001) é mais claro na trajetória que o periódico deve perseguir. Ele salienta que periódicos têm uma agenda indicada por seus editores a partir da qual elegem referências e ressalta que se deve incentivar que essa agenda seja seguida, desestimulando temas que estão fora dela. O incentivo deve pautar estudiosos mais jovens para pesquisarem temas relacionados a essa agenda, bem como motivar estudiosos estabelecidos a não se acomodarem com o reconhecimento alcançado ou mudarem de tema.

Oya informou que os números regulares do JAC publicam artigos selecionados a partir de chamadas abertas, submetidos à análise de editoras e editores e a revisões por pares. Há também números especiais propostos por editoras e editores convidados a partir de temas ou resultantes de trabalhos discutidos em eventos. A maioria é proposta por grupos de acadêmicos. Ele informou que o comitê editorial sempre recebe mais propostas do que pode aceitar, mas geralmente publica um ou dois números especiais por ano, pois há grande

²⁶ Entrevista concedida em 03/07/2017.

concorrência entre as propostas. A aceitação depende da discussão no comitê editorial que analisa a temática, do interesse do público leitor, a partir dos debates realizados no periódico, e do rigor metodológico da proposta. No Capítulo III serão analisados dois números especiais do JAC e do JPS, resultantes de decisões do comitê editorial de publicar resultados de um evento e da seleção de proposta apresentada por editoras e por editores especiais.

Outra modalidade de apresentação de trabalhos no JAC é o *simposium*. Este também é resultado de proposição ao comitê editorial e tem como objetivo abordar temas importantes na atualidade a partir de debates organizados em torno de uma questão, que apresenta diferentes perspectivas para os assuntos abordados. Nessa modalidade de submissão de trabalhos ao JAC, autoras e autores escrevem a partir de opiniões diferentes ou contribuições de regiões geográficas distintas. Trata-se de ensaios, portanto não se espera uma contribuição empírica original, destacou Oya: o texto pode resultar de pesquisa anterior da autora ou autor. Esses manuscritos são mais curtos comparados aos artigos. As exigências não são as mesmas em termos da revisão por pares. No entanto, esta é mantida para assegurar a qualidade das contribuições, embora os critérios não sejam iguais aos que são aplicados aos artigos nos números especiais, conclui Oya.

1.2.2.2. Contexto de criação

O artigo *From Peasant Studies to Agrarian Change*, assinado por Byres e Bernstein, lançou o JAC. Nele os autores apresentam um retrospecto da produção teórica do JPS e um prospecto para o JAC (BERNSTEIN e BYRES, 2001). Os editores ressaltam o dinamismo intelectual do JPS e sua trajetória de debates exaustivos e, ao mesmo tempo, revigorantes para a área de estudo agrários. Eles também reconhecem lacunas e tendências que “requerem considerações atualizadas”. A retomada de “antigas controvérsias pode ser revitalizante, a partir de novas abordagens” (BERNSTEIN e BYRES, 2001, p. 36). Os editores citam, como exemplos do debate histórico, o feudalismo europeu e as transições para o capitalismo, as formações pré-capitalistas agrárias na Ásia e as origens agrárias do capitalismo norte-americano. Entre os novos temas estão os estudos feministas, a investigação da tecnologia e da mudança técnica, os padrões de globalização e a importância da cultura.

Byres e Bernstein foram editores do JAC por sete anos, de 2001 a 2007, quando se aposentaram e afastaram-se do comitê editorial. Eles continuam a publicar no periódico

resenhas de livros e artigos. Bernstein mantém-se em atividade acadêmica intensa, publicando artigos, participando de eventos internacionais e ministrando aulas em universidades estrangeiras. Byres ainda participa indiretamente de orientações na linha editorial do JAC, conforme informou um dos autores entrevistados que publica artigos e participa de debates do periódico.

O número 1 da edição de 2008 marca a transição entre os comitês editoriais. Há dois editoriais, um assinado por Byres e Bernstein, outro pela nova editora e pelos novos editores: Deborah Johnston (que saiu posteriormente), Cristóbal Kay, Jens Lerche e Carlos Oya²⁷.

O editorial assinado pelos ex-editores-chefes retoma o artigo de lançamento do JAC (BERNSTEIN e BYRES, 2001) e expressa o desejo de que estudiosos mais jovens continuem a tradição de realizar estudos de economia política agrária. O texto ressalta que três dos quatro novos editores são “notáveis representantes de uma geração ‘sucessora’” dessa tradição, referindo-se a Johnston, Lerche e Oya, que fizeram doutorado no SOAS, onde o JAC está ancorado institucionalmente. O editorial destaca Kay como um reconhecido e influente acadêmico que havia publicado artigos no JPS quando Byres e Bernstein eram editores. Os editores ressaltam no editorial o desejo de continuar a contribuir no periódico e que a nova editora e os novos editores mantenham a motivação intelectual e a satisfação de engajarem-se na liderança editorial do JAC, tal qual eles fizeram.

O editorial assinado pelo novo comitê faz um reconhecimento da contribuição de Byres e Bernstein ao JAC, citando artigos publicados por eles. Aponta também novos temas que o periódico pretende abordar, como regimes internacionais de produção, comercialização, distribuição de alimentos e análises de políticas institucionais e estruturas que afetam as formações agrárias contemporâneas. O editorial afirma ainda que o comitê de editoras e editores “deseja manter a visão original do JAC” (JOHNSTON, KAY, LERCHE e OYA, 2008, p. 4), além de estender seu alcance a novas áreas indicadas e manter o sucesso alcançado pelo periódico. O novo comitê ressalta ainda que perseguirá o objetivo de continuar a ser valorizado pelos seus leitores “por sua abordagem distintiva na análise das

²⁷ Atualmente participam Liam Campling e Bridget O'Laughlin.

dinâmicas sociais e de produção nas formações agrárias” (JOHNSTON, KAY, LERCHE e OYA, 2008, p. 5).

Após a saída, os editores fundadores foram homenageados com a criação de um prêmio, em 2008, com seus nomes para o melhor artigo publicado anualmente no JAC, o prêmio “Bernstein & Byres”. O objetivo da premiação é estimular o envio de artigos ao periódico na tradição da economia política. Os editores selecionam uma lista de trabalhos e os participantes de uma comissão julgadora específica, formada por membros do conselho editorial e acadêmicos ilustres (entre os quais estão Byres e Bernstein). A vencedora ou vencedor do prêmio recebe o valor de quinhentas libras esterlinas.

Outro destaque a um dos editores foi uma edição especial do JAC intitulada *The political economy of agrarian change: essays in appreciation of Henry Bernstein*, de 2016, dedicada a abordar a obra do ex-editor²⁸. A edição apresenta ensaios e uma entrevista com Bernstein. Os ensaios abordam diferentes aspectos da obra de Bernstein: reflexões críticas sobre sua abordagem do campesinato, a questão agrária, as relações desses temas com o capitalismo comercial, a propriedade da terra e a relação entre pequena produção e acumulação.

O JAC realiza seminários semanais na SOAS, da Universidade de Londres, na qual o periódico está hospedado institucionalmente. São debates regulares com acadêmicos e ativistas no campo dos estudos agrários. O JAC informa que o objetivo dos seminários é promover novas perspectivas para o periódico e incentivar os estudantes e acadêmicos da SOAS e de outras instituições a participarem de debates de interesse do JAC e de seus leitores²⁹.

1.2.2.3. A atuação de editoras e editores

O editor Carlos Oya, em entrevista, apresentou o funcionamento e a organização do processo editorial no JAC. Ele comentou que há uma rotatividade na função de editora ou

²⁸ Byres foi homenageado no número 1-2 da edição 24, de 1996, com o título *Agrarian questions essays in appreciation of T.J. Byres*.

²⁹ Fonte: <[http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/\(ISSN\)1471-0366/homepage/agrarian_change_seminars.htm](http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1471-0366/homepage/agrarian_change_seminars.htm)>. Acessado em 20.08.2017.

editor-chefe. A permuta no cargo ocorre a cada seis meses. Todos executam a mesma função e há quatro ou cinco encontros anuais do comitê editorial para discutir assuntos relacionados ao periódico. Nesse ínterim, há comunicação entre os membros por meio de mensagens eletrônicas sobre assuntos cotidianos. Além desse comitê, há editoras e editores associados ou convidados que são responsáveis por números especiais.

Há uma distribuição entre editores e editora para acompanhar a revisão dos manuscritos propostos a partir de dois critérios: *expertise* na área geográfica pesquisada ou ser originário do país ou continente no qual se realizou o estudo empírico, informa Oya. Ele cita, como exemplo, o seu caso, ele é o responsável pelos manuscritos que abordam a África, continente no qual realiza pesquisas, e o de Kay, que avalia os manuscritos que abordam realidades da América Latina. Este último editor é chileno, e parte de seus estudos foram realizados nesse continente. Cada membro do comitê editorial assume a responsabilidade de analisar e acompanhar uma quantidade definida de manuscritos apresentados.

Oya informou que há uma avaliação inicial dos manuscritos realizada pelo comitê editorial a partir de critérios definidos. Um deles é se o manuscrito se adequa ao escopo do periódico. Se isso não ocorrer, o texto será rejeitado. Outro critério é o conteúdo. O editor comentou que os casos de rejeição preliminar são em decorrência dos manuscritos serem totalmente descritivos, sem análises, ou ainda restritos à apresentação de revisão teórica. O último critério é a interdisciplinaridade do estudo, na qual se exige que a análise do objeto seja realizada a partir do diálogo entre diferentes.

1.2.2.4. Seleção de revisoras e revisores e revisão por pares

A editora ou editor responsável pelo acompanhamento do manuscrito seleciona pelo menos duas ou três revisoras ou revisores, entre os quais estejam especialistas no tema e na área geográfica específica do estudo. Às vezes é necessário realizar uma busca quando não há disponibilidade de revisoras e revisores com essas características, informou Oya.

Alguns manuscritos demandam mais trabalho para formação da equipe de revisoras e revisores, pois é necessário contatar com quatro ou até dez especialistas para conseguir disponibilidade para revisão. Oya informou que, em alguns casos, o processo ocorre como uma “bola de neve”. A editora ou editor identifica três ou quatro candidatas ou candidatos

ideais, mas que respondem não estar disponíveis em razão do tempo necessário para a revisão ou outros motivos. Ele informou que, nesses casos, pergunta se elas ou eles indicam outras ou outros especialistas que possam realizar a revisão. Na maioria das vezes, informou o editor, as pessoas convidadas oferecem nomes alternativos. Posteriormente, o editor verifica se a indicação é adequada. Se a revisora ou revisor for selecionado, insere-se seu nome na plataforma digital que faz a gestão da revisão do manuscrito e é feito o convite formal para que esta ou este integre a equipe de revisão, iniciando-se o fluxo editorial.

Oya informou que este é um processo que leva tempo, pois utilizam-se as capacidades e sugestões daqueles que não podem fazer a revisão. Ele ressaltou que a rede de revisoras e revisores cresce a cada edição a partir dessa experiência, tanto por área geográfica, quanto por área temática.

Perguntei ao editor qual o tratamento dado aos manuscritos que apresentam variações ou divergem da linha editorial do JAC. Oya respondeu que o periódico é relativamente aberto para as perguntas clássicas da economia política agrária, para a valorização de pesquisas empíricas e debates interdisciplinares. Ele informou que não há delimitação do que pode ser aceito ou não. A linha de corte são as perguntas, a definição do campo e o rigor metodológico da pesquisa apresentada no manuscrito.

Por outro lado, há um esforço para engajar autoras e autores proponentes de manuscritos nos debates do periódico. Há grande quantidade de manuscritos propostos, o que gera grande concorrência. Por isso, o comitê editorial não analisa manuscritos que não sejam relevantes pela avaliação do comitê editorial. Segundo Oya, contribuições que apresentem ideias e linhas de pensamento diferentes devem adequar-se ao escopo e à linha editorial do periódico.

Ele informou que há duas situações distintas no tratamento de manuscritos que apresentam variações em relação à linha editorial do periódico. A primeira é a daqueles que estão fora da linha editorial, o que os conduz fatalmente à rejeição. São manuscritos que não apresentam análise relevante para a economia política ou os estudos agrários, ou que não são interdisciplinares. Outro caso, também vinculado a essa primeira situação, é o dos que não apresentam contribuição ou não fazem perguntas relevantes ao debate da economia política. Oya salientou que estes não são aceitos por não entrarem no campo de conhecimento e interesse da audiência do periódico. A segunda situação é a de manuscritos que apresentam

perspectiva contrária à dos editores ou de algumas editoras e editores, como o populismo agrário ou a oposição à economia política marxista clássica. Oya comentou que manuscritos que tenham contribuições que possam ser de uma linha de pensamento diferente do comitê editorial do JAC, mas que tragam perguntas e debates que são relevantes para o periódico, têm aceitação potencial. O editor ressaltou que

Sempre que houver o mínimo de rigor metodológico, o mínimo de contribuição ao conhecimento em termos de valor acrescentado, normalmente em termos de trabalho empírico, mas também alguma contribuição teórica, há o potencial de ser publicado, independentemente da opinião daqueles que dirigem o periódico (Carlos Oya, editor do JAC, entrevista concedida em 03/07/2017).

O editor ressaltou que já houve contribuições relevantes ao JAC de autores alinhados ao populismo agrário e que “a questão é a qualidade do manuscrito e qual a contribuição empírica que ele tem a fazer”. O populismo agrário faz parte da crítica que alguns autores, entre eles Bernstein, fazem ao argumento da reprodução social do campesinato e às novas formas de luta deste. A análise do embate entre essas posições será realizada no Capítulo II e demarcará a disputa sobre a interpretação do papel do campesinato na atualidade.

Oya destacou que o JAC tem a perspectiva de promover, na medida do possível, um recorte empírico rigoroso. Ele explicou que, entre um manuscrito que é fundamentalmente teórico, mas que não aporta novas ideias, e outro que não é um manuscrito teórico, mas apresenta uma forte contribuição em termos de trabalho de campo, o comitê editorial prefere a segunda opção.

1.2.3. *The Agrarian South: Journal of Political Economy* (AS)

1.2.3.1. Âmbito e escopo

O AS se define como um periódico de economia política que busca “renovar o debate sobre a questão agrária e responder aos desafios do século XXI” (AGRARIAN SOUTH,

2017)³⁰. Paris Yeros, um dos editores, informou que o periódico propõe a retomada da discussão sobre redistribuição fundiária para abordar a terra como meio de produção e reprodução social³¹. Essa perspectiva ressalta a centralidade das questões agrária e da terra de modo diferente da abordada no Norte Global³², que considera a terra somente como um fator de produção (AGRARIAN SOUTH, 2017)³³.

O periódico informa, em sua página da internet, que sua agenda de pesquisa aborda uma variedade de questões relacionadas à mudança agrária, ao uso da terra e à agricultura global. Entre as temáticas contempladas, o periódico considera fundamentais o papel dos movimentos agrários e as lutas democráticas, nacionais e globais, a integração desigual das sociedades, o desenvolvimento das agriculturas do Sul no sistema mundial e a construção de estratégias de desenvolvimento alternativo para um mundo multipolar, justo e sustentável. (AGRARIAN SOUTH, 2017)³⁴

O AS afirma assumir a posição de disputa por um lugar de produção no contexto da divisão internacional do trabalho acadêmico a partir do Sul Global e propõe contribuir para o desenvolvimento do pensamento autônomo para redefinir a relação centro-periferia na produção do conhecimento (AGRARIAN SOUTH, 2017)³⁵. A perspectiva epistemológica adotada é priorizar a construção de capacidades e competências de pesquisadoras e pesquisadores do Sul Global, informou Yeros em entrevista, por isso o AS não se alinha com a reprodução das discussões dos periódicos do Norte. A autora ou autor que submete manuscrito para publicação no AS deve dialogar com autoras e autores e temas publicados no periódico a partir da relação Sul-Sul.

O lançamento do AS aconteceu em um cenário social, político e intelectual cujo desafio era superar a subalternidade teórica em relação aos centros de produção do

³⁰ Fonte: <<https://us.sagepub.com/en-us/sam/agrarian-south-journal-of-political-economy/journal202134#submission-guidelines>>. Acessado em 09.08.2014

³¹ Entrevista realizada em 11/05/2017.

³² A expressão "Sul Global" é recorrentemente utilizada no AS e refere-se às regiões da América Latina, Ásia, África e Oceania. Segundo Dados e Connel (2012), a expressão está relacionada a outras, como "Terceiro Mundo" e "periferia", e demarca uma mudança de foco do desenvolvimento ou da diferença cultural para a ênfase nas relações geopolíticas de poder.

³³ Idem.

³⁴ Fonte: <<https://us.sagepub.com/en-us/sam/agrarian-south-journal-of-political-economy/journal202134#submission-guidelines>>. Acessado em 09.08.2014.

³⁵ Idem.

conhecimento e produzir interpretações e reflexões teóricas críticas e autônomas sobre as realidades periféricas. Da aglutinação de pesquisadoras, pesquisadores e intelectuais, surgiu a proposta de criação de um periódico de circulação internacional com o objetivo de publicar trabalhos de autoras e autores do chamado Sul Global que não eram aceitos em periódicos do Norte Global por não se enquadrarem nos critérios editoriais e geopolíticos destes últimos, como será analisado a seguir³⁶.

1.2.3.2. Contexto de criação

A ideia de criação do AS tem raízes nos desafios intelectuais do Sul Global de fazer ciências sociais a partir desse contexto e de responder aos próprios desafios. O periódico tem sua gênese nos debates do Codesria (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África), criado em 1973. Sam Moyo, editor fundador do AS, participou ativamente da construção desse conselho, do qual foi diretor e presidente entre 2008 e 2011.

A tradição do Codesria foi referência para o AS na iniciativa intelectual de afirmar “sua própria maneira de pensar, sua autonomia, com universidades estruturadas nos próprios países e seus próprios veículos de comunicação”, informou Yeros. A seguir serão discutidos o contexto de formação do conselho e as características e desafios das gerações de acadêmicos e intelectuais que o constituíram, cenário no qual Moyo atuou ativamente e, por isso, influenciou sobremaneira a formação do AS.

1.2.3.2.1. Codesria: a gênese do AS

O Codesria surgiu no contexto da descolonização iniciada após a luta por independência dos países da África e, posteriormente, se constituiu em um movimento intelectual. Esse conselho estimulou o rompimento com a dependência das ciências sociais britânicas e francesas, dominantes no cenário da África pós-colonial, constituindo-se como articulação interinstitucional para a promoção da autonomia intelectual na África por meio de pesquisas e da elaboração de matrizes teóricas por acadêmicos africanos para interpretar a realidade da África. Moyo, em entrevista a Chen e Yoshihiko (2016), resumiu essa

³⁶ Informação repassada pelos editores do AS entrevistados, Paris Yeros e Marcelo Rosa.

perspectiva destacando que tal momento de efervescência intelectual buscou estabelecer uma comunidade com ideias e projeto intelectual autônomos em reação à concepção de desenvolvimento herdada das matrizes europeias e, posteriormente, norte-americana.

O Codesria é herdeiro da tradição dos intelectuais da diáspora africana. Pessoas exiladas de seus países de origem levaram consigo a memória da opressão e da resistência. Esses intelectuais, expatriados de suas terras, fugiram para as metrópoles em busca de salvaguardar suas vidas e as de suas famílias, a liberdade e a formação acadêmica. Ao chegarem na metrópole, defrontaram-se com o desafio de viver em uma terra estrangeira. A “distinção” de tratamento era a característica da acolhida; o preconceito, a outra forma de expressar o colonialismo. Foi nesse contexto europeu, com o reconhecimento das diferenças e das desigualdades, que os intelectuais da diáspora africana realizaram sua formação acadêmica e lançaram as sementes para a valorização de suas origens.

O contexto era o pós-Segunda Guerra, em que o imperialismo europeu demonstrava suas fragilidades e a dificuldade de manter a dominação colonial. Nesse momento histórico, foram elaborados os textos fundadores da descolonização do pensamento, entre os quais os de Franz Fanon, Edward Said e Albert Memmi (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014). Esses intelectuais, ao mesmo tempo em que produziram obras de referência teórica que desvelavam a dominação colonial, engajaram-se em lutas pela libertação dos povos sob domínio colonial das metrópoles europeias. Fanon lutou pela independência da Argélia, sua pátria por adoção. Said engajou-se no reconhecimento da Palestina como país independente. Memmi colaborou na luta pela independência da Tunísia, embora tenha sido “convidado a deixar” o recém-criado Estado muçulmano por sua trajetória pautada na encruzilhada de uma formação intelectual francesa, na religião judaica e na origem tunisiana. A obra dos intelectuais da diáspora e o engajamento destes na luta pela libertação de seus países de origem foi uma das vertentes formadoras do Codesria e sua perspectiva de construção do pensamento autônomo africano.

Do outro lado do oceano Atlântico, o cenário era de afirmação dos valores do pan-africanismo, inicialmente pensado no final do século XIX como luta por solidariedade e conscientização de pessoas negras do Caribe e dos Estados Unidos. Posteriormente, o pan-africanismo ampliou-se para o mundo como motivação para a luta contra a segregação racial, direcionando-se ao horizonte político de união dos povos da África para promover o

reconhecimento das vozes de suas populações silenciadas pelo domínio colonial. O Codesria surgiu no contexto da unidade dos intelectuais africanos no pós-colonialismo na luta por reconhecimento e ocupação de espaço na sociedade.

A descolonização, como perspectiva para o pensamento autônomo, e o pan-africanismo, como perspectiva de unidade de enfrentamento e reconhecimento, pautaram a trajetória de formação dos intelectuais e acadêmicos africanos que construíram o Codesria e foram a gênese da AS. Esse itinerário é analisado por Mkamdawire (1995), que identificou três gerações de acadêmicos da África a partir de três momentos: a formação de quadros acadêmicos, a fuga de cérebros e a resistência no cenário de desmonte neoliberal das universidades. Ele considera que a análise de gerações acadêmicas é uma aproximação para compreender os momentos de formação e atuação da intelectualidade africana e os diferentes cenários em que esta atuou.

Segundo Mkamdawire, a primeira geração realizou estudos de graduação e pós-graduação em universidades da América do Norte e da Europa, a partir de programas de cooperação para formação de pesquisadores e acadêmicos que constituíram o primeiro grupo de intelectuais das universidades africanas. A formação da intelectualidade local foi uma das estratégias dos países capitalistas centrais para disputar a hegemonia em muitos países do continente africano que iniciavam os primeiros anos de independência. Essa estratégia também foi utilizada por países socialistas, como União Soviética e Cuba, em países como Angola e Moçambique.

Ao regressarem para a África, essas acadêmicas e acadêmicos receberam apoio financeiro de instituições doadoras, como a Fundação Rockefeller, para se reinstalarem. Mkamdawire destaca que essa geração se preocupava com a questão da construção da nação, com o domínio econômico e intelectual e com a dependência contínua de seus países em relação às antigas metrópoles, por isso considerava a descolonização das instituições nacionais e da intelectualidade como tarefas importantes. A primeira geração de acadêmicas e acadêmicos africanos criou o Codesria. De acordo com Mkamdawire, essas pessoas tinham a produção intelectual reconhecida nos países centrais. Seus artigos foram divulgados em renomados periódicos e seus livros publicados por editoras internacionais. A motivação para o reconhecimento da produção acadêmica africana se deu em razão da vitalidade desses

trabalhos e do bem-estar financeiro dos “estudos de área” nas universidades americanas e europeias (Mkamdawire, 1995).

A segunda geração realizou estudos de graduação em seus países de origem, mas cursou mestrado e doutorado em universidades de países centrais da Europa e América do Norte. O período caracterizou-se pelo fim do apoio para acadêmicas e acadêmicos retornarem a seus países de origem, em razão do encerramento de programas de “indigenização”³⁷. Também houve forte repressão política entre meados das décadas de 1970 e 1990, na qual muitos governos da África afastaram-se dos ideais da luta por independência e assumiram a agenda neoliberal como receita para a crise econômica e a sobrevivência política. Para completar o cenário de dificuldades, uma grave crise econômica assolou os países da África a partir na década de 1990, causando alta inflação, desvalorização das moedas nacionais e redução de salários. Essa geração foi formada para atuar em qualquer instituição de países industrializados, como acadêmicos com relativa facilidade de adaptação, comenta Mkandawire (2014), e assim o fez. Muitas pessoas não retornaram a seus países de origem. Mkandawire afirma que essa geração representou a primeira “fuga de cérebros” da África.

A terceira geração indicada por Mkandawire foi formada em programas de pós-graduação criados nos países africanos e sofreu as consequências do êxodo de acadêmicas e acadêmicos da segunda geração. Os governos nacionais africanos questionaram o investimento em formação acadêmica de alto nível para profissionais que, provavelmente, abandonariam seus países, tal qual a geração anterior. O autor informa que essa geração entrou na pós-graduação no final da década de 1980 e recebeu formação em circunstâncias extremamente difíceis. Tendo nascido em países livres da África independente, esses intelectuais passaram a maior parte de suas vidas sob extrema repressão política, sofreram restrições à liberdade acadêmica e assumiram a tarefa de “atender às necessidades de mão-de-obra de alto nível da nação”, ou seja, de compor os quadros da administração pública nacional para atuar na resolução dos problemas básicos das populações de seus países, como elevados *deficit* em saúde e educação.

³⁷ Uso o conceito de indigenização como aproximação à ideia de reapropriação crítica dos próprios conhecimentos endógenos da África e autonomia na produção do conhecimento (HOUNTONDJI, 1997 e 2008).

O cenário em que esse grupo de intelectuais atuou foi fortemente caracterizado pelo ajuste estrutural neoliberal, com corte de recursos para universidades e instituições de pesquisa e expansão de investimentos internacionais nos países da África com o objetivo de explorar e controlar seus principais ativos econômicos em uma nova onda de exploração colonial.

No âmbito da produção acadêmica, Mkamdawire aponta que as pesquisas realizadas por investigadoras e investigadores dessa geração são ricas em dados empíricos, mas as análises são carentes de base teórica. Essa situação conduz frequentemente à rejeição dos artigos por periódicos internacionais. O motivo apontado pelo autor é que geralmente as referências bibliográficas são datadas, em razão da dificuldade em acessar literatura internacional atualizada. O autor opina que isso ocorre pela precariedade de bibliotecas, a ausência de intercâmbio acadêmico internacional e o fato das pesquisas serem focadas na resolução de problemas locais.

O desafio da atuação e produção acadêmicas na África atual é romper com a subordinação e a reprodução de uma lógica neocolonial, não apenas pelo conteúdo do que é produzido acerca dos países do continente, mas também pela situação de precariedade das instituições universitárias africanas, aponta Ilges (2016). A autora destaca que, além das difíceis condições de trabalho intelectual, ocorre a imposição de agendas de pesquisa externas e a participação em pesquisas internacionais de pesquisadoras e pesquisadores locais restrita à coleta de dados em seus países de origem para serem analisados e teorizados em países centrais.

Moyo está entre a segunda e a terceira geração de acadêmicos africanos. Uma parte de sua formação foi realizada na África e outra parte na América do Norte. Como os acadêmicos africanos da segunda geração, ele fez curso de graduação em universidade africana, em Serra Leoa, e pós-graduação, mestrado e doutorado, em universidade do Norte Global, no Canadá, tal qual a segunda geração. Ele também se defrontou com a barreira de inserção no debate internacional por meio de publicações e de reconhecimento acadêmico para além das fronteiras da África, obstáculo enfrentado pela terceira geração.

O contexto da formação da intelectualidade acadêmica da África se refletirá na circulação e divulgação de pesquisas. As instituições do centro e da periferia orientarão e lançarão os pressupostos de uma geopolítica do conhecimento que se materializará nos

periódicos e na controvérsia sobre a questão agrária, como será analisado nos capítulos seguintes.

1.2.3.2.2. A articulação de pesquisadores para a criação do AS

O AS foi criado para ser o primeiro periódico com a perspectiva de diálogo Sul-Sul e de reunir autoras e autores dos continentes africano, asiático e latino-americano. O periódico herdou os desafios das gerações de intelectuais africanos de inserir temas e agendas de debates nas discussões globais a partir de um lugar de interpretação e enunciação de conhecimento.

Moyo coordenou diversos processos que culminaram no lançamento do AS, entre eles a organização de livros e a articulação de pesquisadores que originaram a rede *Agrarian South*. Ele incentivou e apoiou jovens pesquisadores em início de carreira que se tornaram acadêmicos atuantes no debate internacional sobre a questão agrária e da terra³⁸. No período anterior à fundação do AS, Moyo já era um intelectual reconhecido na África, mas tinha dificuldade de inserção e reconhecimento em debates globais.

De acordo com a atual presidenta do Codesria, Dzodzi Tsikata, em nota³⁹, Sam Moyo é atualmente reconhecido como o principal intelectual africano que analisa as questões agrária e da terra. Ela também ressalta que Moyo interessava-se pela investigação dos processos que ocorriam na África e afetavam as populações rurais em um período em que o neoliberalismo avançou sobre o mundo e muitos intelectuais e pesquisadores perderam a referência na mudança agrária como instrumento de promoção da justiça social a partir da democratização da terra. Ele realizou muitas pesquisas sobre a concentração fundiária, a expropriação de terras das populações durante a colonização branca. Seus trabalhos foram caracterizados pelo reconhecimento do direito das populações rurais de retomarem as terras e da luta em defesa do modo de vida dessas populações (CODESRIA, 2017).

³⁸ Yeros e Rosa, editores do AS relataram a participação de Moyo em suas pesquisas. Paris Yeros conta do apoio que recebeu na etapa de campo de sua pesquisa de doutorado. Marcelo Rosa comenta a colaboração de Moyo em suas primeiras pesquisas na África. Os dois atestam a generosidade de Moyo em apoiá-los por meio do contato com pessoas entrevistadas e do acesso a documentos e instituições.

³⁹ Nota do Codesria pelo falecimento de Sam Moyo. Fonte: <http://www.codesria.org/spip.php?article2487&lang=en>. Acessado em 10.10.2017.

Paris Yeros reconstituiu o processo de criação do AS, coordenado por Moyo, para se tornar instrumento de divulgação de pesquisas sobre a terra produzidas nos países do Sul Global⁴⁰. Ele informou que os eventos fundadores do periódico foram os lançamentos de dois livros e os seminários anuais conhecidos como *Agrarian Studies Summer School*, e que posteriormente se constituiu a rede de pesquisa *Agrarian South*, cujo objetivo é realizar estudos comparativos sobre transformações agrárias no Sul Global, promover diálogos políticos e publicar trabalhos acadêmicos⁴¹.

Os dois livros editados por Moyo e Yeros foram uma maneira de aglutinar e organizar a divulgação de pesquisas de autoras e autores, especialmente do Sul Global. São eles: *Reclaiming the land: the resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America*, publicado em 2005; e *Reclaiming the nation: the return of the national question in Africa, Asia and Latin America*, lançado em 2011.

O primeiro contou com colaboradores de diversos países, que analisaram a questão agrária na África, Ásia e América Latina. A obra está organizada em duas partes. A primeira apresenta capítulos escritos por autores de renome internacional que fazem a análise da questão agrária nos continentes. Entre os autores está Henry Bernstein, com o qual Moyo e Yeros estabeleceram a controvérsia que será analisada no Capítulo II desta tese. Yeros comenta que, embora os editores reconhecessem a diferença de posição, o convite para participar do livro foi uma maneira de dialogar com Bernstein e uma tentativa de identificar posições convergentes. Para a segunda parte do livro, foram convidados colaboradores que analisam a questão agrária na esfera nacional de Gana, Malawi, África do Sul, Zimbábue, Filipinas, Índia, Brasil e Colômbia. Moyo e Yeros escrevem o capítulo sobre o Zimbábue. O livro teve grande repercussão internacional, de acordo com Yeros⁴².

O segundo livro aborda as relações entre o neoliberalismo e as questões agrária e da terra, o caráter do Estado e o surgimento de novos, ou revividos, nacionalismos. O livro apresenta estudos de caso de onze países da África, Ásia e América Latina. Ao contrário de *Reclaiming the land*, o livro *Reclaiming the nation* restringiu-se a autores do Sul Global, que os editores salientam serem pesquisadores e ativistas políticos nos países e regiões

⁴⁰ Entrevista realizada em 11/05/2017.

⁴¹ Fonte: < <http://www.iaistrust.org/index.php/agrarian-south-network.html>>. Acessado em 15.07.2017.

⁴² Entrevista realizada em 11/05/2017.

analisados. A opção por autores que pesquisam seus contextos locais foi uma escolha deliberada dos editores, ao contrário do livro anterior, em que havia colaboradores que estudavam os países analisados, mas não tinham relação orgânica com os contextos pesquisados, como no caso de Bernstein.

O seminário anual *Agrarian Studies Summer School*, realizado em Harare, Zimbábue, teve a primeira edição em 2009 e é um espaço para apresentação e debate de pesquisas a partir de temas indicados por seus organizadores. A instituição promotora é o *Sam Moyo African Institute for Agrarian Studies* (SMAIAS). O objetivo do evento, que se realiza até os dias atuais, é “promover o pensamento crítico e a análise entre uma ampla gama de acadêmicos e ativistas no contexto de uma colaboração Sul-Sul”⁴³. Segundo a instituição promotora, o evento proporciona uma plataforma de diálogo entre pesquisadores do Sul Global para a discussão dos cenários da mudança agrária. Os participantes da *Summer School* são acadêmicos consolidados, ativistas e jovens pesquisadores de universidades e outras instituições em um amplo espectro de países, tanto do Norte quanto do Sul Global.

Yeros informou que os trabalhos apresentados nos encontros anuais da *Summer School* que precederam ao lançamento da AS, tinham como centro de gravidade a questão agrária a partir da abordagem da economia política, mas outras abordagens poderiam ser apresentadas, desde que estivessem relacionadas ao tema central e dialogassem com os autores participantes do debate na rede⁴⁴. Essa perspectiva orientou a linha editorial do AS posteriormente. Autores renomados dos continentes africano e asiático, como Samir Amin⁴⁵, Utsa e Prabat Patnaik⁴⁶, reconhecidos mundialmente, apresentaram seus trabalhos na *Summer School* com o objetivo de dialogar com outros participantes.

A recepção ao seminário foi calorosa, informou Yeros, pois havia uma demanda reprimida de autoras e autores que não conseguiam publicar além das fronteiras de seus países e de seus continentes de origem⁴⁷. Os trabalhos apresentados na *Summer School*

⁴³ Fonte:< <http://www.iastrust.org/index.php/agrarian-south-network.html>>. Acessado em 15.07.2017.

⁴⁴ Entrevista realizada em 11/05/2017.

⁴⁵ Intelectual egípcio com formação em economia na França que publicou livros e artigos sobre economia política do desenvolvimento. Atuou em organismos de desenvolvimento no Egito e Mali. Atualmente é diretor do Fórum do Terceiro Mundo, uma rede internacional de pesquisa para movimentos sociais internacionais.

⁴⁶ Respectivamente pesquisadora e pesquisador da Universidade Jawaharlal Nehru, Índia. A autora e o autor possuem larga produção acadêmica publicada em periódicos internacionais, como JPS e JAC, reconhecida mundialmente.

⁴⁷ Entrevista realizada em 11/05/2017.

tinham duas características comuns, informou Yeros. A primeira era que autoras e autores eram reconhecidos em seus países ou continentes do Sul Global, mas não conseguiam inserir-se no debate internacional. A segunda característica comum foi que os temas de seus trabalhos não se encaixavam nas agendas de pesquisa consagradas nos periódicos internacionais. Yeros comentou esta situação da seguinte maneira:

todos os que participavam dessa rede enfrentavam o mesmo sistema geopolítico: produziam pesquisas excelentes, mas que não conseguiam publicar nos grandes periódicos por não citarem os autores de referência, por possuírem uma relação orgânica com suas regiões e pensamento próprio que não se encaixavam nas agendas de pesquisa e nos arcabouços teóricos consagrados como cânones. (Paris Yeros, editor do AS, entrevista concedida em 11/05/2017)

Os encontros da *Summer School* culminaram na constituição da rede *Agrarian South*, formada por pesquisadoras e pesquisadores da África, América Latina e Ásia com o objetivo de realizar “estudos comparativos sobre as transformações agrárias no Sul, diálogo político e publicações de trabalhos” (SMAIAS, 2017). Entre as instituições parceiras estão as universidades: de Rhodes e Cidade do Cabo (África do Sul), de Dar es Salaam (Tanzânia), Jawharal Nehru (Índia) e UFABC, UnB e UFMG (Brasil); além das seguintes organizações: *Haki Ardhi* (Tanzânia), *Action Aid* (Índia) e *Trust for Community Outreach and Education* (África do Sul) (SMAIAS, 2017).

A partir da rede *Agrarian South* surgiu o AS. Yeros informou que o título foi proposto com a palavra “Sul” para demarcar território geopolítico, mas isso não exclui outras regiões; e com a palavra “agrário” para expressar a relação com a terra e o lugar em que as pessoas vivem e trabalham.

Yeros comentou que os grandes periódicos silenciaram em relação ao debate realizado na rede *Agrarian South* por meio de artigos, que são posteriormente selecionados para publicação no periódico. No entanto, os relatórios repassados pela *SAGE*, editora que publica o AS, informam que há consultas frequentes de artigos em países do Norte, mas que estas não aparecem nas referências bibliográficas de artigos desses países⁴⁸.

⁴⁸ Entrevista realizada em 11/05/2017.

No capítulo seguinte serão comentados os conteúdos dos editoriais que delinearam as posições teóricas do comitê editorial do AS, as pautas de pesquisa e o posicionamento geopolítico do periódico. Essas posições são o cerne da controvérsia entre editores do AS e do JAC e reverberarão no JPS, como será discutido no próximo capítulo.

1.2.3.3. A atuação de editora e editores

O AS possui um comitê editorial que representa os três continentes do Sul Global: África, Ásia e América Latina. Atualmente é editor-chefe o indiano Sandeep Chachra (diretor executivo da seção indiana da ONG *Action Aid*), e o conselho editorial é formado por Praveen Jha (Universidade Jawaharlal Nehru, Índia), Marcelo Rosa (Universidade de Brasília, Brasil), Dzodzi Tsikata (Universidade de Ghana) e Paris Yeros (Universidade Federal do ABC, Brasil).

Yeros informou que o acompanhamento de artigos é realizado por todas as pessoas do comitê editorial. As funções de administração do periódico – como o contato com autores, as sessões específicas, resenhas de livros, etc. – são distribuídas entre a editora e os editores. Apesar de atribuições divididas, ele informou que a dinâmica de trabalho se apoia na gestão coletiva e que o comitê editorial se reúne anualmente e comunica-se regularmente.

O acompanhamento da análise dos trabalhos é realizado pelos editores do continente ao qual o autor do manuscrito pertence, está vinculado institucionalmente ou no qual a pesquisa foi realizada. A primeira avaliação do comitê editorial é a adequação ao escopo da revista. Yeros informou que se observa se a abordagem se dá a partir da economia política, ou dialoga com esta, e se o trabalho é inovador.

Apesar de a linha editorial se pautar na economia política, Yeros informou que o AS valoriza a interdisciplinaridade e novas abordagens da economia política a partir das necessidades do século XXI. Ele destacou que, apesar dessa característica do escopo do periódico, há diversidade de opiniões entre editora, editores, revisoras e revisores. Também há ênfases em assuntos que os editores consideram necessários na produção e circulação do conhecimento, que devem ser contemplados no periódico e são determinados pelo conjunto do comitê editorial.

A dinâmica de trabalho do comitê editorial tem como característica a participação ativa da editora e dos editores. Todos avaliam os pareceres de revisores como recomendação, pois a decisão de aceitar ou rejeitar o manuscrito para publicação é do comitê editorial. Yeros informou que há um grande volume de manuscritos a serem avaliados. O periódico trabalha com margem de edições que já estão fechadas e possibilita que o comitê editorial seja exigente. Segundo Yeros, não se considera a necessidade de aceitar artigos que não são de alto nível.

Yeros esclareceu que a expectativa do comitê editorial do periódico é que os autores apresentem manuscritos que dialoguem com temas e autoras ou autores que já publicaram no AS, conforme mencionado. Ele salientou também que não há interesse do periódico em trabalhos referenciados exclusivamente no debate com autores do Norte, e comentou que o periódico não rejeita esses manuscritos *a priori*, mas “desvaloriza” sua apreciação. Ele resume essa perspectiva editorial do AS destacando que:

A gente não está aqui para reproduzir o diálogo com os periódicos do Norte. Você pode chegar citando uma série de autores (de lá), mas tem que dialogar com o que a gente produz também. (Paris Yeros, editor do AS, entrevista concedida em 11/05/2017)

Concluído o trabalho do comitê editorial, a SAGE, editora que publica o AS, faz a revisão técnica do artigo, que inclui editoração e organização gráfica de tabelas. A seguir são publicados alguns artigos com acesso aberto na página do periódico na internet, na sessão *on line first*. Após a consolidação, o número é publicado na internet, com acesso pago, e é feita a impressão de exemplares.

1.2.3.4. Seleção da equipe de revisoras e revisores e revisão por pares

Após a análise da adequação do manuscrito à linha editorial e ao requisito de dialogar com artigos de autoras e autores já publicados no periódico, o membro do comitê editorial responsável pelo manuscrito seleciona a equipe de revisores, informou Yeros. São escolhidas pessoas que participam de debates da rede *Agrarian South* ou que já publicaram no periódico. O editor ressaltou que há dificuldade nessa seleção e na manutenção de uma

rede permanente de colaboradores, pois a participação no processo de revisão por pares não propicia reconhecimento ou remuneração pelo trabalho, conforme analisado anteriormente.

O convite para compor a equipe de revisão pressupõe que o convidado conheça o debate realizado no periódico e a linha editorial, diretrizes para a análise dos manuscritos. Yeros destacou que o parecer elaborado deve ter os elementos de uma revisão por pares em um periódico de alto nível, ou seja, que “a pesquisa seja de qualidade, se possui desenvolvimento lógico e se a literatura foi discutida de maneira adequada”⁴⁹.

O membro do comitê editorial responsável pelo acompanhamento da análise, percebendo que o manuscrito não está adequado ao escopo do periódico, deverá encaminhá-lo à equipe editorial para reavaliação, independentemente de aceitação ou rejeição do parecer da revisora ou revisor.

O editor comentou também a situação em que a editora ou editor percebe a incompatibilidade entre as críticas no parecer e o veredito da avaliação. Yeros deu o exemplo de as críticas serem duras no parecer, mas a decisão no veredito ser favorável à aceitação para publicação, desde que a autora ou autor faça os ajustes recomendados. O comitê editorial considera esse veredito um “aceite condicionado”, e a decisão é rejeitar o manuscrito.

1.3. Política e poder no processo editorial em periódicos científicos

A comunicação científica baseia-se na divulgação e reconhecimento da produção acadêmica. Esse é o princípio que confere validação ao conhecimento produzido em uma comunidade especializada de uma disciplina ou de área de conhecimento. Em periódicos científicos, essa avaliação é realizada por meio do trabalho de editoras, editores, revisoras e revisores, autoras e autores de artigos, com o objetivo de ajustar manuscritos para publicação, o que caracterizei como processo editorial. Este fundamenta-se em uma linha editorial, na interpretação que o comitê faz dessa diretriz que orienta sua atuação, na execução da revisão por pares por duplo-cego e na publicação do artigo.

A linha editorial do periódico, na qual estão definidos o escopo e o âmbito, delimita o conjunto de temas que podem interessar a leitoras e leitores do periódico e é assegurada

⁴⁹ Entrevista realizada em 11/05/2017.

pelo comitê editorial e pela equipe de revisão por meio de orientações a autoras e autores na análise do manuscrito. Essa é uma maneira de manter os temas abordados no periódico como agenda de pesquisa a ser seguida. A linha editorial é a diretriz para a aceitação ou rejeição de manuscritos para análise e posterior publicação pelo comitê editorial, que faz a primeira avaliação da adequação ao escopo e âmbito do periódico.

O poder conferido ao comitê editorial, como intérprete da linha editorial, assegura-lhe a possibilidade de influenciar agendas e de seleção de temas de pesquisa, bem como de abordagens teóricas a serem priorizadas. O comitê editorial determina a escolha da equipe de revisão e faz a mediação da relação entre quem analisa e quem tem o manuscrito analisado, de modo a garantir a liberdade de criação intelectual e o diálogo com o conhecimento já produzido e consolidado como teoria ou método.

A seleção dos membros da equipe de revisão é outro crivo na avaliação da adequação do manuscrito à linha editorial do periódico. A seleção consiste em identificar especialistas na área de discussão que possuam disponibilidade para realizar a revisão de um trabalho que exige dedicação e crítica aprofundada. As *expertises* da equipe de revisão devem existir para colaborar para que autoras e autores desenvolvam seus argumentos da melhor maneira no manuscrito. O comitê editorial indica quem analisará o manuscrito e proporá as adequações necessárias em um parecer para a autora ou autor realizar ajustes no texto. A seleção de revisoras e revisores estabelecerá as condições de uma avaliação com maior ou menor dificuldade, dada a exigência de ajustes e argumentação por parte da autora ou autor do manuscrito.

O membro da equipe de revisão é selecionado pelo comitê editorial por sua trajetória acadêmica e pelos pressupostos teórico-metodológicos que construiu ao longo da vida acadêmica. Paradoxalmente, espera-se que a equipe de revisão se afaste desses pressupostos para alcançar imparcialidade e objetividade na análise do manuscrito e inserir-se na reflexão que a autora ou autor apontam no manuscrito. Outros critérios podem ser indicados para possibilitar maior variedade de posições na análise do tema proposto no manuscrito, que não apareceriam em um grupo homogêneo de membros da equipe de revisão. Alguns deles são o conhecimento do problema ou do local de pesquisa por parte de quem revisa e a diversidade geográfica da origem da revisora ou revisor ou da instituição a que se vincula. O número de membros da equipe de revisão é normalmente dois ou três, mas pode variar em

função da complexidade dos argumentos ou da apresentação de temas ou abordagens inovadoras.

A revisão por pares é mais que um mecanismo de validação do conhecimento científico produzido, é um processo compartilhado de construção de um conhecimento em que especialistas analisam um manuscrito e emitem opiniões, por meio de sugestões de ajustes indicadas em um parecer para que a autora ou autor se posicionem. Os ajustes podem incluir a indicação de novas referências teóricas, melhor argumentação sobre problema ou questão apresentada, entre outros. As sugestões podem ser incorporadas ao manuscrito ou justificadas com argumentos, em caso de não aceitação das orientações e da manutenção do texto originalmente proposto. O consenso alcançado ao final da revisão por pares é o resultado da mediação possível entre o que a autora ou autor propõe, a exigência e competência da equipe de revisão, a mediação do campo de debate delimitado pela editora ou editor e a linha editorial do periódico. Dependendo da qualidade e quantidade dos ajustes realizados no manuscrito durante a revisão por pares, o resultado do processo editorial poderá ser um novo trabalho, que não é o originalmente proposto pela autora ou autor, nem o que a equipe de revisão considera o melhor possível.

A construção do conhecimento no processo editorial é socialmente mediada. A circunstância em que a revisão por pares ocorre é mediada por relações tão amplas quanto a vida em sociedade, e está sujeita a influências de vários tipos. Tal situação permeia a análise de quem participara do processo editorial como membros de uma comunidade acadêmica que se posiciona e atua a partir de perspectivas teóricas e metodológicas elaboradas em contextos sociais específicos. Tal situação confere um “viés” à revisão por pares e está relacionada à maneira como se estabelecerá a relação entre a equipe de revisão e a autora ou autor do manuscrito.

A disposição e a confiança das partes envolvidas são princípios do processo editorial. No entanto há diversos matizes nesse processo em que membros participantes se inserem em relações sociais mediadas por uma micropolítica que seleciona quem e o que publicar. Essas relações de poder ocorrem por disputa por adequação do conteúdo e da abordagem e por espaço nas publicações. A revisão por pares em duplo-cego, mesmo garantindo o anonimato de quem avalia e de quem propõe o manuscrito, não assegura a imparcialidade na análise. A autora ou autor deve estar ciente dessas possibilidades ao propor um manuscrito

a um periódico, pois, mesmo sem saber quem analisará seu manuscrito, poderá dimensionar o nível de dificuldade ou facilidade a enfrentar na revisão por pares.

A revisão por pares ocorre como uma mediação social em que a agência de editoras e editores, revisoras e revisores, autoras e autores pode ocorrer como processo compartilhado ou como relação assimétrica de poder. O compartilhamento ocorre a partir do reconhecimento da diferença de competências e de um objeto comum que é o manuscrito. A relação de poder é horizontal e compartilhada a partir de diferentes competências. A revisora ou revisor colabora com a leitura crítica do texto para compreender o argumento proposto e posiciona-se na análise do manuscrito por meio do parecer, no qual há a indicação de referências teóricas, modificações na linguagem, aprofundamento na argumentação ou esclarecimento de aspectos que tornem o texto mais compreensível. A autora ou autor, por sua vez, pondera a aplicação das orientações e posiciona-se sobre seu uso, como sujeito de um processo de elaboração em que se apropria das referências propostas e dialoga com estas, incluindo-as ou rejeitando-as, conforme o juízo sobre a adequação ao texto e argumentação. Em caso de rejeição da orientação, a autora ou autor deve posicionar-se e justificar a decisão.

A relação assimétrica de poder na revisão por pares ocorre quando há uma determinação, e não uma recomendação. É verticalizada, com o membro da equipe de revisão determinando as alterações no parecer e definindo o que incluir, retirar, citar, etc. A autora ou autor, quando em situação de subalternidade, acata o parecer, cumpre as determinações e altera substancialmente o manuscrito como forma de garantir a aprovação e posterior publicação. Nessa situação, a possibilidade de não aceitar as determinações e argumentar a manutenção do texto é arriscar-se a receber o veredito de rejeição.

Existem situações limites em que membros da equipe de revisão, em vez de aterem-se à argumentação da autora ou autor do trabalho, fazem de seu parecer uma peça de divulgação de sua produção teórica. Essa é uma maneira de promover autorreferência a um conceito que elaborou, à abordagem que propôs ou à qual se afilia. É também um modo de se apropriar de uma relação acadêmica, usar do poder de revisão para aparelhá-lo em proveito próprio e tornar-se relevante no campo acadêmico por meio da citação induzida em artigos acadêmicos.

Embora o processo editorial tenha como característica o sigilo de identidade de ambas as partes diretamente envolvidas, é possível identificar a filiação teórica desse membro da equipe de revisão ou mesmo os conceitos que sejam consagrados no campo de

debate. A autora ou autor possui a capacidade de identificar essas relações, desde que conheça o campo de debate e a rede de relações de pesquisadores que se forma em torno do periódico.

As assimetrias na revisão por pares podem relacionar-se a lugares geopolíticos que dificultam a participação de autoras e autores da “periferia” em debates que ocorrem em periódicos internacionais, a partir da definição de um padrão linguístico em publicações internacionais. Estabelece-se uma barreira geopolítica por meio do modo como se espera que o texto seja escrito no idioma que os periódicos internacionais exigem para que o manuscrito seja submetido, geralmente em inglês.

A exigência do inglês, em padrão americano ou britânico, torna-se uma barreira geopolítica para a aprovação de um manuscrito no processo de comunicação científica. Tal restrição linguística desconsidera que esse idioma é falado e escrito em diversos países e que seu uso está associado a marcadores culturais produzidos a partir da realidade de quem fala e escreve também nesses outros contextos. A exigência do padrão do inglês dos países anglófonos centrais confere uma característica geopolítica na eleição do modo como se fala e se escreve nesses países como referência linguística a ser seguida por todos. Reforça-se, assim, a relação de poder em que o centro determina o padrão que deve ser seguido pela periferia, distinto do contexto original desta.

Tais situações dão relevância à atuação dos membros do comitê editorial como mediadores na revisão por pares por meio do acompanhamento, reservando para si o poder de aceitar os pareceres produzidos por cada membro da equipe de revisores. No entanto, como se analisará no Capítulo III, os membros do comitê editorial também se posicionam no debate e estabelecem crivos na seleção de temas e abordagens a serem apresentadas nos periódicos.

Os periódicos JPS, JAC e AS realizam processos editoriais com as características gerais aqui delineadas. Nos três periódicos, a linha editorial e a atuação ativa do comitê editorial garantem perfis definidos e resguardados nos âmbitos e escopos dos periódicos. O quadro de revisoras e revisores, selecionados a partir das convergências teóricas e experiências de publicação nos periódicos, garantem que os manuscritos apresentados não destoem da linha editorial.

O JPS foi o primeiro periódico científico específico de estudos sobre o campesinato e as diferentes abordagens sobre a importância do papel social, econômico e político deste.

O periódico passou por cisões internas, a partir da intervenção do *publisher* no comitê editorial, uma das quais deu origem ao JAC. Em sua fase atual, o JPS promove um redirecionamento editorial que aborda a mudança no contexto das lutas camponesas e atualiza o debate a partir de diferentes segmentos e de novos contextos políticos e econômicos.

O JAC possui uma linha editorial fortemente demarcada pela economia política marxista clássica, a partir da qual faz um recorte teórico-metodológico na seleção de manuscritos. O periódico orienta a maneira como os argumentos e objetos dos manuscritos propostos devem ser elaborados, apesar de considerar que os debates, nos artigos publicados, devem ser interdisciplinares e basearem-se em pesquisas empíricas.

O AS também define sua linha editorial, tal qual o JAC, no campo da economia política marxista, porém a partir de um argumento diferente. A geopolítica da produção do conhecimento é o recorte explícito na agenda de debates a ser contemplada nos manuscritos. O diálogo com temas, autoras e autores da periferia é uma pré-condição que o periódico apresenta para a submissão de manuscritos. Essa é uma maneira de estimular a apresentação de novas referências teórico-metodológicas elaboradas a partir de outras realidades sociais e que não se restrinjam à reprodução dos cânones prescritos pelo *mainstream*.

Duas perspectivas orientaram a criação do AS. A primeira foi a constituição de um meio de divulgação para artigos originados de pesquisas baseadas em agendas próprias e relacionadas aos contextos e problemas de países da periferia ou do Sul Global. A segunda, a de ser um periódico de divulgação científica internacional de trabalhos de pesquisadores que enfrentavam restrições para publicar em periódicos internacionais dos países do Norte Global.

Os aspectos delineados sobre o processo editorial e os periódicos apresentados serão retomados nos próximos capítulos, destacando-se a posição de editoras e editores na controvérsia sobre as questões agrária e camponesa entre editores do JAC e do AS e a geopolítica da produção do conhecimento em números especiais do JAC e do JPS.

Capítulo II - A controvérsia sobre as questões agrária e camponesa nos periódicos

Analiso, neste capítulo, a controvérsia sobre as questões agrária e camponesa, delineada a partir das posições de editoras, editores, autoras e autores apresentadas em textos publicados nos periódicos analisados, tais como editoriais, artigos e resenhas, além de outras publicações relacionadas ao debate.

A controvérsia apresenta-se nas posições das editoras e editores dos periódicos JPS, JAC e AS sobre as questões agrária e camponesa e influencia autoras e autores que assumem posições no debate que se realiza. Os participantes do debate estabelecem uma rede de relações com os que apoiam suas posições e com outros aos quais se contrapõem e questionam. A controvérsia assume maior evidência na disputa pela interpretação da reforma da terra no Zimbábue em edições dos periódicos JPS e JAC, debate do qual os editores dos três periódicos pesquisados participam intensamente de diferentes maneiras: como editoras e editores que atuam no processo editorial ou como autoras e autores.

2.1.A controvérsia na ciência em construção

Fazer ciência, de modo geral, pressupõe um conjunto de regras fixadas em nosso intelecto que organizam a compreensão e a interpretação de fatos e realidades. Assim, cientistas tendem a buscar e reproduzir regularidades. É uma tentativa de dar ordem à realidade e aos próprios processos científicos, pelo menos no plano cognitivo (COLLINS, 2011). O conhecimento científico é produzido e reproduzido a partir de determinadas estratégias comuns de pesquisa que são baseadas no uso de métodos, técnicas e instrumentos. A fundamentação em teorias já consolidadas, por sua vez, faz com que pesquisadores trilhem

caminhos seguros nas suas análises e alcancem o reconhecimento de seus pares. O produto desses processos é a ciência normal (KUHN, 1998).

Por esse caminho, o interesse da maioria dos cientistas volta-se para a produção de convergências com seus pares, da formação de consensos. Valério e Pinheiro (2008) ressaltam que o consenso se apoia em uma base lógica amparada em teorias e métodos, que sustentam a argumentação e a comprovação da pesquisa pela repetição de experimentos de laboratório, pela reprodução de um modo de coleta e análise de dados em uma pesquisa de campo ou por reflexões teóricas. A ciência torna-se uma reprodução de rotinas e etapas sequenciais (COLLINS, 2011). O problema da busca por ordenar a construção do conhecimento é que o modo de fazer ciência, aprendido no passado e reproduzido no presente, restringe ou elimina a identificação e a interpretação de novas situações (COLLINS, 2011). Fazer ciência, nessa perspectiva, conduz a um pensar e agir repetitivos, segundo uma sequência de etapas. Collins (2011) destaca que esse apego a um processo de produção do conhecimento já consolidado reduz ou elimina a percepção de novas situações e a produção de novas interpretações sobre fatos e realidades conhecidas ou a descobrir.

O acompanhamento da ciência em construção, não estabilizada, possibilita compreender aspectos do contexto social que são negociados durante essa fase. Estes deixam de ser relevantes na ciência quando um conhecimento se consolida em um método ou teoria reconhecidos. Collins verificou que, nesses momentos, estão em disputa e são negociados conceitos e métodos socialmente mediados que contribuem para a estabilização ou mudança na ciência, muito mais do que a comprovação de um resultado de pesquisa. Ou seja, fatores extracientíficos influenciam a validação e aceitação dos resultados de pesquisas na comunidade acadêmica. As pesquisas de Collins buscaram compreender os contextos sociais nos quais investigadores inseriam-se no debate científico. Controvérsias, nesses termos, são manifestação do embate de posições durante a produção do conhecimento (COLLINS, 1981, 2000, 2011). Compreender os contextos de produção do conhecimento científico em que há disputas de posições, interpretações e princípios é abrir caixas-pretas⁵⁰ e analisar as

⁵⁰ Latour (2000) aponta que a expressão caixa-preta tem origem na cibernética para se referir a uma máquina ou um conjunto de comandos considerados muito complexos e desnecessários para serem enunciados. Em lugar dessa rede de operações e conceitos é desenhada uma caixa-preta, sobre a qual não é necessário saber nada, somente o que nela entra como dado primário e sai como interpretação.

controvérsias como arena de debates e disputas em que verdades científicas são postas em questão, contestadas.

Caixas-pretas e controvérsias são momentos opostos da ciência. A caixa-preta relaciona-se à situação desejável em que asserções não necessitam de explicação, sobre as quais não há informação a acrescentar. A interpretação resultante da análise é aceita pela maioria das pessoas e representa uma certeza robusta, intemporal, e uma base sólida para a ação (LATOUR, 2000). A controvérsia, por sua instabilidade e exigência de tomada de posição dos cientistas, possibilita o surgimento de conjecturas e afirmações a partir das quais nada, ainda, se pode concluir (LATOUR, 2000). As controvérsias científicas são disputas que ocorrem durante o processo de elaboração e consolidação do conhecimento e chamam a atenção de uma comunidade científica. São características de momentos em que os estudos ainda não alcançaram consenso sobre perspectivas teóricas e metodológicas.

Cientistas sociais e historiadores, há muito tempo, estudam disputas entre cientistas em controvérsias para compreender os vários papéis e posições que os envolvidos assumem, o engajamento e desengajamento, o contexto em que se situam os grupos em disputa, a expansão para o domínio público, o encerramento ou persistência ao longo do tempo e a construção social da reivindicação de *status* de ciência nas disputas (MARTIN e RICHARDS, 1995). É no ambiente das controvérsias que “começamos a enxergar melhor o que significa fazer ciência” (COLLINS e PINCH, 2003, p. 22), pois torna-se visível para um público mais amplo o que é sempre percebido apenas por especialistas.

Há duas vantagens em acompanhar esses períodos seminais da ciência (LATOUR, 2000). A primeira é a grande disponibilidade de informações que, dependendo do desenvolvimento da discussão, poderá se transformar em fato, com o fechamento da caixa-preta, ou se manterá como debate de conjecturas⁵¹ e a continuação das controvérsias. A segunda é que, quando o debate é acirrado, os interesses dos especialistas tornam-se mais evidentes e podem ser explicados os motivos pelos quais os oponentes pensam diferente. Além disso, as condições de produção do conhecimento tornam-se mais transparentes.

⁵¹ Opto por usar a palavra conjectura, ao invés de ficção, apresentada na tradução brasileira de *Ciência em Ação* (LATOUR, 2000), por expressar as ideias de suposição, tese ou hipótese, mais adequadas ao contexto de disputas de interpretação na produção do conhecimento.

As dinâmicas das disputas públicas em controvérsias científicas são quase todas reivindicações de direitos e revelam tensões entre autonomia individual dos pesquisadores e necessidades comunitárias. As controvérsias oferecem significados para analisar atitudes públicas expressas pelas partes envolvidas e assumem relevância social ao relacionar-se a questões de controle sobre o desenvolvimento e aplicação da ciência (NELKIN, 1995). Elas também colocam em questão a competência de participantes, pois não há concordância no critério para delimitar a capacidade ou qualificação para realizar tarefas e obter o poder ou autoridade decorrente. Assim, cientistas discordam entre si não apenas a respeito dos resultados, mas também a respeito da qualidade do trabalho e da competência. Habilidade e competência são importantes na disputa de ideias e é difícil separá-las quando estão relacionadas a controvérsias (COLLINS e PINCH, 2003).

Latour (2000) indica que acompanhar a progressão de uma controvérsia não é restringir-se à leitura do artigo que lançou o debate, mas analisar todos os outros trabalhos relacionados, que se converteram em reforço ao fato ou conjectura inicialmente indicado. O autor comenta que “nenhum deles é capaz de fixar essas posições sem a ajuda dos outros” (LATOURE, 2000, p. 69). Assim, os participantes da controvérsia utilizam textos de outros autores para reforçar os próprios argumentos e estimular a transformação de conjecturas em fatos a partir da aceitação de uma tese ou argumento pela comunidade de leitores.

Collins (2011) menciona situações em que controvérsias são resolvidas com a prevalência de uma das posições no debate ou são abandonadas por desinteresse de seus participantes ou da comunidade que acompanha a disputa. Publicações podem ser um dos meios para a prevalência de uma das posições da controvérsia. Um artigo poderá refutar a argumentação do oponente em definitivo, ao apontar erros, inconsistências teóricas e metodológicas, ressaltando, de modo convincente, os argumentos de sua proposição. Esse trabalho necessita de ampla repercussão na comunidade ou disciplina científicas. Tal situação fará com que o trabalho se torne uma referência e seja citado por outros cientistas e acadêmicos. Assim, uma posição se sobreporá a outra, que deixará de ser lembrada, pelo menos por um tempo. A situação de abandono de uma controvérsia pode ocorrer por falta de interesse de seus participantes em continuar o debate, da comunidade científica ou acadêmica em acompanhá-la ou pelo tema sair da agenda de pesquisa da área de conhecimento ou disciplina.

A percepção da mudança de *status* de uma controvérsia para o encerramento de discussão, para o fechamento da caixa-preta, ocorre quando o uso do argumento ou tese vencedora é citado como referência sem modificação ou contestação (LATOUR, 2000). Novos artigos citam o anterior que venceu o debate, reforçam sua posição, reiterando a conjectura de modo a ser aceita como fato consolidado. Assim,

um fato é algo que é retirado do centro das controvérsias e coletivamente estabilizado quando a atividade dos textos ulteriores não consiste apenas em crítica ou deformação, mas também em ratificação. A força da afirmação original não reside em si mesma, porém deriva de qualquer dos textos que a incorporam. (LATOUR, 2000, p. 72)

A controvérsia segue o curso em direção do encerramento quando “mais pessoas acreditam nela e a usam como caixa-preta” (LATOUR, 2000, p. 72). Esse processo ocorre por meio da *estilização* da teoria ou abordagem e de sua transformação em conhecimento tácito. A *estilização* é resultado do uso contínuo que se faz da teoria ou abordagem, na qual há uma “erosão” e um “polimento” do sentido originalmente proposto pelo autor, passando tal proposição a ser referenciada como uma questão fechada sobre a qual não se faz indagações. A transformação em conhecimento tácito ocorre quando o assunto é suficientemente conhecido, tornando-se desnecessária qualquer referência para explicá-lo ou citar seu autor, pois será redundante (LATOUR, 2000).

A observação e análise de controvérsia, resultado da relação entre produção de conhecimento científico e contexto social, pode ser realizada a partir de diferentes perspectivas⁵², conforme discutido até aqui. Collins a analisa a partir do conflito de interesses e Latour, como disputa retórica. Este trabalho seleciona aspectos dos dois pontos de vista para apoiar-se. A seguir discutirei a abordagem para a análise da controvérsia.

2.2. O Programa Empírico do Relativismo (PER) e a análise de controvérsias

Collins desenvolveu pesquisas para compreender a forma como os contextos sociais influenciavam o debate científico, tendo como objeto as controvérsias científicas, que

⁵² Apesar de não ter sido comentado, o Programa Mertoniano é outra abordagem para a análise de controvérsia que considera os aspectos normativos. Essa abordagem não foi analisada por afastar-se do objetivo deste trabalho.

expunham o conhecimento em construção, não estabilizado (COLLINS, 1981, 2000, 2011). O objetivo foi analisar como fatores extracientíficos influenciam a validação e a aceitação dos resultados de pesquisas científicas pela comunidade acadêmica. O autor verificou que, mais do que a comprovação de um resultado de pesquisa, estavam em disputa conceitos e métodos socialmente mediados que contribuíam para a estabilização ou a mudança na ciência.

O conceito de flexibilidade interpretativa (COLLINS, 2011), parte privilegiada de sua abordagem, expõe a variedade de interpretações que diferentes cientistas podem manifestar para um mesmo dado ou fato, expressando diferentes perspectivas analíticas, elaboradas com distintos pressupostos científicos e sociais, que visam alcançar credibilidade e reconhecimento. A partir da análise da variabilidade de posições que os cientistas podem assumir sobre um mesmo aspecto e da prática social em laboratórios, Collins propôs as etapas do PER, aqui tratadas como passos para reconstrução e análise das controvérsias. Essas etapas, embora esquemáticas, vão nos ajudar a compreender como as controvérsias se inserem no debate editorial e como a divergência dos editores tem como fonte fatores sociais.

A primeira etapa do PER é o estudo da flexibilidade interpretativa dos dados e resultados de pesquisa obtidos pelos cientistas. O objetivo é mapear e compreender como achados científicos estão abertos a mais de uma interpretação (PINCH e BIJKER, 2013). Essa etapa aparece nas controvérsias sobre as questões agrária e camponesa a partir das interpretações diferentes sobre a industrialização da agricultura, os processos de diferenciação do campesinato (proletarização, semiproletarização e recampezinização) e os movimentos sociais agrários. Durante a pesquisa, buscou-se analisar quando e onde ocorreu a controvérsia e quais argumentos foram apresentados.

A segunda etapa do PER é o estudo dos mecanismos sociais relacionados à controvérsia científica que visam fechá-la, abandoná-la ou evidenciá-la. São as relações sociais e meios que cientistas mobilizam para estabilizar a controvérsia, reduzir sua flexibilidade interpretativa ou desestabilizar e acentuar o debate entre as diferentes posições. Pinch e Bijker (2011) comentam que tal parte trata dos mecanismos mediados por relações sociais que influenciam a interpretação de dados ou de fatos e que permitem que a controvérsia se conclua ou seja abandonada. A controvérsia discutida neste trabalho apresenta mecanismos sociais que a literatura não aponta, tanto para fechar como para

manter o debate aberto. Alguns deles foram apresentados no capítulo anterior, como a observação de que periódicos usam o processo editorial para dificultar a aprovação de manuscritos com visões contrárias à linha editorial por meio da seleção de revisoras e revisores, da adequação a um padrão linguístico, das exigências de referências teóricas ancoradas nos cânones, etc. Por outro lado, há mecanismos sociais relacionados à manutenção da controvérsia e ao aprofundamento do debate, como é o caso da rede *Agrarian South*, formada para articular os pesquisadores com posições convergentes, e a criação do AS como periódico de divulgação de artigos que destacam uma das posições da controvérsia que não é apresentada em outros periódicos.

A terceira etapa do PER é a compreensão da relação entre o contexto social e político e o aprofundamento ou o abandono da controvérsia. A análise do contexto social em que ocorrem essas disputas busca compreender como os diferentes momentos políticos e sociais se relacionam com o desenvolvimento da controvérsia sobre as questões agrária e camponesa, com os argumentos, as mudanças de posições de participantes do debate e as estratégias das editoras e editores para encerrá-lo ou mantê-lo aberto.

A compreensão do contexto social que influenciou a controvérsia foi alcançada pela reconstrução do processo sócio-histórico em que ocorreu a reforma da terra no Zimbábue e de como ocorreu o debate em dois números especiais do JAC e do JPS, respectivamente em 2001 e em 2011. Esses dois números especiais demarcam, em primeiro lugar, o momento em que houve uma tentativa de fechamento da controvérsia, no número especial do JAC, e, dez anos depois, uma reabertura, no número especial do JPS.

A seguir são analisadas as trajetórias dos editores que foram os articuladores da controvérsia agrária e camponesa nos periódicos. Eles foram importantes pela influência no processo editorial aqui analisado e comporão, neste caso, o *core set*, ou seja, “o grupo de cientistas que experimentam e teorizam na fronteira da ciência, e que estão envolvidos em controvérsias científicas, mas também refletem o consenso crescente que resulta [da] controvérsia” (PINCH e BIJKER, 2013, p. 35). O conceito de *core set* relaciona-se à rede de relações interdependentes em um grupo de cientistas (COLLINS, 1974), sendo comparado à metáfora da teia de aranha para mostrar essa relação: quando um se movimenta, os demais reverberam essa movimentação (COLLINS, 2011). Pinch e Bijker (2013)

destacam que o estudo do *core set* tem como vantagem metodológica o fato de que o consenso resultante entre seus cientistas pode ser monitorado.

2.3. A trajetória dos editores do *core set*

O objetivo da análise de trajetória dos editores é compreender os acontecimentos considerados relevantes nas formações pessoal e intelectual desses pesquisadores, que influenciaram sua produção acadêmica. As informações obtidas permitiram delinear contextos importantes para as reflexões dos editores do *core set*, suas opções teóricas e de pesquisa, bem como as posições que assumiram na controvérsia⁵³. Essas posições irão interferir no processo editorial dos periódicos, por meio da atuação dos editores.

Os critérios para a definição dos editores como membros do *core set* foram a atuação nas controvérsias como articuladores dos argumentos e de posições e a participação na fundação e na delimitação da linha editorial dos periódicos. Assim, foram definidos como membros do grupo Terence Byres e Henry Bernstein, editores do JAC; Sam Moyo, do AS; e Saturnino “Jun” Borrás, do JPS. Borrás não se adequa ao critério de fundador de periódico, pois assumiu como editor do JPS em momento posterior à criação do periódico. Entretanto, sua atuação é fundamental para compreender a redefinição da controvérsia por meio de intervenção em um número especial do JPS que redefinirá as disputas, como será analisado no Capítulo 3.

A ordem de análise da trajetória dos editores é do mais antigo para o mais recente na cronologia da participação do debate agrário. Assim, começarei a análise de trajetória de Byres, seguido por Bernstein, Moyo e “Jun” Borrás”.

⁵³ A trajetória dos editores que compõem o *core set* e o contexto social de sua formação foram elaborados a partir de entrevistas dadas por eles a periódicos científicos ou de artigos sobre seus contextos sociais de origem (BERNSTEIN e BRASS, 1996; CAPPS e CAMPLING, 2016; PHACAMILE MOYO, 2016; MUNCHIVEYI, 2014; CHEN e YOSHIHIHICO, 2016; MARBELLA, 2015; TNI, 2017; RIVELLI, 2012; VIEIRA, 2008; BORRAS, 2016). Também foram realizadas entrevistas com alguns editores atuais dos periódicos analisados na pesquisa, selecionados por condições de acesso e disponibilidade para entrevista. As respostas às questões apresentadas nos roteiros de entrevistas complementaram as lacunas dos textos sobre os editores do *core set*.

2.3.1. Terence Byres

A trajetória pessoal e acadêmica de Terence Byres⁵⁴ foi elaborada a partir do artigo *Questioning the agrarians: the work of T.J. Byres*, escrito por Henry Bernstein e Tom Brass (1996) para o número especial do JPS, intitulado *Agrarian questions essays in appreciation of T.J. Byres*. O número especial foi uma homenagem aos 60 anos de Byres, editor-chefe do JPS à época. O artigo é dividido em duas partes. A primeira foi escrita por Bernstein e apresenta a trajetória pessoal e a atuação acadêmica de Byres. A segunda, escrita por Brass, sumariza os temas principais discutidos pelo editor. Esta seção apoia-se na parte do artigo escrita por Bernstein.

Byres nasceu em Aberdeen, Escócia, em 1936. Sua infância e juventude aconteceram nos anos da Grande Depressão, da Segunda Guerra Mundial e da austeridade dos anos do pós-guerra. O cenário social da época era de pobreza generalizada e de insegurança econômica. Seus pais eram operários.

A vida escolar se iniciou em escolas públicas na periferia de Londres. Byres frequentou o *college*⁵⁵ e, segundo Bernstein, herdou o legado do iluminismo escocês que proporcionou estímulo e oportunidade de formação escolar para a juventude da classe trabalhadora. Ele era militante do Partido Comunista da Grã-Bretanha, mas não muito atuante, escreveu Bernstein. A formação universitária de Byres é em economia, na Universidade de Aberdeen, concluída em 1958. Posteriormente, matriculou-se na Universidade de Glasgow, onde alcançou o B.Litt. em 1962.⁵⁶ O contexto da industrialização do Reino Unido e as leituras dos mestres da economia política e da história econômica definiram as opções acadêmicas de Byres. Entre os autores que influenciaram sua formação estão Maurice Dobb, Eric Hobsbawm e Edward Thompson.

Após esse período, Byres mudou-se para Londres para atuar como pesquisador na *School of Oriental and African Studies* (SOAS), em 1962, onde iniciou pesquisas na área de estudos do desenvolvimento econômico no Terceiro Mundo. Em 1964, foi nomeado professor de economia da SOAS. A atuação inicial de Byres como professor nesse centro de

⁵⁴ Byres também usa o prenome Terry, para os que lhe são próximos ou como ele assina alguns artigos.

⁵⁵ Instituições de ensino com o objetivo de formar profissionais em áreas técnicas e voltadas para o mercado de trabalho. Os *colleges* também costumam formar estudantes para os primeiros anos de ensino superior.

⁵⁶ Título de bacharel concedido como graduação universitária na qual os estudantes especializam-se em determinada área de conhecimento.

pesquisas causou “tensão e contestação”, conforme relata Bernstein. À época, predominavam na instituição atitudes e práticas de origem colonial⁵⁷, e houve perseguição a jovens acadêmicos de esquerda e expulsão de professores, fatos em relação aos quais Byres se posicionou contra.

Os trabalhos iniciais de Byres foram sobre planejamento econômico na Índia. O interesse de Byres pela questão agrária nesse país começou pela leitura de autores indianos em 1963. O campesinato desafiou as perspectivas marxistas clássicas de Byres sobre a questão agrária de diferentes maneiras, “estimulando as tarefas de pensar, reaprender ou ampliar a sua problemática em relação ao significado contemporâneo das transições agrárias” (BERNSTEIN e BRASS, 1996, p. 4). É nesse contexto que Byres organizou os *Peasant Seminars*, eventos regulares de apresentação e debates de trabalhos acadêmicos que deram origem ao JPS.

Byres realizou diversas pesquisas sobre a questão agrária na Índia. Ele estabeleceu contatos com diversos pesquisadores e intercâmbios com universidades do país. Bernstein não menciona, nesse artigo, os motivos de saída de Byres do JPS (BERNSTEIN e BRASS, 1996). Atualmente Byres está aposentado da SOAS e do trabalho como editor do JAC, mas é considerado por pesquisadores da área uma figura influente.

2.3.2. Henry Bernstein

A formação pessoal e acadêmica de Bernstein foi elaborada a partir da entrevista que ele concedeu a Capps e Campling (2016), publicada no número especial do JAC em sua homenagem, cujo título é *The political economy of agrarian change: essays in appreciation of Henry Bernstein*. Bernstein apresenta sua origem familiar, sua formação acadêmica e a experiência de ter atuado em universidades da Turquia, Tanzânia e África do Sul, além das pesquisas que realizou no continente africano.

Bernstein nasceu em Londres, em 1945. Seus pais eram filhos de judeus vindos da Europa Oriental e da Rússia, fugidos dos *Progroms* e da Revolução Russa de 1905. Sua mãe

⁵⁷ O SOAS foi criado em 1917 pelo governo britânico para fortalecer a presença política, comercial e militar do Reino Unido na Ásia e na África. Sua missão era treinar funcionários coloniais, militares e empresários para trabalhar na Ásia e na África como representantes do império britânico (BROWN, 2016).

e seu pai eram operários e militavam no Partido Comunista da Grã-Bretanha. Ele relatou que discussões acerca do marxismo eram frequentes em sua casa.

Desde a infância, Bernstein acompanhava o pai em mobilizações sociais, algumas das quais contrárias ao colonialismo britânico. Ele comentou que essas vivências seminais podem ter influenciado seu interesse por Ásia e África (CAPPS e CAMPLING, 2106). Relatou também que seus pais eram internacionalistas e apoiavam lutas sociais que aconteciam no mundo àquela época. Sua mãe e seu pai eram solidários às manifestações públicas por direitos civis nos Estados Unidos e às lutas anticoloniais, especialmente contra o *apartheid* na África do Sul. Ele contou que Nelson Mandela era o herói número um de sua mãe (CAPPS e CAMPLING, 2106).

Sua formação escolar se iniciou em instituições públicas na periferia de Londres. Durante o *college*, foi militante do Partido Comunista, mas não se considerava muito atuante. Seus temas de interesse eram a história britânica do século XIX, relacionada à Revolução Industrial, à formação da classe trabalhadora industrial e ao contexto em que Marx escreveu sua obra. Porém, ele considerava que a história não respondia ao desafio analítico que ele pretendia alcançar, razão pela qual optou por fazer mestrado em sociologia na *London School of Economics and Political Science* (LSE). Bernstein destacou que a importância do mestrado não se deu pelos conteúdos ensinados, mas pelas pessoas que conheceu, pois a maioria dos colegas era da classe trabalhadora. Muitos estudantes eram da América Latina, Grécia, Itália e Estados Unidos.

Durante o período da formação de Bernstein, muitos países da África haviam conquistado recentemente a independência, por isso ele buscou ampliar seus conhecimentos sobre as lutas anticoloniais, incluindo a análise crítica dos governos de esquerda que emergiram. Ele procurava ampliar os conhecimentos com palestras e cursos sobre a África a que assistia no SOAS.

Participava também de grupos de estudo que leram trabalhos sobre o novo marxismo discutido na época, os quais estavam sendo publicados na *New Left Review*⁵⁸, e também interessava-se por uma grande quantidade de novas teorias radicais que não eram marxistas. Bernstein mencionou que o cenário político da época era caracterizado pelas manifestações

⁵⁸ Periódico lançado em 1960 cujo objetivo era divulgar trabalhos sobre o marxismo ocidental e de rejeição às perspectivas ortodoxas originadas principalmente do stalinismo.

contra a guerra dos EUA no Vietnã, das quais participou ativamente, e estudantis na França, pela Primavera de Praga e o movimento de autonomia da Tchecoslováquia em relação à influência soviética. Ele destacou que era comum o antissovietismo na esquerda europeia àquela época.

É nesse contexto que ele se aproxima do maoísmo, em razão de sua contraposição à hegemonia soviética. Bernstein conta que a Revolução Cultural chinesa “parecia ser a antítese da história padrão da União Soviética com o stalinismo, a burocratização e a marginalização das políticas de massa” (CAPPS e CAMPLING, 2106, p. 373). Por outro lado, comenta que a simpatia pela Revolução Cultural não era um “cheque em branco” à China, mas refletia a importância desse evento e uma atração pelo que foi dito e proposto. Bernstein salientou que o interesse pela China não foi uma troca do interesse do proletariado pelo campesinato, pois, à época, ele “estava muito empenhado em compreender o que estava acontecendo com os sindicatos nos locais de trabalho e outras lutas sindicais na Grã-Bretanha” (CAPPS e CAMPLING, 2106, p. 373).

Após o mestrado, Bernstein iniciou a atuação profissional na área de estudos do desenvolvimento no *Institute of Development Studies* (IDS), na Universidade de Sussex, onde realizou seminários para funcionários públicos de países em desenvolvimento. Posteriormente, migrou para a Universidade de Kent, em 1970. É nesse período que recebe convite para dar aulas na Turquia, que passava por um período de repressão política, fato que levou ao fechamento de universidades. Ele informou que não podiam ser apresentadas abordagens marxistas nas aulas. Retornou ao Reino Unido para lecionar em Kent. A universidade passava por uma efervescência política, com manifestações contra o racismo e mobilizações de apoio às lutas dos mineiros⁵⁹, cujos líderes eram convidados a falar na universidade.

Mais tarde, Bernstein recebeu o convite para lecionar na Universidade de Der es Salaam. A Universidade de Kent o liberou por dois anos, prorrogados em mais quatro após sua renúncia ao cargo de professor. Ele contou que, na Universidade de Der es Salaam, havia uma comunidade intelectual de esquerda “extremamente dinâmica e muito cosmopolita (pessoas de outros países africanos, exilados da África do Sul e do Zimbábue, pessoas do

⁵⁹ O sindicato dos mineiros tinha forte atuação na vida política e econômica do Reino Unido, pois grande parte da energia elétrica era obtida da queima do carvão mineral.

Caribe, personagens de esquerda da Europa Oriental, Alemanha e Estados Unidos). Segundo ele, havia na universidade grande movimentação política e intelectual, tendo em vista os debates sobre as lutas de libertação que ocorriam na África Austral⁶⁰ e a presença de palestrantes das organizações em luta. Esse período corresponde ao final da década de 1970, quando se encerraram os programas de cooperação para formação da primeira geração de pesquisadores e acadêmicos de universidades africanas, conforme já analisado na seção deste trabalho sobre o contexto do lançamento do AS.

Bernstein salientou que foram nos quatro anos na Universidade de Dar es Salaam que se originou seu ceticismo em relação ao populismo. Foi lá que ele afirmou testemunhar *in situ*, em um país do Terceiro Mundo, “as seduções fáceis do nacionalismo”, o chamado “marxismo inspirado no nacionalismo que era pouco mais do que a retórica ‘anti-imperialista’” (CAPPS e CAMPLING, 2106, p. 376). Essa será a crítica central que Bernstein fará aos movimentos camponeses que reivindicam terra na atualidade, conforme analisarei na controvérsia entre editores dos periódicos sobre as lutas camponesas na próxima seção deste capítulo.

Bernstein retornou desiludido e desempregado à Inglaterra em 1978. Foi o período em escreveu artigos acerca da questão agrária na África, alguns publicados no JPS. Depois ingressou na *Open University*⁶¹ como professor de estudos do Terceiro Mundo. Ele esclareceu que essa experiência o aproximou de uma pedagogia que incentiva “as pessoas a pensar por si mesmas, a pensar de forma crítica, encorajando-as a atuar dessa maneira e não a lhes dizer o que pensar, o que é totalmente errado” (CAPPS e CAMPLING, 2106, p. 380).

De 1985 a 2000, Bernstein foi editor do JPS, juntamente com Byres. Os dois saíram do periódico em 2000 por divergência com o *publisher* para fundar o JAC. Durante esse período, Bernstein foi professor de desenvolvimento agrícola e rural na Universidade de Manchester, até o início da década de 1990. Em seguida, vinculou-se ao SOAS para atuar no Departamento de Estudos de Desenvolvimento, aposentando-se em 2011.

⁶⁰ Bernstein conta havia um forte e radical embate de posições na universidade entre os pró-soviéticos e os maoístas.

⁶¹ A *Open University* é um sistema de ensino à distância e não presencial do Reino Unido, criada originalmente para promover a igualdade de oportunidades e a mobilidade social mediante a formação escolar. O sistema foi originalmente concebido para realizar educação em massa utilizando a televisão e o rádio para transmitir seus cursos.

Ele ressaltou que sua atuação estava relacionada ao ensino e destacou a experiência mais recente como professor adjunto da Faculdade de Ciências Humanas e Desenvolvimento da Universidade Agrícola da China, em Pequim. Bernstein informou que essas aulas e o convívio com estudantes de doutorado o incentivaram a ler e aprender sobre a China novamente, a partir do que leu no passado.

Na entrevista a Capps e Campling (2016), Bernstein destacou que teve apenas duas experiências que podem ser consideradas como pesquisa de campo. A primeira foi na Tanzânia, quando estava na Universidade de Dar es Salaam, na década de 1970. A segunda foi sobre cultivos de milho e suas grandes cooperativas na África do Sul, entre 1992 e 1996. Ele também comentou que, na sua atuação na China também não realizou pesquisa de campo.

2.3.3. Sam Moyo

Mabhena Phakamile Moyo, irmão de Sam Moyo, apresentou a trajetória do editor do AS no artigo *A family perspective on Sam Moyo's intellectual development* publicado no AS (PHAKAMILE MOYO, 2016). Ele apresenta a formação das ideias de Moyo a partir de um ponto de vista da família, segundo o próprio autor. Ele situa três períodos distintos na trajetória de Sam: a infância e juventude sob o regime colonial da Rodésia⁶², a formação escolar e acadêmica na África Ocidental e o período em que ele foi para o Canadá fazer seus estudos de pós-graduação. Sam Moyo relatou, em entrevista a Chen e Ioshihiko (2016), sua trajetória acadêmica, sua participação no Codesria e sua perspectiva de produção do conhecimento científico a partir de contextos locais e da relação Sul-Sul.

Moyo nasceu na então Rodésia em 1954. Terminada a Segunda Guerra Mundial, acentuou-se a mobilização pela independência de países da África. No final da década de 1950, houve uma mudança radical na geografia política do país, na qual as cidades passaram a ser o centro da luta pela independência. Munochiveyi (2014) aponta que atividades políticas de trabalhadores urbanos, camponeses, homens e mulheres, velhos e jovens foram o principal foco da luta pela independência da Rodésia, embora um pequeno grupo da elite

⁶² Rodésia era como se chamava a colônia britânica que, após a independência, deu origem à República do Zimbábue. O nome foi dado em reconhecimento a Cecil Rhodes, líder da ocupação pelos colonos brancos vindos da África do Sul. Já Zimbábue é uma homenagem a um dos impérios pré-coloniais do país, Dzimbahwe (MUNOCHIVEYI, 2014).

educada africana liderasse essas mobilizações. O autor comenta que os protestos eram contra a constante proibição dos partidos políticos pró-independência pelas autoridades da Rodésia. As mobilizações populares terminavam em confrontos violentos entre ativistas políticos e a polícia colonial, com frequência cada vez maior.

Phakamile Moyo (2016) relatou que seu pai e de Sam atuava politicamente e participava de sindicatos. Sam seguiu esse caminho de engajamento na luta pela independência da Rodésia. Ele era ativista da Liga da Juventude ZAPU, em 1965, e foi preso por participar do apedrejamento da casa de uma pessoa acusada de colaborar com o governo colonial. As forças policiais vieram buscá-lo em casa durante a madrugada e o levaram para uma delegacia de polícia. Phakamile conta que, enquanto estava preso, Sam foi severamente espancado e torturado pela polícia, sendo somente liberado à noite com marcas de tortura por todo o corpo. No artigo, Phakamile comenta que, provavelmente, o motivo da libertação tenha sido a interferência da mãe, que trabalhava na *State Broadcasting Corporation*, emissora de rádio considerada porta voz do regime colonial. Nesse mesmo ano, as atividades políticas foram declaradas ilegais pelo governo da Rodésia.

Em 1971, Sam Moyo passou da escola primária para a secundária. Na Rodésia havia poucas escolas para africanos, de acordo com Phakamile Moyo. Ele informa que o sistema educacional colonial era profundamente seletivo e, no final ensino primário, apenas 10% das crianças que entraram na escola eram capazes de passar nos exames para ascender ao ensino médio. Após passar por esse filtro, Sam Moyo conseguiu uma bolsa de estudos para estudar na Universidade de Njala, em Serra Leoa, e cursar geografia.

Tal período foi crucial na formação de Sam, afirma Phakamile Moyo (2016). Foi a primeira vez que ele foi para um país que tinha conquistado a independência e no qual não havia restrições à liberdade de expressão, censura à literatura ou restrição política. Nesse período, Sam Moyo retomou o ativismo político como integrante da diáspora zimbabuense na África Ocidental. Ele foi representante do *Zimbabwe African People's Union (ZAPU)*, com a missão de apoiar a luta de libertação de países africanos por meio da arrecadação de dinheiro e recursos materiais (PHAKAMILE MOYO, 2016).

Moyo passava suas férias na casa de um tio que morava em Dakar, no Senegal, país que conquistou a independência do domínio colonial francês na década de 1960. Naquela época, o Senegal era presidido por Leopold Senghor, intelectual senegalês com

reconhecimento mundial por sua produção literária e engajamento político. O país foi, nesse período, um centro do panafricanismo, pelo qual passaram muitos pesquisadores e intelectuais africanos para ministrar conferências.

Phakamile Moyo (2016) conta que esse tio trabalhava para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e que a casa dele tinha uma biblioteca onde Sam Moyo lia artigos divulgados nas conferências internacionais da ONU que aconteciam no Senegal. Ali havia também uma vasta literatura que era proibida na Rodésia. Esse foi um dos lugares em que Sam Moyo se formou intelectualmente. Além disso, Moyo, ainda jovem, dialogava com intelectuais pan-africanistas que eram amigos de seu tio e de seu avô, como o historiador e antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop, o economista marxista egípcio Samir Amin e o professor Tandika Mkandawire, da *London School of Economics*, de origem malauiana.

Sam Moyo cursou mestrado em geografia na Universidade de Ontário Ocidental, Canadá, de 1976 a 1979. Em entrevista a Chen e Yoshihiko (2016), ele comenta que as vivências na África tinham marcado sua perspectiva de análise sobre o desenvolvimento e assinala que ouvia de seus professores canadenses o conselho: “Pare, deixe essa coisa comunista. Basta escrever sua tese, [fazer] entrevistas e assim por diante” (CHEN e YOSHIHIKO, 2016, p. 110). Moyo contou que fazia mais perguntas do que desejavam que ele fizesse, por isso demorou mais para concluir o curso. Ele diz que não estava feliz com a visão da economia neoclássica e eurocêntrica que era transmitida no curso (CHEN e YOSHIHIKO, 2016).

Após concluir o mestrado, ele retorna ao Zimbábue em 1980, ano da independência. Em seguida, assume cargo de professor pesquisador na Universidade de Calabar e Port Harcourt, na Nigéria. Seu objetivo era realizar pesquisa de campo, obter dados para confrontá-los com outras teorias que lhe foram ensinadas no Canadá (PHAKAMILE MOYO, 2016).

O início da década de 1980 foi um momento de transição política e intelectual na África, relatou Moyo a Chen e Yoshihiko (2016). Após a luta pela independência, muitos governos seguiram a política de ajuste neoliberal, cortando recursos e investimentos públicos. O Banco Mundial, mentor de tal política, orientou que os investimentos públicos nas universidades estatais deveriam ser direcionados para a formação de profissionais para

prestação de serviços básicos de saúde, educação e administração pública. A consequência foi a redução do financiamento para o ensino superior e dos “esforços para descolonizar a produção do conhecimento por meio de pesquisas e formação” (MARTIN, 2016, p. 5). Sam Moyo ressaltou que “na vida real, os estados africanos seguiram o caminho oposto em relação ao debate intelectual” (CHEN e YOSHIHIKO, 2016, p. 106), que destacava a autonomia da África em todos os sentidos. Esse período representou uma massiva “drenagem de cérebros”⁶³ da África.

Moyo permaneceu na África em circunstâncias de escassez de investimento e ausência de apoio à produção científica. Muitos intelectuais mudaram seu *locus* de atuação da universidade para instituições de pesquisa autônomas. Moyo buscou “inovações intelectuais e institucionais que desafiam a centralização da produção do conhecimento na Europa e América” (MARTIN, 2016, p. 6-7). Ele retornou definitivamente ao Zimbábue e criou institutos de pesquisa que tinham o objetivo de produzir estudos sobre a realidade agrária do país, fundando inicialmente o *Zimbábue Institute of Development Studies* (ZIDS), juntamente com Mkandawire. Posteriormente criou o *Southern Africa Political and Economic Series* (SAPES) e, por último, o *African Institute for Agrarian Studies* (AIAS), atual *Sam Moyo African Institute for Agrarian Studies* (SMAIAS). De 1989 a 1994, Moyo realizou seu curso de doutorado e obteve o título de Phd em desenvolvimento rural e gestão ambiental, pela Universidade de Newcastle, Inglaterra.

O *curriculum vitae* de Moyo apresenta a participação em diversas pesquisas sobre políticas públicas, coordenação de grupos de trabalho, atuação em conselhos editoriais de periódicos internacionais da África e direção de organizações de consultoria profissional e de pesquisa. Além dessas organizações africanas, Moyo realizou estudos para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e para o Banco Mundial.

Moyo publicou diversos trabalhos de pesquisa, entre os quais livros, capítulos de livros e artigos de periódicos. Também foi professor e pesquisador na Universidade do Zimbábue, além de orientar estudantes em pesquisas de pós-graduação de todo o mundo. Moyo foi membro da direção do Codesria de 1995 a 1997, vice-presidente de 1998 a 2002

⁶³ Martin (2017), citando Zeleza, comenta que, a partir de 1990, cerca de 20 mil intelectuais da África altamente qualificados mudam-se para o Norte todos os anos.

e presidente 2009 a 2011, reforçando a perspectiva de uma articulação de intelectuais e pesquisadores do Sul Global.

Moyo faleceu em um acidente de automóvel em 22 de novembro de 2015, em Délhi, Índia, onde participava da conferência *Labour questions in the Global South*, na Universidade Jawaharlal Nehru. Muitas homenagens póstumas foram dedicadas a ele, entre elas um número especial do AS, notas de pesar por pesquisadores e instituições de pesquisa, além entrevistas póstumas em periódicos científicos.

2.3.4. Saturnino “Jun” Borrás

Obter informações sobre a trajetória de “Jun” Borrás, editor do JPS, representou uma dificuldade nesta pesquisa. Busquei diferentes fontes de dados que respondessem às questões direcionadas ao editor. Não encontrei entrevistas dadas por ele ou artigos comentando sua vasta produção acadêmica. Por duas vezes, fiz contato com “Jun” Borrás solicitando entrevista para responder o roteiro de perguntas (Anexo D). Na segunda tentativa⁶⁴, o editor respondeu a três perguntas por escrito, das 20 originalmente propostas. Uma das perguntas foi respondida com a indicação de um artigo, a outra com a indicação de texto resultante da conferência ministrada na aula inaugural no ISS, em abril de 2016, e a terceira com um texto de cinco linhas.

A trajetória pessoal e acadêmica do editor do JPS foi traçada de maneira diferente dos demais editores do *core set*. A curta entrevista escrita de “Jun” Borrás, juntamente com pesquisa realizada na página da internet do ISS, instituição à qual ele é vinculado, de ONGs com as quais ele colabora e de informações fornecidas pelo professor Sauer, permitiram delinear a trajetória do editor apresentada a seguir.

A origem de “Jun” Borrás são as Filipinas, um grande arquipélago de mais de sete mil ilhas colonizado pela Espanha no século XVI e que posteriormente esteve sob o domínio do Japão e dos Estados Unidos. O país é rico em recursos naturais e herdou os problemas do sistema colonial ibérico, sendo estes mantidos pelos demais países que continuaram a explorá-lo, quais sejam: produção agrícola baseada em grandes propriedades, um

⁶⁴ O professor Sérgio Sauer, que teve “Jun” Borrás como supervisor de pós-doutorado, fez a intermediação no segundo contato.

campesinato marginalizado social e economicamente e conflitos agrários permanentes e sem solução.

Como resultado desse processo econômico e social, houve centenas de revoltas camponesas em diferentes ilhas do arquipélago. A maioria delas aconteceu por disputas pela posse e propriedade de terras e relações de arrendamento. As mobilizações camponesas persistiram ao longo dos anos, e algumas concessões foram realizadas por governos, mas nenhuma resolveu a causa das revoltas: a falta de terra para camponeses (BORRAS, 2007).

A partir de 1995, as Filipinas entraram na OMC e passaram a adotar as medidas preconizadas pelo programa de ajustes estruturais do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC). Essas agências multilaterais impuseram ao país medidas que visaram à liberalização do comércio, à privatização de instituições prestadoras de serviços públicos e à desregulamentação da economia.

A liberalização agrícola irrestrita ao mercado, por meio da abertura ao comércio de produtos agrícolas estrangeiros produzidos em países ricos, provocou grande impacto na economia das Filipinas, desestruturando o sistema agrícola de produção⁶⁵. Outra medida recomendada foi a expansão de grandes empresas com o objetivo de plantar culturas para a exportação. Para isso o governo central realizou levantamento fundiário das terras do país e identificou grande quantidade de terras “improdutivas” passíveis de serem repassadas para as empresas. As terras não estavam ociosas, mas o governo assim as considerou⁶⁶ (RIVELLI, 2012).

O governo também incentivou o arrendamento de terras camponesas para grandes empresas implantarem extensos cultivos. O negócio parecia interessante para camponeses, pois muitos estavam endividados com o governo. Porém, do montante de recursos pagos, metade foi retida pelo governo para pagamento de dívidas existentes. Com isso, os camponeses ficaram sem terras para produzir e com recursos financeiros insuficientes para

⁶⁵ Segundo o líder camponês Wilfrido Marbella, 1994, o país tinha superávit em sua balança comercial de produtos agrícolas de 1,2 bilhão de dólares. Após a entrada na OMC, até 1999, houve um déficit de 3,4 bilhões de dólares (PESCHANSKI, 2005).

⁶⁶ Rivelli (2012) narra o caso de um agricultor que cultivou cinco hectares de milho. Durante o período após a colheita e o início da preparação das terras para a safra seguinte, os tratores das empresas avançaram sobre suas terras, pois foram consideradas improdutivas pelo órgão de terras do governo.

iniciar um novo empreendimento (RIVELLI, 2012). Tais medidas provocaram o aprofundamento dos conflitos agrários e o aumento das lutas camponesas.

Foi nesse contexto que “Jun” Borrás atuou como ativista político nos movimentos rurais nas Filipinas no início dos anos de 1980⁶⁷. Entre esses movimentos estava o *Kilusang Magbubukid ng Pilipinas* (KMP), organização que mobiliza camponeses por direito à terra⁶⁸. Por motivos não identificados, Borrás deixou as Filipinas e iniciou sua atuação acadêmica na Europa. Segundo Sérgio Sauer, a causa foram ameaças políticas, das quais não foi possível esclarecer a origem exata.

Não foi possível identificar qual foi a relação que “Jun” Borrás manteve com movimentos agrários das Filipinas após sua saída do país e durante sua carreira acadêmica. Entretanto, segundo informação de Sérgio Sauer, o editor continuou a colaborar com organizações que atuam junto a temas dos camponeses, como o KMP.

“Jun” Borrás também colabora com ONGs internacionais de apoio às lutas camponesas. Uma delas é a *Food First*, com sede nos Estados Unidos. A ONG atua na África e nas Américas com temas relacionados à soberania alimentar, por meio do acesso a alimentos saudáveis produzidos ecologicamente e culturalmente adequados. O *Food First* atua em três áreas – pesquisa, educação e mobilização – destinadas a promover o engajamento crítico a instituições e políticas que controlam a produção de alimentos (FOOD FIRST, 2018).

Outra organização com a qual “Jun” Borrás colabora é o *Transnational Institute* (TNI), organização com sede na Holanda e que também atua com temas relacionados à soberania alimentar. A missão do TNI é realizar pesquisas e *advocacy* para a construção de um planeta justo, democrático e sustentável. O TNI atua junto a movimentos sociais, estudiosos envolvidos e tomadores de decisão⁶⁹.

“Jun” Borrás colabora também com a *Alternative Sud*, uma rede de organizações que visa a apoiar a socialização do conhecimento entre organizações de agricultores. A sede da ONG é na Bélgica e a atuação, na América Latina e África. Uma outra relação, talvez a mais importante, é a colaboração com movimentos sociais agrários. “Jun” Borrás participou na

⁶⁷ Fonte: <<https://www.tni.org/en/bio/jun-borras>>. Acessado em 19. out. 2017.

⁶⁸ Informação de Sérgio Sauer, em comunicação pessoal.

⁶⁹ Fonte: <<https://www.tni.org/en/bio/jun-borras>>. Acessado em 19. out. 2017.

fundação da Via Campesina, rede internacional de organizações camponesas que atua na defesa do modo de vida camponês, pela soberania alimentar, contra os cultivos transgênicos e contra as políticas neoliberais que ameaçam o modo de vida das populações do campo (VIEIRA, 2008). Ele ainda colabora em discussões e pesquisas promovidas pela Via Campesina. “Jun” Borrás obteve o título de PhD em estudos de desenvolvimento no ISS. Foi professor na universidade de Saint Mary's, em Halifax, Canadá, de 2007 a 2010. Atualmente “Jun” Borrás é professor de estudos agrários no ISS, Universidade Erasmus de Rotterdam, e na Universidade Agrícola da China, em Pequim⁷⁰.

Sua experiência editorial, além de editor-chefe do JPS desde 2009, inclui a participação nos conselhos editoriais do JAC e do *Canadian Journal of Development Studies*. “Jun” Borrás escreveu e coeditou vários livros e edições especiais de periódicos. Sua área de pesquisa é política agrária, especificamente políticas de terras, movimentos agrários, políticas alimentares, interações estado-sociedade no desenvolvimento rural, conflitos rurais, biocombustíveis, “culturas flexíveis”⁷¹, expropriação de terras e soberania alimentar. Suas áreas geográficas de pesquisa são Sudeste da Ásia, China, África do Sul e América do Sul⁷².

Borrás ensinou em cursos de pós-graduação na Holanda, Canadá, México, China, Suíça, Portugal e Finlândia acerca das transformações agrárias. Atualmente é orientador de vários estudantes de doutorado no ISS, bem como em outras universidades no Canadá, Espanha, Bélgica, Holanda e China, e ainda trabalha com vários bolsistas de pós-doutorado⁷³.

Apesar de ter sido o editor com quem mais tive dificuldades de obter informações acerca da trajetória, conforme ressaltai anteriormente, foi, no entanto, o que se revelou mais fácil de analisar a posição acerca da produção do conhecimento. Ele apresentou sua perspectiva na aula inaugural que ministrou no ISS em 14 de abril de 2016, publicada em um artigo (BORRAS, 2016) que expõe a posição do editor sobre a relação entre contexto social e político e a produção do conhecimento acadêmico.

⁷⁰ Fonte: < <https://www.eur.nl/people/jun-borras> >. Acesso em 21 abr, 2018.

⁷¹ Tradução livre para *flex crops*, termo utilizado pela literatura internacional para designar culturas agrícolas que podem ter diversas finalidades, desde o uso alimentar até a produção de biocombustíveis, como é o caso da soja, cana-de-açúcar e milho.

⁷² Fonte: < <https://www.eur.nl/people/jun-borras> >. Acesso em 21 abr, 2018.

⁷³ Idem.

O artigo de “Jun” Borrás aborda três temas: os movimentos agrários, a política de terra e o que traduzi como “ativismo acadêmico”⁷⁴. Em relação ao primeiro, “Jun” Borrás faz uma análise das modificações pelas quais os movimentos agrários passaram durante o século passado. Em seguida, ele analisa a situação atual, em que os movimentos agrários se mobilizam em torno de temas ambientais e alimentares, além da terra. Por fim, ele analisa como as mudanças inspiram uma nova geração que ele chama de “ativistas acadêmicos agrários”, subconjunto de ativistas acadêmicos que têm como objeto os processos sociais relacionados à terra. Esse novo cenário, segundo ele, contribuiu para motivar a área de estudos agrários. Salientarei somente a última parte do artigo, pois considero que esta é a que mais contribui para compreender a atuação acadêmica e política desse editor.

Ele considera que o ativismo acadêmico é um trabalho intelectual rigoroso que visa a mudar o mundo. O trabalho do ativista vinculado a organizações ou movimentos agrários é baseado em rigorosa pesquisa acadêmica, que está conectada explicitamente, e sem apologia, a projetos políticos ou movimentos sociais (BORRAS, 2016). Ele inspira-se, em parte, em Gramsci, a partir do conceito de intelectual orgânico, aquele que deve “imiscuir-se ativamente na vida prática como construtor, organizador e persuasor permanente (GRAMSCI, 1982, p. 9). Gramsci, ao caracterizar o intelectual orgânico, vai além da fronteira do que é intrínseco às atividades intelectuais, destacando que “não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*” (GRAMSCI, 1982, p. 7).

Seguindo a relação entre engajamento político e social e atuação acadêmica, “Jun” Borrás (2016) considera que existem três tipos de ativistas acadêmicos: (i) os que estão ancorados principalmente em instituições acadêmicas; (ii) os que estão engajados em movimentos sociais ou em organização que tenha um projeto político⁷⁵; e (iii) os que estão vinculados a instituições de pesquisa independentes não acadêmicas⁷⁶.

⁷⁴ Tradução livre para *scholar-activism*.

⁷⁵ “Jun” Borrás cita como exemplos desse grupo os ativistas vinculados a movimentos e organizações camponesas, entre os quais Nettie Wiebe (ex-dirigente da *National Farmers Union* – NFU), Paul Nicholson (*Coordination Paysanne Européenne* – CPE), Rafael Alegria (dirigente da Via Campesina), Jose Bové (*Confédération Paysanne*) e João Pedro Stedile (MST).

⁷⁶ “Jun” Borrás cita como exemplo dessas organizações as ONGs TNI, *Food First*, *Focus on the Global South*, *Institute for Policy Studies* (IPS), GRAIN, *The Corner House* e *Food First Information and Action Network* (FIAN).

“Jun” Borrás apoia-se em Peters (2005), autora que também procura caracterizar o ativismo acadêmico. Segundo ele, a autora explica que “muitas pessoas entram no mundo acadêmico decididas a se tornarem estudiosas porque querem ser tanto pesquisadoras como ativistas” (PETERS, 2005 *apud* BORRAS, 2016, p. 25). Ele ressalta a observação da autora de que essa foi uma “tendência após os movimentos de protesto dos anos 1960 e 1970 em que muitos jovens participaram” (BORRAS, 2016, p. 24), que a motivação vem da expectativa de que “o trabalho acadêmico pode ser útil para melhorar os grandes problemas da nossa sociedade” (PETERS, 2005 *apud* BORRAS, 2016, p. 806) e que muitos acadêmicos trabalham para influenciar a política.

“Jun” Borrás ressalta na análise de Peters que “o ativismo real significa, realmente, assumir um desafio de organização, trabalhar coletivamente com os outros e fazer o trabalho lento, pesado e tedioso de reunir pessoas para fazer mudanças” (PETERS, 2005, p. 806). Complementarmente a essa análise, Borrás indica a contribuição de Piven (2010), cuja consideração é de que o ativismo se dá a partir do compromisso com as demandas que promovem os “os interesses e ideias de grupos que estão à margem da vida pública, as pessoas sem voz, degradadas e exploradas (PIVEN, 2010, p. 808 *apud* BORRAS, 2016).

Para estabelecer a relação entre atuação acadêmica e engajamento social e político, “Jun” Borrás recorre ao conceito de “dupla lealdade”, proposto por Hale (2006), caracterizado a partir da tensão entre o compromisso com um grupo organizado em luta e análises acadêmicas rigorosas. Hale comenta que essa tensão é, muitas vezes, altamente produtiva, pois “não só produz resultados de pesquisa que são potencialmente úteis para a luta política com a qual está alinhada, mas também pode gerar novos conhecimentos os quais desafiam e transformam a sabedoria acadêmica convencional” (HALE 2006, p. 105, *apud* Borrás 2016, p. 25).

“Jun” Borrás (2016) comenta que a literatura acadêmica emergente sobre ativismo acadêmico é omissa ou silenciosa a esse debate. Ela tende a não abordar diretamente os movimentos e as instituições de pesquisa independentes ou não concebe o valor explícito aos acadêmicos a partir desses lugares não acadêmicos. Ele ressalta que é importante definir as três grandes categorias de ativistas acadêmicos, ou pesquisadores ativistas, a partir de sua localização institucional primária e principalmente pelo trabalho intelectual e político que realizam, e também aponta alguns desafios mais difíceis para o ativismo acadêmico. O primeiro é que as instituições em que os ativistas acadêmicos estão baseados são dirigidas

por gestores politicamente conservadores ou que decidiram ser politicamente neutros, apesar da grande desigualdade no mundo (o que para ele é assumir o lado dos opressores). A segunda é que essas instituições são administradas por “tecnocratas apolíticos”, cuja orientação é a noção de produtividade financeira e eficiência, além de não se importarem com a produção de conhecimento emancipatório. É a partir dessas reflexões e críticas que Borras se posicionará e atuará no campo acadêmico e das lutas sociais.

O editor do JPS não participa da controvérsia, apresentada a seguir, mas assegurará que, no debate controverso sobre a questão agrária e camponesa na reforma da terra no Zimbábue, as posições divergentes sejam publicadas em um número especial do JPS. A posição de Moyo e de seu grupo de pesquisadores, até a abertura para publicação no JPS, propiciada por “Jun” Borras, era desconsiderada ou sem espaço de divulgação em periódicos internacionais de estudos agrários fora da África. Essa análise será aprofundada no Capítulo III, no qual discutirei a geopolítica da produção e circulação do conhecimento por meio da análise dos números especiais do JAC e do JPS.

2.4. A disputa de interpretações e posições entre editores de periódicos

A controvérsia que engloba as questões agrária e camponesa não é recente. A origem do debate relaciona-se às diretrizes que orientaram a atuação de partidos e organizações de trabalhadores em diferentes momentos da história. Assim foram as considerações de Marx sobre os processos históricos e econômicos para a elaboração de sua teoria sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, as análises de Lênin (1980 e 1982) sobre capitalismo na Rússia, as reflexões de Kautsky (1980) sobre a questão agrária e a interpretação de Chayanov (1994) sobre o campesinato no capitalismo.

Os fundamentos do debate estão na definição das questões agrárias e camponesa no programa de pesquisa marxista. Hegedüs (1984) caracteriza a questão agrária como o conjunto de temas relacionados às relações de propriedade e produção no modo de produção capitalista no campo. Graziano (1981), por sua vez, caracteriza a questão agrária como as transformações nas relações sociais que se estabelecem a partir do processo produtivo no campo, abordado a partir de como se produz e de que forma se produz. A questão camponesa, por outro lado, é o segmento da questão agrária que destaca o campesinato como classe social em transição em dois sentidos (HEGEDÜS, 1984). O primeiro é histórico, como classe

remanescente do feudalismo e que perdura no capitalismo. O segundo é estrutural e aborda o campesinato como classe intermediária que possui características das duas classes fundamentais do capitalismo, proletariado e burguesia. Por um lado, o campesinato tem o controle de sua força de trabalho, tal qual o proletariado; por outro, é proprietário dos seus meios de produção, como a burguesia. O aspecto dual do campesinato tornou-o objeto de intenso debate sobre a inserção deste nas lutas sociais e políticas pela transformação das relações sociais capitalistas.

Na atualidade, a controvérsia sobre as questões agrária e camponesa ocorre, principalmente, a partir do debate entre duas posições analíticas. Uma posição considera que, no capitalismo, a agricultura subordina-se progressivamente à indústria como setor produtor de matérias-primas e consumidor de insumos industrializados. Tal processo ocorre por meio da mecanização da produção agrícola e da concentração fundiária. A interpretação considera que o desenvolvimento capitalista no campo acarreta, inexoravelmente, a extinção do campesinato ou a sua permanência como setor produtivo sem autonomia, subordinado às relações de mercado. A outra posição considera que o campesinato resiste ao avanço do capitalismo com o objetivo de permanecer na terra e reproduzir-se social e economicamente. Para tal perspectiva há um processo de resistência na terra e situações de recampesinização⁷⁷ em curso que se expressam de diversas formas. O campesinato resiste ao avanço do capitalismo na agricultura a partir da reafirmação de sua autonomia, do associativismo e da valorização de seu modo de vida.

O debate entre analistas das questões agrária e camponesa assume maior ou menor evidência nos momentos de ascensão ou descensão de lutas de segmentos sociais camponeses por terra. O debate acadêmico nos periódicos JPS, JAC e AS acompanha tais momentos. No JPS, o momento mais intenso de debate ocorreu a partir da década de 1970, quando as lutas camponesas estavam em ascensão pela oposição ao imperialismo e pela luta pelo socialismo. O debate no JAC ocorreu no momento de descensão das lutas camponesas, a partir de 2000, apogeu do neoliberalismo, que tirou a luta por terra da agenda política e do desenvolvimento. O AS retoma o debate a partir de 2012, momento de nova ascensão das

⁷⁷ Ploeg (2008) caracteriza a recampesinização como um processo massivo e generalizado de transição no qual há uma retomada de interesses e perspectivas dos agricultores camponeses, como a recuperação de terras, por meio da luta social.

mobilizações por terra, de valorização do modo de vida camponês e de resistência ao processo de concentração fundiária retomado por empresas agroindustriais.

Início a análise da controvérsia pelo JPS, que lança o debate e apresenta diferentes posições analíticas. Posteriormente, analiso o JAC, que abandona a controvérsia, ao ressaltar posições clássicas no programa de pesquisa marxista e afastar-se da agenda de pesquisa que relaciona as questões agrária e camponesa. Por último, o AS, que retoma a controvérsia e propõe o reposicionamento do debate a partir da geopolítica da produção do conhecimento.

2.4.1. O lançamento

O princípio da controvérsia sobre as questões agrária e camponesa nos periódicos remonta ao JPS, o primeiro dos três periódicos a ser criado, que definiu o campesinato como escopo de análise, conforme comentado anteriormente. O JPS apresentou, em sua edição inaugural, dois artigos que representam a emblemática controvérsia sobre o campesinato: um de Hobsbawm e outro de Shanin.

Teodor Shanin⁷⁸ foi um dos editores fundadores do JPS e um dos teóricos que retomou a questão camponesa em meados do século XX. O editor destacou, em sua obra, a autossuficiência dos camponeses e a capacidade de resistência às crises econômicas e pressões do mercado (SHANIN, 1980), características que fortaleciam sua autonomia relativa e seu protagonismo na sociedade. Tais questões tornaram a compreensão do camponês um dos principais desafios das ciências humanas (FELÍCIO, 2011).

O outro debatedor, Eric Hobsbawm, foi um historiador marxista que escreveu sobre acontecimentos do século passado e, por isso, teve uma perspectiva privilegiada como observador e intérprete de todo o século XX. Hobsbawm não foi, porém, um estudioso dos processos sociais do campo. As análises de Hobsbawm apresentam a questão agrária e os camponeses como um resíduo do desenvolvimento do capitalismo, perspectiva que é

⁷⁸ As contribuições teóricas de Shanin sobre questão camponesa tiveram raízes em sua história pessoal na União Soviética, onde ocorreu a coletivização forçada do campo. A perspectiva marxista clássica do desenvolvimento do capitalismo, na qual o campesinato se extinguiria frente à coletivização da produção agrícola, desdobrou-se no Estado soviético. Shanin, em sentido contrário, retomou a resiliência do campesinato, destacando a análise das explorações familiares e a inter-relação entre a unidade doméstica e as sociedades camponesas. (SHANIN, 1979).

evidenciada no artigo *Peasants and politics* (HOBSBAWM, 1973), com o qual o autor entrará na controvérsia. Essa posição perdurou até uma de suas últimas obras, *A era dos extremos*. Nesse livro o autor destaca o campo como lugar de êxodo da população para as cidades e onde se concentram os pobres. A importância de Hobsbawm na controvérsia é que ele foi um dos autores que influenciou na formação teórica de Byres (BERNSTEIN e BRASS, 1997).

Hobsbawm (1973) apresentou, em seu artigo, argumentos que justificam a ausência de projeto político dos eleitores camponeses em países da Europa na década de 1970. O autor ressaltou que os camponeses elegem para os parlamentos representantes de outros segmentos sociais. Ele retoma a análise de Marx, apresentada no *Dezoto de Brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 1997), na qual este argumenta que os camponeses, em razão de suas peculiaridades, são “incapazes de forçar seu interesse de classe em seu próprio nome. Eles não podem representar a si mesmos; eles devem ser representados” (HOBSBAWM, 1973, p. 20). O autor do artigo reforça a tese marxista de desaparecimento do campesinato, tanto pela perda de força política, quanto pela redução da população camponesa em razão da migração para as cidades, argumento também presente em *A era dos extremos* (HOBSBAWM, 1995).

O artigo de Shanin (1973) apresenta o argumento que sustenta a especificidade da organização das sociedades camponesas e seu modo de vida no capitalismo. O autor destaca os principais aspectos da economia camponesa: a unidade de produção-consumo familiar, a aldeia como uma organização econômica, o mercado e o dinheiro na economia camponesa e a economia política das sociedades camponesas. Analisa diferentes posições de pesquisadores que concordam com a especificidade da economia e das sociedades camponesas. O objetivo do artigo foi fornecer um ponto de partida para uma discussão sobre a diversidade e a relativa estabilidade do campesinato como classe, ao contrário de Hobsbawm, que aponta a perda de importância econômica e política e o posterior desaparecimento dos camponeses.

A controvérsia prosseguiu em números posteriores do JPS e envolveu outros autores. Corrigan (1975) apresentou contra-argumentação a Hobsbawm. Na mesma edição, Hobsbawm (1975) respondeu aos argumentos de Corrigan. O debate entre autores no lançamento do JPS iniciou a controvérsia a partir de diferentes perspectivas analíticas.

Shanin saiu do comitê editorial do JPS em 1975. Não encontrei indicações sobre o motivo da sua saída, mas as posições teóricas entre ele e Byres, editor-chefe que permaneceu no JPS, eram evidentemente opostas, conforme comentado a seguir.

2.4.2. O abandono

Byres apresentou suas posições sobre a controvérsia agrária e camponesa em diversos artigos que publicou, mas foi no verbete sobre a questão camponesa, escrito para a edição britânica do *Dicionário do pensamento marxista* (BYRES, 1991), que esta ficou sintetizada. Ele ressalta que a não resolução da questão agrária, ou seja, o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital e à sua reprodução ampliada, evidencia o atraso econômico característico de países pobres. Byres aponta sua interpretação da questão agrária nos países periféricos do capitalismo da seguinte maneira:

uma questão agrária não resolvida é uma característica central do atraso econômico. Em seu sentido mais amplo, a questão agrária pode ser definida como a permanência, no interior de um país pobre, de obstáculos substantivos a um desencadeamento das forças capazes de gerar desenvolvimento econômico, tanto dentro como fora do setor agrícola. (BYRES, 1991, p. 9)

Em 1985, Bernstein ingressou no comitê editorial do JPS a convite de Byres, com posição teórica alinhada a ele. Nesse mesmo ano, Moyo lança o livro *The land question in Zimbábue*, resultado de pesquisa que realizou no Zimbábue poucos anos após a independência, e torna-se membro do conselho executivo do Codesria. No livro, Moyo faz referência a Byres, sem citá-lo diretamente, tratando do contexto teórico no qual analisa o cenário e as definições de reforma agrária no Zimbábue.

Outros momentos de reconhecimento aconteceram. Em artigo que analisa o papel da reforma da terra na transição do feudalismo para o capitalismo e na globalização, Bernstein (2002) destaca que compreender esses processos requer conhecer que as condições históricas da questão agrária “clássica” não se aplicam mais e é necessário o desenvolvimento de meios para investigar e compreender as realidades em mudança. Ele faz um comentário elogioso a um artigo de Moyo (2001), ressaltando em uma nota de rodapé que se trata de “uma tentativa

iluminadora de diferenciar, explicar e avaliar as vertentes complexas e contraditórias da política da terra no Zimbábue hoje” (BERNSTEIN, 2002, p. 458). Esse reconhecimento acadêmico acontecerá em outros momentos de Moyo para Bernstein.

O artigo sintetiza as posições e argumentos de Bernstein acerca do fim do campesinato a partir da perspectiva clássica de que a questão agrária é um bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital e à sua reprodução ampliada. Bernstein (2011) retoma tais ideias, baseadas na análise de Marx, de que o novo traz consigo a destruição do velho. É assim que ele desenvolve o argumento de que o capitalismo ataca a existência de formações camponesas no mundo e que a globalização representa o clímax de um processo histórico mundial de eliminação do camponês. À resistência ao processo de acumulação pela expropriação de terras, Bernstein associará as ideias do populismo que “surge repetidas vezes como ideologias e movimentos de oposição às mudanças forjadas pela acumulação de capital” (BERNSTEIN, 2011, p. 104) e a uma “romantização” do que precedeu o capitalismo.

A partir de tal perspectiva, Bernstein (2004) questiona Moyo (2004) no argumento de que há um semiproletariado que luta pela terra nos países periféricos do capitalismo, ao referir-se a assalariados urbanos que intercalam essa relação de trabalho com a de camponês⁷⁹. Bernstein comenta não estar convencido da natureza da “tese de semiproletariado” e do envolvimento deste na luta pela terra como a principal forma de luta da classe trabalhadora no Sul. Ele ressalta que há “exageros e problemas analíticos a que está sujeita essa linha de discussão” (BERNSTEIN, 2004, p. 206).

O questionamento de Bernstein foi a base de sua proposição do que caracteriza como “nova questão agrária do trabalho”, na qual a reivindicação por terra é substituída pelo assalariamento rural. Bernstein (2004) critica a reforma agrária redistributiva e a resolução da questão agrária. Para ele, há uma nova questão agrária do trabalho nos tempos de globalização, ou seja, a terra deixa de ser foco para dar lugar ao trabalho rural a ser realizado por camponeses transformados em proletários, consequência do aprofundamento da penetração do capitalismo no campo. Esse argumento e outros serão posteriormente consolidados no livro *Dinâmicas de classe da mudança agrária* (BERNSTEIN, 2004, p.

⁷⁹ Moyo comenta que essa é a condição de trabalhadores urbanos do Zimbábue que mantêm suas famílias no campo e engajam-se no trabalho agrícola e na luta pela terra.

206), sobre o qual Yeros, membro do comitê editorial da AS, fará uma resenha devastadora, conforme será analisado adiante.

O lançamento do livro *Reclaiming the land: the resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America*, editado por Moyo e Yeros e publicado em 2005, foi um marco na controvérsia por consolidar as posições de Moyo e seu grupo e inseri-las no debate internacional. Um fato curioso nesse livro é a participação do próprio Bernstein com um artigo. Moyo e Yeros irão se opor, posteriormente, ao argumento de Bernstein que caracteriza “nova questão agrária do trabalho” e “desaparecimento do campesinato”. Bernstein foi convidado para escrever um artigo sobre a África, continente em que Moyo e Yeros fizeram suas pesquisas. Perguntei a Yeros sobre o convite, apesar de saberem que as posições de Bernstein eram divergentes da posição dos editores do livro. Yeros respondeu que, embora os editores do livro reconhecessem a diferença de posição, o convite para participar do livro foi uma maneira de dialogar com Bernstein e uma tentativa de identificar posições convergentes, por meio do livro⁸⁰.

O artigo de Bernstein nesse livro evita posição controversa em relação a Moyo e seus aliados e apresenta uma periodização da colonização da África através de processos que posteriormente integraram os agricultores nas estruturas e circuitos da economia mercantil, tanto local como internacional.

A tese central do livro, apontada pelos editores na introdução, é que os movimentos rurais são, hoje, o núcleo de oposição ao neoliberalismo e a fonte mais importante de transformação democrática na política nacional e internacional (MOYO e YEROS, 2005), perspectiva oposta à de Bernstein. A publicização da controvérsia, entretanto, ocorrerá por intermédio de outros autores que assumem as críticas às posições dos membros do *core set*. A estratégia é comum a ambos os lados do debate por meio da resenha de livros.

Ben Cousins publicou no JAC a resenha intitulada *Debating the politics of land occupation* (COUSINS, 2006) na qual analisa e critica o livro *Reclaiming the land*. O autor é colaborador regular do JAC e possui diversos artigos publicados em coautoria com Bernstein. Cousins direciona suas críticas à introdução e ao capítulo do livro sobre a questão agrária no Zimbábue, escritos por Moyo e Yeros. Ele aponta que existem grandes problemas

⁸⁰ Entrevista realizada em 11/05/2017.

teóricos na introdução do livro, na qual há uma “insistência na condição ‘semiproletária’ da população rural da maior parte do mundo”. Trata-se de uma análise em que Moyo comenta a situação de trabalhadores rurais do Zimbábue assalariando-se no trabalho de mineração, mas mantendo o vínculo com o trabalho no campo, por meio da permanência de suas famílias sustentadas pelas mulheres que trabalham na agricultura.

Cousins destaca que a insistência de Moyo e Yeros no “semiproletariado” e no “campesinato” é uma redução da “complexidade do mundo real da dinâmica de classe rural” (COUSINS, 2006, p. 16), que estaria além do alcance da análise esquemática proposta pelos editores. Outro aspecto enfatizado por Cousins é a visão de que “o Estado é altamente instrumental”. Para o autor, há uma tendência ao economicismo na discussão sobre a política da terra, tanto no cenário mundial quanto em relação ao Zimbábue. Cousins também critica a relevância dada aos “novos movimentos sociais rurais” e sua importância global, destacando que os casos apresentados no livro “fornecem pouca evidência de que haja um número significativo das características principais identificadas por Moyo e Yeros” (COUSINS, 2006, p. 16), apesar de reconhecer a importância das lutas por terra pouco organizadas e localizadas. Por fim, Cousins reconhece que o livro contém “material de grande interesse para os leitores do JAC”, embora apresente argumentos falhos e seja “profundamente decepcionante” (COUSINS, 2006).

Yeros informou que a publicação da resenha de Cousins no JAC demarcou o abandono definitivo da tentativa de estabelecer diálogo com Benrstein e os autores que se alinham com ele⁸¹. A partir desse fato, Moyo e seu grupo acentuarão as críticas a Bernstein e Byres.

Outro fato que contribuiu para o afastamento foi a frequente rejeição pelo JAC de manuscritos de autores alinhados às posições de Moyo. Alguns autores, que se tornaram editores do AS, constataram que, após submeterem seus manuscritos à avaliação no JAC, estes foram rejeitados após algumas rodadas de revisão⁸². Entre os motivos estava a não citação de autores que publicavam no JAC, não adotar os referenciais teórico-metodológicos indicados pelos revisores na fase de ajuste do manuscrito e a escrita em inglês não estar

⁸¹ Entrevista realizada em 11/05/2017.

⁸² Informação repassada por Marcelo Rosa, membro do comitê editorial do AS, em depoimento pessoal.

“compreensível”. Marcelo Rosa, um dos editores da AS, informou que passou por essa situação⁸³. Os ajustes indicados pelos revisores no parecer recomendavam a inclusão de referências teóricas publicadas no JAC, consideradas inadequadas por Rosa para interpretar a situação analisada por abordarem as questões agrária e camponesa nos países do Norte Global, não se adequando à análise da realidade de contextos periféricos. Na etapa final da revisão por pares, após os ajustes concluídos, uma editora decidiu rejeitar o manuscrito, mesmo com pareceres favoráveis pela publicação de dois revisores e um parecer que recomendou a rejeição. O motivo informado pela editora foi o fato do texto estar *awkward*, expressão utilizada nos pareceres de revisão em inglês para indicar que a escrita nessa língua está “estranha” ou fora do padrão.

O indiano Praveen Jha é o único membro do conselho editorial da AS que publicou no JAC, em 2004. O artigo publicado analisa mudanças nas condições de vida dos trabalhadores assalariados e a relação destes com a evolução da economia rural de uma região atrasada na Índia (JHA, 2004). O tema do artigo está entre os mais enfocados pela JAC a partir do referencial da economia política clássica, qual seja, o trabalho assalariado agrícola. Pode-se considerar que a publicação foi uma adequação exitosa do artigo à linha editorial do JAC, que os demais autores, editores da AS, não conseguiram ou não desejaram fazer.

Enquanto a controvérsia ocorria de maneira pouco acalorada entre os editores do JAC e Moyo e seus aliados, o JPS estava ao largo no debate. Bernstein e Byres não publicaram no periódico após a saída do conselho editorial, nem Moyo e seu grupo demonstraram interesse em publicar nesse periódico. Uma característica do JPS, nesse período, foi a grande quantidade de artigos publicados pelo editor-chefe Tom Brass. Em quase todos os números, houve um artigo ou resenha de sua autoria. O fato é estranho, pois o papel do editor não é propiciar espaço editorial para a publicação de seus próprios artigos, mas ser um mediador para a publicação de trabalhos da comunidade acadêmica da sua área temática e interlocutor entre autores de manuscritos, revisores e público leitor, conforme analisado no Capítulo I.

Não foi possível identificar os motivos pelos quais Tom Brass foi substituído quando outro *publisher* assumiu o lugar de Franck Cass. A escolha do novo editor-chefe do JPS

⁸³ Entrevista realizada em 05/04/2017.

resultou de consulta do *publisher* a diversos especialistas da área de estudos agrários, entre eles Byres e Bernstein, que indicaram “Jun” Borrás, o qual passou a liderar o comitê editorial do JPS a partir de 2009⁸⁴. A mudança do editor-chefe e do comitê editorial do JPS marca a retomada do debate camponês no periódico e a abertura para publicação de artigos com as diferentes posições sobre a controvérsia quanto as questões agrária e camponesa. “Jun” Borrás retoma o projeto editorial inicial do JPS a partir da atualização do debate no novo contexto em que ocorrem as lutas camponesas, como analisado a seguir.

No editorial do número em que Borrás assume como editor-chefe, analisa-se a situação do campesinato na atualidade (EDITORIAL NOTE, *Journal of Peasant Studies*, 2009). O texto considera que há uma nova conjuntura na qual o campesinato está inserido, diferente daquela do lançamento do periódico, com a ausência de revoluções e rebeliões camponesas armadas. Atualmente haveria um novo ativismo agrário em que grande parte dos movimentos é “não revolucionária”, mas “radical, desarmada e militante”. O editorial reconhece os diferentes segmentos que lutam por terra. A arena e o objetivo desses novos movimentos camponeses teriam se complexificado, promovendo mudanças na atuação política e a compreensão de pesquisadoras e pesquisadores ao incluir segmentos sociais diversos, como povos indígenas, mulheres e ONGs, ao mesmo tempo em que se forjam redes transnacionais e coalizões de movimentos. O editorial comenta ainda que tais mudanças provocaram e inspiraram agendas de pesquisa críticas sobre o campesinato.

O texto encerra-se com um agradecimento a Byres e Bernstein pela colaboração para que o novo comitê editorial reconstruísse a história e o perfil do JPS, afirmando que os dois autores “continuam a ser uma grande inspiração” (EDITORIAL NOTE, *Journal of Peasant Studies*, 2009, p. 3). A aproximação entre os editores foi uma nova característica da relação entre JPS e JAC. Os editores de ambos os periódicos colaborarão simultaneamente em um e outro, seja como autores ou participando do conselho editorial da outra publicação⁸⁵. Entretanto, os periódicos mantiveram autonomia quanto à linha editorial. O JPS direcionou-se para a área de estudos do desenvolvimento agrário, e o JAC para a economia política agrária.

⁸⁴ Informação repassada por Cris Kay, membro do comitê editorial do JAC, em entrevista realizada em 29/08/2017.

⁸⁵ Bernstein e Byres publicaram no JPS, o mesmo ocorrendo com “Jun” Borrás, que publicou no JAC. “Jun” Borrás atualmente é membro do conselho editorial do JAC.

Outro fato relevante ocorreu nesse número do JPS em que “Jun” Borrás assume como edito- chefe, demonstrando a posição de reabrir o debate sobre as questões agrária e camponesa no periódico. O novo editor organizou um número especial intitulado *Critical perspectives in agrarian change and peasant studies*, no qual foram publicados artigos dos editores anteriores do JPS: Terence Byres, Henry Bernstein, Teodor Shanin e Cristóbal Kay. Como já foi dito anteriormente, Bernstein e Byres não publicavam artigos no JPS desde que saíram do periódico e Shanin não publicava ali desde a década de 1970. A edição marcou uma retomada de debates atualizados e abertos dos estudos do campesinato, após o período de transição em que Brass foi editor.

2.4.3. A retomada

O lançamento do AS, em 2012, marcou o novo momento na controvérsia. A editora e os editores argumentaram, no editorial do número de lançamento, que há uma nova questão no desenvolvimento da agricultura no capitalismo, a partir da relação centro-periferia. O texto apresenta os temas norteadores da linha editorial, em perspectiva oposta à abordagem clássica do marxismo do JAC, mas sem mencioná-lo ou a seus editores.

Os editores do AS ressaltam que existem “condições no capitalismo periférico no qual germinaram uma questão da terra específica” (EDITORIAL, *Agrarian South*, 2012). Ao analisar o desenvolvimento capitalista no campo, os editores salientaram as lutas camponesas nos países do Sul Global como processos de recriação do campesinato e apontaram a crítica aos investigadores dos países centrais do Norte, que não reconhecem as especificidades do capitalismo periférico dos países do Sul Global em contraposição às análises de recriação das lutas camponesas (*Agrarian South*, 2012).

Em referência indireta aos editores fundadores do JAC, o texto questiona a perspectiva marxista clássica que propõe o fim da questão agrária em razão do desenvolvimento capitalista da agricultura e o desaparecimento do campesinato. O editorial destaca que alguns “progressistas” proclamam a questão agrária como “morta”, e defende que o debate político atual mudou de direção e está focado no fornecimento de oportunidades para os “superexplorados” (EDITORIAL, *Agrarian South*, 2012). O texto afirma ainda o interesse renovado na África, Ásia e América Latina, nas políticas sociais voltadas para subsidiar a reprodução social a partir do desenvolvimento rural autônomo, e conclui que o

palco está montado para um confronto histórico: a retomada da questão agrária (EDITORIAL, Agrarian South, 2012).

Nesse sentido, o editorial do AS salienta que a demanda por terra se expande em áreas rurais e continua a ser fundamental para a reprodução social das famílias do campo. Destaca que a “luta pelo acesso à terra transformou-se também em uma questão para recuperar o acesso à cidadania e a direitos sociais básicos” (EDITORIAL, Agrarian South, 2012, p. 8), argumentando que os movimentos rurais deram a sua própria resposta e que, a partir da década de 1990, proliferaram na América Latina (México, Brasil, Bolívia, Equador, Colômbia), África (principalmente Zimbábue) e Ásia (Nepal, Índia, Filipinas), para tornarem-se o centro de mobilização pela retomada das terras, por meio de ocupações em massa, entre outras táticas (EDITORIAL, Agrarian South, 2012).

O editorial do AS aponta a perspectiva de relacionar análise social e engajamento político, ao retomar a aliança entre operários e camponeses, apontada por Lênin, e salienta que as alianças rurais-urbanas e Sul-Sul devem ser priorizadas de modo a “confrontar o poder de monopólio definitivamente e propor uma sociedade global alternativa em resposta aos imperativos estruturais dos nossos tempos” (EDITORIAL, Agrarian South, 2012, p. 10). Tal sociedade, salienta o editorial, deveria considerar a recampesinização como um projeto moderno e novas formas coletivas de produção, a absorção de trabalho e a industrialização sustentável: essa sociedade deve “ir além do Estado-nação e propor formas de integração agroindustrial regional, contra o mercado e a integração que o neoliberalismo impôs como regra base” (EDITORIAL, Agrarian South, 2012, p. 10).

Em sua conclusão, o editorial retoma a crítica à hierarquia centro-periferia na qual o Sul tem, como horizonte social, político e econômico, o Norte, destacando que “a única certeza, no século XXI, é que o Sul não encontrará no Norte uma imagem de seu próprio futuro” (EDITORIAL, Agrarian South, 2012, p. 10) e que a “emergência” coletiva do Sul e sua “convergência” com o Norte, nos termos do capital, é simplesmente uma impossibilidade sistêmica e um beco sem saída ecológica (EDITORIAL, Agrarian South, 2012, p. 10).

Esse texto tem uma característica de manifesto contra a dependência intelectual, ao mesmo tempo em que vincula a produção do conhecimento acadêmico ao engajamento para a mudança da realidade social, política e econômica. Em tal perspectiva, os intelectuais produzem conhecimento para a transformação da sociedade por exploradas e explorados do

capitalismo. O editorial não cita diretamente Byres e Bernstein, mas assume posições opostas a esses editores na linha editorial do periódico que estava sendo lançado. Em outro momento, a controvérsia com os editores do JAC será assumida de maneira explícita, conforme analisarei a seguir.

Yeros (2012), membro do comitê editorial do AS, reforça a controvérsia e retoma a estratégia de Cousins de criticar um dos editores do *core set*. Por meio de resenha crítica, Yeros se contrapõe ao livro *Dinâmicas de classe da mudança agrária*, de Henry Bernstein (2011), afirmando que o texto “é impulsionado pela ambição de desenhar comparações macro-históricas, inter-regionais e elaborar conceitos com um apelo universal”, mas expressa uma “vocação economicista e eurocêntrica”, manifestada nas noções puras de capitalismo que Bernstein defende, e que este não reconhece a especificidade do capitalismo periférico (YEROS. 2012). O autor assinala que Bernstein agitou o meio acadêmico, especialmente na África e na Ásia, ao apresentar a tese de que a “questão agrária clássica acabou”, mas omitiu-se, no livro, do debate sobre o que   a questão agrária hoje. Uma tese levantada no livro, e questionada por Yeros em sua resenha, é a do “desaparecimento do campesinato” e das lutas pela reprodução dos camponeses no campo. Yeros criticou o uso recorrente da expressão “populismo agrário” por Bernstein para caracterizar aqueles que defendem as lutas camponesas.

O editor da AS explana também sobre a teoria das “variações complexas”, proposta por Bernstein no livro, na qual situa a população rural p s-camponesa em uma diversidade de situações de classe, desde trabalho assalariado, passando pela produção em pequenas empresas, até uma diversidade de outras relações, entre elas g nero, etnia e raça. Para Yeros, trata-se de uma tentativa de lidar com a variedade de classe no campo e as complexidades ideológicas do capitalismo, mas que, na perspectiva do autor da resenha, não absolvem Bernstein do economicismo, pois a “diversidade” é simplesmente uma característica “adicionada” ao capitalismo puro. Yeros contrapõe-se a Bernstein com uma tese que apresentou, juntamente com Moyo, de que o campesinato permaneceu durante muito tempo reproduzindo-se não de forma indeterminada como pressupôs Bernstein, mas como um semiproletariado estruturalmente e permanentemente necessário para o capitalismo periférico (YEROS, 2012).

Em relação à discussão das lutas sociais, Yeros comenta que Bernstein se limita à análise do MST no Brasil e da Via Campesina como uma discussão “branda” e baseada em “um mínimo de referências, bastante inadequadas em si mesmas e restritas ao trabalho de pesquisadores do Norte que escrevem sobre Sul” (YEROS, 2012, p. 345). O editor do AS expôs que a única preocupação perceptível para o foco nesses movimentos é caracterizá-los como “populistas”, ou ainda ressaltar os dilemas ideológicos e a incapacidade de avançar nas lutas pela terra que aumentam (YEROS, 2012). Além disso, Yeros criticou Bernstein por evitar discutir a mobilização social que ocorreu no Zimbábue para obter a reforma agrária mais abrangente desde o fim da Guerra Fria. Ele comenta que “o autor possui amplo conhecimento sobre o debate no Zimbábue e participou dele como um adversário intelectual da reforma da terra” (YEROS, 2012, p. 346).

Yeros (2012) encerra a resenha do livro de Bernstein da mesma maneira que Cousins (2006), na conclusão da resenha crítica do livro *Reclaiming the land*. Ele recomenda a leitura do livro por suas deficiências e acrescenta que se trata de um “claro exemplo de imperialismo acadêmico inflexível, de tipo marxista, que, meio século após a descolonização, continua cheio de silêncios, evasões e desprezo por pesquisadores e debates no Sul” (YEROS, 2012, p. 346). A resenha de Yeros do livro de Bernstein foi um anúncio do embate que foi a seguir aprofundado.

No artigo *The classical agrarian question: myth, reality and relevance today*, Moyo, Yeros e Jha (2013) ampliam a controvérsia com referências explícitas a Byres e Bernstein. Os editores se opõem à análise de Bernstein de que a questão agrária foi encerrada na atual fase do desenvolvimento do capitalismo no campo e discutem a questão do Norte como porvir para o Sul. O argumento inicial é a crítica à economia política marxista clássica que sustentou o “mito da industrialização” como objetivo fundamental de transformação social e econômica, ou seja, o horizonte para desenvolvimento do campo é a industrialização da agricultura, seguindo a trajetória histórica dos países centrais do Norte. Moyo, Yeros e Jha (2013) consideram essa perspectiva como um “mito/ilusão”, que relaciona a industrialização à superação do “atraso” e à resolução da questão agrária. Os editores destacam que essa “é uma ideia extremamente resistente, base para a modernidade eurocêntrica” (MOYO, YEROS e JHA, 2013, p. 94).

Os editores criticam a perspectiva na qual o atraso foi posto como uma característica das sociedades não europeias e a industrialização como um fim em si mesmo a ser alcançado pela periferia. Por essa trajetória, “produtores despossuídos da agricultura (via acumulação primitiva) serão transformados em trabalhadores assalariados de setores não agrícolas e industriais” (MOYO, YEROS e JHA, 2013). Eles fazem uma referência à posição de Byres, ressaltando que ele foi um dos “estudiosos influentes e de mente aberta” que recolocaram o axioma atraso/industrialização no debate marxista. Os editores do AS apontam, no artigo, que o resultado desse processo foi a “a exportação da questão agrária do Norte para o Sul” e a “banalização da transição industrial”. Eles alertam que a consequência mais grave de relacionar a questão agrária estritamente ao atraso é o deslocamento do debate político do Norte para o Sul no cenário do neoliberalismo. Moyo, Yeros e Jha (2013) destacam que o Norte foi absolvido da responsabilidade de apoiar o desenvolvimento do Sul e passou a exigir a remoção de subsídios para ajudar os países da periferia a competir.

Os autores criticam tal perspectiva sobre a questão agrária e ressaltam que ela se tornou cada vez mais “profissionalizada e confinada às salas da academia” (MOYO, YEROS e JHA, 2013, p. 96), reforçando a convenção eurocêntrica prescrita no mito da industrialização. Os editores, no artigo em tela, comentam que os acadêmicos do Sul, principalmente da África, trilharam o mesmo caminho de profissionalização intelectual e distanciaram-se de seus contextos.

A análise acima assume ponto extremo na crítica à declaração de Bernstein de que a questão agrária foi resolvida em escala global. Bernstein, destacaram Moyo, Yeros e Jha (2013), considerou que a questão agrária clássica foi incorporada pela questão agrária do trabalho, na qual os produtores despossuídos da agricultura são transformados em trabalhadoras e trabalhadores não agrícolas ou industriais. Em decorrência disso, Bernstein propôs o desbloqueio das restrições ao capital (MOYO, YEROS e JHA. 2013). Eles criticam essa análise, afirmando que se trata de uma ruptura enganosa e “uma leitura errada dos ‘clássicos’ para quem as questões de capital e trabalho eram vistas de forma dialética” (MOYO, YEROS e JHA. 2013, p. 101).

Em sentido oposto, portanto, Moyo, Yeros e Jha (2013) ressaltam que a questão agrária é mantida viva pelos movimentos sociais do campo e “intelectuais camponeses” e que a reforma agrária é uma “solução moderna para as múltiplas crises do nosso tempo: a

econômica, a climática, a energética e a alimentar” (MOYO, YEROS e JHA. 2013, p. 94). Tais processos sociais têm como protagonistas camponeses de diversas nacionalidades, indígenas na América Latina, populações de países do continente africano que demandam a retomada das terras expropriadas durante a ocupação colonial e camponeses asiáticos que lutam contra a expropriação de suas terras por governos nacionais em favor de empresas estrangeiras.

A tais contextos, os editores propõem uma outra perspectiva para a questão agrária. Para sociedades situadas em contextos periféricos, como China, África, América Latina e Caribe, eles destacam que “o grande feito da questão agrária de libertação foi a de incorporar a industrialização sem se render a ela; e, assim, criar um espaço político para a elaboração de novas questões agrárias” (MOYO, YEROS e JHA, 2013, p. 103). Os editores, então, propuseram três pontos metodológicos para retomar a continuidade dialética, segundo eles rompida por Benstein, a saber, a análise da questão agrária, a estrutura do imperialismo e os sujeitos políticos da questão agrária.

O primeiro ponto indica que novas dimensões da questão agrária não foram rupturas, mas uma reestruturação contínua das dimensões anteriores. Isso implica que não há fronteiras entre as dimensões clássicas e contemporâneas da questão agrária. Há uma reestruturação da relação e do significado de todas as dimensões envolvidas. Os editores alertam que essa perspectiva faz luz sobre a “arbitrariedade de confinar a questão clássica nas fronteiras da Europa” (MOYO, YEROS e JHA. 2013, p. 103). O segundo ponto é que as questões agrárias clássica e contemporânea são diferenciadas, de modo mais evidente, pela eliminação progressiva do imperialismo e os desafios distintos que cada fase tem imposto. Para os editores, a libertação nacional mudou as coordenadas de ação política em escala mundial, ao reiterar a soberania política do capital monopolista (MOYO, YEROS e JHA, p. 2013). O terceiro ponto metodológico é que ocorreram mudanças conceituais a partir das quais surgiu uma pluralidade de correntes de pensamento marxista e de novas gramáticas. Inicialmente se privilegiava o proletariado e depreciava os camponeses⁸⁶, atualmente

86 Os editores citam como referência o pensamento de Marx, Engels e Kautsky.

passou-se a reconhecer a luta dos camponeses pela terra como uma questão chave na revolução socialista⁸⁷ (MOYO, YEROS e JHA, p. 2013).

O artigo de Moyo, Yeros e Jha (2013) é o momento mais acirrado da controvérsia. Os acadêmicos da periferia entram na disputa pela interpretação da questão agrária que ocorre em seus contextos de origem. Os editores do AS demarcam posições teóricas e políticas, retomando os postos chave do debate com referências diretas aos seus oponentes na controvérsia: Bernstein e Byres. A controvérsia, na interpretação dos editores do AS, é geopolítica e está relacionada ao reconhecimento de pesquisadores da periferia produzirem e divulgarem conhecimento autonomamente sem recorrer ao cânone ou ao *mainstream* dos países centrais, seja por suas instituições de pesquisa, seja por meios de divulgação científica. Eu explorarei esses aspectos no Capítulo III, no qual discuto a geopolítica do conhecimento nos periódicos.

O acirramento do debate é também o momento em que a flexibilidade interpretativa se torna mais evidente, com variações na compreensão de um mesmo fato pelos cientistas. No caso da controvérsia sobre as questões agrária e camponesa, a flexibilidade interpretativa está relacionada ao lugar de observação dos editores e aos processos que observam. Byres e Bernstein analisam a mudança agrária a partir de contextos centrais, enquanto Moyo e seu grupo a analisam a partir dos contextos periféricos em que estão inseridos. A convergência na observação de um mesmo processo, a mudança agrária frente ao desenvolvimento do capitalismo na periferia, possibilita identificar os argumentos que os editores utilizam para justificar suas diferentes interpretações para alcançar credibilidade e reconhecimento de contextos sociais analisados.

O último texto relacionado à controvérsia entre os periódicos foi a resenha de Rosa (2015) do livro *Land divided, land restored: land reform in South Africa for the 21st Century*, editado por Cheryl Walker e Ben Cousins, autor da resenha crítica do livro *Reclaiming the land*, comentada anteriormente. O livro editado por Walker e Cousins é resultado de uma conferência realizada em 2013 em comemoração ao centenário do *Natives Land Act* na África do Sul⁸⁸. Rosa destaca o simbolismo do livro, que representa o ponto

87 Moyo, Yeros e Jha citam Lênin, Mao, Fanon e Cabral, como os teóricos marxistas que assumiram o campesinato como perspectiva intelectual e organizacional.

88 A *Natives Land Act* foi implementada em 1913 como lei que instituiu o início da expropriação das terras das populações negras rurais pelos colonos brancos de origem europeia.

alto de uma onda de revisão dos processos que tiveram o objetivo de reverter a expropriação de terras das populações locais negras ocorrida na África do Sul, da qual o *Natives Land Act* é reconhecido como uma das causas (ROSA, 2015).

A resenha de Rosa aborda um novo aspecto do debate que é a racialização das questões agrária e camponesa na África, ou seja, como os colonos brancos excluíram a população local negra do acesso à terra. O componente do debate é fundamental para compreender as diferentes análises sobre a apropriação da terra. Tal aspecto será abordado no Capítulo III, no qual analiso uma outra vertente da controvérsia, que é a análise da reforma da terra no Zimbábue. Rosa, editor do AS, destaca como pesquisadores buscam desracializar o debate, por isso o antecipo aqui.

O livro é uma coletânea de artigos de diversas autoras e autores de diferentes áreas, entre os quais estão Bernstein e um fazendeiro, presidente da associação de agricultores brancos da África do Sul, que representa 1,24%, dos proprietários de terras sul-africanos. Rosa aponta a ideia central do livro, indicada por sua editora e seu editor: a superação do passado e as questões para o século XXI. O propósito, expresso na maioria dos artigos e na crítica da editora e do editor, é “destruir mitos” relacionados ao programa de redistribuição de terras para populações negras da África do Sul pós-*apartheid*. Ambos destacam que a discussão sobre a redistribuição de terras permanece presa a uma narrativa mestra de “perda e restauração”, aponta Rosa.

Rosa expõe na resenha que Bernstein propõe, em seu artigo, a separação entre retórica política e análise efetiva, de modo a afastar-se do debate sobre a questão agrária, e desenvolve a análise da agricultura comercial na África do Sul e a relação desta com a economia mundial. Os temas são: agronegócio, comércio internacional, mobilidade de capital, a partir de uma breve descrição da transformação do setor agrário no país. Bernstein, segundo Rosa, lista processos e efeitos locais que tendem a confirmar a ausência de alternativas viáveis para mudar o setor agrícola local. Bernstein retoma o argumento de inviabilidade da agricultura camponesa, bem como da redistribuição de terras. A agricultura em pequena escala é abordada como inviável. Rosa destaca que Bernstein subestima o potencial de mudança a partir de redistribuição da propriedade da terra e destaca que a posição do editor do JAC “reflete perfeitamente” a opinião expressa no capítulo escrito pelo

proprietário de terras, que é presidente da associação dos grandes agricultores comerciais brancos (ROSA, 2015).

Rosa aponta que o capítulo de Cousins destaca a disjunção entre duas dimensões presentes em outras partes do livro, a objetividade e a subjetividade. Ele destaca o argumento de Cousins de que a reforma da terra deve ir além de “uma forma simplista de populismo, enfatizando os aspectos simbólicos da terra” (COUSINS, 2015 *apud* ROSA, 2015, p. 440). O dualismo material/simbólico, apresentado em várias partes do livro, é uma forma de silenciar a reivindicação que muitas populações locais da África do Sul fazem de restituição de terras ancestrais que não estão relacionadas ao uso agrícola, mas expressam o reconhecimento do direito à memória e à cultura de gerações anteriores oprimidas e exploradas durante o domínio colonial branco (ROSA, 2015).

A onda de revisão dos processos de redistribuição de terra na África do Sul, da qual Rosa considera o livro de Walker e Cousins (201) como um ponto alto, é uma maneira de “desracializar” o debate da terra em nome de uma dimensão material que é usada como “forma de silenciar, fazendo com que as possíveis reivindicações de terras sem fins agrícolas não sejam razoáveis” (ROSA, 2015, p. 440). Rosa ressalta que as memórias e as narrativas são os melhores exemplos do que as autoras e os autores do livro consideram como “simbólico”. A desconsideração dessa perspectiva na análise dos processos de redistribuição de terra é “a última fronteira da expropriação”, na qual os sul-africanos rurais negros serão alienados de seu passado, permitindo que aqueles que vivem na terra se tornem parte do proletariado global desracializado (ROSA, 2015).

O debate sobre a desracialização dos processos de redistribuição de terras na África será retomado adiante, na análise dos números especiais dos periódicos JAC e JPS. O tema não é abordado diretamente nesta pesquisa, mas situo sua importância na compreensão da redistribuição de terras na África e não posso deixar de indicá-lo como ponto destacado na agenda de pesquisas que pretendo realizar após o doutorado. Retornarei a ele no capítulo a seguir, que trata da relação entre a geopolítica das publicações acadêmicas e as análises científicas sobre a reforma da terra no Zimbábue.

2.5. Controvérsias como disputas de posições e de argumentos

A disputa de posições e interpretações no debate sobre a questão agrária e o campesinato no programa de pesquisa marxista é antiga. Iniciou-se pelo embate com lideranças de partidos socialistas e organizações de trabalhadores como diretriz para a atuação política. Entretanto, a abordagem da questão agrária como objeto de estudo nas ciências sociais é relativamente recente. Ocorreu a partir do período pós-Segunda Guerra e foi influenciada pelo contexto social em que as lutas camponesas se radicalizaram na periferia do capitalismo.

A controvérsia sobre a questão agrária e o campesinato, nas ciências sociais, relaciona-se a períodos de ascensão e declínio das lutas camponesas. O início do debate tratou do papel do campesinato como ator nas transformações sociais e na contraposição à expansão do imperialismo político e econômico nas décadas de 1950 e 1960. O avanço das agendas neoliberais, com a retirada da reforma agrária da agenda política e do desenvolvimento nas décadas de 1970 e 1980, deslocou o foco das lutas camponesas como objeto de estudo. Atualmente, o debate é retomado em função do interesse de pesquisadoras e pesquisadores em compreender a nova etapa de expansão de empresas agrícolas transnacionais em direção a novas terras nos países periféricos, a mudança da pauta e da arena de atuação de movimentos agrários e a ampliação dos segmentos que os compõem. Essa foi a dinâmica do debate agrário e camponês no JPS, no JAC e no AS, mais recentemente.

Os participantes do núcleo central da controvérsia, aqui definido como *core set*, realizaram suas trajetórias acadêmicas sob diferentes condições. Byres e Bernstein, cidadãos britânicos, formaram-se em instituições de países centrais. Moyo, cidadão zimbabuense, teve que superar a restrição à formação escolar sofrida pelas populações negras em contexto colonial, realizou a formação universitária em país africano em fase de implantação do sistema universitário após a independência, e pós-graduação em países centrais. As trajetórias sociais e acadêmicas os colocaram diante de opções que estão relacionadas às posições nas interpretações de contextos sociais. Assim, Byres e Bernstein, de origem europeia, ou seja, de países de capitalismo desenvolvido, interpretam o desenvolvimento capitalista no campo com base na economia política clássica, ou seja, seguindo os cânones do marxismo. Moyo seguiu a trajetória das primeiras gerações de acadêmicos africanos que buscaram afirmar a perspectiva de produção do conhecimento autônomo e endógeno, e

também ressaltou a análise dos processos sociais, econômicos e políticos a partir dos processos que aconteceram na África, seu continente de origem e sobre o qual realizou pesquisas.

A controvérsia entre os editores do JAC e do AS iniciou com a busca de Moyo em estabelecer um debate com Bernstein, ao convidá-lo para escrever um capítulo do livro *Reclaiming the land*, que organizou com Yeros. No entanto, a interlocução foi interrompida com a publicação da resenha crítica escrita por Cousins, autor que colabora com o JAC, onde publica artigos. Cousins não faz referência aos argumentos de Bernstein sobre as questões agrária e camponesa. Por outro lado, critica a análise que Moyo e Yeros fazem da redistribuição de terras no Zimbábue e a interpretação das classes sociais que demandam terra no país. É também nesse período que autores, que posteriormente se tornariam editores do AS, apresentam manuscritos ao JAC e são rejeitados por diversos motivos, entre eles a adequação ao debate teórico da economia política, linha teórica que orienta o JAC.

O JPS lança o debate, JAC e AS darão prosseguimento a partir de lugares diferentes de produção do conhecimento: o centro e a periferia. O foco comum é a industrialização da agricultura, resultante do desenvolvimento do capitalismo no campo, e o papel e destino do campesinato nessas sociedades.

Dois posições são identificadas na controvérsia entre editores de periódicos. Uma delas, representada por Byres e Bernstein, considera que o desenvolvimento capitalista no campo produz dois processos principais: a industrialização da agricultura, por meio da tecnificação e quimificação do processo produtivo e da manipulação genética de organismos vivos; e a proletarização das populações do campo com a extinção do campesinato, ou permanência deste como setor produtivo agregado e sem autonomia, subordinado a relações de mercado, tal qual aconteceu nos países capitalistas centrais. A outra posição, representada por Moyo e os editores do AS, destaca a resistência ao avanço do capitalismo no campo e aponta as diversas formas de organização social e econômica que têm como pressuposto a autonomia e a permanência dessas populações, não baseadas na grande propriedade capitalista da terra. Essas duas posições mostram a flexibilidade interpretativa na qual se apresentam diferentes perspectivas para o mesmo processo social analisado.

O mapeamento das controvérsias no JAC e no AS permitiu a identificação dos argumentos dos membros do *core set* e de autoras e autores associados. Byres considera que a restrição à expansão da propriedade capitalista da terra representa um bloqueio à

reprodução ampliada do capital. Trata-se de uma característica do atraso econômico de países pobres e periféricos. Ele subentende na análise que as populações do campo deveriam ser expropriadas da terra e se deslocarem para os centros urbanos, tornando-se mão de obra assalariada.

Byres se filia à economia política agrária clássica, que ressalta a superioridade da empresa capitalista agrícola, baseada na grande propriedade rural, no uso intensivo de tecnologias, no trabalho assalariado e na produção em economia de escala, tal qual se desenvolveu como modelo nos países centrais. A agricultura é um setor intermediário da indústria, simultaneamente produtora de matérias-primas e consumidora de insumos. Assim, a grande empresa capitalista agrícola aponta para socialização e organização da produção a partir da agregação de grande número de trabalhadores, expropriados da terra. O argumento de Byres, como marxista, tem como princípio teórico a crítica à exploração capitalista, mas assume a posição de que a questão agrária é um empecilho ao desenvolvimento do capitalismo no campo e reforça que o pleno desenvolvimento deste é uma etapa para a organização do trabalho na terra para dinamizar as forças produtivas, bem como a criação da sociabilidade entre trabalhadores necessária para a transformação socialista no campo.

Bernstein desenvolve os argumentos acima, ressaltando a dialética marxista de que o novo traz consigo a destruição do velho, referindo-se à industrialização da agricultura e ao fim da questão agrária e do campesinato. O argumento central é que o capitalismo ataca a existência de formações camponesas no mundo e a globalização representa o auge de um processo histórico mundial de eliminação das populações camponesas. Para ele, há uma nova questão agrária do trabalho nos tempos de globalização na qual a conquista da pequena propriedade, ou de terras comuns, deve deixar de ser foco das políticas de desenvolvimento para dar lugar ao trabalho rural a ser realizado por camponeses proletarizados, resultante da expropriação e concentração da propriedade fundiária. Ele define que essa é a “nova questão agrária do trabalho”, na qual a reivindicação por terra deve ser substituída pela demanda por trabalho rural assalariado.

A resistência ao processo de acumulação capitalista pela expropriação de terras é expressão do populismo agrário, analisa Bernstein, que o considera uma defesa romântica do camponês autossuficiente que precedeu o desenvolvimento do capitalismo no campo, por isso sua crítica à reforma agrária como processo de redistribuição da terra como proposta de desenvolvimento. O argumento de Bernstein repercutiu amplamente na África, seja em

governos que promoveram políticas de redistribuição de terras para populações negras, seja entre pesquisadoras e pesquisadores que analisavam o problema da terra, os quais posicionaram-se concordando ou divergindo.

Moyo e os editores do AS assumem posição diferente na controvérsia a partir da proposição de uma nova perspectiva para a análise do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, com base na relação entre centro e periferia e da qual surgiu uma questão agrária específica, diferente da apontada por Byres e Bernstein. Eles criticam os pesquisadores dos países centrais por não reconhecerem essas especificidades e se oporem às análises de recriação das lutas camponesas.

Moyo e os editores do AS ressaltam que a postura desses pesquisadores reflete uma perspectiva marxista clássica que considera o fim da questão agrária como resultado do desenvolvimento capitalista da agricultura e o consequente desaparecimento do campesinato. Já os editores do AS interpretam a industrialização da agricultura como um mito ou ilusão para a superação do atraso e para a resolução da questão agrária e destacam também que essa é uma “exportação da questão agrária do Norte para o Sul” e a base para a modernidade eurocêntrica no campo.

Em contraposição, Moyo e seu grupo propõem três pontos metodológicos para retomar a continuidade dialética na análise da estrutura do imperialismo e dos sujeitos da questão agrária, abandonada na interpretação de Bernstein e Byres. O primeiro é que não há fronteiras entre as dimensões clássicas e contemporâneas da questão agrária. Há uma reestruturação, e não ruptura, da relação e do significado de todas as dimensões envolvidas nessa questão. O segundo ponto é que as questões agrárias clássica e contemporânea são diferenciadas em razão dos desafios distintos impostos pelo capitalismo. Por fim, o terceiro ponto são as mudanças conceituais que deram origem a uma pluralidade de correntes de pensamento marxista e a interpretações sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, nas quais passou-se a reconhecer a luta dos camponeses pela terra como uma questão chave para as transformações sociais.

A controvérsia retomada pelos editores do AS representa o momento em que acadêmicos da periferia entram como sujeitos na disputa pela interpretação da questão agrária que ocorre em seus contextos de origem, por meio da demarcação de posições teóricas e políticas. A geopolítica mostra-se na reivindicação do reconhecimento da possibilidade de pesquisadoras e pesquisadores da periferia produzirem e divulgarem

conhecimento autonomamente sem recorrer ao cânone ou ao *mainstream* dos países centrais, seja por instituições de pesquisa do Sul, seja por meios próprios de divulgação científica. O AS, além de retomar a controvérsia, foi criado para superar essa barreira e ser um periódico para divulgar pesquisa de autoras e autores da periferia e inseri-los no debate internacional sobre estudos agrários. É o momento em que os subalternos reivindicam voz com a criação do periódico e se inserem no debate internacional sobre a controvérsia agrária e camponesa. Os autores retomam posições, ressaltando a flexibilidade interpretativa sobre a questão agrária.

As posições de membros do comitê editorial do AS expressam o “lugar geopolítico” na observação e na interpretação de contextos. Assim, o conhecimento que estes produzem é contextualizado a partir das realidades em que estão inseridos.

Dois lógicas de produção do conhecimento em ciências sociais decorrem dessas interpretações. A primeira é um corpo teórico fundamentado em cânones e teorias estabilizadas, tal qual uma caixa-preta em que entram dados empíricos e saem interpretações válidas e consolidadas. A construção do conhecimento parte de uma base teórica consolidada produzida em instituições de países centrais de capitalismo desenvolvido.

A segunda é uma lógica de ciência social multirreferenciada em que o debate é aberto a diferentes posições e interpretações e no qual não há caixas-pretas, embora existam matrizes teóricas que orientam a produção científica e que podem ser traduzidas, apropriadas, criticadas ou rejeitadas de diferentes maneiras e a partir da interação com o contexto empírico.

As duas lógicas expressam como a geopolítica da produção do conhecimento influencia na flexibilidade interpretativa. Os contextos nos quais os participantes do debate estão inseridos e as trajetórias pessoais e acadêmicas que trilharam influenciam as interpretações dos processos que analisam. Autoras e autores da periferia, dada a relação próxima com os objetos sociais analisados, são desafiados, de múltiplas maneiras, a interpretar processos dinâmicos que requerem permanente reflexão e questionamento da teoria. Autoras e autores do centro, por sua vez, investigam os objetos sociais da periferia a partir de hierarquias definidas em agendas de pesquisa e recortes de análise previamente delimitados para analisar os contextos periféricos. Tais aspectos delineiam a relação entre o lugar geopolítico de produção do conhecimento e a variabilidade de interpretações que podem ser realizadas a partir dessa posição.

Capítulo III - A geopolítica da produção e circulação do conhecimento em periódicos internacionais de estudos agrários

O argumento deste capítulo é a existência de disputas geopolíticas em publicações científicas. O objetivo é analisar como a indicação de temas e a seleção de artigos para números especiais não é somente a opção do comitê editorial de periódicos de evidenciar um assunto ou uma agenda de pesquisa, mas também um modo de legitimação de lugares e sujeitos da produção de conhecimento. Analiso como esse processo ocorreu em dois números especiais do JAC e do JPS, nos quais membros do *core set*, autoras e autores tiveram participação destacada.

Os números especiais tiveram como objeto a reforma da terra no Zimbábue e sua análise revela a disputa geopolítica entre editores e a validação dos argumentos que orientam suas posições. Além disso, analiso o uso de esquemas de observação para compreender a interpretação de contextos sociais periféricos e a existência de assimetrias na relação entre centro e periferia na produção do conhecimento sobre a questão agrária.

3.1. Centro e periferia na produção e divulgação do conhecimento acadêmico

As desigualdades entre centro e periferia na produção da ciência foram analisadas a partir da Teoria da Dependência, que produziu o conceito de periferia científica para entender a localização espacial dos países atrasados⁸⁹ no panorama mundial do conhecimento (CUETO, 1989). A Teoria da Dependência, na abordagem de Theotônio dos Santos, afirma que certos países subordinam seu desenvolvimento e expansão ao de outros. Santos (1970) destaca que os países dominantes podem expandir-se e tornar-se

⁸⁹ Refiro-me aos países que surgiram do colonialismo europeu, e mais recentemente americano, que compartilham histórias de exploração das populações nativas e de riquezas naturais, cujas economias ainda são baseadas em exportações primárias.

autossuficientes, enquanto os países dependentes apenas podem desenvolver suas economias a partir daqueles.

Em paralelo aos processos econômicos e sociais, Farid Alatas considera que “as ciências sociais de certos países estão condicionadas pelo desenvolvimento e crescimento das ciências sociais de outros países aos quais estão subordinadas” (Alatas, 2003, p. 603). Assim, em um ambiente de conhecimento globalizado, a dependência ocorre quando algumas comunidades acadêmicas se expandem a partir de parâmetros de desenvolvimento e progresso autonomamente determinados por essa comunidade acadêmica, enquanto outras só se desenvolvem por condicionantes determinados por outras comunidades (ALATAS, 2003). O resultado desse processo é a instituição de um sistema internacional que estabelece centros em laboratórios e universidades de países desenvolvidos e periferias localizadas em centros de pesquisa de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (CUETO, 1989).

Algumas características definem o centro na produção do conhecimento (ALATAS, 2003). A primeira é que esses países geram grande quantidade de pesquisas publicadas em periódicos revisados por pares, além de livros e outras modalidades de divulgação científica. A segunda característica é o amplo alcance e repercussão das ideias e informações contidas nesses trabalhos. A terceira, e mais importante, é a capacidade de influenciar a produção do conhecimento nos demais países a partir da referência em pesquisas e em trabalhos publicados. O centro é o lugar a partir do qual o conhecimento é disseminado e cujos trabalhos são mais lidos e mais reconhecidos do que os produzidos em outros lugares. O centro é o lugar para o qual são atraídas pesquisadoras e pesquisadores de outros lugares para serem reconhecidos ou acessarem as informações e obterem formação.

A periferia, por sua vez, caracteriza-se pela produção de ciência considerada atrasada e marginal no sistema internacional de produção do conhecimento, em termos de recursos, número de pesquisas, qualidade e quantidade de temas estudados. Um aspecto do atraso está relacionado ao reduzido número de referências e citações contabilizadas em periódicos de reputação internacional. Segundo esses indicadores, a periferia tem uma participação muito pequena na produção científica mundial (CUETO, 1989).

A relação entre comunidades acadêmicas do centro e da periferia está vinculada à divisão internacional do trabalho. Alatas (2003) aponta três características desse processo. A primeira diz respeito à possibilidade de realizar pesquisas teóricas e/ou empíricas. Em

contextos centrais, há a possibilidade de realizar as duas modalidades, enquanto nos contextos periféricos, geralmente é realizada a pesquisa empírica em que a teoria, na maioria das vezes, restringe-se a ser lente de interpretação dos dados, e pouca novidade teórica é produzida. A segunda característica é que pesquisadoras e pesquisadores dos centros podem optar por realizar investigações tanto em seus países de origem quanto em outros, enquanto pesquisadoras e pesquisadores da periferia geralmente realizam pesquisas somente em seus próprios países e contextos. A terceira e última característica é a possibilidade de realização de pesquisas comparativas por pesquisadoras e pesquisadores de países centrais, enquanto que na periferia há uma prevalência de estudos de caso como regra.

A relação centro-periferia nas ciências sociais é analisada por Syed Farid Alatas a partir do conceito de dependência acadêmica. O autor relaciona esse conceito aos de imperialismo intelectual e mente cativa, propostos por Hussein Alatas e discutidos adiante. O primeiro ressalta que a academia reproduz o imperialismo intelectual tal qual os países realizam o imperialismo econômico e político.

A dependência acadêmica pode assumir diferentes dimensões a partir de distintos processos (ALATAS, 2003). A primeira dimensão é a dependência de teorias e metateorias, que pressupõe a separação entre pesquisa empírica e teórica. No centro são produzidas as teorias, os métodos e as agendas de pesquisa, enquanto na periferia geralmente se produzem dados e se realizam as pesquisas empíricas, analisadas a partir de teorias produzidas nos centros de produção de conhecimento.

A segunda dimensão refere-se aos meios de divulgação e às esferas de controle e propriedade dos meios de circulação do conhecimento produzido. Os meios são os periódicos científicos, os livros e as publicações eletrônicas em vários níveis e áreas de conhecimento. As esferas de controle e propriedade são as editoras possuidoras dos direitos autorais de periódicos e de livros, além de páginas da internet pertencentes a instituições, grupos de pesquisa e eventos científicos que são especializadas na divulgação do conhecimento. Por intermédio desses meios de divulgação, ampliam-se o impacto dos trabalhos e o reconhecimento acadêmico.

A terceira dimensão é de natureza tecnológica: no centro há maior disponibilidade e domínio de sistemas informatizados para tratamento de dados e informações, bem como

formação para sua utilização, que geralmente são de acesso restrito nos contextos periféricos em razão de custos de aquisição ou de capacitação para uso.

A quarta dimensão é a disponibilidade de recursos financeiros para custeio e a influência destes nas agendas de pesquisa. Fundos de instituições de países centrais patrocinam investigações, intercâmbios, aquisição de livros e assinaturas de periódicos internacionais, além de outros meios, para instituições e grupos de pesquisadoras e pesquisadores da periferia, de acordo com interesses e agendas de temas previamente determinados pelo financiador.

A quinta dimensão é a formação acadêmica em diferentes níveis. A dependência acadêmica ocorre por meio da transmissão de conhecimentos por professores do centro que atuam em universidades e institutos de pesquisa periféricos como visitantes para repassarem esses conhecimentos para instituições periféricas, e pelo incentivo à formação em cursos de pós-graduação, principalmente para estudantes da periferia realizarem cursos em países centrais.

A sexta e última dimensão da dependência acadêmica é a fuga de cérebros, a qual se relaciona somente à transferência de pesquisadoras e pesquisadores da periferia para o centro em busca de melhores condições de vida e de salários, mas também em busca de recursos materiais e financeiros para viabilizar projetos e pesquisas, muitas vezes concebidos no centro e realizados na periferia.

Cueto (1989) critica a rigidez do conceito de “ciência periférica” por não reconhecer a dinâmica da atividade científica local nem as interações, matizes e resistências que existem entre a ciência produzida no centro e na periferia. O autor propõe o uso do conceito de “ciência na periferia” para ressaltar que nem toda a ciência produzida nos países periféricos é marginal ou de baixa qualidade, comparada ao cenário mundial. Para Cueto (1989), o trabalho científico na periferia tem suas próprias regras que devem ser entendidas não como reflexas do atraso ou da modernidade, mas como parte de sua própria cultura e das interações com a ciência internacional (CUETO, 1989).

Nesse sentido, Cueto (1989) aponta que a compreensão dos processos de produção da ciência na periferia deve ultrapassar os modelos previamente definidos, como a polarização centro-periferia, e buscar identificar problemas de pesquisa ligados ao contexto

local. Ele ressalta que os modelos de produção e validação das pesquisas são adaptados dos estudos realizados no mundo industrializado, nos quais o autor destaca dois problemas. O primeiro é que nem sempre esses estudos capturam a riqueza de informações que surgem das diferentes sociedades e das experiências em contextos periféricos. O segundo é que há uma separação entre o que é estudado na periferia como algo particular ou exótico, o que dificulta a compreensão da semelhança dos problemas que podem ser da mesma natureza dos estudados no centro. Cueto sugere que os estudos de caso devem relacionar-se a questões ou problemas gerais de pesquisa, de modo a superar as tentações do localismo e reafirmar os principais componentes da ciência, entre os quais está a perspectiva comparativa (CUETO, 1997).

3.2. A geopolítica da produção e circulação do conhecimento nas ciências sociais

A sociologia é uma ciência construída a partir do diálogo entre intérpretes do processo social e sua audiência, seus pares e a sociedade em geral, mediado pelas referências que se utilizam e o contexto que se analisa. São esse diálogo e a mediação que darão o alcance analítico da pesquisa e das interpretações realizadas. Entretanto, há uma tensão nessa mediação a partir do lugar de onde falamos, para quem falamos e quais teorias utilizamos para apoiar nossa argumentação (MARTIN, 2014).

O sentido acima aponta para a relevância da geopolítica do conhecimento, pois relaciona o lugar geográfico no qual estão os sujeitos da produção do conhecimento às disputas de poder e reconhecimento. A noção de poder utilizada nesta reflexão destaca as diversas assimetrias produzidas a partir da distinção dos contextos de origem ou de filiação institucional aos quais pesquisadoras e pesquisadores estão vinculados e o alcance do reconhecimento produzido.

Esta seção da pesquisa analisa o problema dos lugares de produção do conhecimento nas ciências sociais e dialoga com as perspectivas que discutem a geopolítica da produção do conhecimento. Tais perspectivas contribuem para compreender o contexto pesquisado ao se situarem em movimentos teóricos emergentes nas ciências sociais contemporâneas que analisam as assimetrias na produção do conhecimento no contexto mundial. Essas teóricas e teóricos contribuem para compreender as permanências, as rupturas e as discontinuidades

com os modelos estabelecidos na tradição acadêmica e entender o processo de produção do conhecimento das ciências sociais em contextos periféricos.

Connell (2007) traça um cenário da produção de teoria social a partir da assimetria na divisão internacional do trabalho intelectual entre as antigas colônias, os atuais países periféricos, como lugares de coleta de dados, estudos empíricos e aplicação de teorias, e a metrópole, países centrais da Europa e Estados Unidos, considerados os lugares de produção de conhecimento teórico por excelência. A autora considera que a teoria proveniente dessa divisão é distribuída por redes de instituições globais nas quais estão incluídas universidades, organizações científicas, periódicos e agências de desenvolvimento, como analisado por Farid Alatas. A partir dessa rede estrutura-se a hegemonia do conhecimento produzido no centro, ressalta Connell.

A autora salienta que a sociologia foi criada como uma narrativa do progresso que se difundiu da metrópole para a colônia. A nova ciência social preocupou-se, na sua fundação, em analisar o progresso evolutivo das sociedades e estabelecer hierarquias entre populações e seus contextos. Para isso, constituiu um corpo teórico de referência como um cânone, no qual um conjunto privilegiado de obras definiram o campo sociológico a partir de conceitos, interpretações e reinterpretações (CONNELL, 2007). Em tal sociologia, a teoria estabelecida pelo cânone tornou-se a lente de observação e interpretação da realidade. Essa relação é crucial para a compreender o conteúdo e o método da sociologia e seu significado cultural mais amplo, afirma Connell (2007).

A assimetria entre centro e periferia na sociologia desdobrou-se de diversas maneiras, e o método comparativo foi utilizado para contrastar e hierarquizar contextos diferentes. O fundamento é o de que as sociedades periféricas devem alcançar o progresso das sociedades centrais. O método comparativo e a referência em cânones orientam o fazer pesquisa nas ciências sociais de modo geral (CONNELL, 2007).

Connell (2007) destaca que o método comparativo, a partir de um modelo de sociedade a ser alcançada, consolidou um fluxo unidirecional de informação que se expressou como “capacidade de examinar uma gama de sociedades a partir do exterior e com capacidade de circular livremente de uma sociedade para outra” (CONNELL, 2007, p. 12). A sociologia produzida nos países centrais, locais sociais específicos, tornou-se padrão civilizacional para diferentes populações e realidades do mundo (CONNELL, 2007).

A situação acima aponta que a periferia muitas vezes é uma fonte de dados para interpretação e produção de teorias por pesquisadoras e pesquisadores do centro. Connell aponta dois casos emblemáticos para compreender essa relação na produção do conhecimento. As situações refletem como teorias de referência foram produzidas a partir da análise de dados empíricos de contextos sociais periféricos, como se tornaram cânones da sociologia.

O primeiro caso é a etnografia realizada na Austrália, no final do século XIX, por Francis James Gillen e Walter Baldwin Spencer sobre o povo arrennte. O trabalho do irlandês Gillen e do inglês Spencer foi lido com interesse e utilizado por Durkheim como a principal base empírica para sua obra *As formas elementares da vida religiosa*, em 1912. O segundo caso é o clássico estudo de Pierre Bourdieu sobre o povo kabila. A pesquisa que fundamentou o trabalho foi realizada quando Bourdieu era soldado do exército francês durante a ocupação colonial na Argélia. O autor produziu o denso artigo “A casa de kabila ou o mundo às avessas”, em que descreve a organização social desse povo de origem argelina. A análise realizada por Bourdieu apresenta os fundamentos para a posterior elaboração do estruturalismo genético. As teorias resultantes desses dados e seus livros tornaram-se cânones mundialmente reconhecidos na sociologia sem referência à sua gênese.

Ressalto que o objeto do questionamento acima é o fluxo periferia-centro-periferia na produção do conhecimento sociológico, ou seja, a apropriação dos contextos periféricos como fonte de dados, sua utilização como base de reflexões, a posterior produção de teorias nos centros e a utilização destas como “caixa de ferramentas” para interpretar os contextos sociais da periferia, sem ressaltar os contextos que as originaram. Posteriormente, a teoria consolidada torna-se cânone, utilizada como referência por pesquisadores da periferia que estão inseridos nos contextos empíricos e dispõem de grande quantidade de dados de pesquisa. A atualização desse fluxo é a negação ou esquecimento intencional da capacidade de suas acadêmicas e acadêmicos locais de produzir teoria a partir da interpretação de suas realidades. Essa relação encarna a resposta intelectual da metrópole ao mundo colonizado (CONNELL, 2007). A autora comenta que “a lógica comum é que um sistema de categorias é criado por intelectuais metropolitanos e lido de fora das sociedades da periferia, para onde as categorias retornam para serem preenchidas empiricamente” (CONNELL, 2007, p. 66).

A fundação desse processo é analisada por Syed Alatas⁹⁰ pelo “mito do nativo preguiçoso” (ALATAS, 1977), dos conceitos de “imperialismo intelectual” e de “mente cativa” analisados a seguir. O mito do nativo preguiçoso resulta da análise que Syed Alatas (1977) faz sobre o colonialismo no cenário asiático a partir dos conceitos de ideologia e capitalismo colonial, propostos na sociologia do conhecimento de Mannheim. Syed Alatas alerta que utiliza o conceito de ideologia no sentido de influência negativa, tendência distorcida, acrítica e inconsistente que surge como modo de pensar de um estudioso que se apega inconscientemente à ideologia dominante. O colonialismo, por sua vez, destaca o autor, é “não apenas uma extensão da soberania e do controle de uma nação e de seu governo por outra, mas também um controle da mente dos conquistados ou subordinados” (ALATAS, 1977, p. 17).

Syed Alatas analisa que a ideologia colonial utilizou o mito do nativo preguiçoso para justificar práticas de exploração do trabalho nas colônias. Esse mito é apresentado pelo autor como “uma imagem negativa dos nativos e de sua sociedade para justificar e racionalizar a conquista e dominação europeia” (ALATAS, 1977, p. 2), resultando de uma distorção de “elementos de realidade social e humana para garantir uma construção confortável da ideologia” (ALATAS, 1977, p. 2). Para o autor, a ideologia do capitalismo colonial visou a justificar e legitimar o suposto objetivo das metrópoles de modernizar e civilizar as sociedades que sucumbiram ao domínio das potências ocidentais. Ele complementa que o aviltamento ideológico do nativo, de sua história e sua sociedade, variou de uma fantasia vulgar a uma erudição refinada.

Em contextos pós-coloniais, no entanto, Syed Alatas afirma que a imagem do nativo preguiçoso mudou, e os elementos ideológicos que o caracterizavam foram transformados. Ele comenta que “a imagem do nativo indolente, aborrecido, atrasado e traiçoeiro mudou para a de um nativo dependente que necessita de ajuda para subir a escada do progresso” (ALATAS, 1977, p. 8).

Syed Alatas (2000) retoma esse processo de sujeição no conceito de imperialismo intelectual, compreendido como reflexo ou desdobramento do imperialismo político,

⁹⁰A opção por trabalhar com Alatas está relacionada à trajetória deste como intelectual da diáspora que realizou sua formação em universidades europeias. Ele pesquisou países periféricos da Ásia e África, o que o levou a analisar a origem das assimetrias na produção do conhecimento e dialogar criticamente com o contexto acadêmico no qual foi formado.

econômico, social e histórico da metrópole sobre a colônia. O sentido do imperialismo político e histórico é subjugar um povo a outro para obtenção de vantagem para os dominantes. O imperialismo intelectual mantém esse sentido, mas se metamorfoseia como uma maneira paralela de pensar inculcada nos povos subjugados a partir da assimetria metrópole-colônia. O conceito de imperialismo intelectual apresenta seis características que se conectam ao imperialismo político, econômico, social e histórico e à sujeição dos povos subjugados pelo imperialismo intelectual (ALATAS, 2000).

A primeira dessas características é a exploração e o controle do poder subjugar sobre os dominados. No imperialismo político e econômico, as metrópoles exploram as matérias-primas das colônias, industrializam-nas e, posteriormente, redistribuem-nas para as colônias. Tal lógica é reproduzida por intelectuais e pesquisadores que vão à colônia para coletar dados primários, retornam às metrópoles, produzem teorias, publicam livros e artigos e, posteriormente, exportam teorias como produto finalizado para o país no qual foi realizado o trabalho de campo. Essa situação foi anteriormente analisada a partir dos casos indicados por Connell (2007).

A segunda característica do imperialismo intelectual é a tutela, cujo pressuposto é de que as pessoas da periferia sabem menos sobre praticamente todos os assuntos quando comparadas às pessoas da metrópole, por isso devem aprender ou ser ensinadas para adquirir competências de modo a alcançar fins e propósitos estabelecidos pela autoridade intelectual da metrópole. Por essa perspectiva, considera-se que pessoas da periferia não têm competência intelectual e precisam de tutela direta ou indireta, mediante formação ou outra forma de repasse de conhecimento.

A conformidade com a qual o poder dominante almeja ser reproduzido é a terceira característica do imperialismo intelectual. Ela ocorre mediante o comportamento social do dominado de adaptar-se, ou seja, de reproduzir o modo de pensar, a obediência às regras e ao uso acrítico dos cânones. O poder dominante acadêmico espera o uso sem questionamento do método de análise que ele referencia. Além disso, tem a expectativa de que seus temas de interesse sejam adotados e reproduzidos.

A quarta característica do imperialismo intelectual é o papel secundário de acadêmicas e acadêmicos da periferia e expressa-se em publicações, periódicos ou conferências internacionais. É pouco frequente que essas pessoas assumam o controle

acadêmico ou ocupem lugares de direção em instituições acadêmicas internacionais. Em congressos e conferências, há pouca distinção para intelectuais que não sejam de países centrais, que não tenham tido formação acadêmica nesses lugares ou não tenham realizado parte de suas carreiras acadêmicas em países centrais, aponta Alatas (2000). Geralmente, acadêmicas e acadêmicos que se destacam a partir de temas específicos aos países periféricos tornam-se de interesse por conjuntura ou localização, mas não por sua universalidade.

A quinta característica é a racionalização da aceitação pelo dominado do imperialismo intelectual, visto como uma etapa necessária para alcançar o progresso humano, além do reconhecimento de que o projeto de poder imperialista é ‘civilizar’ os povos subjugados. Nessa perspectiva, acadêmicas e acadêmicos das sociedades periféricas, por não poderem alcançar o *status* de produtoras e produtores de conhecimento, devem reconhecer seu lugar na divisão internacional do trabalho acadêmico e restringir-se a realizar estudos empíricos aplicando as ferramentas teóricas e metodológicas produzidas no centro.

Por fim, a sexta característica do imperialismo cultural é o destaque de quadros acadêmicos inferiores na periferia⁹¹, assim como no passado eram os burocratas imperiais menos competentes e desprestigiados que eram enviados às colônias para administração. Acadêmicas e acadêmicos, formados ou não em países centrais, que não conseguiram destaque ou vínculo em instituições nesses países, afirmam-se em universidades ou centros de pesquisa da periferia, jactando-se de renomado saber e reconhecimento obtido na metrópole.

O outro lado da moeda do imperialismo intelectual é a “mente cativa”, conceito também cunhado por Syed Alatas (1970) para caracterizar a relação de dependência nas ciências sociais e humanas do Oriente em relação ao Ocidente. A mente cativa é definida como uma “mente acrítica e imitativa dominada por uma fonte externa, cujo pensamento é desviado de uma perspectiva independente” (ALATAS, 1974, p. 692) e revela-se nos níveis teórico e empírico. Algumas das características da mente cativa são a incapacidade da acadêmica ou acadêmico de ser criativo, definir problemas originais, elaborar métodos

⁹¹ Considero quadros acadêmicos inferiores pesquisadoras e pesquisadores formados em instituições centrais que, ao retornarem aos contextos de origem, restringem sua atuação acadêmica à reprodução de teorias e métodos de modo acrítico aos contextos locais dos quais são originários. A atuação de tais quadros é medíocre, pois não apresentam questões, problemas ou abordagens de pesquisa inovadores. A postura de tal grupo ressalta o *status* adquirido por terem estudado em instituições do centro, terem sido alunos de teóricos de renome ou simplesmente terem assistido a alguns de seus seminários.

analíticos originais e a alienação quanto às principais questões da sua própria sociedade (ALATAS, 1974).

Syed Alatas (1972) cunhou o conceito de mente cativa relacionado ao “efeito de demonstração”, termo da economia, que caracteriza o processo de mudança no comportamento do consumidor com objetivo de criar uma demanda para a compra de um produto. Baseia-se na frequência e na intensidade de estímulos para motivar a aquisição de bens. Os contatos com esses estímulos reforçam a superioridade do produto a adquirir e um abandono do padrão de consumo anterior.

Nas ciências sociais em contextos periféricos, o efeito demonstração caracteriza-se pela importação de conhecimentos do mundo euro-americano para as sociedades periféricas sem a devida contextualização sócio-histórica. Há um fosso entre a estrutura teórica e o mundo da experiência que pode ser ampliado até o limite da perda de relevância de conceitos e teorias produzidos localmente, bem como a perda da dimensão do que é descoberta ou novidade (ALATAS, 1972).

Alguns efeitos da reflexão imitativa são a inadequação dos quadros teóricos e o hábito de discursar proposições gerais, abstratas, descontextualizadas ou redundantes, pois já são conhecidas. A mente cativa obstaculiza o pensar autônomo dos vários momentos da atividade científica, como a configuração de problemas, a conceituação, a explicação, a compreensão e o domínio de dados, a abstração e a generalização (ALATAS, 1972).

A superação do pensar imitativo, característico da mente cativa, exige a exposição das fraquezas do padrão que está sendo imitado e as condições que levam à reprodução acrítica e à sua perpetuação como comportamento intelectual (ALATAS, 1972). Farid Alatas acrescenta que são necessários modelos, metodologias e conceitos alternativos para modificar, complementar ou substituir os padrões que são imitados (ALATAS, 2016).

É nesse contexto de questionamento do padrão hegemônico de produção do conhecimento e do lugar de elaboração e de expressão da elaboração teórica de intelectuais considerados subalternos que questiono se eles podem se tornar sujeitos na produção do conhecimento. Spivak (2010) faz a mesma questão, indagando se o subalterno pode falar e aponta possibilidades de respostas.

A autora assume o discurso de resistência em favor do subalterno, mas reconhece que, mantidas as estruturas de poder e opressão, mantém-se o subalterno silenciado, mesmo quando se fala por ele. O intelectual que faz a opção pelo subalterno ainda está imbricado ao discurso hegemônico do ocidente, mesmo quando nega a determinação geopolítica. Para ela, “a produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente e há um desejo interessado em manter o sujeito do Ocidente, ou o Ocidente como sujeito” (SPIVAK, 2010, p. 24 e 25). Ela comenta que há, nos intelectuais que pensam dessa maneira, uma “contradição constitutiva” e, ao fazerem um “discurso efetivamente heliocêntrico, preenchem o espaço vazio do agente com o sol histórico da teoria – o Sujeito da Europa” (SPIVAK, 2010, p. 36). A autora afirma que esse intelectual utiliza a teoria como uma caixa de ferramentas que não possui nenhuma associação ao significante.

Há uma ausência de diálogo do intelectual com o subalterno, mesmo quando aquele o defende e afirma sua libertação da condição de opressão e exploração. A autora faz uma ácida constatação: o subalterno não possui agência, por isso não pode falar e ser ouvido. Para revelar as estruturas que permitem a expressão do pensamento do subalterno por ele mesmo, Spivak destaca que “não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar contra a subalternidade”, ou seja, criar processos e espaços para que sejam ouvidos e para que sua fala seja considerada.

A próxima seção deste trabalho analisará os aspectos da geopolítica do conhecimento comentados a partir de dois números especiais, um do JAC e outro do JPS, cujo tema comum é a reforma da terra no Zimbábue. Autoras e autores apresentam nos artigos, bem como editoras e editores na elaboração dos números especiais, diferentes recortes empíricos e abordagens teóricas sobre as questões agrária e camponesa nesse país que indicarão as variações nos esquemas de observação e de interpretação que utilizam. Esses aspectos serão retomados no final da seção para se analisar a relação centro-periferia na produção do conhecimento, a conexão com os conceitos de imperialismo intelectual, mente cativa e a reivindicação de lugares de fala por autoras e autores da periferia.

Início a seção com uma contextualização das questões agrária e camponesa no Zimbábue a partir da apropriação da terra da população local negra por proprietários brancos e a posterior reforma da terra. Em seguida, identifico como ocorrem as assimetrias de lugares

de produção do conhecimento nos números especiais e a posição de autoras e autores. Posteriormente, abordo como esse debate nos números especiais do JAC e do JPS apresentam-se como disputa de posição entre editores dos periódicos científicos na controvérsia sobre as questões agrária e camponesa.

3.3. A reforma da terra no Zimbábue

Esta parte do trabalho apresenta o contexto em que os periódicos JAC e JPS dedicarão números especiais para analisar a reforma da terra no Zimbábue, em diferentes momentos e a partir de diferentes posições. Uma revisão crítica e aprofundada sobre essa reforma está fora do escopo desta tese, por isso apresentarei uma contextualização da questão agrária no período colonial, a reforma da terra após a independência e seus desdobramentos recentes no país.

Faço uma distinção conceitual entre reforma agrária e reforma da terra, pois isso é relevante no debate sobre a redistribuição de terras na África, que é abordada nesse continente de forma distinta do debate realizado no Brasil e na América Latina, de forma geral. Os dois conceitos abordam um problema comum: a desigualdade no acesso à terra. O que os diferencia são o contexto e a dimensão em que são usados, como se verificará a seguir.

A reforma agrária, na análise econômica e histórica, está relacionada a uma das mudanças econômicas e sociais na transição do feudalismo para o capitalismo. A terra, concentrada como propriedade da nobreza e da Igreja, é repassada aos camponeses e outros segmentos sociais por ação do Estado como resposta a demandas sociais. Outro aspecto da expropriação de grandes propriedades rurais é originar pequenos produtores rurais autônomos, cuja produção destina-se ao mercado. O propósito da reforma agrária é promover mudanças sociais, econômicas e políticas (MOYO, 2001). A mudança social reduz as diferenças entre ricos e pobres; já a econômica promove o desenvolvimento de pequenos produtores comerciais para gerar ocupação, emprego e renda, bem como produzir efeitos no mercado doméstico; por fim, a mudança política altera as relações de poder na sociedade, reduzindo ou eliminando a subalternidade e fortalecendo a cidadania.

A reforma da terra é uma dimensão necessária da reforma agrária e também requer redistribuição de terras com a participação e o apoio do Estado para construir as capacidades

produtivas e sociais dos pequenos produtores (EVANS, 2009). A reforma da terra reorienta a produção agrícola para o mercado doméstico e amplia salários e oferta de bens e serviços industriais para aumentar as ligações intersetoriais e o crescimento da produtividade agrícola, além de assentar as bases de um processo mais profundo de transformação democrática (MOYO e YEROS 2005). A reforma da terra redistributiva não exige a transferência de todas as grandes propriedades aos despossuídos de terra, mas uma quantidade substancial e suficiente para alterar as relações entre a propriedade da terra e o poder do Estado (BORRAS, 2005).

O conceito de reforma da terra é amplamente utilizado no debate sobre a redistribuição da terra na África. O contexto é de mudanças sociais, econômicas e políticas para reduzir as desigualdades herdadas do colonialismo e aumentar conquistas de direitos historicamente negados. Empregarei tal conceito na análise a seguir para ser fiel ao debate e por compreender que se trata de reformas e não de transformações radicais no sistema social, político e econômico.

3.3.1. A terra no período colonial no Zimbábue

A questão agrária do Zimbábue remonta ao início da ocupação europeia da região, em 1890, quando uma missão de colonos brancos, liderada por Cecil Rhodes – o pioneiro britânico na colonização da África – partiu da África do Sul em direção ao norte dessa colônia com o objetivo de encontrar ouro. A mineração de metais preciosos não alcançou o êxito esperado com os primeiros colonos. O governo britânico decidiu outorgar o direito de colonização à empresa *British South Africa Company*, que assumiu a administração do novo território, com o objetivo de obter lucro a partir da exploração do ouro a ser descoberto. No entanto, a empresa não alcançou o lucro esperado e optou pela implantação de colônias de brancos para fins agrícolas. Moyo e Yeros analisam que foi assim que a economia colonial da Rodésia⁹² influenciou as “tendências peculiares (do colonialismo) no início do século XX, quando a incursão especulativa inicial do capital mineiro levou ao estabelecimento de uma burguesia agrária branca” (MOYO e YEROS, 2005, p. 183).

⁹² O nome da colônia que precedeu o Zimbábue foi uma homenagem a Cecil Rhodes, líder da primeira missão de desbravamento da colônia.

Assim, a colonização se iniciou pela expropriação de terras dos povos locais, fazendo-os trabalhar em troca de salários em fazendas de proprietários brancos. A reação a esse processo foi a primeira rebelião da população negra local contra a alienação forçada de terras. A primeira *Chimurenga*⁹³ iniciou-se em 1896, como luta armada para expulsar os colonos e retomar o território usurpado pelos colonos brancos. O movimento foi derrotado no ano seguinte em decorrência da superioridade dos armamentos dos colonizadores europeus.

A iniciativa de ocupar as terras da nova colônia pela agricultura também não gerou o lucro desejado pela empresa colonizadora, motivo que a fez abandonar o território. O governo britânico resolveu consultar a população de colonos brancos, por meio de um referendo, acerca do destino do território em 1923. A decisão tomada foi tornar a colônia britânica um governo autônomo. A partir daí surgiu a Rodésia do Sul.

Uma das primeiras legislações do governo autônomo foi o *Land Appointment Act*, de 1930. O objetivo foi dividir as terras a partir de critérios raciais e de qualidade e uso. As melhores terras destinaram-se aos colonos brancos. A parte para a população negra local foram as terras de baixa qualidade em áreas montanhosas. Outra parte foi reservada a empresas comerciais e ao governo britânico. Separou-se terras para conservação e uma pequena área foi destinada a ser adquirida pela população negra local por meio de compra⁹⁴. Lebert (2006) resume que essa legislação consolidou a espoliação das terras das populações locais negras e a imposição coercitiva ao trabalho em fazendas.

Além da racialização da propriedade da terra e da exploração do trabalho, houve segregação geográfica e salarial entre as populações trabalhadoras negras. Os salários eram mais elevados ao sul da África Austral, Rodésia e Malawi. Tal fato provocou uma migração da população trabalhadora negra para essas áreas. O governo colonial implantou medidas de controle de migração dos trabalhadores e limitou a saída deles da Rodésia (LEBERT, 2006).

⁹³ Palavra da língua shona, uma das populações nativas do Zimbábue, que significa “revolução”.

⁹⁴ Lebert (2006) aponta que 50,8 % das terras, as caracterizadas como aráveis, foram reservadas para os colonos brancos. A população local ficou com áreas inclinadas e pouco apropriadas à agricultura, atualmente conhecidas como áreas comuns, correspondendo a 30% do total de terras. Os aproximadamente 20% restantes foram destinados a empresas colonizadoras, ao governo britânico ou reservadas como áreas de conservação. Uma área de 0,05 % foi destinada para aquisição pelas populações locais mediante compra e venda.

Não restou à população trabalhadora negra local sequer o direito de optar para quem vender sua força de trabalho pelo melhor salário ofertado.

Os desdobramentos dessas medidas foram a segregação institucionalizada das populações negras locais, inicialmente pela restrição à propriedade e ao acesso à terra e pela exploração da força de trabalho. O processo estendeu-se à limitação e exclusão de direitos sociais básicos, como educação e saúde. Moyo (2001) aponta como exemplo que, na década de 1960, as despesas educacionais com crianças na Rodésia, segundo o critério de raça, eram de 340 libras por criança branca e de apenas 30 libras por criança negra.

As injustiças e desigualdades oriundas da segregação de direitos imposta pelos colonos brancos e da estrutura agrária e agrícola, além da repressão a mobilizações sociais, foram as circunstâncias para o surgimento da luta contra o colonialismo e a conquista da independência da Rodésia, em meados da década de 1960, liderada pelo *Zimbabwe African National Union* (ZANU) e pelo *Zimbabwe African People's Union* (ZAPU)⁹⁵. Os dois movimentos, apesar de convergirem quanto ao objetivo, tinham origem, apoio e táticas diferentes⁹⁶. A luta pela independência foi o início da segunda *Chimurenga*, uma guerra civil que durou cerca de duas décadas com movimentos guerrilheiros e forte repressão do governo colonial. A luta pela independência perdurou até o início das negociações com o governo britânico, no final da década de 1970.

3.3.2. A independência do Zimbábue e o Acordo de *Lancaster House*

Em 1980 foi proclamada a independência do país. Apesar das lutas radicalizadas, a transferência da administração colonial para o governo independente ocorreu por meio da negociação consolidada no Acordo de *Lancaster House*. Nesse acordo foram previstas prerrogativas para a população branca acerca da propriedade da terra, além de assegurarem-se direitos políticos para os colonos brancos que permaneceram no país⁹⁷.

⁹⁵ Os movimentos emergiram em 1965, tendo como líderes Joshua Nkomo, do ZAPU, e Robert Mugabe, pelo ZANU.

⁹⁶ O ZANU era constituído principalmente pelo grupo étnico shona, e seu braço armado, o *Zimbabwe African National Liberation Army* (ZANLA), era apoiado pela China. O ZAPU, por sua vez, era constituído principalmente pelo grupo étnico ndebele, e seu braço armado, o *Zimbabwe People's Revolutionary Army* (ZIPRA), era apoiado pela União Soviética (MUNOCHIVEYI, 2014).

⁹⁷ A população branca teve uma cota de 20% dos assentos do parlamento assegurada na constituição elaborada após a independência, sendo que sua representatividade na população era de 3 % (MOYO, 1995).

A reparação da desigualdade do acesso à terra foi umas das principais reivindicações da luta pela independência. As terras se destinavam principalmente a camponeses sem-terra, veteranos de guerra, pobres rurais e trabalhadores agrícolas assalariados.

A reforma da terra no Zimbábue passou por diversas mudanças desde o início de sua implantação na década de 1980. Moyo (2013) propôs uma periodização a partir das características das políticas governamentais para redistribuir a terra para a população negra. O primeiro período caracterizou-se pela predominância da relação de mercado, segundo o princípio do vendedor disposto/comprador disposto⁹⁸ e predominou de 1980 a 1992. O segundo período caracterizou-se pela transição entre o modelo de negociação de terras via mercado e a aquisição compulsória de terras pelo governo, de 1992 a 1999. O último período foi o abandono definitivo do modelo de aquisição de terras pelo mercado e a adoção da aquisição compulsória pelo Estado, a partir do aumento das ocupações de terra, de 2000 até os dias atuais. Esses períodos e seus reflexos na política e no contexto agrário do Zimbábue serão comentados a seguir.

3.3.3. Reforma da terra baseada no mercado: 1980 a 1996

O governo britânico percebeu as ameaças para a população branca local de origem europeia que permaneceu no Zimbábue, por isso, nas negociações do Acordo de *Lancaster House*, propôs-se a transferência da propriedade da terra para os negros mediante uma transação comercial baseada no princípio “vendedor disposto/comprador disposto”. Assim, agricultores brancos não perderiam suas terras por atos desapropriatórios do novo governo do Zimbábue e poderiam optar por continuar a manter a propriedade da terra ou vendê-la.

O financiamento para a implantação da política de redistribuição de terras por intermédio do mercado foi garantido com a criação de um fundo com recursos doados pelo governo do Reino Unido e pelo recém-instalado governo do Zimbábue. O Estado pós-colonial concordou com esse mecanismo e, com isso, descartou qualquer redistribuição significativa de terra durante o início do novo governo (LEBERT, 2006).

⁹⁸ O princípio baseou-se na aquisição de terras para redistribuição seguindo regras do mercado e em substituição à desapropriação pelo Estado. A proposta surgiu de agências multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial e o BIRD (Banco Interamericano de Desenvolvimento) no contexto das reformas neoliberais.

A aquisição de terras mediante o mecanismo vendedor disposto/comprador disposto foi relativamente fácil de realizar no período entre 1981 e 1983, pois havia uma grande oferta de terras que foram abandonadas por proprietários brancos em áreas de conflito durante a guerra (MOYO, 2012). Nessa primeira fase, não foi difícil para o governo conciliar o compromisso simultâneo com o mercado e com a população demandante de terra. No entanto, tão logo esse estoque de fazendas escasseou, a reforma da terra cessou os avanços em escala significativa (LEBERT, 2006).

Os proprietários brancos possuíam as terras de melhor qualidade, resultado do processo histórico de apropriação das terras e da legitimação do governo colonial. No entanto, eles disponibilizaram as áreas de pior qualidade para a reforma da terra. A consequência foi que mais de 70 % das terras adquiridas para reassentamento eram de baixa qualidade agrícola, sem acesso a fonte de água e em clima irregular. As terras oferecidas ao Estado encontravam-se em áreas geograficamente dispersas, para as quais era mais difícil criar estrutura produtiva (LEBERT, 2006). Assim, a maior parte das melhores terras permaneceu intocada.

Entre 1985 e 1992, com a redução drástica no ritmo das aquisições em todo o país, acentuaram-se as ocupações de terra. Esse movimento já existia antes, como resultado da radicalidade das lutas por independência, e era promovido pela ação voluntária de grupos locais que demandavam terra, embora tivesse apoio dos líderes locais do partido político no poder, o ZANU-PF. O governo do Zimbábue, pressionado pelos compromissos internacionais assumidos no Acordo de *Lancaster House*, reprimiu as ocupações de terra. A partir de 1985, o governo implementou dispositivos legais para o “controle dos usurpadores” em nível local com o objetivo de monitorar o “autoprovisionamento ilegal de terras” e realizar despejos em massa. Isso significou uma perda da influência das ocupações na reforma da terra (MOYO, 2012). A reação do governo e dos proprietários de terra brancos foi a expulsão violenta dos ocupantes de terras.

Outro fato relevante para desacelerar a implantação da reforma da terra no Zimbábue foi a interferência dos proprietários brancos, que permaneceram como atores econômicos e políticos importantes, por meio da CFU. A posição destes era contrária à reforma da terra. Eles argumentavam que a redistribuição fundiária prejudicava a confiança dos produtores brancos e ameaçava as exportações e o emprego. Até 1990, a *Commercial Farmers Union*

(CFU) foi responsável por garantir que a posição dos agricultores comerciais permanecesse segura (LEBERT, 2006).

3.3.4. A transição do Acordo de *Lancaster House*: de 1992 a 1999

O final do acordo de *Lancaster House* evidenciou a dissenção entre os governos do Zimbábue e do Reino Unido acerca do mecanismo de aquisição de terras. Os temas continuaram a ser o financiamento para aquisição de terras e as garantias para os proprietários brancos, com a manutenção do mecanismo de mercado para oferta de terras para novos assentamentos. A intenção dos proprietários era manter a disponibilização de terras dispersas, distantes e de baixa qualidade. O governo britânico, por sua condição de financiador, intencionava manter o Acordo de *Lancaster House*. O governo do Zimbábue, por sua vez, em razão das pressões sociais internas e dos insucessos da reforma da terra baseada no mercado, desejava introduzir outros mecanismos de aquisição, além do vendedor disposto/comprador disposto. O impasse entre o Zimbábue e o Reino Unido acentuou-se entre 1996 e 2000 (LEBERT, 2006).

Outras três questões foram objeto de desentendimento entre as partes (LEBERT, 2006). A primeira foi a ampliação do público beneficiário. Na perspectiva do governo do Reino Unido, deveriam ser incluídos pequenos e médios agricultores capitalistas como público beneficiário, além de camponeses pobres, assalariados e sem-terra. A segunda questão foi a insistência do Reino Unido para que a redistribuição de terra fosse gradual, desconsiderando os conflitos e as ocupações que estavam acontecendo e tornavam urgente a reforma. A terceira foi a condicionalidade de participação da sociedade civil, notadamente os representantes de proprietários brancos, na avaliação das aquisições de terra, fato que limitava o papel do governo do Zimbábue.

No entanto, não foi apenas ao governo do Reino Unido que o governo do Zimbábue fez concessões. No final da década de 1990, o país passou por uma forte crise econômica e teve de recorrer ao apoio financeiro do Banco Mundial e do FMI, que, em troca, impuseram um pacote de ajuste neoliberal. Outro fato importante foi a ocorrência de seca. Muitos beneficiários da reforma da terra não tinham como cultivar e abandonaram o campo. O governo do país necessitou investir recursos para reduzir o impacto da falta de água. Esse conjunto de medidas recessivas foi consolidado na política de governo conhecida como

*Economic Structural Adjustment Program (ESAP)*⁹⁹, como contrapartida de empréstimos para incentivar a modernização da indústria e a competitividade das empresas e aumentar as exportações. A relação com essas agências multilaterais já existia desde a década de 1980, mas os reflexos na reforma da terra foram mais acentuados nesse período com a redução do reassentamento de beneficiários (LEBERT, 2006).

O ESAP repercutiu na manutenção da redistribuição de terras pela relação de compra e venda. Essa política consolidou a propriedade da terra pelos colonos brancos, já que foi a maioria desses agricultores comerciais que se beneficiou com a orientação para exportação. Isso aumentou a demanda por terra e estimulou os conflitos entre a população local sem-terra e as elites de proprietários brancos. As falhas na aquisição de terras pelo mercado foram mantidas pelo ESAP, gerando novos conflitos agrários resultantes das ocupações de terra que ocorriam pelo país (LEBERT, 2006).

O governo do Zimbábue ficou entre a perda de apoio político interno, resultante do insucesso da reforma da terra baseada no mercado, e a implementação das medidas recessivas e impopulares preconizadas pelo ESAP. Esse processo acentuou a instabilidade política no país, com greves e mobilizações de diferentes setores, além da organização da oposição no *Movement for Democratic Change* (MDC), que se apresentou como alternativa partidária ao ZANU-PF e seu governo (MOYO, 2013).

O quadro social, político e econômico ficou mais crítico em razão dos ajustes neoliberais na economia. As demandas por terras e recursos naturais aumentaram em áreas rurais e urbanas, em decorrência da redução do emprego público e privado e da diminuição dos salários, apontam Moyo e Yeros (2005). Os autores informam que, por essa circunstância, surgiram novas motivações para ocupações, inicialmente em propriedades de agricultura comercial, depois em áreas comuns, de reassentamento, urbanas e terras do Estado (MOYO e YEROS, 2005).

O ESAP causou uma ebulição política no Zimbábue e comprometeu a legitimidade do partido no poder como “guardião” da nação, herdada na luta pela independência. Houve

⁹⁹ Entre as medidas indicadas pelo Banco Mundial e o FMI estavam a liberalização da economia, a redução dos serviços prestados pelo Estado para a população e a privatização de empresas públicas. O governo do Zimbábue, por meio do ESAP, além das medidas indicadas, promoveu a desregulamentação cambial, a desvalorização da moeda, o aumento das taxas de juros reais, o fim dos controles de preços, o corte de gastos sociais e o fim de subsídios.

greves nos setores privado e público em oposição aberta às políticas do governo. Em 1997, as greves afetaram várias indústrias, comércio, hotelaria, abastecimento de alimentos, ferrovias, telecomunicações, entre outros serviços (MOYO, 2013).

Nesse mesmo ano, as ocupações de terra espalharam-se por todo o país. O objetivo foi acelerar a reforma da terra, retomando-a dos agricultores brancos para os veteranos de guerra e sem-terra. A escalada de ocupações e a forma radicalizada tornaram-se o centro de uma guerra de mídia e propaganda em meios de comunicação no Zimbábue e fora do país.

Em razão dos insucessos da redistribuição de terras realizada a partir de relações de mercado, algumas medidas foram implementadas com a participação ativa do governo na aquisição de terras. Uma delas incluía a indicação pelo Estado das terras a serem adquiridas, e não mais a disponibilização voluntária pelos proprietários, embora eles continuassem a ser financeiramente compensados (MOYO, 2013).

Apesar das resistências interna e externa ao rompimento com o mecanismo de aquisição de terras mediado pelo mercado, o governo do Zimbábue aumentou sua intervenção na reforma da terra, que até então estava restrita a homologar a negociação entre vendedor e comprador de terras. Em meados da década de 1990, o governo retirou a compensação financeira aos proprietários brancos pelas terras expropriadas a serem repassadas para os beneficiários da reforma da terra. Novas leis promulgadas permitiram a aquisição compulsória. Três modelos de aquisição de terra interagiram dinamicamente durante o ESAP: a negociação de terras via mercado, a intervenção do governo por meio da desapropriação compulsória e a ocupação de terras como mobilização voluntária, muitas vezes reprimida pelo governo e pelos proprietários (MOYO e YEROS, 2005).

É nesse cenário de polarização que reaparece um ator político importante no Zimbábue: os veteranos. Os ex-combatentes do ZANLA e do ZIPRA, que atuaram na guerra pela independência, criaram uma associação nacional para exigir do governo a compensação pelo engajamento na guerra da independência. A associação dos veteranos constituiu-se como entidade nacional estruturada em bases locais, garantindo-lhe capilaridade em todo o tecido social do país. Os veteranos eram constituídos por diversas classes sociais e apoiavam o partido no poder, o ZANU-PF. Entre seus membros estavam pessoas da elite do governo e de escalões mais baixos da hierarquia social, “muitos dos quais viviam na pobreza” e nunca conseguiram apoio do Estado (MOYO, 2013).

Os veteranos tinham simpatia e solidariedade nacional e internacional por sua luta para a retomada da terra perdida durante o processo de independência (WORBY, 2001) e demonstravam o descontentamento com o curso da libertação nacional por meio das ações previstas na ESAP e no *Zimbabwe Programme for Economic and Social Transformation* (ZIMPREST), o segundo programa de ajuste estrutural negociado com o Banco Mundial e o FMI. As medidas previstas nesses programas de ajuste econômico corroeram as pensões que já haviam sido repassadas como reconhecimento da atuação dos veteranos na guerra da independência. Em resposta às demandas dos veteranos, o governo elaborou um conjunto de compensações que não estavam previstas no orçamento nacional. Tal fato levou a um desequilíbrio nas contas nacionais que fez a economia do país entrar em uma espiral econômica descendente (MOYO e YEROS, 2005).

Em relação à questão agrária, os veteranos assumiram a liderança das ocupações de terra pelo país. O governo começou a tolerar essas ocupações, relacionando-se com elas de modo ambíguo. Houve situações em que buscou tirar dividendos políticos como meio para pressionar doadores internacionais, embora fosse claro que não tinha controle sobre esses movimentos (MOYO, 20013). Em outros momentos, recorria à força policial para controlar os ocupantes ao mesmo tempo em que prometia acelerar a reforma da terra, estabelecendo leis que determinavam a aquisição compulsória de propriedades (MOYO e YEROS, 2005).

A política nacional continuou aquecida, especialmente com o lançamento do MDC e a possibilidade de derrotar o ZANU-PF nas eleições parlamentares e presidenciais no novo milênio. O MDC e o *Zimbabwe Congress of Trade Unions* (ZCTU), a entidade nacional de sindicatos, aliaram-se para reivindicar eleições livres e multipartidárias. Para isso fizeram uma aliança com agricultores comerciais brancos contra a reforma da terra (MOYO, 2012).

O ano 2000 representou a mais severa crise de legitimidade do partido no poder desde a independência. O desequilíbrio entre as forças políticas e as disputas internas no ZANU-PF marcaram o cenário para a tomada de decisão para implementar decisões radicais e nacionalistas (MOYO e YEROS, 2005), como será comentado a seguir.

3.3.5. *Fast Track Land Reform Programme* (FTLRP): de 2000 aos dias atuais

A partir de 2000, aumentaram as ocupações de terra lideradas pelos veteranos, que induziram a intervenção do governo do Zimbábue a expropriar terras para promover a redistribuição. Esse processo contínuo de luta, marcado por embates entre ocupantes de terras, forças do governo e proprietários brancos de terra culminou com um conjunto de ações do governo que ficou conhecido como Programa de Reforma da Terra Acelerado cuja sigla em inglês é FTLRP. Moyo (2012) apontou quatro fases para o FTLRP, caracterizadas a partir das diferentes ações que o governo do Zimbábue adotou frente ao contexto político geral do país e às ocupações de terra.

A primeira fase, entre março de 2000 e junho de 2001, é caracterizada por Moyo (2012) como situação revolucionária, na qual as ocupações de terra foram o fato político mais importante. O governo propôs um referendo para uma reforma da constituição na qual era prevista a desapropriação de terras sem reparação financeira aos proprietários. No entanto, foi derrotado. Moyo considera que o fato foi uma demonstração de fragilidade política do governo e do ZANU-PF, apesar de terem maioria no parlamento para aprovar as alterações propostas sem a necessidade de referendo popular. Ainda assim, o governo implantou reformas no judiciário e na legislação com o objetivo de proteger os ocupantes de terras de ações judiciais movidas por proprietários brancos. Outra ação importante nessa fase foi a retomada do controle das ações de reforma da terra pelo Estado, com a implantação dos *District Land Committees* (DLC), um comitê local formado por membros do governo, agentes dos órgãos de segurança, veteranos de guerra e outros segmentos, como associações de agricultores, chefes de comunidades e lideranças religiosas. O objetivo dos DLC era avaliar e encaminhar as demandas de terras a serem destinadas em nível local.

A segunda fase foi de 2001 a 2003. É caracterizada por Moyo (2012) como de racionalização da reforma da terra. O número de ocupações de terra reduziu-se, e o governo progressivamente afastou os veteranos de guerra do processo formal de transferência de terras. Nessa fase, o governo realizou auditorias com o objetivo de analisar as alocações de terra realizadas, pois houve denúncias de que funcionários do governo e membros do ZANU-PF haviam recebido propriedades durante a reforma.

A terceira fase, de 2004 a 2008, foi caracterizada por Moyo (2012) como de burocratização da reforma da terra. O governo aumentou a disponibilidade de terras para a

pequena burguesia e proprietários negros capitalizados. Moyo (2012) considera que essa mudança na reforma da terra foi reflexo da acirrada disputa nas eleições presidenciais em 2002, em que o ZANU-PF foi derrotado no primeiro turno para o MDC, mas conseguiu vencer a eleição no segundo turno, apesar de acusações de fraude eleitoral e manipulação política.

A quarta fase, de 2008 a 2011, foi caracterizada por Moyo (2012) como de redistribuição de terras que sobraram nas fases anteriores. Nesse período, foram disponibilizadas propriedades para as classes médias e elites políticas e econômicas negras. Essas áreas seriam destinadas a agricultores qualificados e experientes na gestão do agronegócio, capazes de investir em produções comerciais.

Conforme discutido ao longo desta parte do trabalho, a reforma da terra teve como objetivo redistribuir terras para a população negra. Esse foi o motivo gerador da luta pela independência, que perdura nos dias atuais. O cenário mudou nestes 38 anos de Zimbábue independente. No início da luta pela independência, 6 mil agricultores brancos eram proprietários de 39% das terras do país, consideradas de melhor qualidade para a agricultura (MOYO, 2004). A seguir, houve um intenso processo de desracialização da agricultura comercial. Em 2012, mais de 80% das novas fazendas capitalistas de grande escala eram propriedade de negros (MOYO, 2012).

No entanto, a questão agrária e a reforma da terra no Zimbábue são um complexo amálgama de questões que se relacionam entre si: a desracialização da propriedade da terra, as disputas políticas em torno do governo e do partido político no poder, os embates e convergências entre diferentes classes sociais que compõem a população negra e a diversidade de atores sociais que interagem em cenários sociais e políticos dinâmicos. Esses aspectos serão retomados a seguir na análise da questão agrária do Zimbábue apresentada em números especiais dos periódicos JAC e JPS. O número do JAC é de 2001, e os artigos apresentam análises sobre o período mais radicalizado da FTLRP, conforme dito anteriormente. O número do JPS é de 2012 e analisa os resultados da FTLRP a partir de uma diversidade de aspectos.

O contexto elaborado nesta seção do trabalho será analisado sob diferentes aspectos por editoras, editores, autoras e autores nesses números especiais. Os participantes do debate, realizado em editoriais e artigos, assumem posições sobre a reforma da terra no Zimbábue,

acima comentada, e estas estão relacionadas a posições geopolíticas na produção e circulação do conhecimento, como se analisará a seguir.

3.4. A geopolítica da produção e circulação do conhecimento nos números especiais do JAC e do JPS

Os números especiais de periódicos são decisão de editoras e editores que avaliam o tema quanto a pertinência, relevância e precedência em uma agenda de pesquisa, por meio dos artigos que irão compor o número especial e que se adequarão à linha editorial do periódico. Geralmente uma editora ou editor, membro do comitê editorial, é responsável por acompanhar a editora ou editor responsável pelo número especial. Por isso, analisar números especiais é uma maneira de compreender como as posições dos editores permeiam o número especial e como se articulam à linha editorial do periódico a partir dos temas que elegem para destacar e das abordagens a serem consideradas.

O número especial pode ser iniciativa do próprio conselho editorial ou proposta por acadêmicas e acadêmicos reconhecidos que organizam eventos como seminários, simpósios e conferências. Nesses eventos, convidam-se especialistas para apresentar e discutir trabalhos escritos, relacionados a um tema central, os quais poderão se converter em manuscritos, a critério da editora ou editor especial. Seja qual for o modo de seleção, o manuscrito será revisado por pares, inexoravelmente. Por isso, o convite para participar de um número especial não é garantia de que o texto seja aprovado para publicação, pois a equipe de revisão ou editoras e editores podem rejeitar o trabalho.

O objetivo desta seção é analisar como membros do comitê editorial do JAC e do JPS, junto a editoras e editores especiais, autoras e autores de manuscritos, interferem na abordagem de tema, nas posições apresentadas nos números especiais, e como isso promove uma convergência de posições geopolíticas ou estimula o debate aberto entre posições diferentes.

A mediação de editoras e editores permanentes do comitê editorial se reflete nos argumentos de autoras e autores dos números especiais a partir da decisão de lançar o número especial, da indicação do tema, do editor especial e do diálogo do membro do comitê editorial responsável pelo número especial. Essa é uma maneira de influenciar o conteúdo e

as abordagens da questão central dos artigos durante o acompanhamento da revisão dos manuscritos. O tema dos números especiais é o mesmo: a reforma da terra no Zimbábue, embora situado em tempos diferentes.

Os artigos do número especial do JAC analisam os 20 primeiros anos da questão da terra após a independência do Zimbábue. Esse período foi um dos mais críticos, como já apresentado, com o final do Acordo de *Lancaster House*. Foi também o período em que o governo do Zimbábue firmou acordos econômicos com o Banco Mundial e o FMI que levaram o país a uma profunda crise econômica. Entre as características mais destacadas desse período estão o desgaste político do ZANU-PF e de seu governo, a transição do modelo de mercado de aquisição de terra para o de intervenção estatal, a lentidão na redistribuição de terras para a população local negra, os intensos protestos contra a situação em que se encontrava o país e o aumento das ocupações de terra. As análises das autoras e dos autores dos artigos expressam, de diferentes maneiras, a radicalidade do momento analisado e as posições assumidas, como se verificará pela análise dos artigos discutidos a seguir.

O número analisado do JPS foi lançado mais de 30 anos após a independência, quando os resultados da reforma da terra já apontavam para uma consolidação. O foco dos artigos foram os resultados sociais e econômicos do FTLR, a política de reforma da terra baseada na intervenção do governo e não mais na relação de compra e venda. A situação interna era de disputa entre as forças políticas e de uma alta intensidade de ocupações de terra que eram toleradas e, em alguns momentos, apoiadas ou protegidas pelas forças de segurança do Estado.

A seguir serão analisados os artigos a partir dos esquemas de observação e de interpretação sobre a reforma da terra no Zimbábue.

3.4.1. O número especial do JAC

O número 4 do volume 1 do JAC, de 2001, reuniu autoras e autores de trabalhos que foram apresentados em um *workshop* realizado na Universidade de Yale em 15 de maio de 2000. Eric Worby, professor dessa universidade, foi um dos organizadores do evento e também foi convidado por Henry Bernstein para ser editor de um número especial com os trabalhos apresentados. Worby “agradece profundamente” ao editor-chefe do JAC: “por

sugerir o projeto do número especial, por apoiar e confiar firmemente, deu indispensável sabedoria, mais do que a justa partilha do trabalho editorial” (WORBY, 2001, p. 475).¹⁰⁰ Assim, Benrstein, membro do comitê editorial do JAC, indicou o tema do número especial e acompanhou a análise dos manuscritos.

Os artigos do número especial são de pesquisadoras e pesquisadores de universidades europeias, norte-americanas e africanas. A maioria possui trajetória de pesquisa consolidada em países da África ou no Zimbábue em particular, seja em projetos de pesquisa específicos, com trabalhos de doutorado e mestrado ou por terem atuado profissionalmente nesse país. Os artigos serão comentados a seguir. O Anexo F apresenta um quadro esquemático com posições e argumentos apresentados nos artigos.

Worby (2001) faz uma introdução a respeito do debate acerca da terra no Zimbábue e aos artigos do número especial, antecipando-se à crítica de que os artigos não representam a conjuntura dos processos que ocorreram no país por resultarem de estudos de caso e de análises a partir da lente teórica das pesquisadoras e dos pesquisadores. O editor-especial argumenta que os artigos não são visões estritas de casos que reduzem a compreensão dos processos em grande escala. Para ele, as pesquisas que resultaram nos artigos do número especial baseiam-se no engajamento na vida diária daqueles sobre os quais se escreve e no esforço para entender suas ações (WORBY, 2001).

O artigo de Worby oferece uma visão geral sobre a economia política agrária colonial e pós-colonial no Zimbábue. Ao comentar o conteúdo dos artigos, o autor destaca que estes abordam grandes temas e questões que os tornam estudos de caso pioneiros na etnografia crítica da formação agrária do Zimbábue e da “revolução ambígua” que estava acontecendo no país. O autor destaca o engajamento das pesquisadoras e dos pesquisadores, ressaltando “as ansiedades e sofrimentos pessoais que todos experimentaram, já que o Zimbábue seguiu um declínio acentuado durante a crise econômica e sob violência política”. Acerca desse cenário, Worby destaca que o processo em curso no Zimbábue foi uma “mudança revolucionária” na qual:

¹⁰⁰ O comitê editorial do JAC indica um editor para acompanhar números especiais considerando o domínio de conhecimento geográfico ou do tema por parte desse editor.

a libertação foi realizada em nome da recuperação de terras alienadas dos fazendeiros brancos, a redistribuição da terra foi concebida por todos os partidos da Independência como central para o projeto de legitimação do novo Estado. (WORBY, 2001, p. 475)

Apesar de Worby informar que, em seu artigo e na maioria dos outros que compõem o número especial, trata-se de política agrária, o foco dos trabalhos é principalmente análise do contexto político-partidário. Worby e demais autoras e autores dos artigos, como se verificará abaixo, destacarão a “combinação de patrocínio estatal e de violência organizada” por meio de ocupações de terra, na qual “as principais vítimas das invasões [...] são proprietários brancos e suas famílias que enfrentam desapropriação com compensação limitada e que foram submetidos a várias formas de brutalidade e humilhação” (WORBY, 2001, p. 491). O autor aponta que “sofrimento muito maior é suportado por seus trabalhadores [assalariados] que têm poucos recursos, mas perdem todo o meio de subsistência” (WORBY, 2001, p. 491), ao relacionar a perda de emprego nas propriedades expropriadas dos brancos.

Outro aspecto ressaltado por Worby é a violência do aparelho de Estado, em especial a polícia e o ZANU, sobre a população da província de Matabeleland, de maioria do grupo étnico ndebele, entre 1983 e 1984. O conflito resultou da disputa pelo poder de Estado entre os grupos étnicos shona (base política do ZANU) e ndebele (base política do ZAPU). O autor aponta que, após a derrota eleitoral do ZANU e de Mugabe para o ZAPU na província de Matabeleland, o governo deu “carta branca” à polícia e aos militantes do ZANU para conter a população local “por qualquer meio necessário”. Ele comenta que “a população rural [...] foi submetida a um terror sistemático, por assassinato generalizado, por tortura e por detenção ilegal, mas também pela privação forçada de estoques de alimentos durante a seca.”¹⁰¹ (WORBY, 2001, p. 492). O autor aponta que o conflito só terminou com a assinatura de acordo de unidade política que incorporou o ZAPU na composição de uma frente com o ZANU para constituir o ZANU-PF, em 1987.

O caso acima e outros são relatados nos artigos de Alexander e McGregor (2001), Hammar (2001) e Lahiff e Cousins (2001), no número especial do JAC sobre o Zimbábue.

¹⁰¹ Nesse período houve uma grande seca no país e o governo distribuiu alimentos para a população. Worby afirma em seu artigo que a população da província de Matabeleland não recebeu auxílio como república política.

Os artigos apresentam os episódios como ruptura com o Estado de direito, combinada com as ocupações de terra que põem em colapso a agricultura capitalista em larga escala¹⁰² (WORBY, 2001). Essas são as principais questões apontadas por Worby na mudança revolucionária da Rodésia para o Zimbábue: a violência das ocupações de terra, a repressão do aparelho de Estado sobre a oposição política e o rompimento da ordem institucional com o Estado de direito. O autor não faz referência à inexistência do Estado de direito para a população negra durante o governo colonial da Rodésia. Também não cita a violência contra as mobilizações pela independência, o privilégio de acesso a direitos sociais e à propriedade para os brancos.

O editor-especial salienta outro tipo de desordem no Zimbábue independente. Houve uma desestruturação do sistema produtivo com a redistribuição das terras, bem como uma instável situação política de disputa e acomodamento nas relações de poder político¹⁰³. Ele afirma que, na situação colonial, havia uma “estabilidade” econômica, o país possuía “um setor agrícola capitalista tecnicamente sofisticado e altamente produtivo, cujos proprietários [eram] os herdeiros históricos da expropriação colonial.” (WORBY, 2001, p. 483).

Worby afirma que a questão agrária no Zimbábue se refletiu no debate acadêmico, ressaltando que há “uma quantidade substancial de acadêmicos”, entre os quais ele cita Moyo, orientados a “demonstrar a racionalidade do reassentamento de terras com base somente na eficiência e na produtividade” (WORBY, 2001, p. 483) de camponeses que tiveram acesso à terra. Worby destaca o argumento desse grupo de acadêmicos de que os camponeses são tão produtivos por unidade de terra cultivada quanto as grandes propriedades capitalistas, desde que garantidas as mesmas condições. Ele questiona se os processos sociais associados a essa perspectiva, como as ocupações, não são mais um apoio político desprovido de lógica econômica ou formas de “desdobrar a violência em nome de um nacionalismo paroquial e das funções redistributivas do estado.” (WORBY, 2001, p. 483). Moyo não foi convidado para participar do número especial do JAC sobre o Zimbábue, embora seja citado por Worby e por outras autoras e autores em seus artigos. Ele responderá

¹⁰² O governo do Zimbábue sofreu boicotes de investimentos de diversos países, dentre eles o Reino Unido, que reduziu recursos desde o final do Acordo de *Lancaster House*.

¹⁰³ O que parece ser uma característica ainda presente no Zimbábue nos dias de hoje, como demonstra a recente mobilização militar pela renúncia de Robert Mugabe da presidência do País.

a esse questionamento em um artigo publicado dez anos depois no número especial do JPS, conforme será analisado na seção seguinte.

A maioria dos artigos do número especial, comentados a seguir, aproximam-se dos temas centrais apontados por Worby: violência contra o direito de propriedade de brancos, a ameaça ao emprego assalariado e o rompimento com o Estado de direito.

No artigo de Alexander e McGregor (2001), as autoras analisam as campanhas eleitorais do ZANU-PF e do MDC em 2000¹⁰⁴. Alexander era, à época da publicação do artigo, professora da Universidade de Bristol, e McGregor, professora da Universidade de Reading, no Reino Unido. O artigo é um relato da situação política e dos conflitos em três distritos da província de Matabeleland, região que sofreu forte repressão das tropas do exército, conforme comentado por Worby (2001). Segundo as autoras, os veteranos foram a principal força política a apoiar o partido de Mugabe, que estava desgastado politicamente. Elas ressaltam que o ZANU-PF usou o aparelho de segurança e instituições do Estado, como conselhos distritais, em que seus militantes eram maioria, para fazer campanha política partidária e reprimir os opositores do MDC com violência. As autoras apontam que, mesmo usando essas estratégias de coação, o ZANU-PF sofreu uma derrota eleitoral imprevista. As autoras do artigos exploram os motivos e a repercussão da repressão e da violência contra a população que não votou no ZANU-PF.

Hammar (2001) também aborda em seu artigo os temas violência e Estado de direito. A autora, professora da Universidade de Copenhague, Dinamarca, analisa a retirada da população local de Vumba, região no noroeste do Zimbábue, destinada pelo governo para a implantação de áreas de conservação de vida selvagem. A autora argumenta que o governo do Zimbábue, através dos conselhos distritais, buscou retomar o controle das terras por meio da violência. Ela aponta que esse processo se deu via a expulsão violenta dos moradores locais e a “queima” dos pertences dessa população. Hammar afirma houve uma “evolução das tecnologias de exclusão” que marcaram a atuação do governo como forma de acessar e controlar espaços por meio da intimidação e da violência. A autora argumenta que

¹⁰⁴ A pesquisa para o artigo baseou-se em entrevistas com veteranos de guerra, membros da CFU, representantes e ativistas da ZANU-PF e do MDC no período pós-eleitoral, além de jornais e documentos.

contrariamente às tentativas do Estado em outros lugares para criar legibilidade e ordem espacial, o uso da violência em Vumba revela um tipo diferente de prática de reivindicação que ironicamente se baseia na construção de um senso de **desordem**. (HAMMAR, 2001, p. 551) (grifo da autora)

Hammar faz uma interessante comparação entre o Estado de direito “em outros lugares” e o Zimbábue, uma sociedade que ainda vive a mudança revolucionária, conforme salientou Worby, em seu artigo, e que busca administrar a resolução de problemas herdados do ordenamento da propriedade, do uso das terras originado no colonialismo e da segregação racial, assunto que a autora também não abordou em seu artigo.

O artigo de Lahiff e Cousins (2001) afasta-se da proposta metodológica do editor do número especial de ser elaborado a partir de pesquisa etnográfica, mas permanece no debate sobre o rompimento com o Estado de direito. Lahiff é atualmente professor no *University College Cork*, Irlanda, e Cousins, é professor da Universidade do Cabo Ocidental, África do Sul. Os autores analisam as manifestações públicas de membros do governo e de representantes dos proprietários brancos da África do Sul sobre os reflexos no país das “invasões” de terras de proprietários brancos no vizinho Zimbábue¹⁰⁵. Eles relatam que o governo liderado pelo *African National Congress* (ANC), partido que fez a transição para o fim do *apartheid* e ainda dirige o país, enfrentou críticas tanto da direita quanto da esquerda pelo ritmo lento da reforma da terra no país. Lahiff e Cousins destacam que, na África do Sul, a terra mantém-se concentrada como propriedade de brancos que, em 2001, eram 10,9% da população e possuíam aproximadamente 69% da terra, uma proporção praticamente inalterada desde o auge do *apartheid* (LAHIFF e COUSINS, 2001).

Os autores relatam que ministros de governo da África do Sul fizeram defesas tanto dos direitos de propriedade privada quanto da expropriação de fazendas de proprietários brancos. Ressaltam também que o temor de que as ocupações de terra do Zimbábue se reproduzissem na África do Sul resultou em um aumento da preocupação dos proprietários

¹⁰⁵ O Zimbábue e a África do Sul possuem formação histórica, social e econômica semelhantes em relação à terra, embora tenham trilhado caminhos políticos distintos. Após o fim do *apartheid*, a África do Sul adotou um programa de reforma da terra baseado na negociação entre vendedores e compradores, como o Zimbábue, seguindo a proposta do Banco Mundial. A redistribuição de terras para a população rural negra na África do Sul foi lenta e não alterou a divisão desigual da terra entre pessoas brancas e negras, tal qual no Zimbábue da década de 1990. Esse é um dos motivos que tornam relevante o debate entre pesquisadores da África do Sul e do Zimbábue.

brancos e do governo em acelerar o ritmo da reforma da terra e evitar possíveis ondas de “invasões” como um meio de pressão social.

O artigo de Nyambara (2001) é parte de sua pesquisa de mestrado, apoiada pela Fundação Rockefeller. O autor é atualmente professor da Universidade do Zimbábue. No artigo, analisam-se as ocupações de terra em aldeias de Gokwe como estratégia de imigrantes para a conquista de terras. Os imigrantes vinham de outras regiões do próprio Zimbábue, Malawi, Moçambique e Zâmbia. O autor aponta que a região foi caracterizada por disputas exacerbadas entre nativos e imigrantes desde a década de 1950, aborda quem são os imigrantes e quais as suas origens, como se definem, sua relação com nativos, com representantes do governo local e com a polícia. O autor aponta que o governo do Zimbábue e a população local reagiram contra os imigrantes com violência, reprimindo-os sistematicamente por meio de prisão e considerando-os “invasores” passíveis de despejo.

O artigo de Hugues (2001) tem como argumento central que o ecoturismo prejudica o direito dos pequenos agricultores negros a terras no Zimbábue e se originou de pesquisa apoiada pelo Banco Mundial e Fundação Rockefeller. Hugues estava vinculado à Universidade Estadual de Nova Jersey na época de publicação do artigo. O autor retoma que as reservas de vida selvagem são uma herança dos administradores britânicos da década de 1890, criadas para impedir que colonos brancos destruíssem todas as áreas nativas de vida selvagem. Nessas áreas, as pessoas mais pobres e economicamente desfavorecidas tinham direito ao título de propriedade e uso de partes das terras. No final da década de 1980, o governo do Zimbábue implementou o *Communal Areas Management Programme for Indigenous Resources* (CAMPFIRE), política pública de incentivo à criação de áreas de conservação. O governo convidou empresas para administrar tais áreas e realocou populações negras locais. O autor aponta que, com base em argumentos econômicos e ecológicos, o CAMPFIRE retirou o direito das populações de permanecerem nas terras como agricultores, e conclui que o governo e as ONGs transformaram essas terras em áreas de investimento e subsídios, assumindo uma nova forma de assentamento colonizador.

Suzuki (2001) afasta-se dos temas de violência e rompimento com o Estado de direito no Zimbábue, centrais no número especial¹⁰⁶. O objetivo do artigo é compreender como as minorias brancas mudaram a exploração de terras para adaptarem-se à política de governo de incentivo ao turismo de vida selvagem e afastarem-se da ameaça de desapropriação de suas terras. Esses proprietários substituíram a pecuária pelo ecoturismo e assumiram o discurso governamental de que a vida selvagem é uma chave crucial para a prosperidade da nação e a sua própria. A autora ressalta que houve uma “metamorfose gradual”, na qual a propriedade com foco na preservação da vida selvagem quase inteiramente excluiu o gado como forma principal de exploração econômica e meio de acumulação.

Rutherford (2001) também sai do debate central do número especial e apresenta uma perspectiva crítica sobre o trabalho assalariado e a questão agrária no Zimbábue. O artigo é resultante da pesquisa apoiada pelo Conselho de Pesquisa em Ciências e Letras do Canadá. O autor atualmente é professor da Universidade de Carleton, Canadá. Ele analisa como trabalhadoras e trabalhadores agrícolas assalariados foram representados pelos vários atores públicos durante as ocupações de terras e como responderam a esses episódios. Argumenta que as “formações discursivas dominantes podem ser entendidas em termos de suas genealogias e narrativas implícitas de formas bastante independentes” (RUTHERFORD, 2001, p. 627). O pesquisador aponta dois usos de trabalhadoras e trabalhadores agrícolas como instrumentos “idôneos” para as batalhas retóricas. Por um lado, os nacionalistas anticoloniais se apresentam como “vítimas superexploradas de uma formação colonial que os submeteu ao domínio do direito privado em fazendas individuais” (RUTHERFORD, 2001, p. 627). Por outro, os proprietários de terra brancos e as mídias nacional e internacional ressaltaram a violência dos veteranos de guerra nas ocupações das fazendas. A narrativa era que veteranos ameaçavam os empregos e as moradias de trabalhadoras e trabalhadores assalariados nas fazendas comerciais de proprietários brancos, após a desapropriação pelo governo.

Rutherford afirma que a situação real é bastante diferente das narrativas hegemônicas. Ele constata que trabalhadoras e trabalhadores agrícolas reconhecem sua exploração por proprietários de terras brancos ao mesmo tempo que também dependem

¹⁰⁶ A pesquisa na qual o artigo se baseia foi apoiada pela Fundação Wenner-Gren para Pesquisa Antropológica e o Conselho de Yale sobre Estudos Internacionais e de Área, da Universidade de Yale, Estados Unidos.

deles. Segundo o autor, trabalhadoras e trabalhadores agrícolas, muitas vezes, querem tanto a própria terra quanto os empregos e querem ser capazes de representar seus interesses sem receio da manipulação de seus empregadores ou de projetos políticos que podem ir contra seus interesses. Por outro lado, ele ressalta que é raro que essas trabalhadoras e trabalhadores articulem tais interesses de forma clara. Rutherford conclui que há uma política muito diferente da que domina as representações de trabalhadoras e trabalhadores na agricultura comercial do Zimbábue.

3.4.2. O número especial do JPS

O número especial 5, do volume 38 de 2011, teve como tema o FTLRP. Passaram-se 11 anos da implementação deste e 31 anos da independência do Zimbábue. Essa edição acontece 10 anos após a edição especial do JAC. Entre um número e outro, ocorreram transformações radicais que estimularam o debate acadêmico sobre as questões agrária e camponesa.

As editoras e os editores não apresentam a motivação ou circunstância da proposição do número especial do JPS, por isso subentendo que esta tenha seguido o fluxo mais comum, que é a apresentação de proposta ao editor-chefe, posteriormente analisada pelo conselho editorial. “Jun” Borrás já era editor chefe do JPS, como apresentado na seção anterior deste trabalho que analisou os editores do *core set*.

Lionel Cliffe, Jocelyn Alexander, Ben Cousins e Rudo Gaidzanwa foram as editoras e os editores do número especial do JPS. Cliffe foi um intelectual reconhecido por sua vasta produção acadêmica sobre a África e o Zimbábue, considerado um exemplo de “trabalhador intelectual politicamente engajado” (POWELL, 2016)¹⁰⁷. Considero que um dos motivos de Cliffe ter sido convidado para editor-especial do número do JPS foi agregar notoriedade ao corpo de editores desse número, pois ele era reconhecido internacionalmente como pesquisador europeu com forte engajamento político.

Alexander é professora na Universidade de Oxford, conforme já comentado, e possui numerosos estudos sobre história e política na África e no Zimbábue. Cousins é professor

¹⁰⁷ A atuação de Cliffe foi reconhecida em um número especial do *Review of African Political*, um dos primeiros periódicos científicos da África.

da Universidade do Cabo Ocidental, como também já foi apresentado. Ele é membro do PLAAS, instituto dessa universidade que pesquisa pobreza e questão agrária. Alexander e Cousins escreveram artigos no número especial do JAC sobre o Zimbábue como já citado. Gaidzanwa é professora de sociologia na Universidade do Zimbábue. Essa autora concentra seus estudos em gênero e tem atuação destacada na assessoria a comissões parlamentares e governamentais sobre a terra. Sua participação como editora especial ressalta o vínculo com o país no número especial.

Essa composição de editoras e editores indica uma diferenciação de posições sobre o Zimbábue, que se refletirá em diferentes análises de autoras e autores nos artigos publicados no número especial do JPS. Essa é uma diferença entre os números especiais do JAC e do JPS. No primeiro, anteriormente comentado, a posição do editor-especial Eric Worby, inspirada em Bernstein, prevaleceu na orientação dos artigos, que ressaltam a violência e a ausência do Estado de direito no Zimbábue, como analisado. Já no número especial do JPS, a maioria das editoras e dos editores possui posições diferentes sobre o Zimbábue.

Cliffe foi um reconhecido intelectual britânico com posições favoráveis à independência. Alexander, conforme o artigo publicado no número especial do JAC e seus livros¹⁰⁸, ressalta a análise da violência e o rompimento com o Estado de direito. Cousins apresentou sua posição sobre o Zimbábue na resenha do livro *Reclaiming the land*, (MOYO e YEROS, 2005), na qual critica o ZANU-PF, a violência do aparelho de Estado contra a oposição e a desestruturação econômica do país com a implementação do FTLRP¹⁰⁹. Cousins ressalta o processo político no Zimbábue, tal qual Alexander, em que a questão da democracia continua a ser um “ponto cego” (COUSINS, 2006). Além disso, o editor questiona as ocupações de terra, caracterizando-as como “um processo frequentemente caótico e oportunista” (COUSINS, 2006). Gaidzanwua somente é citada por sua atuação em assessorias.

A diversidade de posições e análises sobre o Zimbábue entre as editoras e os editores refletiu-se nos artigos do número especial. Uma possível explicação para essa situação é a intervenção do editor-chefe “Jun” Borras, que tem uma posição conhecida de acompanhar

¹⁰⁸ Alexander e McGregor (2000) e Alexander (2006).

¹⁰⁹ Cousins cita Hammar e Raftopolous (2003), Marongwe (2003), Davies, 2004) e Masiwa e Chipungu (2004).

os números especiais do JPS e indicar que contemplem posições diferenciadas sobre temas abordados no periódico¹¹⁰. O Anexo G apresenta um quadro esquemático com as posições e argumentos apresentados nos artigos.

Identifico abaixo quatro grupos de autoras e autores que se alinham em torno de posições sobre a reforma da terra no Zimbábue e filiação institucional.

O primeiro denomino de grupo do *Institute for Poverty, Land and Agrarian Studies* (PLAAS), instituição de pesquisa sul-africana à qual vinculo Cousins, seu coordenador, a editora Alexander e os autores Marongwe e Zamchia. A trajetória de Alexander foi comentada em seção anterior. Marongwe e Zamchia são zimbabuenses e cursaram doutorado e mestrado no PLAAS, respectivamente, onde Cousins é professor. Marongwe trabalhou no governo do Zimbábue e seu orientador de tese foi Cousins (MARONGWE, 2011). Os dois autores ressaltam a relação com os editores a partir do agradecimento que fazem a Cousins e Alexander pelos comentários “construtivos” ao artigo. As posições de Marongwe e Zamchia alinham-se com Alexander e Cousins ao criticar a reforma da terra, destacando os fracassos desta e a crítica ao governo do Zimbábue e ao ZANU-PF, como se verificará a seguir.

O segundo grupo denomino grupo do *Institute of Development Studies* (IDS), instituição à qual pertencem Ian Scoones e Mutopo. Scoones é pesquisador do IDS, reconhecido internacionalmente. Ele investiga a África e o Zimbábue. O projeto de pesquisa que originou seu artigo foi idealizado por ele, executado pelo PLAAS e coordenado por Ben Cousins. Mutopo é vinculada ao grupo de Scoones por sua participação nesse mesmo projeto de pesquisa. Ela é pesquisadora vinculada à Universidade de Colônia, Alemanha, com atividades de pesquisa na Universidade de Cabo Ocidental, no SMAIAS e no IDS (MUTOPO, 2011), ou seja, transitou nos diversos grupos. Esse grupo agrega posições em torno da revisão das análises sobre a reforma da terra no Zimbábue, ressaltando argumentos que reforçam a mudança nas interpretações até então realizadas por autores europeus e norte-

¹¹⁰ Apóia essa análise o caso relatado por Sérgio Sauer, em comunicação pessoal. Ele comentou que “Jun” Borrás o convidou para participar de um número especial do JPS sobre o Brasil no qual autoras e autores, editoras e editores eram norte-americanos e europeus. Sauer informou que “Jun” Borrás apresentou a condição a editoras e editores de que o número especial contivesse um artigo de autor brasileiro, de modo a contemplar mais visões sobre o país.

americanos sobre o fracasso da reforma da terra e do uso desta como mecanismo de manipulação política pelo ZANU-PF e seu governo.

O terceiro grupo denomino de SMAIAS. É liderado por Moyo e dele fazem parte Chambati e Murisa. Moyo é membro do *core set*, fundador do SMAIAS e do AS. Sua atuação já foi analisada longamente neste trabalho. Chambati é pesquisador do SMAIAS, mestre pela universidade do Zimbábue e doutorando pela universidade de Witwatersrand, África do Sul. Murisa é doutor pela universidade de Rhodes, África do Sul, e também pesquisador do SMAIAS. Os autores ressaltam as mudanças econômicas e sociais alcançadas no Zimbábue, contrapõem-se ao argumento de que trabalhadoras e trabalhadores assalariados foram um dos grupos mais prejudicados com a reforma da terra, tal qual os proprietários de terra brancos, e ressaltam os resultados positivos das mudanças sociais e econômicas que ocorreram com a redistribuição da terra durante o FTLRP.

O quarto grupo caracterizo como independentes. Seus membros buscam ampliar as análises acerca da questão agrária no Zimbábue e não assumem argumentos a favor ou contra a reforma da terra no país. Esse grupo aparece no debate sem liderança aparente e é composto por Dekker, pesquisadora do Centro de Estudos Africanos da Universidade de Leiden, Holanda, e Kensey, mestre em antropologia e em economia agrícola, doutor em economia de desenvolvimento, pela Universidade de Stanford. Mujere é outro membro desse grupo que, à época da publicação do número especial, era estudante de doutorado em história e arqueologia na Universidade de Edimburgo. O autor é mestre em história africana pela Universidade do Zimbabwe, onde atualmente é professor.

Os artigos serão comentados a seguir. Ressaltarei os grupos PLAAS e SMAIAS por assumirem posições claramente divergentes no debate sobre a reforma da terra no Zimbábue, cuja análise é objeto de disputa geopolítica entre editores dos periódicos abordados neste trabalho.

O artigo de introdução, assinado pelas editoras e pelos editores do número especial, apesar de apresentar as posições das autoras e dos autores, assume argumentos do grupo PLAAS. Cliffe *et al.* (2011) reconhecem que há grande interesse internacional na reforma da terra no Zimbábue, o que dá mais relevância para a análise mais cuidadosa e detalhada do FTLRP, “sem conclusões preconcebidas”. As editoras e os editores concordam que o debate é “altamente polarizado” entre posições que reconhecem a redistribuição racial da

terra; as intermediárias, que criticam o modo de implementação pelo Estado; e as que condenam princípios, meios adotados e fins alcançados.

No artigo, retoma-se o contexto político e econômico da reforma da terra no Zimbábue, apresentado em sessão anterior deste capítulo, e ressalta-se o cenário político de polarização que resultou na implementação do FTLRP e nas ocupações de terra. As autoras e os editores destacam que a mudança de posição do ZANU-PF e do governo do Zimbábue aconteceu em ambiente de desgaste político resultante da implementação das medidas negociadas com o FMI e o Banco Mundial, por meio do ESAP. As autoras e os autores ressaltam que a mudança foi uma estratégia de reversão do desgaste político e busca de aproximação com as mobilizações dos veteranos nas ocupações de terra, destacando que a posição do ZANU-PF mudou para uma política de encorajamento de “invasões” após enfrentar, pela primeira vez, a oposição emergente do MDC (CLIFFE *et al.*, 2011).

No artigo de introdução, autoras e editores apontam que os artigos do número especial se concentram nos resultados sociais e econômicos do FTLRP e apresentam posições divergentes. Uma posição condena a “ilegalidade” e a “brutalidade” das ações, resultantes de políticas de governo “mal aconselhadas” e de efeitos econômicos desastrosos para a agricultura e as exportações. A outra posição argumenta a favor da redistribuição radical e da ampliação dos direitos para a população negra (CLIFFE *et al.*, 2011).

As autoras e os autores apontam motivos pelos quais a reforma da terra no Zimbábue merece atenção e está relacionada ao “futuro dos pequenos produtores (ou ‘camponeses’) e futuros alternativos para a agricultura e o meio rural do continente africano” (CLIFFE *et al.*, 2011, p. 908-909). O primeiro motivo é que a quantidade de terra redistribuída no Zimbábue superou a quantidade de quase todos os outros países africanos, por isso destacam que é um caso potencialmente instrutivo (CLIFFE *et al.*, 2011). Observam que houve uma mudança significativa na estrutura agrária na escala e na redistribuição da terra para diferentes classes sociais, em que metade da terra agrícola era exclusiva de grandes produtores e passou a ser baseada na predominância da produção agrícola em pequena escala (CLIFFE *et al.*, 2011).

O segundo motivo apontado é que, apesar de o Zimbábue apresentar características do sistema agrário e do Estado semelhantes a apenas alguns países africanos¹¹¹, sua experiência de reforma da terra pode ser reproduzida para ex-colônias. O Zimbábue foi o

¹¹¹ CLIFFE *et al.* (2011) citam Quênia, Argélia, Namíbia, Suazilândia, Moçambique, Angola e África do Sul.

único país que realizou várias modalidades de redistribuição de terras. Tal opção pode ser um “exemplo a seguir, ou a ser evitado” (CLIFFE *et al.*, 2011).

Autoras e autores dialogam com as ideias dos artigos de colaboradoras e colaboradores do número especial. Entre os pontos desse diálogo está a análise do contexto político e econômico da reforma da terra no Zimbábue e alguns aspectos comuns que permaneceram da reforma da terra mediada pelo mercado no FTRLP, como a caracterização dos grupos de beneficiários. Outro ponto do diálogo com os artigos do número especial é a análise dos beneficiários das terras redistribuídas, na qual autoras e autores destacam a diferença de segmentos de pessoas negras que receberam terras, como “amigos” do ZANU-PF, membros da classe média, entre outros. Apesar das críticas à reforma da terra no Zimbábue, as autoras e os autores do artigo reconhecem que, após o FTLRP, há um consenso de que as fazendas de pequenos agricultores agora predominam em número e área e que houve uma grande reestruturação agrária (CLIFFE *et al.*, 2011).

O artigo de Morongwe é outro do grupo PLAAS. O autor analisa os beneficiários A1 e A2¹¹² no distrito Goromonzi, localizado nas proximidades de Harare. A pesquisa na qual o artigo se baseou apresenta uma particularidade: além de questionários com perguntas para os beneficiários, foram utilizados, como bases de dados, relatórios de auditorias que investigam as irregularidades na seleção dos beneficiários das terras redistribuídas e os documentos com decisões judiciais.

O argumento do autor é que os critérios oficiais para seleção de beneficiários das terras foram ignorados para beneficiar membros da elite governante e seus aliados. Ele ressalta que as instituições responsáveis pela alocação de terras foram aparelhadas por membros do ZANU-PF e por representantes do aparelho de segurança do Estado (MARONGWE, 2011).

Marongwe considera que o Estado zimbabuense foi “monopolizado pelo partido no poder e se tornou um meio de acumulação de riqueza pessoal pela elite governante que praticava uma política de clientelismo” (MARONGWE, 2011, p. 1070). O autor também ressalta que o caos inaugurado por “invasões” de terra criou oportunidades para a elite

¹¹² Na reforma da terra no Zimbábue, foi criada uma tipificação para o uso agrícola da terra e o tamanho de propriedades. O modelo A1 destinava pequenas propriedades a famílias sem-terra e pobres para cultivo, residência e pastoreio. O modelo A2 visava a estimular agricultores comerciais negros com aptidão agrícola e recursos para investimento, para os quais destinava-se parcelas individuais maiores.

governante garantir o controle do Estado para adquirir recursos valiosos para si. Ele afirma que houve uma “instrumentalização da desordem” por poderosos grupos de interesse privado que ocuparam posições chave no Estado pós-independência (MARONGWE, 2011).

O autor conclui o artigo afirmando que o retorno aos rigores das estruturas de planejamento “racional”, o uso de prescrições técnicas, o “retorno a um Estado forte” e democrático poderão corrigir as anomalias que foram criadas pelo FTLRP (MARONGWE, 2011). Entretanto, ele não aprofunda a qual Estado forte se refere para alcançar a “instrumentalização da ordem”. Esses argumentos podem ser relacionados a duas posições no contexto histórico e das interpretações sobre o Zimbábue. Uma posição é o retorno do governo colonial, cuja ordem institucional manteve a centenária segregação racializada da posse e a propriedade da terra pela repressão às manifestações e lutas pela independência. A outra é a posição assumida por intérpretes que utilizam argumentos marxistas para fundamentar o respeito à propriedade privada da terra por colonos brancos, ressaltando as críticas à reforma da terra a partir das disputas políticas, da violência das ocupações de terras e dos ativistas pró-ZANU-PF, do clientelismo e do rompimento com o Estado de direito, como o caso de Worby e Alexander analisados na seção anterior deste trabalho.

Zamchia é outro autor do grupo PLAAS. O objetivo de seu artigo é analisar os mecanismos de acesso à terra por agricultores A1 em três áreas em que houve ocupação. O argumento do autor é que “a elite governante da ZANU-PF manipulou as diversas reivindicações das pessoas à terra para garantir a lealdade política e o clientelismo” (ZAMCHIA, 2011, p. 1194), a partir de procedimentos administrativos estatais abertos a manipulações.

Zamchia afirma que, embora os beneficiários tivessem motivações diversas para reivindicar terras, que não eram somente motivações políticas, o meio de acesso mais frequente foi a fidelidade política e o clientelismo ao ZANU-PF. Esse processo excluiu “muitos trabalhadores agrícolas, agricultores comerciais brancos, partidários do ZANU Ndonga e do MDC” (ZAMCHIA, 2011, p. 1194). O autor ressalta que a nova estrutura agrária do Zimbábue surgiu da redistribuição de terras moldada principalmente por dinâmicas sociopolíticas baseadas no clientelismo político da elite governante da ZANU-PF (ZAMCHIA, 2011).

As demais autoras e autores do número especial assumem posição diferente do grupo PLAAS e propõem análises que se afastam do argumento do grupo, objetivando situar o debate nas críticas aos sucessos e fracassos da reforma da terra no Zimbábue.

O artigo de Scoones *et al.* (2011) é identificado como pertencente ao grupo IDS e nele destaca-se que a reforma da terra no Zimbábue é muito mais matizada e complexa do que a análise parcial que grande parte de pesquisadoras, pesquisadores e a mídia nacional e internacional elegeu como pauta. O artigo propõe uma análise equilibrada, produzida a partir de uma longa pesquisa longitudinal realizada na província de Masvingo, Zimbábue, e publicada no livro *Zimbabwe's land reform: myths and realities* (SCOONES *et al.*, 2010). Os autores informam que os achados de pesquisa constataam uma transformação radical na estrutura agrária do país, ressaltando que

pequenos agricultores dominaram as alocações [de terras] no âmbito do FTLRP, e muitos estão indo bem; surpreendentemente, dadas as condições econômicas da [...] última década. (SCOONES *et al.*, 2010, p. 669-670)

Eles constataram o surgimento de agricultores de tipo A1 e A2 que ocuparam e produziram em grandes extensões de terra redistribuídas, ao mesmo tempo em que houve um declínio crescente de grandes propriedades agrícolas comerciais. Informam ainda que surgiu uma diversidade de novos produtores “médios” que investiram significativamente na produção, apesar da crise econômica pela qual o país passou (SCOONES *et al.*, 2011).

Scoones *et al.* (2011) destacam que os avanços estão relacionados a uma organização política sustentável e democrática do país, na qual deve existir equilíbrio de direitos de diferentes tipos, e não apenas aqueles sobre a propriedade privada. Eles concluem que a redistribuição de terras garantiu a equidade, a participação e a “reparação de desvantagem histórica” da população negra do Zimbábue (SCOONES *et al.*, 2011).

No artigo de Mutopo (2011), também identificado como pertencente ao grupo IDS, a autora propõe uma nova lente social e econômica para analisar a redistribuição de terras no Zimbábue pelo FTLRP: o acesso das mulheres à terra. O objetivo da autora é mostrar os meios complexos, e muitas vezes ocultos, que as mulheres utilizaram para acessar e controlar a terra. Por meio de uma pesquisa etnográfica em uma fazenda resultante de desapropriação pela FTLRP, a autora identificou que, em meio a sistemas tradicionais patriarcais, as

mulheres obtiveram acesso à terra, em grande parte, por meio de negociações internas e, muitas vezes, ocultas e informais, a que a autora considera “armas de fraco” (MUTOPO, 2011). Algumas mulheres adquiriram terra individualmente, mas a maioria a obteve por meio de contratos de casamento. Ela demonstrou que, apesar dos padrões contraditórios do patriarcado, as mulheres tiveram a capacidade de criar mecanismos para superar as contradições e acessar a terra.

A autora conclui destacando que essas estratégias desafiaram a noção liberal ocidental que enfatiza os direitos humanos individuais como o meio mais eficaz para abordar a questão do acesso à terra pelas mulheres da África. Ela destaca que a negociação se revela mais útil para ajudar as mulheres a obter esse acesso (MUTOPO, 2011).

Moyo, Murisa e Chambati, membros do grupo SMAIAS, apresentarão argumentos que aprofundam a análise crítica da reforma da terra, mas também argumentos positivos e dados de pesquisa. Essa posição é convergente com a posição apontada pelo grupo IDS.

Moyo, em seu artigo no número especial do JPS sobre o Zimbábue, traz dados e análises para justificar as mudanças nas relações agrárias após o FTLRP na posse e propriedade da terra, nas relações de trabalho, na produção e comercialização de produtos agrícolas. O autor destaca que o Zimbábue independente herdou uma estrutura agrária racialmente distorcida. Ele ressalta também que a economia se baseava na reserva de trabalho nacional e internacional, na qual trabalhadoras e trabalhadores negros eram majoritariamente mão de obra de proprietários de terra brancos. A essa dimensão somaram-se as desigualdades raciais consolidadas por subsídios discriminatórios aos grandes agricultores brancos e as estratégias de estímulo à exportação de produtos agrícolas e minerais também controladas por brancos. A agricultura camponesa, por sua vez, foi reprimida por meio da restrição ao acesso à terra a pessoas negras (MOYO, 2011).

Moyo analisa os reflexos do ESAP na implementação da reforma da terra mediada pelo mercado. Ele destaca que, por meio do ajuste estrutural neoliberal, o governo buscou normalizar a relação com o capital, permitindo que grandes empresas operassem em um quadro político heterodoxo. O cenário macroeconômico desse período foi caracterizado por escassez de bens, impressão descontrolada de moeda, descontrole do mercado de câmbio, aumento excessivo de preços, desemprego urbano e rural e redução de salários, aponta Moyo.

Em razão do conflito de interesses de classe e políticos, as frações da elite do ZANU-PF e segmentos do capital nacional e internacional, representados por nacionais negros, entraram em confronto pela alocação de recursos públicos e subsídios. A corrupção surgiu dentro e fora do ZANU-PF, e as várias classes sociais negras passaram a competir para o acesso a vantagens. O clientelismo, frequentemente, incluiu ou excluiu os aliados e os opositores políticos. Esses eventos ampliaram as fraturas dentro do ZANU-PF e estimularam o clima de violência nas eleições de 2008 (MOYO, 2011).

Os reflexos no campo foram a redução da redistribuição de terras, o incentivo à retomada da concentração fundiária, a apropriação estrangeira da terra, o estímulo à produção para a exportação e a criação de reservas naturais para visitação por turistas estrangeiros (MOYO, 2011).

O ambiente social e político resultante desse quadro econômico estimulou as ocupações de terra, muitas das quais lideradas pelos veteranos de guerra. O governo inicialmente tolerou as mobilizações, mas posteriormente procurou cooptá-las, mediante a disponibilização de terras do Estado para reassentamentos (MOYO, 2011).

Algumas das autoras e autores anteriormente citados indicaram a queda na produção agrícola em decorrência da redistribuição da terra. Moyo (2011) apresenta dados que indicam outros motivos para a redução da produção agrícola. Um deles foi a crise econômica que reduziu os investimentos estatais, resultante da implantação do ajuste estrutural neoliberal. O governo não disponibilizou recursos para o apoio à produção agrícola dos novos proprietários negros. Outro motivo de queda na produção foram as sucessivas secas que aconteceram no país. Por fim, houve também a reestruturação do modelo baseado em culturas de exportação produzidas em grandes fazendas de proprietários brancos para o modelo baseado em médias propriedades de negros e na agricultura camponesa negra que, por ser recente, necessitou de tempo para estruturar-se.

Moyo expõe ainda as dificuldades surgidas com o bloqueio internacional, em razão da oposição de diversos países ao FTLRP. O resultado foi a falta de recursos para financiar a produção, a desestruturação do mercado, a saída de grandes empresas atuantes no país que compravam a produção agrícola, e o aumento de preços de insumos (fertilizantes, sementes, implementos, etc.) e máquinas para produção.

A crise política e econômica decorrente ameaçou a perda do poder político do ZANU-PF e o forçou a assumir a expropriação de terras de proprietários brancos para responder à sua base política, que estava se exaurindo. É nesse contexto que medidas radicalizadas de redistribuição de terras foram adotadas para mudar a estrutura agrária do Zimbábue.

Moyo comenta os reflexos da FTLRP na propriedade da terra e nas relações de trabalho e resalta que o programa minou a lógica das relações agrárias colonialistas fundadas na desigualdade racial. Os padrões raciais de propriedade foram invertidos, com a consequente ampliação do acesso à terra para a população negra. Simultaneamente, substituiu-se a maioria dos direitos de propriedade privada por direitos de posse e uso em terras de propriedade pública (MOYO, 2011). O autor apresenta dados quantitativos que comprovam a mudança da estrutura fundiária de 1980 a 2010. A redistribuição da terra promovida pelo FTLRP ampliou o campesinato e expandiu o número de fazendas de tamanho médio, ao mesmo tempo em que reduziu o número e a área das fazendas de proprietários brancos (MOYO, 2011).

Alguns desequilíbrios resultaram da redistribuição da terra, informa Moyo. Um deles foi a dificuldade de contratação de grandes quantidades de mão de obra permanente e sazonal. Muitos agricultores que se assalariavam, após o FTLRP passaram a ser proprietários e utilizar toda a mão de obra complementar de filhos e agregados da família. Outro desequilíbrio apontado por Moyo foi a reconcentração fundiária por meio do arrendamento de terras redistribuídas. Ele aponta que algumas famílias não possuíam recursos para comprar equipamentos e insumos para fazer a terra produzir e, por isso, arrendavam terras, apesar da proibição do governo.

A produção agrícola, de um modo geral, retomou o crescimento para exportação e abastecimento do mercado interno a partir de 2006 e 2007, com a estruturação das fazendas de proprietários negros, tanto de camponeses, de fazendas A1, quanto de médios proprietários, de fazendas A2. Moyo (2011) apresenta vários gráficos que demonstram a queda e posterior recuperação da produção de diversas culturas agrícolas de 1980, ano da independência, a 2010 e 2011. Os gráficos apresentam o declínio da produção agrícola comercial em propriedades de brancos, enquanto que, a partir de 2006 e 2007, houve um

crescimento da produção de médios produtores e camponeses. Moyo comenta a mudança agrária ressaltando que

a base de produção foi reestruturada, introduzindo mais produtores de *commodities* e ampliando substancialmente a área cultivada global, apesar do declínio dos rendimentos para a maioria das culturas e pecuária. Numerosos produtores ganharam renda agrícola e produziram seu próprio alimento. Um processo de redistribuição de renda estava em andamento. (MOYO, 2011, p. 951)

Moyo salienta que muitos novos agricultores negros, camponeses ou médios produtores, acumulam ativos, embora alguns ainda lutem pela subsistência. Ele esclarece que a política agrária trouxe novas lutas por mercados, por terra e por direitos trabalhistas. O autor destaca que o novo cenário estabeleceu uma contínua disputa pelo acesso aos resultados prometidos da indigenização de ativos econômicos. Com isso, aparecem conflitos intraclasse, e, em especial, entre as frações da elite do poder (MOYO, 2011).

Apesar dessa reconfiguração da questão agrária, Moyo comenta que alguns analistas caem nos discursos do passado, moldados pela polarização dos partidos políticos, e lançam sombras sobre a reforma da terra redistributiva. Moyo conclui seu artigo apontando que, felizmente, a maioria dos acadêmicos e ativistas estão juntando-se para reexaminar a reforma da terra no Zimbábue e suas necessidades futuras.

No artigo de Murisa (2011), membro do grupo SMAIAS, analisa-se a mudança nas relações agrárias reconfiguradas a partir das ocupações de terra em fazendas de proprietários brancos e da formação de coletivos de agricultores locais em áreas de reassentamento criadas pelo FTLRP. O pesquisador destaca que o processo em áreas de reassentamento no Zimbábue é resultado da reestruturação das relações agrárias no país. A pesquisa na qual baseou-se o artigo foi realizada junto a grupos de agricultores A1, nas províncias de Goronzi e Zvimba.

Os grupos locais de agricultores criaram formas emergentes de ação coletiva e dinâmicas sociais novas, como compra coletiva de insumos agrícolas (sementes e fertilizantes), uso compartilhado de infraestrutura produtiva (armazéns e tratores), e cooperação no trabalho agrícola (realização conjunta de comercialização da produção e de atividades agrícolas) (MURISA, 2011).

As motivações identificadas para a formação de grupos locais de agricultores e a realização de ações coletivas foram a busca de alternativas para escassez de insumos e serviços desencadeada pela crise econômica no Zimbábue iniciada em 2000, a defesa de direito da terra recém-adquirida e o estímulo à participação em tomadas de decisão coletiva (MURISA, 2011). O autor aponta que esse processo se deu em um cenário em que as áreas reassentadas foram excluídas de importantes redes nacionais de mobilização da sociedade civil, o que limitou a mobilização desses grupos para além de suas comunidades locais.

O autor conclui o artigo destacando a mudança no agenciamento de agricultores, ao estabelecerem relações de cooperação para produção e defesa da terra conquistada como “intervenção crítica na sobrevivência das comunidades recentemente reassentadas” (MURISA, 2011, p. 1145) e que este se apresenta como um novo tema na agenda de pesquisa sobre a reforma da terra no Zimbábue.

Chambati é o último autor do grupo SMAIAS no número especial do JPS a ser comentado, e analisa a mudança nas relações de trabalho agrícola após a implantação do FTLRP. A pesquisa da qual resultou o artigo foi a mesma do artigo de Moyo.

O autor retoma o argumento de autores como Cousins e Worby de que a redistribuição de terras pelo FTLRP causou a escassez de mão de obra assalariada e o deslocamento de trabalhadores com perda de moradia¹¹³. Chambati contrapõe-se ao argumento de Cousins e afirma que o FTLRP criou postos de trabalho e emprego rural por meio do autoemprego para camponeses e do trabalho eventual, nas fazendas A1, e do trabalho assalariado, nas fazendas A2.

Chambati ressalta que essas novas relações agrárias de trabalho foram adequadamente compreendidas a partir da análise do novo modelo de produção que surgiu com a redistribuição de terras e seus impactos nas diferentes classes e segmentos sociais. O autor comenta que a perspectiva dominante nas análises das relações agrárias de trabalho, depois de 2000, foram baseadas na narrativa da modernização, na qual o trabalho assalariado, nas grandes fazendas comerciais de proprietários brancos, era tratado como forma superior ao trabalho camponês, cuja produção e produtividade eram consideradas menores.

¹¹³ O autor explica no artigo que o sistema de trabalho na África Austral vincula a oferta de trabalho rural ao direito de moradia.

O autor ressalta que a redistribuição de terras pelo FTLRP foi comparada ao “fim da modernidade”, conforme ressalta Worby (2003), tendo como consequência o desemprego. Assim, tal posição no debate concentrou-se nos impactos da perda de emprego e deslocamento de trabalhadores, implicitamente defendendo o trabalho assalariado tal qual existia nas grandes fazendas comerciais de proprietários brancos. Além disso, a posição à qual Worby se alinha ignorou outras formas de trabalho e de remunerações resultantes da criação de unidades de produção agrícolas menores (CHAMBATI, 2011).

Outra crítica que o autor faz à perspectiva dominante nas análises sobre a reforma da terra no Zimbábue é a abordagem de direitos humanos limitada a direitos civis, políticos e de acesso à propriedade. Essa abordagem exclui outros direitos sociais e econômicos ao equiparar os trabalhadores agrícolas assalariados a proprietários de terra como “vítimas passivas” da violência dos veteranos e outros ocupantes de terra (CHAMBATI, 2011). O autor ressalta que

esses estudos tendem a silenciar sobre a nova estrutura de trabalho agrário e como os trabalhadores agrícolas foram mobilizados contra a reforma da terra pelos proprietários de terras e seu sindicato, [...] enfatizando a proteção do emprego e não os novos recursos necessários para a manutenção da vida das pessoas após a redistribuição. (CHAMBATI, 2011, p. 1048)

Em outro sentido, o autor aponta que, para analisar as relações de trabalho surgidas a partir do FTLRP, é necessário situar as relações de trabalho em seu contexto histórico. Ele comenta que é necessário compreender como agricultoras e agricultores negros foram expropriados de suas terras ancestrais e condicionados a trabalhar em troca de remuneração e do direito de moradia (CHAMBATI, 2011).

Chambati destaca que o emprego assalariado agrário foi ampliado, pois alguns agricultores A1 e muitos A2 passaram a contratar mão de obra assalariada de maneira diferenciada, convergindo com a argumentação de Moyo. A característica desses novos empregadores é que eles têm menos controle sobre os trabalhadores agrícolas, comparados aos proprietários de terra brancos. O pesquisador ressalta que “o poder político conferido pela propriedade da terra agora é usado entre muitos pequenos agricultores que competem pelo trabalho” (CHAMBATI, 2011, p. 1065).

Apesar de identificar essas mudanças, Chambati conclui que a reprodução social de trabalhadoras e trabalhadores agrícolas permanece precária. Ele indica que as contradições serão resolvidas pela maior redistribuição de terras para esse público e pela conscientização de seus direitos.

O artigo de Dekker e Kinsey (2011), caracterizados como membros do grupo independente, tem o propósito de rever a experiência dos assentamentos realizados antes da independência do Zimbábue, que é frequentemente ignorada. A autora e o autor informam que as experiências foram idealizadas por tecnocratas da antiga Rodésia, e os primeiros planos foram implementados antes de 1980. Tais pesquisadores salientam que os assentamentos resultaram da compra de terras de agricultores brancos, segundo o sistema vendedor disposto/comprador disposto e foram reconfigurados em aldeias nucleadas, com definição de terras para agricultura, pastagens e espaços administrativos e públicos.

Os assentamentos recebiam orientação técnica, insumos, crédito e infraestruturas de irrigação, comercialização e saúde, comentam a autora e o autor. O objetivo dessa política de assentamento foi manter os colonos na terra e evitar o êxodo para as áreas urbanas em busca de emprego. Entre as muitas regras, estava a determinação de que pessoas assentadas eram proibidas de qualquer emprego agrícola. Essa primeira geração da reforma da terra esteve sob um sistema administrativo autoritário e verticalizado (DEKKER e KINSEY, 2011).

A partir dos anos 2000, os recursos financeiros para apoio a esses assentamentos escassearam com a crise econômica resultante da implementação do ESAP e o fim do Acordo de *Lancaster House*. A recuperação econômica dos assentados no FTLRP “ocorreu em vácuo administrativo e, como resultado, parece desenvolver algumas inovações gerenciais de base” para os antigos assentamentos (DEKKER e KINSEY, 2011, p. 997). A conclusão a que ambos chegam é que houve um declínio desses assentamentos rurais, pois as pessoas que foram inicialmente atraídas pela possibilidade de sucesso econômico e agrícola, posteriormente migraram para outras áreas.

Mujere é outro membro do grupo independente. O argumento de seu artigo é que um dos principais objetivos da reforma da terra no Zimbábue é o retorno às terras ancestrais, das quais muitas comunidades foram retiradas durante o período colonial. O autor analisa as novas trajetórias de pertença, as disputas de territórios e as fronteiras contestadas nas áreas

reassentadas pelo FTLRP. Os novos assentamentos resultaram de ocupações de terras, realizadas por moradores locais que já habitavam as áreas, veteranos de guerra e ocupantes que vieram de diferentes locais (MUJERE, 2011).

O autor destaca que relações de pertença surgiram e outras foram reafirmadas por líderes tradicionais e moradores locais que viram nos reassentamentos a oportunidade de recuperar terras ancestrais, tomadas por brancos durante o período colonial, e de restabelecer limites (MUJERE, 2011). Os “marcadores tradicionais de fronteira” foram as antigas casas, sepulturas, rios e montanhas. O autor examina as negociações das autoridades tradicionais na relação com comissões de aldeia criadas pelo governo. Ele conclui afirmando que o FTLRP trouxe novas trajetórias de pertença e, simultaneamente, retomou questões sobre territórios tradicionais disputados e fronteiras contestadas resultantes da ocupação colonial branca.

3.5. A participação de autoras e autores da periferia nos números especiais

A análise da participação de autoras e autores da periferia nos números especiais do JAC e do JPS possibilita compreender a geopolítica da produção e circulação do conhecimento sobre a questão agrária. A relação entre suas instituições e seus lugares de origem e as posições e os argumentos que esses assumiram sobre a reforma da terra no Zimbábue revelam como a periferia participa, e é levada a participar, do debate agrário.

O número especial do JAC sobre a reforma da terra no Zimbábue contou com publicações de dez autoras e autores, que escreveram oito artigos. Somente três autores eram da periferia. Dois possuíam filiação institucional ou eram originários da África do Sul: Lahiff e Cousins, com filiação institucional na Universidade do Cabo Ocidental. Os dois autores alinharam-se a posições assumidas por autoras e autores euro-americanos. Nyambara é o único autor que tem o Zimbábue como origem. Sua posição no debate também foi de alinhamento com autoras e autores euro-americanos. Os três autores não abordam em seus artigos a herança colonial e seus efeitos na configuração das relações sociais e políticas, de modo destacado a concentração de terras e as relações e problemas gerados por ela. Os autores seguem a linha de análise que foi discutida anteriormente, ressaltando as disputas políticas, a violência das ocupações de terras e dos ativistas pró-ZANU-PF, o clientelismo e o rompimento com o Estado de direito.

O número especial do JPS apresenta uma diversidade de posições sobre a reforma da terra no Zimbábue, conforme já salientado. Contou com a participação de 18 autoras e autores que escreveram dez artigos. Dez participantes, autores de oito artigos, eram de instituições com origem na periferia. Há uma relação numérica inversa com o número de artigos do JAC. As autoras e os autores fazem parte dos grupos IDS, PLAAS e SMAIAS, conforme já indicado anteriormente.

A pesquisa que resultou no artigo de Scoones *et al.*, do grupo IDS, foi executada por pesquisadores do PLAAS, que apresentam argumentos divergentes dos resultados apresentado pelo grupo de Scoones, o qual aponta resultados positivos da reforma da terra no Zimbábue e converge com os argumentos do grupo SMAIAS.

Há algumas particularidades do artigo de Scoones *et al.* (2011). A primeira é que quatro autores zimbabuenses participam como coautores do artigo, dos quais três são agricultores beneficiários da reforma da terra. Essa situação parece indicar um reconhecimento de pesquisadores locais como coautores do artigo, na coleta de dados, na interpretação do contexto local, redefinindo a análise da reforma da terra no Zimbábue a partir da FTLRP.

Uma segunda particularidade é a participação de Cousins como coordenador local da pesquisa realizada pelo PLAAS, conforme mencionado acima. A análise que faço é que Cousins foi convidado para coordenar a pesquisa em razão de seu conhecimento sobre o Zimbábue, pois atuou profissionalmente nesse país durante muitos anos. As posições de Cousins não aparecerem no artigo Scoones *et al.* (2011). Conforme analisado anteriormente, Cousins destaca os aspectos negativos da reforma da terra, em especial as ocupações de terra, que ele considera como ameaças à propriedade privada e ao Estado de direito. A participação de Cousins na coordenação de uma pesquisa que apresenta resultados que divergem de seus pontos de vista é um aspecto interessante a analisar em pesquisa futura sobre a relação do PLAAS com os centros de pesquisa europeus e americanos.

Uma terceira particularidade é a participação de outro zimbabuense, Marongwe, também como coautor do artigo de Scoones *et al.* (2011). Marongwe é autor de outro artigo no número especial do JPS que realiza análises opostas às do artigo de Scoones *et al.* (2011). Essa é outra situação que inspira pesquisa futura sobre o PLAAS.

O grupo PLAAS possui três autores no número especial: Cousins, da África do Sul, e Zamchia e Marongwe, do Zimbábue, como já foi apresentado. Cousins é coautor do artigo assinado por editoras e editores do número especial e apresenta as diferentes posições no debate, embora se perceba que há um destaque à posição com a qual o autor se alinha. Há uma outra autora, Rudo Gaidzanwa, que é pesquisadora da Universidade do Zimbábue, também coautora do artigo de introdução, mas que parece não trazer elementos novos à análise da reforma da terra.

A participação de Zamchia e Marongwe alinha-se à posição que destaca as disputas políticas, a violência das ocupações de terras e dos ativistas pró ZANU-PF, o clientelismo e o rompimento com o Estado de direito. Os dois estudaram no PLAAS e Marongwe foi orientado por Cousins no doutorado. Zamchia critica a redistribuição de terras no Zimbábue, ressaltando que esta foi subordinada aos interesses de um Estado partidário e de um partido autoritário, o ZANU-PF, que excluiu pessoas “comuns” que não declararam apoio ao partido e ao governo. O autor informa que “uma nova estrutura agrária surgiu, mas moldada principalmente por dinâmicas sociopolíticas enraizadas na elite governante do ZANU-PF” (ZAMCHIA, 20011, p. 1120).

Marongwe segue a linha de análise de Zamchia e também destaca os aspectos negativos da redistribuição de terras no Zimbábue. Ele ressalta que o FTLRP baseou-se no clientelismo político na definição dos beneficiários do grupo A2, os beneficiários médios produtores. O autor analisa que os critérios oficiais para seleção de beneficiários foram ignorados na prática e as terras foram redistribuídas para uma maioria de beneficiários membros do governo e da elite local. Marongwe retoma o argumento de que o impacto do FTLRP na agricultura comercial foi negativo, mesmo sendo coautor do artigo de Scoones *et al.* (2011) que reconhece a retomada da produção após o FTLRP.

Algumas questões metodológicas chamam a atenção na pesquisa de Marongwe que originou o artigo. A primeira é a escolha do local de pesquisa. O autor informa que a propriedade selecionada para o estudo é próxima de Harare e que possui boa estrutura produtiva. Em um contexto de disputa entre as diferentes classes sociais negras por terras e de clientelismo político que se instaurou no país, conforme informa Moyo (2001), a área desapropriada com boas características de localização e infraestrutura foi facilmente alvo de

disputa pela apropriação. Marongwe parece ter feito esse cálculo para selecionar a área de pesquisa.

A segunda questão metodológica é a base de dados. Uma parte da coleta foi realizada a partir de entrevistas com beneficiários, outra a partir de registros judiciais e uma terceira de relatórios de auditoria do próprio governo que apontavam as irregularidades na definição de redistribuição de terras. Marongwe selecionou os dados que direcionaram para a confirmação da posição e da argumentação com as quais se alinhou. Ele apresenta extensas tabelas em seu artigo com nomes de beneficiários, a vinculação destes com o governo e a quantidade de terras distribuídas para reforçar sua análise.

O autor questiona, em seu próprio texto, se é possível generalizar a análise do estudo de caso que realizou para todo o país. Ele mesmo responde, que “as generalizações com base em um caso são realmente difíceis de fazer, e (ao mesmo tempo) a tentação é ver todos os estudos de caso como únicos” (MARONGWE, 2011, p. 1089). No entanto, citando a si mesmo em outro trabalho, ele ressalta que

parece altamente provável que as alocações de terra A2 em **muitos lugares** estavam sujeitas à dinâmica de poder e patrocínio, e que as prescrições políticas foram ignoradas na maioria dos casos. (MARONGWE, 2011, p. 1089) (grifo meu)

Marongwe generaliza o caso estudado, sem outras evidências empíricas que apontem para a confirmação e a ampliação da análise para outras regiões ou locais do país. O autor parte da posição e da argumentação assumida, adequa o local de pesquisa e a maior parte das fontes dos dados para confirmar o que já definiu como resultado.

Esses aspectos metodológicos sobressaem-se ainda mais ao se considerar que o artigo do autor passou por uma revisão por pares que deveria perceber a intenção subjacente de Marongwe de confirmar sua posição, previamente definida, com dados de pesquisa e análise direcionada. Outra observação que põe a revisão por pares em questão é que a seleção da equipe teve a participação de seu orientador de doutorado, Bem Cousins, que fez parte do grupo de editoras e editores.

O grupo SMAIAS, por meio de Moyo, Musisa e Chambati, entra no debate do número especial com o cuidado de apresentar dados e análises que permitam generalizações

e influenciem o redirecionamento do debate. Os artigos de Moyo e Chambati são baseados em pesquisa com recorte longitudinal com dados quantitativos e qualitativos coletados em seis províncias do Zimbábue. As análises dos artigos evidenciam a intenção dos autores de apresentar dados empíricos sólidos e representativos para apoiar as posições e os argumentos que assumem de que o FTLRP produziu transformações agrárias no Zimbábue. As análises apontam que as pesquisas sobre realidades complexas, tal qual a do Zimbábue, não podem ser reduzidas a análises de caso ou à proposição de generalizações a partir de contextos específicos.

3.6. A geopolítica do conhecimento sobre a reforma da terra no Zimbábue

A indicação de tema para números especiais em periódicos científicos geralmente expressa uma decisão do comitê editorial de evidenciar um assunto ou destacar um tema em uma agenda de pesquisa. Números especiais articulam trabalhos em um debate sobre temas e assuntos ou entre posições. As propostas são apresentadas à editora ou editor, ou ao comitê editorial, que avalia a adequação à linha editorial, a justificativa e relevância do tema, bem como a interação entre os manuscritos no debate.

A amplitude de posições é determinada por editora ou editor membro do comitê que acompanha o número especial, editora ou editor-chefe, pelo conjunto do comitê editorial ou por editora ou editor convidado que coordena o número especial, a depender do modo como o periódico determina o acompanhamento do número especial.

Os números especiais também podem ser propostos de maneiras diferentes, tal qual o número especial do JAC, que surgiu de um convite de Bernstein para publicar os trabalhos apresentados em um evento. Assim, a reforma da terra no Zimbábue foi o recorte empírico, com esquemas de observação, definido a partir de lógicas de interpretação do contexto social analisado que influenciaram o modo de produção e de circulação do conhecimento científico a partir dos artigos publicados. Assim ocorreu no JAC.

O número especial do JAC sobre a reforma da terra do Zimbábue expressa a decisão e a delimitação de um tema pelo editor-chefe ou comitê editorial a partir de posições geopolíticas. Alguns artigos expressam uma das posições no debate, outros são neutros e há a exclusão de uma posição diferente da assumida por Bernstein. A perspectiva analítica que

prevaleceu nos artigos é a de pesquisadoras e pesquisadores de instituições do centro que utilizam o Zimbábue, um contexto periférico, como fonte de dados. Os artigos, em sua maioria, foram escritos por autoras e autores em sua maioria norte-americanos e europeus (como exceção de um do Zimbábue e outro da África do Sul).

No número especial do JAC não são abordadas diretamente as posições de Bernstein sobre a questão agrária. No entanto, os artigos convergem com interpretações desse editor, que considera a questão agrária superada e as experiências de reforma da terra, como a do Zimbábue, e as diversas formas de resistência das populações do campo como manifestações do populismo agrário, reivindicando um retorno à autarcia camponesa do passado.

As posições convergentes com Bernstein evidenciam-se no recorte analítico, principalmente na análise do editor-especial em seu artigo de introdução, em que se ressaltam as disputas políticas, a violência, o clientelismo e o rompimento com o Estado de direito. A referência ao Estado de direito na crítica ao governo do Zimbábue não situa a transição a partir da ordem institucional anterior da Rodésia, que reprimiu manifestações e lutas pela independência, não contextualiza a reforma da terra a partir da centenária expropriação racializada da posse e propriedade da terra. Essa posição é seguida nos artigos de Alexander e McGregor (2001), Hammar (2001) e Lahiff e Cousins (2001).

O número especial do JAC, na maioria dos artigos, revela uma interpretação dos processos que ocorreram no Zimbábue a partir de teoria e experiências sócio-históricas de países centrais utilizadas como lente para compreender as realidades periféricas. As análises da reforma da terra no Zimbábue partem dos pressupostos teóricos e do desenvolvimento dos países do capitalismo central, nos quais a questão agrária se resolveu pela industrialização da agricultura, pela proletarização do campesinato e onde não houve a apropriação racializada da terra. Assim, a teoria produzida no centro fundamentou as análises dos dados fornecidos pela periferia, seja por pesquisadores de países centrais que coletaram dados na periferia e os interpretam por meio dos cânones, seja por pesquisadores de países periféricos que investigam seus próprios contextos e referenciam-se nas teorias consolidadas no *mainstream* de países centrais.

A convergência de argumentos de autoras e autores com Bernstein apresenta uma circunstância. O número especial do JAC teve uma destacada participação de Bernstein

como editor responsável por acompanhar o editor convidado que organizou esse número especial, Eric Worby, conforme é prática editorial do periódico.

Bernstein interveio, significativamente, no número especial do JAC sobre o Zimbábue, seja na indicação do editor-especial, seja na leitura e comentário de manuscritos. Esse foi o modo de influenciar como o tema seria abordado e como as convergências de posições apareceriam. O papel de editor-chefe lhe garantiu uma posição com poder de influenciar as análises de manuscritos, anterior à revisão por pares. Isso ocorreu de modo mais significativo nos artigos que declaram agradecimentos ao editor pelas considerações e comentários feitos durante a elaboração dos manuscritos. Worby, editor convidado por Bernstein para coordenar o número especial, agradece-lhe pela indicação de publicar os trabalhos do *workshop* em número especial do JAC e pelo apoio e incentivo ao trabalho editorial. Rutherford agradece a “forte assistência editorial”. Hughes reconhece a contribuição de comentários de Bernstein quando o artigo ainda era rascunho e Lahiff e Cousins fazem um agradecimento geral aos comentários de Bernstein sobre seu artigo. Ou seja, Bernstein atuou ativamente em seu papel de editor no processo editorial do número especial do JAC.

Outro aspecto do número especial do JAC sobre o Zimbábue é a ausência de Moyo, à época já reconhecido internacionalmente como pesquisador de referência sobre a questão agrária no Zimbábue e na África, com artigos publicados em diversos periódicos do continente. Apesar de não ter artigo publicado no número especial do JAC, Moyo foi citado em diversos artigos como especialista que possui dados sobre o Zimbábue, que conhece sua história e seu desenvolvimento. No entanto, não tem “voz” para publicar no número especial do JAC. O próprio editor-especial agradece a Moyo a disponibilização de dados, ainda não publicados, para a elaboração de seu artigo. Suzuki, Hammar, Nyambara e Alexander também fazem referências a trabalhos de Yeros. Essa situação ressalta a apropriação do conhecimento produzido na periferia, por meio de dados de pesquisas realizadas por Moyo, que são utilizados para sustentar análises e teorizações de autoras e autores sobre o Zimbábue no número especial do JAC.

Não foram encontradas informações sobre como foi a proposição do tema “reforma da terra no Zimbábue” para o número especial do JPS ou como as editoras e os editores foram indicados e acompanhados no processo editorial. Suponho que tenha-se seguido o

fluxo mais comum, que é a apresentação de proposta ao editor-chefe do JPS, “Jun” Borrás, que submeteu-a ao comitê editorial para análise e decisão. “Jun” Borrás considera que a reforma da terra é um importante tema no debate político e acadêmico nos estudos agrários na atualidade (BORRAS, 2016). Esse aspecto é importante para compreender uma característica do número especial do JPS: a diversidade de posições expressas nos artigos sobre a reforma da terra no Zimbábue. Não se tratou de um convite do editor-chefe, como o número especial do JAC. “Jun” Borrás teve a liberdade para condicionar a proposta do número especial à apresentação de diversas posições sobre a questão agrária no Zimbábue. A decisão de abrir o debate com posições e argumentos diferentes, ou até mesmo divergentes, parece ter sido uma condição de “Jun” Borrás. O caso do número especial do JPS sobre o Brasil, informado por Sérgio Sauer, indica isso.

Outro aspecto que explica a decisão editorial de “Jun” Borrás de abrir o debate sobre a reforma da terra no número especial é a sua trajetória de acadêmico engajado, que o aproxima das análises sobre o protagonismo das populações camponesas como forças políticas em transformações sociais e econômicas, como as que aconteceram no Zimbábue.

O artigo de introdução, assinado pelas editoras e editores, apresenta as diferentes posições no debate que se estabelece no número especial do JPS (CLIFFE *et al.*, 2011). No artigo, reconhece-se as posições que ressaltam as conquistas e as que questionam a reforma da terra no Zimbábue. Não há destaque às disputas políticas, à violência, ao clientelismo e ao rompimento com o Estado de direito no Zimbábue, como no número especial do JAC. Não aparecem argumentos como o que Ben Cousins, editor do número especial do JPS, utilizou para desqualificar a competência de Moyo, conforme apresentei no Capítulo II. Também não há destaque às posições negativas de Alexander, também editora-especial do JPS, sobre a reforma da terra no Zimbábue tal qual ela as apresentou no artigo publicado no número especial do JAC (ALEXANDER, 2001) e em seu livro sobre a questão agrária no Zimbábue (ALEXANDER, 2000).

Moyo é citado pelas autoras e autores de artigos no número especial do JPS. Porém, ele não está mais restrito ao lugar de especialista que dispõe de dados, mas como referência a suas análises e posições sobre reforma da terra no Zimbábue e por indicá-la como uma situação emblemática no debate sobre a questão agrária, no qual há um ressurgimento das lutas camponesas pela redefinição da atuação do Estado na reforma da terra.

A publicação do artigo de Moyo no JPS marca uma mudança no debate sobre a questão agrária no Zimbábue. Ele contraria a interpretação de autores do centro e é reconhecido no debate internacional como intérprete de seu próprio contexto de origem, o Zimbábue. Com isso, há uma alteração da configuração geopolítica na análise acerca da reforma da terra no Zimbábue. Moyo, Chambati e Murisa romperam o bloqueio, comentou Yeros, ao analisar a participação dos autores zimbabuanos no número especial do JPS.

Outro destaque do artigo de introdução é a referência que Cliffe *et al.* (2011) fazem a Bernstein, na qual ressaltam que a experiência de redistribuição de grandes quantidades de terra no Zimbábue “desafia” a interpretação de Bernstein (2003), que afirma que o caso do Zimbábue é uma “exceção”. Bernstein, no artigo citado, ressalta que, na globalização, a questão agrária clássica foi encerrada, sem resolução do problema da terra para a maioria dos países do Sul. Bernstein analisa que a fragmentação do trabalho, intensificada pela reestruturação do capital global, revela novas possibilidades de questões geradas pela luta por trabalho como meio de subsistência e reprodução, em especial no Zimbábue. Cliffe *et al.* (2011) questionam a análise de Bernstein a partir do artigo de Moyo (2011) e de Scoones *et al.* (2011), publicados no número especial do JPS sobre o Zimbábue, em que o elemento central para a luta no campo continua a ser a terra, e não a luta por trabalho, como analisa Bernstein.

Essa situação apresenta-se como um momento novo na controvérsia sobre as questões agrária e camponesa a partir de dados de pesquisa sobre o Zimbábue. Mais do que uma mudança de posição de autoras e autores que participam da controvérsia, especificamente nos casos de Cousins e Alexander, a constatação de Cliffe *et al.* (2011) sobre a inadequação do argumento de Bernstein sobre a reforma da terra no Zimbábue parece indicar uma inflexão das posições na controvérsia ou o reinício do debate, com autoras e autores da periferia participando do debate internacional como protagonistas na produção de conhecimento e na elaboração de novas interpretações sobre seus próprios contextos sociais.

A análise de autoras e autores dos números especiais permite identificar diferentes papéis assumidos. No número especial do JAC, Lahiff e Cousins, da África do Sul, reproduzem as posições do *mainstream* do centro euroamericano com o qual se alinham na posição de crítica à reforma da terra no Zimbábue, ressaltando a violência das ocupações de

terra. Cousins, em outras publicações analisadas neste trabalho, já indicou assumir tais posições. O mesmo posicionamento é adotado por Nyambara, do Zimbábue.

No número especial do JAC, houve um desconhecimento parcial e seletivo da produção acadêmica de Moyo e de outras pesquisadoras e pesquisadores do SMAIAS e da rede *Agrarian South* sobre a questão agrária no Zimbábue. Essas pesquisas só foram citadas quando interessava a referência aos dados de que dispunham.

No número especial do JPS, houve o rompimento com essa assimetria dada a multiplicidade de posições apresentadas nos artigos. Diferentes papéis foram assumidos. A editora Rudo Gaidzanwa, da universidade Zimbábue e editora do número especial, assume papel figurativo de representar o país e não propõe argumento de destaque. Cousins mantém sua posição de alinhamento às posições do centro definidas pelo *mainstream*.

Marongwe (2001) e Zamchia (2001) analisam o Zimbábue a partir da reprodução da “narrativa do progresso”, indicada por Connel. Eles indicam as irregularidades na reforma da terra do Zimbábue a partir da modernização da agricultura comercial e do Estado de direito, tal como existe nos países do centro. Apropriam-se do argumento do Estado clientelista tomado pela elite governante, desconsiderando as nuances do processo. Tal argumento é fundante nas análises de Worby (2001 e 2005), pesquisador norte-americano, e de Alexander (2001) e Hammar (2001), pesquisadoras europeias.

Os autores zimbabuanos assumem o referencial do *mainstream* como base para a crítica à reforma da terra no Zimbábue e reproduzem demonstrativamente o quadro teórico que conhecem. Marongwe e Zamchia apropriam-se dos conceitos e dos paradigmas do *mainstream* do centro e se incluem no conjunto das críticas sobre seu contexto de origem produzidas por autoras e autores de países centrais. A manifestação dessa situação é a realização de investigação na qual a seleção de local e de *corpus* de pesquisa analisados indica que estes foram selecionados para adequar-se ao quadro teórico e comprovar a posição e os argumentos com os quais se alinham, independentemente da validade científica e da possibilidade de generalização do estudo. Esse movimento pode ser lido como expressão da mente cativa, definida por Hussein Alatas.

Os autores desconsideram a herança sociopolítica colonial do Zimbábue e vislumbram o centro como horizonte a ser alcançado. Marongwe desloca-se da dimensão

histórica e da luta por independência de seu país de origem quando reivindica o retorno ao Estado forte, racional e de direito. O autor não esclarece a qual Estado forte propõe retornar: à Rodésia colonial estruturada na divisão racial e exclusão da população negra ou ao governo de inspiração liberal, antes do FTLRP, que adotou as medidas de ajuste estrutural preconizadas pelo Banco Mundial e o FMI, levando o país à crise que ele critica.

A posição e a argumentação de Marongwe e Zamchia são uma manifestação da dependência acadêmica e reflexo do imperialismo intelectual, como indica Hussein Alatas. Esses autores recorrem às teorias do centro para explicar a realidade de seu país. Isso se observa na lente teórica com a qual analisam o FTLRP ao evidenciar suas interpretações a partir dos temas destacados por autoras e autores do centro.

Outro aspecto de análise é a assimetria na produção do conhecimento. Muitas autoras e autores da Europa e Estados Unidos utilizam a periferia como lugar de coleta de dados para, posteriormente, interpretá-los em universidades dos países centrais e realizar análises e teorizações. Os periódicos de estudos agrários do centro ratificam essa desigualdade ao publicarem, prioritariamente, autoras e autores do centro que pesquisam na periferia, autoras e autores da periferia que se referenciam ou que reproduzem abordagens do centro, excluindo artigos que abordam temas controversos ou inovadores. No primeiro caso situam-se Alexander e Hammar, autoras europeias e sediadas nas universidades de Oxford e Copenhague, respectivamente. No segundo caso estão Cousins, Marongwe e Zamchia e, no terceiro, Moyo e autores do grupo do SMAIAS.

A análise do número especial do JPS mostra como autores da periferia em situação de subalternidade entram na disputa acadêmica para romper a assimetria do debate entre centro e periferia na produção do conhecimento e na circulação, conforme analisado por Connel (2007). Foram as situações que levaram à participação de autores do grupo SMAIAS, à criação da rede *Agrarian South* e, posteriormente, de seu periódico, como analisado no Capítulo II.

O debate que ocorreu nos números especiais revela a disputa geopolítica em publicações científicas como espaços de legitimação de lugares e de sujeitos da produção e circulação de conhecimento. A reforma da terra sobre o Zimbábue foi o esquema de observação que possibilitou a expressão das diferentes posições e argumentos no debate sobre as questões agrária e camponesa em contextos sociais periféricos e a existência de

assimetrias entre centro e periferia na produção e circulação do conhecimento. Foi, assim, um interessante tema para a entrada em questões relativas à produção do conhecimento – e às assimetrias desse processo. Vê-se claramente que a “flexibilidade interpretativa” em torno de um mesmo tema se manifesta a partir desses “lugares” de produção que representam verdadeiros contextos de estruturação de perspectivas, visões de mundo, posições políticas. Finalmente, esses mesmos contextos servem também de posições editoriais. Mais que procedimentos de recepção e publicação de textos científicos, tais dinâmicas são o próprio *modus operandi* das controvérsias científicas.

4. Considerações Finais

O objetivo desta tese foi compreender as formas como a geopolítica da produção do conhecimento atua na dinâmica das controvérsias em ciência, tendo como caso empírico o debate em torno das questões agrária e camponesa. Tal processo foi estudado à luz da política editorial dos periódicos internacionais JPS, JAC e AS, importantes veículos de publicação internacional na área.

Ao longo do trabalho, busquei explicar, mediante dados e análises, o argumento de pesquisa de que as posições assumidas por editoras e editores no debate sobre as questões agrária e camponesa relacionam-se ao “lugar geopolítico” que estes assumem na observação e interpretação de contextos. O propósito foi demonstrar que o conhecimento produzido e a mediação do processo editorial são contextualizados por meio das realidades sociais e políticas vivenciadas, nas quais as trajetórias pessoais e acadêmicas foram trilhadas. Tal processo evidenciou-se nas análises da atuação do comitê editorial dos periódicos investigados, de modo destacado de editoras e editores-chefes do JAC e do AS, e nas posições assumidas por autoras e autores que se alinharam às posições editoriais e publicaram textos nos periódicos pesquisados.

O argumento relaciona-se à retomada da controvérsia sobre as questões agrária e camponesa no programa de pesquisa marxista, por meio de editoriais e artigos publicados nos periódicos supracitados. O debate ocorre, principalmente, entre editores do JAC e do AS e na análise de autoras e autores de artigos que convergem com tais posições. A controvérsia assumiu mais destaque com a atuação do editor-chefe do JPS que, por meio da decisão de publicar um número especial sobre a reforma da terra no Zimbábue, possibilitou a apresentação das diferentes posições na controvérsia.

Estruturei a tese em três partes, de modo a responder as questões de pesquisa. A seguir retomarei as questões propostas e as relacionarei às respostas encontradas e às análises elaboradas, as quais expressaram a flexibilidade interpretativa acerca das questões agrária e camponesa.

A primeira parte visou a responder a questão de como ocorrem a produção e a circulação do conhecimento sobre as questões agrária e camponesa no debate entre editoras e editores dos periódicos JPS, JAC e AS. A análise revelou que o processo é muito mais complexo do que é comumente apresentado na literatura que descreve e analisa a

comunicação nas publicações científicas. Originalmente proposto para ser uma validação do conhecimento científico, por meio da revisão por pares, o processo editorial ocorre como mediação social em que editoras e editores conectam participantes de um diálogo que não estão em comunicação direta: quem revisa e quem é autora ou autor do manuscrito.

A atuação de editoras e editores também é relevante na definição, no início ou no final do processo editorial, do que pode e deve ser publicado a partir da adequação ao escopo e ao âmbito definidos na linha editorial do periódico. Com isso, a interveniência de editoras e editores pode influenciar agendas de pesquisas ou a abertura de áreas de conhecimento mas, principalmente, determinar os rumos de controvérsias.

A revisão por pares é outra etapa importante do processo editorial para compreender como ocorre a produção e a circulação do conhecimento em periódicos científicos. Os membros do quadro de revisão são geralmente selecionados pela editora ou editor, a partir de critérios relacionados à expertise no tema ou no conhecimento do objeto abordado pelo manuscrito. A revisão por pares é supostamente orientada para ocorrer a partir da imparcialidade e da objetividade. A relação entre as partes do processo editorial se estabelece a partir de diferentes funções que estas realizam. Revisoras e revisores avaliam o manuscrito e indicam ajustes. Autoras e autores posicionam-se diante das modificações propostas, aceitando-as ou justificando a manutenção do argumento inicial. Tal situação é uma relação de poder pela diferença de competências.

As relações entre participantes na revisão por pares podem ocorrer como relação de poder hierarquizada, quando revisoras ou revisores determinam as alterações a serem realizadas e a autora ou autor cumpre as indicações. Tais assimetrias podem tornar-se geopolíticas quando são estabelecidas a partir de critérios que restringem a publicação de autoras e autores da periferia em periódicos do centro. Foram identificadas situações na pesquisa que se caracterizam como barreiras geopolíticas, como a inadequação a um padrão linguístico exigido e a referência ou diálogo com um quadro teórico definido pelo *mainstream* de países centrais.

Os periódicos pesquisados foram criados em contextos sociais e políticos específicos e possuem projetos editoriais que se relacionam ao campo de debates e a posições assumidas por editoras e editores que os criaram. O JPS surgiu em um contexto em que as lutas sociais no meio rural estavam em ascensão e influenciaram o escopo do periódico. O JAC foi criado

em uma conjuntura em que o debate agrário e camponês perdeu relevância, em função das agendas de pesquisa e de desenvolvimento influenciadas pelos ajustes estruturais neoliberais. O projeto editorial do JAC, em tempos de neoliberalismo, foi delineado a partir da reafirmação do paradigma da economia política clássica e do distanciamento do debate sobre o campesinato e a reforma agrária. O AS foi lançado em um contexto de retomada das lutas camponesas, especialmente em países periféricos, e apontou, em sua linha editorial, que o debate agrário e camponês continua relevante e atual. Esse periódico vinculou a política editorial à geopolítica do conhecimento ao valorizar o lugar de observação e a agência de pesquisadoras e pesquisadores da periferia no debate acadêmico.

A segunda parte desta tese visou a responder duas questões: a da identificação dos argumentos que caracterizam as posições na controvérsia sobre as questões agrária e camponesa, de um lado, e a da relação entre trajetória e posições acadêmicas dos membros do *core set* com o fato de serem do centro ou da periferia, de outro. Para responder tais questões, ressaltarei, inicialmente, a análise de controvérsias como disputas em momentos em que o conhecimento científico está em elaboração, não consolidado, apresentando-se por meio da flexibilidade interpretativa.

A controvérsia sobre as questões agrária e camponesa é recente nas ciências sociais, embora sua origem remeta às lutas políticas e sociais no início da revolução industrial e também à elaboração da matriz marxista. As análises realizadas por editoras e editores do JAC e do AS retomam a controvérsia sobre a questão agrária e camponesa no desenvolvimento do capitalismo e o lugar do campesinato em tal processo. As posições assumidas na controvérsia expressam-se pela variação nas interpretações para o mesmo objeto, definida por Collins como flexibilidade interpretativa. Latour analisa as controvérsias considerando a apresentação de diferentes interpretações, que tendam ao encerramento ou à abertura de um debate. A posição vencedora será aceita pela maioria da comunidade acadêmica e se apresentará como caixa-preta – livre de questionamento –, tornando-se referencial para novas análises.

Os editores do JAC retomaram os argumentos do programa de pesquisa marxista em sua abordagem clássica e apontaram que o desenvolvimento do capitalismo no campo segue-se pela industrialização da agricultura. O reflexo disso, argumentaram os editores do JAC, é a expulsão dos camponeses de suas terras em consequência da concentração fundiária e a

consequente proletarização destes. Byres aponta que restrições à expansão da grande propriedade capitalista são um empecilho à reprodução do capital e expressam o atraso econômico de países pobres e periféricos. Bernstein desenvolve tal argumento e aponta que, em tempos de globalização, há uma nova questão agrária, na qual a reivindicação por terra é substituída pela reivindicação por trabalho rural assalariado. Byres e Bernstein lideram essa posição na controvérsia agrária e camponesa, reverberando-a em escritos e nas práticas editoriais.

Os editores do AS, notadamente Moyo, Yeros e Jha, contrapõem-se a tal análise e retomam o argumento de que há resistência das populações camponesas ao avanço do capitalismo no campo, por meio de lutas pela terra e pela manutenção de seus modos de vida. O AS indica que há uma retomada de tais lutas em países periféricos com o objetivo de promover a recampesinização das populações do campo que reivindicam terra.

A retomada da controvérsia assume características geopolíticas na crítica que editores do AS fazem aos editores do JAC, que sublinham o desenvolvimento do meio rural dos países periféricos a partir da modernidade eurocêntrica. Simultaneamente, os editores do AS criticam os editores do JAC por ignorarem as lutas pela terra e as análises de recriação das lutas camponesas. A controvérsia sobre as questões agrária e camponesa apresenta conexão com o lugar de interpretação na periferia quando os editores do AS reivindicam-se como intérpretes, para além de produtores de dados empíricos, e criticam os editores do JAC que adotam exclusivamente a lente teórica e metodológica dos países centrais.

A análise da controvérsia evidencia duas lógicas de interpretação e produção do conhecimento, deixando a descoberto a flexibilidade interpretativa no processo. A primeira parte da teoria elaborada, reconhecida e validada pelo *mainstream* dos países centrais, que é utilizada como lente para a análise de processos e objetos da periferia. O pressuposto é que as questões agrária e camponesa seguem o curso dos processos que ocorreram nos países centrais. Tal qual a caixa-preta indicada por Latour, os dados empíricos são analisados a partir das teorias definidas pelo *mainstream*, aceitas pela comunidade acadêmica como universais, consolidadas. A segunda lógica de interpretação e produção do conhecimento, proposta a partir da periferia, aponta a contextualização das matrizes teóricas, em diálogo com as realidades pesquisadas. A ciência produzida a partir de tais interpretações é resultante

de críticas, apropriações ou rejeição de teorias consolidadas, ou de proposição de novas teorias, a partir da mediação com os diferentes contextos empíricos.

A terceira parte visou a responder a questão de como os contextos sociais, junto com políticas editoriais, interferem no fechamento ou abertura da controvérsia. Analisei o lançamento dos números especiais do JAC e do JPS como decisões editoriais para evidenciar o debate sobre as questões agrária e camponesa relacionadas à reforma da terra do Zimbábue.

A participação de Bernstein no número especial do JAC, em 2001, assegurou-lhe lugar no processo editorial para orientar os ajustes dos manuscritos e influenciar argumentos e posições convergentes com as suas. Assim, a maioria das autoras e autores de artigos, bem como o próprio editor-especial, convergiram com os argumentos de Bernstein. Esses criticaram a reforma da terra do Zimbábue a partir da desqualificação do processo, que promoveu ações de recampesinização e desenvolvimento não baseado na grande propriedade agrícola industrial. Com isso, o processo editorial foi utilizado para reforçar e consolidar a posição e interpretação de Bernstein na disputa, além de direcionar o debate para o fechamento da controvérsia.

O lançamento do número especial do JPS, em 2011, ocorre como uma mudança na direção do debate. A participação de Moyo, Chambati, Murisa e Scoones altera novamente a tendência que estava favorável aos argumentos de Bernstein e de Byres na controvérsia. A consolidação dos resultados da reforma da terra no Zimbábue e seus indicadores positivos motivaram a retomada da posição e reinterpretação das análises de reconhecimento das lutas por terra, reforçando a controvérsia.

Esta tem seu aspecto geopolítico ressaltado na participação das demais autoras e autores do Zimbábue no número especial do JPS, Marongwe e Zamchia. Eles assumem posição convergente com autoras e autores que se alinham com as posições de Byres e Bernstein na crítica aos processos em curso em seu país, avocam os conceitos e paradigmas do *mainstream* e reproduzem os argumentos desfavoráveis à redistribuição de terras no Zimbábue. Os autores selecionaram local e *corpus* de pesquisa para comprovar a posição e argumentos com os quais se alinham, independentemente da representatividade dos dados e da possibilidade de generalização dos casos analisados. Destaquei que tal perspectiva de Marongwe e Zamchia manifesta-se como dependência acadêmica e reflexo do imperialismo intelectual definido pelo *mainstream* dos países centrais. Os autores assumem os paradigmas

analíticos do centro para explicar a realidade do Zimbábue, um país de periferia com contexto social e político específico.

De modo diferente, Moyo, Chambati e Murisa, também zimbabuanos, assumem a posição de intérpretes da periferia e analisam as questões agrária e camponesa a partir das próprias inserções nos processos em curso em seu país, ou seja, eles contextualizam a produção do conhecimento sobre as questões agrária e camponesa a partir da observação e da crítica a processos em que estão inseridos. A criação do AS e a participação de Moyo, Chambati e Murisa no número especial do JPS foram maneiras destes afirmarem um lugar geopolítico na produção do conhecimento, ao mesmo tempo em que questionavam posições elaboradas por pesquisadoras e pesquisadores de países centrais.

A entrada dos editores do AS na disputa por posições e interpretações entre os editores dos periódicos, além de uma tentativa de abrir a controvérsia, busca superar as assimetrias na relação entre centro e periferia na produção do conhecimento sociológico sobre a questão agrária. O debate nos números especiais revelou a disputa geopolítica em publicações científicas, por meio da controvérsia sobre as questões agrária e camponesa por espaços de reconhecimento de lugares e sujeitos da produção e circulação de conhecimento. A reforma da terra no Zimbábue foi o esquema de observação que possibilitou a expressão das diferentes posições e argumentos no debate.

Apresento no corpo da tese a controvérsia sobre as questões agrária e camponesa nos periódicos JPS, JAC e AS, por meio da identificação dos participantes, das posições e dos argumentos inerentes. A controvérsia é uma evidência da flexibilidade interpretativa, dos distintos esquemas de observação e de interpretação que emergem com base na geopolítica do conhecimento, os quais influenciaram a política editorial dos periódicos estudados. Mostrei que controvérsias científicas podem ser mapeadas a partir da dinâmica editorial, não desconhecendo possibilidades de estudá-las por meio de pesquisas etnográficas, como é de preferência dos estudos sociais em ciência e tecnologia.

Muitas vezes identifiquei temas relacionados que me instigaram a curiosidade, mas os deixei de lado para manter-me no propósito inicial do trabalho e retomá-los em pesquisas futuras. Alguns desses temas são o idioma como barreira de entrada para autoras e autores da periferia em publicações internacionais, a participação de intelectuais da periferia no debate internacional sobre as questões agrária e camponesa e a relação entre racialização e

propriedade da terra. Pretendo desdobrar tais temas em pesquisas que realizarei daqui para frente.

Certamente a tese poderia ser realizada a partir de outras escolhas teórico-metodológicas, de outros contextos e periódicos. Minha posição se constituiu a partir da periferia, e de minhas próprias vivências políticas e acadêmicas neste contexto. Creio que não poderia ser diferente. No entanto, ainda que critique o universalismo eurocêntrico, não deixo de abrir possibilidades de pesquisas outras sobre o tema, as quais permitiriam um debate mais ampliado.

5. Bibliografia

- ALATAS, F. S. Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences. **Current Sociology**, v. 51, n. 6, p. 599 – 613, nov. 2003.
- _____. Captive Mind. In: Ritzer, G (Ed.). **The Blackwell Encyclopedia of Sociology**. Nova Jérsei: John Wiley & Sons, 2016.
- ALATAS, S.H. The captive mind in development studies. **International Social Science Journal**, v. 24, n. 1, p. 9–25, 1972.
- _____. Intellectual imperialism: definitions, threats and problems. **Shouteast Asian Journal**, v. 28, n. 1, p. 23-25, 2000.
- _____. **The Myth of the Lazy Native: a study of the image of the Malays, Filipinos and Javanese from the 16th to the 20th century and its function in the ideology of colonial capitalism**. Londres: Frank Cass and Company Limited, 1977.
- ALEXANDER, J. **The Unsettled Land: State-making & the Politics of Land in Zimbabwe**. Oxford: James Currey, 2006.
- ALEXANDER, J. e MCGREGOR, J. Elections, Land and the Politics of Opposition in Matabeleland. **Journal of Agrarian Change**, v. 1, n. 4, p. 510-533, out. 2001.
- ALEXANDER, J.; MCGREGOR, J.; RANGER, T. **Violence and Memory: One Hundred Years in the ‘Dark Forests’ of Matabeleland**. Oxford: James Currey, 2000.
- ALIBER, M.; COUSINS, B, Livelihoods after Land Reform in South Africa. **Journal of Agrarian Change**, v. 13, n. 1, p. 140–165, jan. 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, M. GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BERLIN, I. **Russian thinkers**. Nova Iorque: Penguin Group, 1994.
- BERNSTEIN, H. Agrarian questions of capital and labour: some theory about land reform (and a periodisation). In: NTSEBEZA, L. e HALL, R. **The Land Question in South Africa**. Cidade do Cabo: HSRC Press. 2007.
- _____. Changing before our very eyes: agrarian questions and the politics of land in capitalism today. **Journal of Agrarian Change**, Londres, v. 4, n. 1 – 2, p. 190 – 225, dez. 2004.
- _____. **Class dynamics of agrarian change**. Halifax, e Sterling: Fernwood Publishing and Kumarian Press, 2010.
- _____. **Dinâmicas de classes e mudança agrária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

- . Introduction: some questions concerning the productive forces, **Journal of Agrarian Change**, v.10, n. 3, p. 300–314, 2010.
- . Land Reform: Taking a long(er) view. **Journal of Agrarian Change**, v. 2, n. 4, p. 433–463, out. 2002.
- . Some reflections on agrarian change in China. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 3, p. 454–477, jul. 2015.
- BERNSTEIN, H. e BRASS, T. Questioning the Agrarians: The work of T.J. Byres. **The Journal of Peasant Studies**, Haia, v. 24, n. 1-2, p. 1-21, mar. 1996.
- BERNSTEIN, H. e BYRES, T. From Peasant Studies to Agrarian Change. **Journal of Agrarian Change**. Londres, v. 1, n. 1, p. 2, jan. 2001.
- . From the retiring editors. **Journal of Agrarian Change**. Londres, v. 8, n. 1, p. 2, jan. 2008.
- BORRAS Jr. S. Can redistributive reform be achieved via market-based land transfer schemes? Lessons and evidence from the Philippines. **Journal of Development Studies**, v. 41, n. 1, p. 90–134, 2005.
- . Land politics, agrarian movements and scholar-activism. Inaugural Lecture. Disponível em: <<https://repub.eur.nl/pub/93021>> Acesso em 23. fev. 2017.
- . **Pro-poor land reform: a critique**. Ottawa: University of Ottawa Press, 2007.
- BORRAS Jr. S. *et al.* Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. **The Journal of Peasant Studies**, Haia, v. 38, n. 2, p. 209-216, mar. 2011.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). Bourdieu: São Paulo: Ática: 1983.
- BROWN, I. **The School of Oriental and African Studies** - imperial training and expansion of learning. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- BYRES, T. Agrarian question. In: BOTTOMORE, T. (Ed.). **A Dictionary of Marxist thought**. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- The Peasants Seminar of the University of London, 1972 – 1989: a memoir. **Journal of Agrarian Change**, Londres, v. 1, n. 3, jul.2001, p. 343 – 388.
- . Introduction: Contextualizing and Interrogating the GKI Case for Redistributive Land Reform. **Journal of Agrarian Change**, v. 4, n. 1 - 2, p. 1–16, jan. – abr. 2004.
- . (2004). Neo-classical neo-populism 25 years on: Déjà vu and déjà passé, towards a critique’, **Journal of Agrarian Change**, v. 4, n. 1–2, p. 17–44, 2004.
- . (Ed.), **Rural Transformation in Asia**. (pp. 3–76). Oxford: Oxford University Press.
- CAMPANARIO, J. M. El sistema de revisión por expertos (peer review): muchos problemas. *Revista española de Documentación Científica*. Madri, v. 25, n. 3, p. 267-285, 2002.

- CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 5 n. 57, p. 611-614, set./out. 2004.
- CAPPS, G.; CAMPLING, L. An interview with Henry Bernstein. **Journal of Agrarian Change**, Londres, v. 16, n. 3, p. 370 – 389, jul. 2016.
- CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical Difference. Nova Jersey: Princeton University Press, 2000.
- CHAMBATI, W. Restructuring of agrarian labour relations after Fast Track Land Reform in Zimbabwe. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 5, p. 1047-1068, dez. 2011.
- CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1994.
- CHEN, K. e YOSHIHIKO, I. CODESRIA as a pan-African intellectual community: an interview with Professor Sam Moyo. **Inter-Asia Cultural Studies**. Calcutá, v. 17, n. 1, p. 106 – 127, mar. 2016.
- CLIFFE, L. *et al.* An overview of Fast Track Land Reform in Zimbabwe: editorial introduction, **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 5, p. 907-938, dez. 2011.
- COLLINS, H. **Mudando a ordem**: replicação e indução na prática científica. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2011.
- . “Stages in the empirical program of relativism”. **Social Studies of Science**, v. 11, n. 1, p. 3-10, fev. 1981.
- . The TEA Set: tacit knowledge and scientific networks. **Social Studies of Science**, v. 4, n. 2, p. 65-86, abr. 1974.
- COLLINS, H. PINCH, T. **O Golem: o que você deveria saber sobre ciência**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- CONNELL, R. **Southern theory**: the global dynamics of knowledge in social science. Cambridge: Polity Press: 2007.
- CORRIGAN, P. On the politics of production: a comment on ‘peasants and politics’ by Eric Hobsbawn, **The Journal of Peasant Studies**, v. 2, n. 3, p. 341 – 349, 1975.
- COUSINS, B. Debating the Politics of Land Occupations. **Journal of Agrarian Change**, v. 6, n. 4, p. 584 – 597, jan, 2006.
- . Smallholder Irrigation Schemes, Agrarian Reform and ‘Accumulation from Above and from Below’ in South Africa. **Journal of Agrarian Change**, v. 13, n. 1, p. 116–139, jan, 2013.
- CUETO, M. **Excelencia Científica em la Periferia**: actividade científicas e investigação biomédica em el Perú 1890 – 1950. Lima: GRADE e CONCYTEC, 1989.
- DADOS, N. e CONNELL, R. The Global South. **Contexts**, v. 11, n. 1, p. 12-13, jun-set 2012.

- DEKKER, M.; KINSEY, B. Contextualizing Zimbabwe's land reform: long-term observations from the first generation. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 5, p. 995-1019, dez. 2011.
- DIETRICH, P., LOISON, M., ROUPNEL, M.. Articular as abordagens qualitativa e quantitativa. In PAUGAM, Serge. **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- EDITORIAL. The Agrarian Question: Past, Present and Future. **Agrarian South**, Harare, v. 1, n. 1, abr. 2012.
- EDITORIAL STATEMENT. **The Journal of Peasant Studies**, v. 1, n.1, p. 1-2, 1973.
- EDITORIAL NOTE. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 1-3, mai. 2009.
- EVANS, P. 'Constructing a twenty-first century developmental state: potentialities and pitfalls', In: EDIGHEJI, O. (Ed.). **Constructing a democratic developmental state in South Africa: potential and challenges**, Cidade do Cab: Town: HSRC Press, 2009.
- FARIA, A. M. de M. A não consolidação das previsões clássicas do fim do campesinato sob o capitalismo: uma resenha. Cuiabá, **Revista de Estudos Sociais**, v. 3, n. 6, p. 45-58, 2001.
- FELÍCIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011.
- FOOD FIRST. About us. Disponível em: < <https://foodfirst.org/about-us/>>. Acesso em: 20. fev. 2018.
- GONSALVES, A.; RAMOS, L. M. S. V., CASTRO, R. Revistas científicas: características, funções e critérios de qualidade. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. (Org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense. 1981.
- GALLO, Silvio. A Filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade. *Revista Ethica*. Rio de Janeiro, v.13, n.1, p.17-35, 2006. Disponível em: <<http://www.revistaethica.com.br/v13n1Artigo1.pdf>>. Acesso em 29.mar.2017.
- HALE, C. Activist research v. cultural critique: Indigenous land rights and the contradictions of politically engaged anthropology. **Cultural anthropology**, v. 21, n. 1, p. 96-120, 2006.
- HAMMAR, A. 'The Day of Burning': Eviction and Reinvention in the Margins of Northwest Zimbabwe. **Journal of Agrarian Change**, v. 1, n. 4, p. 550-574., out. 2001.
- HEGEDÜS, András. A questão agrária. In: HOBBSAWM, Eric. **História do marxismo IV: O marxismo na época da Segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- HO, R. C.-M *et al.* Views on the peer review system of biomedical journals: an online survey of academics from high-ranking universities. Singapura: **BMC Medical Research Methodology**, v. 13, n. 74, jun. 2013.
- HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- . Peasants and politics, **The Journal of Peasant Studies**. Londres, v. 1, n. 1, p. 3 – 22, 1973.
- . Reply, **The Journal of Peasant Studies**, v. 2, n. 3, p. 349 – 351, 1975.
- HOUNTONDJI, P. Endogenous knowledge: research trails. Dakar: Codesria, 1997.
- . Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 149-160, mar. 2008.
- HUGHES, D. M. Rezoned for Business: How Eco - Tourism Unlocked Black Farmland in Eastern Zimbabwe. **Journal of Agrarian Change**, v. 1, n. 4, p. 575-599, out. 2001.
- ISS. **Prof.dr. (Jun) S.M. Borras**. Disponível em: < <https://www.iss.nl/en/people/jun-borras>>. Acesso em 20.fev.2018.
- JACOBY, R. **O fim da utopia: política e cultura na era da apatia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ILGES, M. C. **A produção de ciências sociais no continente africano e a agência do CODESRIA**. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-13102016-145332/>>. Acesso em: 20.02.2018.
- JHA, P. Continuity and change: some observations on the landscape of agricultural labourers in North Bihar, India. **Journal of Agrarian Change**, Londres, v. 4, n. 4, p. 509–531, out. 2004.
- JOHNSTON, D.: KAY, C.; LERCHE, J. OYA, C. From the New Editors. **Journal of Agrarian Change**, Londres, v. 8, n. 1, p. 3–5, jan. 2008.
- LAKATOS, I. **La metodología de los programas de investigación científica**. Madrid: Alianza, 1989.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- KAY, Cristóbal. Rural Poverty and Development Strategies in Latin America. **Journal of Agrarian Change**, v. 6, n. 4, p. 455–508, out. 2006.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LAHIFF, E. e COUSINS, B. The Land Crisis in Zimbabwe Viewed from South of the Limpopo. **Journal of Agrarian Change**, v. 1, n. 4, p. 652–666, out. 2001.

- LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** São Paulo. EditoraUNESP, 2000.
- LEBERT, T. An introduction to land and agrarian reform in zimbabwe. In: **Promised land: competing visions of agrarian reform.** ROSSET, P.; PATEL, R.; COURVILLE, M. Oakland: Food First, 2006.
- LÊNIN, V. I. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do capitalismo.** São Paulo: abr. 1985.
- . **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América.** São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.
- . **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARONGWE, N. Who was allocated Fast Track land, and what did they do with it? Selection of A2 farmers in Goromonzi District, Zimbabwe and its impacts on agricultural production. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n.5, p. 1069-1092, dez. 2011.
- MARTIN, B.; RICHARDS, E. Scientific knowledge, controversy and public decision making. In JASANOFF, Sheila, MARKLE, Gerald E., PETERSEN, James C. e PINCH, Trevor. **Handbook of science and technology studies.** Thousand Oaks, Londres, Nova Déli: Sage Publications, 1995.
- MARTÍN, E. How double-blind peer review works and what it takes to be a good referee. **Current Sociology**, v. 64, n. 5, p. 691 –698, set. 2016.
- . How to write a good article. **Current Sociology**. v. 62, n. 7, p. 949 –955, 2014.
- . El karma de vivir al Sur. Interlocuciones y dependencia académica en las Ciencias Sociales de América Latina. In: SUAREZ, H.; PIRKER, C. (Org.). **Sociólogos y su sociología: experiencias en el ejercicio del oficio en México.** México: 2014.
- . Letters of rejection. **Current Sociology**, v. 63, n. 7, p. 937 –942, 2015.
- MARTIN, W. G. Sam Moyo and the Struggle for Intellectual Decolonization. **Agrarian South: Journal of Political Economy.** Harare, v. 5, n. 2-3, p. 202–220, ago.-dez. 2016.
- MARX, Karl. **Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- . A Assim Chamada Acumulação Primitiva. In: **O Capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1996.
- MARX, K.; ENGELS, F. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MATTEDI, M. A. **Sociologia e conhecimento: introdução à abordagem socioológica do problema do conhecimento.** Chapecó: Argos, 2006.
- MERTON, R.K. **Sociologia: teoria e estrutura.** São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MKANDAWIRE, Thandika. Three generations of african academics: a note. In: **CODESRIA Bulletin**, n. 3, 1995.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. **A virada conceitual pós colonial: Panorama, especificidades e possíveis contribuições às teorias sociais**. 38º Encontro Anual da ANPOCS. Disponível em <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt40-1/9216-a-virada-conceitual-pos-colonial-panorama-especificidades-e-possiveis-contribuicoes-as-teorias-sociais/file>>. Acessado em 25.ago. 2017.

MIRANDA, D. B., PEREIRA, M. N. F. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 375-382, set-dez, 1996.

MOYO, S. **Agrarian Reform, Rural Development and Economic Policy Reform in Zimbabwe**. Harare: African Institute for Agrarian Studies, 2003.

———. **The Land and Agrarian Question in Zimbabwe**. In Conference on “The Agrarian Constraint and Poverty Reduction: Macroeconomic Lessons for Africa”, Addis Abeba: IDEAs, EEA e Codesria, dez. 2004, p. 1-44. <https://sarpn.org/documents/d0001097/P1211-Moyo_Dec2004.pdf>. Acesso em 25.ago. 2017.

———. **Land and Democracy in Zimbabwe**. Harare: SAPES Books, 1999.

———. The land occupation movement and democratisation in Zimbabwe: contradictions of neoliberalism. Londres, **Millenium**, v. 30, n. 2, p. 311–30, 2001.

———. The land question in Africa: Research Perspectives and Questions. In Codesria Conferences on Land reform, the Agrarian Question and Nationalism, Dakar, 2003. Disponível em: <<http://our-global-u.org/oguorg/en/wpfb-file/moyo-the-land-question-in-africa-pdf/>>. Acesso em: 20.02.2018.

———. **The land question in Zimbabwe**. Harare: SAPES Books, 1995

———. The political economy of land acquisition and redistribution in Zimbabwe, 1990–1999’. **Journal of Southern African Studies**, v. 26, p. 1, p. 5–28, 2000.

———. Land reform and redistribution in Zimbabwe since 1980. In: MOYO, S. e CHAMBATI, W. (Ed.) **Land and Agrarian Reform in Zimbabwe: Beyond White-Settler Capitalism**. Dakar: CODESRIA e AIAS, 2013.

———. Three Decades of Agrarian Reform in Zimbabwe’. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, p. 3, p. 493–531, 2011a.

———. Changing Agrarian Relations after Redistributive Land Reform in Zimbabwe’. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 5, p. 939–66, 2011b.

MOYO, S.; CHAMBATI, W. **Land and Agrarian Reform in Former Settler Colonial Zimbabwe**. DAKAR: CODESRIA, 2012.

MOYO, S.; JHA, P.; YEROS, P. The Classical Agrarian Question: Myth, Reality and Relevance Today. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 2, n. 1, p. 93 – 119, 2013.

- MOYO, S.; RUTHERFORD B.; AMENOR-WILKS, E. Land reform and changing social relations for farm workers in Zimbabwe'. **Review of African Political Economy**, v. 84: p. 181–204, 2000.
- MOYO, S.; YEROS, P.; (Ed.). **Reclaiming the Land**: The resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America. Londres e Nova Iorque: Zed Books; Cidade do Cabo, 2005.
- . **Reclaiming the Nation**; the return of the national question in Africa, Asia and Latin America. Londres e Nova Iorque: Pluto, 2011.
- MUNOCHIVEYI, M. B. **Prisoners of Rhodesia**: inmates and detainees in the struggle for Zimbabwean liberation, 1960–1980. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2014.
- MUJERE, J. Land, graves and belonging: land reform and the politics of belonging in newly resettled farms in Gutu, 2000 – 200. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 5, p. 1123-1144, dez. 2011.
- MURISA, T. Local farmer groups and collective action within fast track land reform in Zimbabwe. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 5, p. 1145-1166, dez. 2011.
- MUTOPO, P. Women's struggles to access and control land and livelihoods after fast track land reform in Mwenezi District, Zimbabwe. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 5, p. 1021-1046, 2011.
- NELKIN, D. **Science Controversies: The Dynamics of Public Disputes in the United States**. In: JASANOFF, S. *et al.* Handbook of science and technology studies. Thousand Oaks, Londres: 1995.
- NEVES, Fabrício M. A diferenciação centro-periferia como estratégia teórica básica para observar a produção científica. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 34, p. 241-252 out. 2009.
- NYAMBARA, P. The Closing Frontier: Agrarian Change, Immigrants and the 'Squatter Menace' in Gokwe, 1980 - 1990s. **Journal of Agrarian Change**, v. 1, n. 4, p. 534-549, out. 2001.
- PESCHANSKY, J.A. Nas Filipinas, a amarga lição da OMC. São Paulo: Editora Expressão Popular. **Brasil de Fato**, v. 3, n. 144, p. 10, 2005.
- PETERS, C. Knowing what's wrong is not enough: creating strategy and vision. In CROTEAU, D.; HAYNES, W.; Ryan, C. **Rhyming, hope an history: activists, academics and social movements scholarship**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.
- PINCH, T. J.; BIJKER, W. E. La construcción social de hechos y de artefactos: o acerca de cómo la sociología de la ciencia y la sociología de la tecnología pueden beneficiarse mutuamente. In: THOMAS, Hernán e BUCH, Alfonso. **Actos, actores y artefactos: sociología de la tecnología**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2013.
- . (ed.). **The Social Construction of Technological Systems**: new directions in the sociology and history of technology. Cambridge: MIT Press books, 2012.

- PIVEN, F. F. Reflections on scholarship and activism. **Antipode**, v. 42, n. 4, p. 806-810, 2010.
- PHAKAMILE MOYO, Mabhena. A Family Perspective on Sam Moyo's Intellectual Development. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 5, n. 2-3, p. 131-137, ago./dez, 2016.
- PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PUBLISHER'S STATEMENT. *The Journal of Peasant Studies*, v. 27, n. 4, p. 5, 2000.
- RIVELLI, P. Filipinas: terras em leilão. *Le Monde Diplomatique*. Ed. 65, dez. 2012. Disponível em: < <http://diplomatique.org.br/filipinas-terras-em-leilao/>> Acesso em 23.02.2018.
- ROSA, M. C. Expropriating the Land and its Moral Grounds: A Review Essay. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 4, n. 3, p. 1-10, 2015.
- . Landless: Meanings and Transformations of a Collective Action Category in Brazil. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 1, n. 2, p. 205-231, 2012.
- ROWLAND, F. The peer-review process. Association of Learned and Professional Society Publishers, **Learned Publishing**, v. 15, n. 4, p. 247 - 258, out. 2002.
- RUTHERFORD, B. Commercial Farm Workers and the Politics of (Dis)placement in Zimbabwe: Colonialism, Liberation and Democracy. **Journal of Agrarian Change**, v. 1, n. 4, p. 526-551, out. 2001.
- SANTOS, T. The Structure of Dependence. **The American Economic Review**, v. 60, n. 2, pp. 231-236, maio, 1970.
- SCOONES, I. et al. **Zimbabwe's Land Reform: Myths and Realities**. Harare: Weaver Press: 2010.
- . Zimbabwe's land reform: challenging the myths, **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 5, p. 967-993, dez. 2011.
- SHANIN, T. The nature and logic of the peasant economy 1: a generalisation, **The Journal of Peasant Studies**, v. 1, n. 1973. p. 63-80, 1973.
- . **Camponeses e sociedades camponesas**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1979.
- . **Late Marx and the russian road marx and 'the peripheries of capitalism**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1983.
- SOUZA, F. C. Comunicação científica no Brasil: criação e evolução da revista **encontros Bibli. Inf. Inf. Londrina**, v. 13, n. 1, p. 140 - 158, jan./jul. 2008.
- SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TNI. Jun Borras Fellow Fonte: <https://www.tni.org/en/bio/jun-borras>. Acesso em 23.02.2018.

_____. **The post-colonial critic Interviews, strategies, dialogues**. New York: Routledge, 1990.

SUZUKI, I. Drifting Rhinos and Fluid Properties: The turn to wildlife production in Western Zimbabwe. **Journal of Agrarian Change**, v. 1, n. 4, p. 600-625, out. 2001.

VALERIO P. M.; PINHEIRO, L. V. R. Da comunicação científica à divulgação. **TransInformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 159 – 169, mai-ago 2008.

VIEIRA, Flávia B. **Dos proletários unidos à globalização da esperança**: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores. 2008. Tese (Doutorado em de doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

WAGER, E.; JEFFERSON, T. Shortcomings of peer review in biomedical journals. **Learned Publishing**, v. 14, n. 4, out. 2001.

WORBY, E. The end of modernity in Zimbabwe? Passages from development to sovereignty. In: HAMMAR, A., RAFTOPOULOS, R., JENSEN, S. **Zimbabwe's Unfinished Business: Rethinking Land, State and Nation in the Context of Crisis**. Harare: Weaver Press, 2003.

_____. A redivided land? New agrarian conflicts and questions in Zimbabwe. **Journal of Agrarian Change**, v. 1, n. 4, p. 475-666, out. 2001.

YEROS, P. Book Review: Henry Bernstein (2010). Class dynamics of agrarian change. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 1, n. 3, pp. 342 – 346, 2012.

ZAMCHIYA, P. A synopsis of land and agrarian change in Chipinge district, Zimbabwe, **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 5, p. 1093-1122, dez. 2011.

ZIMAN, J. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

VELTMEYER, H., 2005. 'The dynamics of land occupations in latin america'. In *Reclaiming the Land. The Resurgence of Rural Movements in Africa, Asia and Latin America*, eds S. Moyo and P. Yeros, 285–316. London: Zed Book and Cape Town: David Philip.

6. Anexos

6.1. Anexo A -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – autora e autor

Você está participando da pesquisa intitulada: “A Geopolítica da produção do conhecimento sobre as questões agrária e camponesa: o debate entre editores de periódicos de estudos agrários internacionais”, realizada por mim, Joaquim Antonildo Pinho Pinheiro, estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília - UnB, com apoio financeiro parcial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, Ministério da Educação do Governo brasileiro.

O objetivo da pesquisa é compreender a geopolítica da construção do conhecimento sobre a questão agrária, por meio da análise da produção científica de editores dos periódicos internacionais “The Agrarian South: Journal of Political Economy”, “The Journal of Agrarian Change” e “Journal of Peasant Studies”.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer deste procedimento e lhe asseguro que seu nome não aparecerá. Será mantido o mais rigoroso sigilo mediante omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação será por entrevista que será gravada e posteriormente alguns trechos serão transcritos e terá duração prevista de 2 horas.

Informo que sua participação é voluntária. Você poderá se recusar a responder qualquer questão que lhe cause constrangimento, podendo desistir em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para você.

Os resultados da pesquisa poderão ser divulgados em trabalhos acadêmicos (artigo ou tese de doutorado) de minha autoria. Os dados da pesquisa ficarão sob minha guarda.

Se você tiver qualquer dúvida em relação a esta pesquisa, pergunte-me pelo telefone 55(61)981230989, e-mail joaquim_pinheiro@yahoo.com.br, Skype joaquimpinheiro2011, ou entre em contato com o Programa de Pós-graduação da UnB em horário comercial, no período de 8:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00, pelo telefone 55(61)31971508, Campus Darcy Ribeiro, Brasília – Distrito Federal ou ainda com a Prof. Fabrício Neves no referido Programa de Pós-graduação

Nome do participante

Assinatura

Joaquim A. P. Pinheiro - Entrevistador

—
Assinatura

6.2. Anexo B -Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – editora e editor

Você está participando da pesquisa intitulada: “a geopolítica da produção do conhecimento sobre as questões agrária e camponesa: o debate entre editores de periódicos de estudos agrários internacionais”, realizada por mim, Joaquim Antonildo Pinho Pinheiro, estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília - UnB, com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, Ministério da Educação.

O objetivo da pesquisa é compreender a geopolítica da construção do conhecimento sobre a questão agrária, por meio da análise da produção científica de editores dos periódicos internacionais The Agrarian South: Journal of Political Economy (AS) , The Journal of Agrarian Change (JAC) e Journal of Peasant Studies (JPS).

Você receberá todos os esclarecimentos necessários. Solicito comunicar se desejar que alguma parte da entrevista seja omitida como informação de pesquisa ou não seja informado seu nome como fonte. Neste caso, será mantido o mais rigoroso sigilo mediante omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação será por entrevista gravada, a partir de sua autorização, e posteriormente transcrita e terá duração prevista de 2 horas.

Informo que sua participação é voluntária. Você poderá se recusar a responder qualquer questão que lhe cause constrangimento, podendo desistir em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para você.

Os resultados da pesquisa poderão ser divulgados em trabalhos acadêmicos (artigos ou tese de doutorado) de minha autoria. Os dados da pesquisa ficarão sob minha guarda.

Se você tiver qualquer dúvida em relação a esta pesquisa, pergunte-me pelo telefone 55 (61) 981230989, e-mail joaquim_pinheiro@yahoo.com.br, Skype joaquimpinheiro2011, ou entre em contato com o Programa de Pós-graduação da UnB em horário comercial, no período de 8:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 (fuso horário de Brasília – Brasil), pelo telefone 55 (61) 31971508, Campus Darcy Ribeiro, Brasília – Distrito Federal ou ainda com o Prof. Fabrício Neves, meu orientador do doutorado no referido Programa de Pós-graduação.

Nome do participante

Assinatura

Joaquim A. P. Pinheiro - Entrevistador

Assinatura

Brasília, ____ de _____ de 2017.

6.3. Anexo C - Roteiro de Entrevista - autora e autor

1. Como analisa a relação entre a validação de pesquisa e comunicação científica em periódicos?
2. Comente sua experiência de publicação em periódicos internacionais.
3. Comente como ocorreu o fluxo editorial na análise do seu manuscrito.
4. Comente as rodadas para ajustes do manuscrito.
5. Como a/o editora/or do periódico participou do processo?
6. Percebeu vieses de revisores na análise dos manuscritos? E de editores?
7. Como analisa a fronteira entre o trabalho de análise dos manuscritos por revisores e editores e as respectivas visões de mundo?

6.4. Anexo D - Roteiro de Entrevista - editora e editor

1. Trajetória do entrevistado
 - Comente seu percurso acadêmico - motivações, interesse e experiências que o aproximaram da carreira de pesquisador.
 - Quais circunstâncias o levaram a optar pela área de estudos agrários?
2. Esquemas teóricos e metodológicos do editor
 - Quais são suas referências teóricas e metodológicas nas ciências sociais, de modo geral, e em de estudos agrários, em particular?
3. Origem do periódico e atividades que realizou antes de ser editor do periódico
 - Como relaciona sua trajetória e o periódico que edita?
 - Participa ou participou da edição de outros periódicos? Como?
 - Como surgiu a ideia de criação do periódico?
 - O que sabe das trajetórias dos demais fundadores do periódico?
 - Como foram os debates para a criação do periódico?
 - Houve alguma contraposição à criação do periódico?
 - Você poderia indicar 5 trabalhos publicados que participem de debate relevante na realizado no periódico?
4. Participação no Periódico
 - Como é sua atuação como editor do periódico?
 - Caracterize a linha editorial do periódico.
 - Como se dá a seleção e indicação de revisores? Como a linha editorial orienta o trabalho dos revisores?
 - De que modo se dá a aceitação, ou não, de manuscritos que apresentam variações quanto à linha editorial do periódico?
 - Qual a influência desses trabalhos nos debates que ocorreram no periódico?
5. Compreensão do contexto atual da questão agrária
 - Como descreveria o cenário agrário na atualidade e as mudanças sociais e econômicas dele decorrentes
 - Análise do papel do campesinato e outros grupos sociais que lutam pela terra nas transformações no campo em países centrais e periféricos.

- Qual sua opinião sobre diferenças ou contraposições nas análises entre autores de países centrais e periféricos sobre a questão agrária, a luta pela terra e o papel do campesinato?
- Quais as suas considerações sobre a distinção de interesse de pesquisadores de países de centro e periféricos para objetos ou temas específicos no debate agrário?

6.5. Anexo F – Quadro de análise das posições e dos argumentos nos artigo do número especial do JAC sobre o Zimbábue.

N°	AUTOR/A	ATRIBUIÇÃO	FILIAÇÃO INSTITUCIONAL	PAÍS DE ORIGEM	Centro Periferia	ARGUMENTO	ARTIGO
1	Eric Worby	Editor	Universidade de Yale	EUA	C	As disputas políticas, a violência das ocupações de terras e dos ativistas pró-ZANU PF, o clientelismo e o rompimento com o Estado de direito	Redivided Land? New Agrarian Conflicts and Questions in Zimbabwe
2	Jocelyn Alexander	Autora	Universidade de Bristol	Reino Unido	C	As disputas políticas, a violência das ocupações de terras e dos ativistas pró-ZANU PF, o clientelismo e o rompimento com o Estado de direito	Elections, Land and the Politics of Opposition in Matabeleland
3	JoAnn McGregor	Autora	Universidade de Reading	Reino Unido	C		
4	Pius S. Nyambara	Autor	Universidade do Zimbábue	Zimbábue	P	Violência das ocupações de terra, dos ativistas do ZANU PF	The Closing Frontier: Agrarian Change, Immigrants and the 'Squatter Menace' in Gokwe, 1980-1990s
5	David M. Hughes	Autor	Universidade E. de Nova Jersey	EUA	C	Rompimento com o Estado de direito e instituindo um novo colonialismo.	Rezoned for Business: How Eco-Tourism Unlocked Black Farmland in Eastern Zimbabwe
6	Yuka Suzuki	Autora	Universidade de Yale	EUA	C	Desestruturação da economia	Drifting Rhinos and Fluid Properties: The Turn to Wildlife Production in Western Zimbabwe
7	Amanda Hammar	Autora	Universidade E. de Nova Jersey	Dinamarca	C	A violência das ocupações de terras, do Governo e dos ativistas pró-ZANU PF e o rompimento com o Estado de direito	The Day of Burning': Eviction and Reinvention in the Margins of Northwest Zimbabwe
8	Blair Rutherford	Autor	Universidade Carleton	Canadá	C	Critica às narrativas do governo do Zimbábue sobre as trabalhadoras e trabalhadores assalariados.	Commercial Farm Workers and the Politics of (Dis)placement in Zimbabwe: Colonialism, Liberation and Democracy
9	Edward Lahiff	Autor	Universidade de cabo ocidental	África do Sul	P	Violência das ocupações de terra e os reflexos na África do Sul.	The Land Crisis in Zimbabwe Viewed from South of the Limpopo
10	Ben Cousins	Autor	Universidade de cabo ocidental	África do Sul	P		

6.6. Anexo G – Quadro de análise das posições e dos argumentos nos artigos do número especial do JPS sobre o Zimbábue.

N°	AUTOR/A	EDITORA AUTORA	FILIAÇÃO INSTITUCIONAL	PAÍS	Centro Periferia	DESCRIÇÃO	ARTIGO
1	Lionel Cliffe	Editor	Universidade de Leeds	Reino Unido	C	Apresentação das diferentes posições do debate	An overview of Fast Track Land Reform in Zimbabwe: editorial introduction
2	Jocelyn Alexander	Editora	Universidade de Oxford	Reino Unido	C		
	Ben Cousins	Editor	Universidade de cabo ocidental	África do Sul	C		
3	Rudo Gaidzanwa	Editora	Universidade do Zimbábue	Zimbábue	P		
4	Sam Moyo	Autor	SMAIAS	Zimbábue	P	Mudança nas relações agrárias e ampliação da base de produtores aumento da produção desracialização da propriedade da terra	Changing agrarian relations after redistributive land reform in Zimbabwe
5	Ian Scoones	Autor	Universidade de Sussex	Reino Unido.	C	transformação radical da estrutura agrária diversidade de novos agricultores	Zimbabwe's land reform: challenging the myths
6	Nelson Marongwe	Autor	Universidade do Zimbábue	Zimbábue	P		
7	Blasio Mavedzenge	Autor	Assentado	Zimbábue	P		
8	Felix Murimbarimba	Autor	Assentado	Zimbábue	P		
9	Jacob Mahenehene	Autor	Assentado	Zimbábue	P		
10	Chrispen Sukume	Autor	Consultor	Zimbábue	P		
11	Marleen Dekker	Autora	Universidade de Leiden	Holanda	C		
12	Bill Kinsey	Autor	Universidade de Leiden	Holanda	C		
13	Patience Mutopo	A	Universidade de Colônia	Zimbábue	C	O acesso das mulheres à terra deve ser visto com nova lente social e econômica. Surgimento de formas complexas e inovadoras adotadas pelas mulheres para acessar a terra. As noções ocidentais de direitos individuais à terra são as melhores mecanismos para mulheres em África.	Women's struggles to access and control land and livelihoods after fast track land reform in Mwenzi District, Zimbabwe
14	Walter Chambati	Autor	SMAIAS	Zimbábue	P	O FTLRP gerou novas relações de trabalho agrícola que alteram a vinculação do trabalho assalariado às grandes fazendas - Surgiram formas de auto-emprego e comunal as áreas e os agricultores A1 continuam a fornecer mão de obra às grandes fazendas - As áreas comunais e agricultores continuam a fornecer mão de obra às grandes fazendas, embora as relações de trabalho sejam negociados em novos termos.	Restructuring of agrarian labour relations after Fast Track Land Reform in Zimbabwe
15	Nelson Marongwe	Autor	RUVIZO	Zimbábue	P	Os critérios oficiais para seleção de beneficiários ignorados na prática e as terras foram redistribuídas - A maioria dos beneficiários foi de membros do governo e da elite local - O impacto do FTLRP na agricultura comercial foi negativo.	Who was allocated Fast Track land, and what did they do with it? Selection of A2 farmers in Goromonzi District, Zimbabwe and its impacts on agricultural production
16	Phillan Zamchiya	Autor	Universidade de Oxford	Zimbábue	P	O clientelismo orientou a redistribuição de terras - Os agricultores que mais necessitam de terras são subordinados aos interesses de um estado partidário e a um partido autoritário que exclui pessoas "comuns" que não apoiam o partido do governo. Essas relações ocorrem em um cenário altamente politizado.	Land, graves and belonging: land reform and the politics of belonging in newly resettled farms in Gutu, 2000–2009
17	Joseph Mujere	Autor	Universidade do Zimbábue	Zimbábue	P	Trajetórias de pertença que precisam ser problematizadas. - uma oportunidade para recuperar terras ancestrais perdidas, sepulturas, montanhas e lugares sagrados e também para restabelecer os limites da nyika que foram bastante alterados durante o período colonial	Land, graves and belonging: land reform and the politics of belonging in newly resettled farms in Gutu, 2000–2009
18	Tendai Murisa	Autor	SMAIAS	Zimbábue	P	A reestruturação das relações agrárias no Zimbábue favoreceu a cooperação entre agricultores de tipo A1.	Local farmer groups and collective action within fast track land reform in Zimbabwe